

Ana Paula Medicci
Marcelo Pereira Lima
(orgs)

DIÁLOGOS HISTÓRICOS E HISTORIOGRÁFICOS

V SEMINÁRIO
DE HISTÓRIA POLÍTICA, 21, 22 e 23
de novembro de 2017



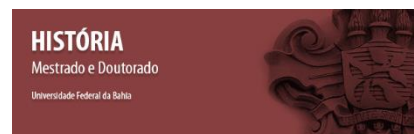
ANAIS ELETRÔNICOS DO V SEMINÁRIO DE HISTÓRIA POLÍTICA

V SEMINÁRIO DE HISTÓRIA POLÍTICA (V SEHPOLIS) PROMOVIDO
PELA LINHA PESQUISA "SOCIEDADE, RELAÇÕES DE PODER E
REGIÃO DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA DA
UFBA

SALVADOR, 21, 22 E 23 DE NOVEMBRO DE 2017



COORDENADOR DA EDIÇÃO
Ana Paula Medici
Marcelo Pereira Lima



Salvador, 2019

UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS - FFCH-UFBA
Telefone/FAX: (71) 3331-2755
Secretaria: (71) 3283-6431
E-mail: ffch@ufba.br
Site: <https://ffch.ufba.br/>

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA (PPGH-UFBA)
LINHA DE PESQUISA SOCIEDADE, RELAÇÕES DE PODER E REGIÃO
Coordenação: (71) 3237-7574 poshisto@ufba.br
Secretaria: (71) 3283-6432 gilvan.santos@ufba.br
Site: <https://ppgh.ufba.br/>

Localização: Estrada de São Lázaro, 197, Federação, CEP: 40.210730, Salvador-BA

Capa: Marcelo Pereira Lima

S471 Diálogos históricos e historiográficos.
V Seminário de História Política (5.: 2017: Salvador, Ba.),
21, 22 e 23 de novembro de 2017 [recurso eletrônico] / Ana
Paula Medicci e Marcelo Pereira Lima (organizadores).- Salvador: UFBA, 2019.
1 livro digital : il.
315p

Vários autores
Inclui bibliografia
ISBN 978-85-8292-201-9

1. História - Política. 2. Historiografia - Congressos. I. Medicci, Ana
Paula, II. Lima, Marcelo Pereira. II. Título.

CDD: 981.14

**V SEMINÁRIO DE HISTÓRIA POLÍTICA
UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA**

Coordenação Geral

ANA PAULÁ MEDICCI
MARCELO PEREIRA LIMA

Comissão Organizadora

ANTONIO MAURICIO FREITAS BRITO
CARLOS ZACARIAS FIGUEIROA DE SENA JUNIOR
EDILECE SOUZA COUTO
DILTON OLIVEIRA DE ARAUJO
LINA MARIA BRANDAO DE ARAS
LUCILEIDE COSTA CARDOSO
MARIA HILDA BAQUEIRO PARAISO
MARIA JOSE RAPASSI MASCARENHAS
MOISES AMADO FRUTUOSO
PATRÍCIA VALIM
RODRIGO PEREZ
THIAGO DE SOUZA DOS REIS

Comissão Científica

ARUÃ SILVA DE LIMA
AUGUSTO DA SILVA
CARLOS AUGUSTO LIMA FERREIRA
CRISTIANA FERREIRA LYRIO XIMENES
DEMIAN BEZERRA DE MELO
EDUARDO JOSE SANTOS BORGES
EURELINO TEIXEIRA COELHO NETO
EVERALDO DE OLIVEIRA ANDRADE
FERNANDO DE ARAUJO PENNA
IGOR GOMES SANTOS
JOSE CARLOS VILARDAGA
LEANDRO DUARTE RUST
MARCELO BADARÓ MATTOS
MARCELO SANTOS RODRIGUES
MARIA FILOMENA PINTO DA COSTA COELHO
MARIA ISABEL DE SIQUEIRA
MARIO JORGE DA MOTTA BASTOS
MUNIZ GONCALVES FERREIRA
OSVALDO LUIS ANGEL COGGIOLA
PABLO ALEJANDRO POZZI
PABLO ANTONIO IGLESIAS MAGALHAES
RAQUEL CARDEIRA VARELA
RODRIGO MONTEFERRANTE RICUPERO
SERGIO ARMANDO DINIZ GUERRA FILHO
SUZANA CAVANI ROSAS
SUZANA MARIA DE SOUSA SANTOS SEVERS
VALERIO ARCARY

Apoios

Associação Nacional de Professores Universitários de História
(SEÇÃO ANPUH-BA)
Mestrado Profissional em Ensino de História
(PROFHISTÓRIA - UNEB)
Programa de Pós-Graduação em História
(PPGH-UFBA)
Programa de Pós-Graduação em História
(PPGHIS - UNB)
Programa de Pós-Graduação em História da UFS
(PROHIS-UFS)
História dos Partidos e Movimentos de Esquerda da Bahia
(HPMEB)
Memórias, Ditaduras e Contemporaneidades
(MDC)
Núcleo de Teoria, História da Historiografia e Tempo Presente
(NUTEMPO)
Laboratório de Estudos sobre a Transmissão e História Textual na Antiguidade e no Medievo
(LETHAM-UFBA)

Patrocínio



Realização

Linha de pesquisa: Sociedade, Relações de
Poder e Região (PPGH-UFBA)

Sumário

UMA ANÁLISE SOBRE O ACERVO DA ESCOLA POLITÉCNICA DA UFBA NO PERÍODO DA DITADURA MILITAR	7
<i>ANNE ALVES DA SILVEIRA</i> <i>LOUISE ANUNCIAÇÃO FONSECA DE OLIVEIRA DO AMARAL</i>	
UMA CULTURA DE ELITE NA BAHIA: APONTAMENTOS PARA ANÁLISE DO CONSELHO DE CULTURA DA BAHIA (1967-1983)	18
<i>ANSELMO FERREIRA MACHADO CARVALHO</i>	
NACIONALISMO IRLANDÊS: A MEMÓRIA CELTA COMO INSTRUMENTO DE REIVINDICAÇÃO	31
<i>BEATRIZ GALRÃO ABRANTES</i>	
“A IGREJA QUE SE MOVE NA FORÇA DO ESPÍRITO NÃO PODE NÃO SER DINÂMICA, POLÍTICA, QUESTIONADORA”: POLÍTICA E RELIGIÃO NA CIDADE DE CONCEIÇÃO DO COITÉ (1986-2012)	43
<i>CRISTIAN BARRETO DE MIRANDA</i>	
“UM PEDAÇO DO MUNDO SE ESTENDE PELO VALE DO JAGUARIPE, DOURADO CHÃO DE OURO DA BAHIA”: SÃO MIGUEL DAS MATAS E O GOLPE DE 1964	58
<i>CRISTIANE LOPES DA MOTA</i>	
JUÍZES, CHEFES DE POLÍCIA E DELEGADOS: ENTRE A POLÍTICA E A ESTRUTURA JURÍDICO-ADMINISTRATIVA	68
<i>DAIANA SILVA BARBOSA</i>	
COMUNIDADE PESQUEIRA DO NORDESTE DE AMARALINA: HABITAÇÃO E CIDADANIA EM DISPUTA	81
<i>FELIPE EUGÊNIO DE LEÃO ESTEVES</i>	
PEDRO ZULEN AYMAR E A “QUESTÃO RELIGIOSA” NO PERU	97
<i>GUILLERMO ALEXÍS FERNÁNDEZ RAMOS</i>	
MASCULINIDADES E FEMINILIDADES NOS POEMAS, RÓTULOS E ICONOGRAFIAS GALEGO-PORTUGUESAS (SÉCULOS XIII E XVI)	110
<i>ISABELA GARCEZ MOURA DE SANTANA</i>	
PROFISSÃO? PROFESSOR. DIRETRIZES PARA A LICENCIATURA EM HISTÓRIA NO BRASIL	119
<i>LÍVIA CAROLINE SANTOS ALVES</i>	
“FARINHA POUCA, MEU PIRÃO PRIMEIRO”: OS COMPORTAMENTOS POPULARES FACE À CARESTIA (SALVADOR, 1937-1945)	126
<i>LUANA MOURA QUADROS CARVALHO</i>	
REPRESENTAÇÕES BRASILEIRAS SOBRE A POLÍTICA NOS ESTADOS UNIDOS E SEUS <i>FOUNDING FATHERS</i>: DE HIPÓLITO DA COSTA A OLIVEIRA LIMA (1798-1899)	141
<i>LUCAS DE FARIA JUNQUEIRA</i>	

BAHIA: A TENTATIVA DE DEPOSIÇÃO DO GOVERNO (1821)	156
<i>MARCELO RENATO SIQUARA SILVA</i>	
FRANCISCO DIAS D'ÁVILA: SERTANISMO E CULTURA POLÍTICA EM FINAIS DO XVII	167
<i>MICHELLE DE FARIAS SANTOS</i>	
CONSELHOS PROVINCIAIS: A CONSTRUÇÃO DE ESPAÇOS DE PODER NA PROVÍNCIA DA BAHIA (1824-1834)	178
<i>NORA DE CASSIA GOMES DE OLIVEIRA</i>	
CHUMBO QUENTE, FANTASMAS E PORÕES: PRODUÇÕES TELEVISIVAS E A MEMÓRIA DA DITADURA MILITAR NO BRASIL (2010-2015)	192
<i>POLLIANA MORENO DOS SANTOS</i>	
RELAÇÕES COMERCIAIS ENTRE O BRASIL E OS ESTADOS UNIDOS A PARTIR DA IMPRENSA BAIANA (1942 -1945)	208
<i>RAQUEL OLIVEIRA SILVA</i>	
HERANÇA CULTURAL JUDAICA NA ASTRONOMIA NO PERÍODO DOS GRANDES DESCOBRIMENTOS	220
<i>RITA DE CÁSSIA DE OLIVEIRA LIMA PEREIRA</i>	
<i>ANTÔNIO DELSON C. DE JESUS</i>	
AMAZONAS, CIBORGUES E OUTROS GÊNEROS: PROPOSTAS EDUCATIVAS AOS ESTUDOS DE GÊNERO E HISTÓRIA ATRAVÉS DA FICÇÃO (HISTÓRIAS EM QUADRINHOS E CINEMA)	232
<i>SAVIO QUEIROZ LIMA</i>	
ENTRE A TEORIA E A PRÁXIS- O PROGRAMA REVOLUCIONÁRIO E A EXPERIÊNCIA POLÍTICA DO MR-8 NA BAHIA (1969-1971)	243
<i>TAYLAN SANTANA SANTOS</i>	
INDÍCIOS DE UMA FALTA: CULTURA MATERIAL, FAMÍLIA E PODER NA BAHIA OITOCENTISTA	260
<i>TELMA FERREIRA DE CARVALHO</i>	
INSPETORIA DE MONUMENTOS NACIONAIS DO ESTADO DA BAHIA (1927 – 1967): UM ÓRGÃO DEDICADO AO PATRIMÔNIO NACIONAL	274
<i>VANESSA DE ALMEIDA DÓCIO</i>	
<i>SUELY M. CERAVOLO</i>	
EXERCÍCIO COMPARATIVO DE NOMES, DESCRIÇÕES E LOCALIZAÇÕES DE SERGIPE NOS ESCRITOS HISTÓRICOS DE LUIZ DOS SANTOS VILHENA E FELISBELO FREIRE, DE 1802 A 1969	292
<i>WILIAN SIQUEIRA SANTOS GOMES</i>	
AQUISIÇÃO DE MERCÊS NO ANTIGO REGIME TARDIO (1808-1820)	303
<i>ZEZITO RODRIGUES DA SILVA</i>	

APRESENTAÇÃO

Nos dias **21, 22 e 23 de novembro de 2017**, a linha de pesquisa Sociedade, Relações de Poder e Região do Programa de Pós-Graduação em História (PPGH-UFBA) realizou o seu **V SEMINÁRIO DE HISTÓRIA POLÍTICA: DIÁLOGOS HISTÓRICOS E HISTORIGRÁFICOS** (V SEHPOLIS) na Universidade Federal da Bahia, nos *campi* de Ondina e de São Lázaro (Salvador). Desde 2010, o evento oferece ao público, a cada dois anos, conferências, mesas redondas e mesas de comunicações orais para o público interessado no debate histórico e historiográfico contemporâneo. Além disso, nas suas últimas versões, tem-se feito um esforço para divulgar em livro e anais eletrônicos a produção acadêmica oriunda desse debate.

Nesta quinta edição do evento, contamos também com dois cursos de extensão abertos ao público. Foram oito mesas redondas e duas conferências, uma de abertura, que ocorreu no dia 21 de novembro, com o Prof. Dr. Valério Arcary (Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia), e uma de encerramento, no dia 23 de novembro, proferida pelo Prof. Dr. Pablo Alejandro Pozzi, da Universidade de Buenos Aires. Parcela dessas apresentações foram publicadas em livro impresso pela EDUFBA. Além disso, o evento ofereceu 17 mesas de comunicações livres, totalizando 86 apresentações de trabalhos sobre assuntos e períodos diversos. Entre esses(as) 86 comunicadores(as), 24 encaminharam seus textos para a constituição dos Anais Eletrônicos.

A temática que norteou o encontro foi “Diálogos históricos e historiográficos”. Com isso, seguindo a linha iniciada no IV SEHPOLIS, ocorrido em 2015, tivemos o intuito de continuar alargando esse lugar de diálogo ao receber convidados e participantes inscritos provenientes de numerosas IES, tanto da Bahia quanto de outros estados brasileiros e universidades estrangeiras, em diversas fases de formação, partindo de uma perspectiva que inclui temáticas, temporalidades e abordagens plurais, incentivando a construção da diversidade acadêmica. Ou seja, a ideia foi ampliar um espaço onde se possa ouvir vozes diversas, construir novas propostas interdisciplinares de reflexão crítica, valorizar saberes, ampliar horizontes de investigação, incentivar a produção acadêmica e divulgar conhecimentos do campo da História Política.

Ana Paula Medicci
Marcelo Pereira Lima

UMA ANÁLISE SOBRE O ACERVO DA ESCOLA POLITÉCNICA DA UFBA NO PERÍODO DA DITADURA MILITAR

ANNE ALVES DA SILVEIRA ¹

LOUISE ANUNCIÇÃO FONSECA DE OLIVEIRA DO AMARAL ²

Resumo: O objetivo deste artigo é o de contribuir significativamente na intervenção arquivística junto às correspondências confidenciais e documentos institucionais de ex-docentes, ex-discentes e ex-funcionários universitários, produzidos e acumulados pela unidade de ensino durante a ditadura militar, com o intuito de analisar quantitativamente e qualitativamente as ações dos órgãos de vigilância dentro da unidade de ensino contra a comunidade acadêmica.

Palavras-chave: Ditadura militar. Arquivos institucionais. Acesso à informação.

Abstract: The purpose of this article is to contribute significantly to the archival intervention with the confidential correspondence and institutional documents of ex-teachers, ex-students and former university employees, produced and accumulated by teaching unit during the military dictatorship, in order to analyze quantitatively and qualitatively the actions of the surveillance agencies within the teaching unit against the academic community.

Keywords: Military dictatorship. Institutional archives. Access to information.

Introdução

Desde o golpe de 1964, o Estado vinha demonstrando preocupação com as atividades “subversivas” existentes dentro das Universidades, por isso manteve-se atento à todos os acontecimentos que ocorriam nas unidades de ensino superior. Apesar da intensa vigilância presente nas unidades de ensino, a inexistência de um órgão especial dificultava a ação do Estado. Com o interesse de ampliar a vigilância nas instituições de ensino foram criadas as Assessorias Especiais de Segurança e Informação (AESI), no início da década de 1970 (MOTTA, 2014). No final de 1972 foi instalada a AESI na Universidade Federal da Bahia.

Nesse sentido, este estudo propõe-se a levantar dados dos docentes, discentes e funcionários que passaram pelo crivo dos órgãos de vigilância. Como resultado desta pesquisa, as ações dos atores envolvidos foram reconstituídas na busca de uma

¹ Mestranda do Programa de Pós-graduação em História pela Universidade Federal da Bahia, orientada por Maurício Brito. E-mail: anne_1526@hotmail.com

² Arquivista da Escola Politécnica da UFBA e Mestre em Ciências da Informação pela Universidade Federal da Bahia E-mail: soulouise@gmail.com

compreensão dos fatos ocorridos numa unidade de ensino superior durante o período de atuação do Departamento de Polícia Federal, Delegacia de Furtos, Roubos e Fraudações, da Assessoria Especial de Segurança e Informação, além de outros órgãos de vigilância.

Um novo olhar a partir da arquivologia contemporânea

Na Arquivologia contemporânea, a concepção de arquivo como instituição de custódia é substituída para a de acesso. Nesse sentido, as instituições arquivísticas passam por uma mudança de paradigma "da guarda para o de co-responsáveis pela garantia de acesso às informações públicas", de acordo com as reflexões de Silva (2008). Nessa perspectiva, a abordagem adotada é a da Arquivologia sob o prisma do paradigma pós-custodial. Neste paradigma a ênfase está na informação e no processo de produção documental, com o arquivista atuando em todo ciclo documental e preocupando-se mais em permitir o acesso à informação pública para atender às demandas e direitos da sociedade contemporânea e proporcionar ao Estado o cumprimento da sua missão:

Nas sociedades contemporâneas, o direito à memória tem sido compreendido como parte dos direitos do homem. O direito à informação, com a revolução ocorrida nos arquivos a partir da Segunda Guerra Mundial, transcendeu as fronteiras nacionais – não se trata mais de uma questão restrita à cidadania. Diante da magnitude da questão, o Estado tem o dever de zelar pela preservação e pelo compartilhamento, através da divulgação, dos conjuntos documentais sob a sua guarda. E, ainda, procurar aquele patrimônio documental que, apesar de produzido por ele, encontra-se desconhecido da sociedade, perdido (SILVA, 2008, p. 54).

Corroborando com a Arquivologia pós-custodial, a Lei de Acesso à informação (Lei nº. 12.527, de 18 de novembro de 2011) qualifica o acesso à informação pública, tornando-a regra, ao passo em que o sigilo se torna à exceção. Contudo, para que a informação pública se torne plenamente acessível, faz-se necessário garantir que a mesma seja identificada, tratada e organizada satisfatoriamente com vistas à construção da democracia:

[...] a existência de fundos documentais não organizados ou sem um adequado tratamento técnico dentro dos arquivos públicos, bem como de arquivos correntes sem códigos e/ou planos de classificação e/ou tabelas de temporalidade, é uma constante na realidade da administração pública e

representa um importante fator dificultador do exercício do direito de acesso à informação pelo cidadão (SILVA, 2008, p. 14 e 15).

Nessa perspectiva de acesso à informação, a Arquivologia tem se debruçado cada vez mais sobre a descrição documental que tem o propósito de identificar, gerenciar, estabelecer controle intelectual, localizar, explicar o acervo arquivístico e promover o seu acesso. (ANDRADE; SILVA, 2008, p. 15)

A descrição arquivística consiste em um processo que envolve a criação de representações do acervo arquivístico, que explicita tanto o contexto quanto o conteúdo deste acervo. Assim são necessárias, além de competências para interpretação de texto, determinado conhecimento histórico acerca do produtor e de sua época (ANDRADE; SILVA, 2008).

O processo descritivo contribui, também, para a reconstituição historiográfica da instituição e dos seus atores, já que a análise do conteúdo do documento a ser descrito envolve a identificação de elementos que reconstituem determinada época, a exemplo dos acervos do período da ditadura militar:

[...] As informações contidas nestes acervos demonstram práticas que foram usadas no exercício das atividades repressivas. Nos tempos atuais, servem como instrumento essencial para o fortalecimento de novas relações sociais e, conseqüentemente, para a consolidação do processo democrático. A divulgação dos arquivos da repressão tem uma inegável ressonância social e política, o que aumenta sobremaneira as responsabilidades das instituições arquivísticas de guarda como o Arquivo Nacional, na gestão e na preservação adequada de tais conjuntos. O papel destes arquivos não se esgota apenas no conhecimento de nossa história recente. Sua dimensão é particularmente visível com o uso administrativo das informações para o cumprimento de direitos individuais e coletivos que a democracia proporciona como, por exemplo, a concessão de indenizações às vítimas da repressão ou a seus familiares. [...] Agora, faz-se necessário transformar aquilo que foi gerado para negar direitos em instrumentos de garantia de direitos, em afirmação dos direitos humanos (SILVA, 2014, p. 15).

Os usuários querem ter acesso à uma vasta gama de informações custodiadas nos arquivos e o papel dos arquivistas, neste contexto, é o de identificar, descrever, representar, desenvolver instrumentos e facilitar a pesquisa para ampliar o uso dos documentos. Assim, a descrição arquivística pode ser entendida como um processo de descortinamento dos arquivos (OLIVEIRA, 2013).

Vigilância à comunidade na Unidade de Ensino Superior

A ditadura civil militar, quando instalada, promoveu verdadeiras mudanças no cenário universitário. Ocorreram desde intervenções aos cargos de chefes de departamentos, diretor até de reitor, além das invasões, abertura de inquéritos, perseguições aos membros acadêmicos e expurgos. A Operação Limpeza, criada com o intuito de limpar as universidades das mãos dos inimigos do Estado, não fazia distinção de cor, etnia e religião, já que era necessário reprimir todos os comunistas e ligados à grupos ou movimentos de esquerda. Consequentemente contradiziam com as teorias democráticas que o movimento propagava, gerando intenso desconforto entre os acadêmicos. “A violência contra intelectuais, estudantes, artistas e livros gerou uma onda de denúncia em jornais não afinados com os rumos autoritários do novo regime” (MOTTA, 2014, p. 28), sobretudo aos jornais que possuíam posturas mais sociais.

É trazido por Motta (2014) que muitos reitores universitários sofreram pressão, tanto dos órgãos do Estado quanto dos membros das universidades que viam o golpe de forma positiva. Dessa forma, a vigilância servia para afastar ou dificultar as ações dos “subversivos”, favorecendo o projeto do Estado vigente.

Os acadêmicos que se opuseram ao Estado foram afastados do cargo. Em seu lugar era posto adeptos à “revolução de 1964”, termo difundido pelos golpistas e seus aliados. Assim, para assumir qualquer cargo, principalmente os de diretor e reitor, era necessário criar um diálogo entre os acadêmicos e o Estado.

Logo após o golpe, muitos decretos foram criados com o intuito de dificultar a atuação dos estudantes. Assim como o decreto nº 228, de fevereiro de 1967, que reformulava a organização estudantil, tanto a nível universitário quanto secundário. Em novembro de 1968 é publicado o decreto nº 5.540 que fixava normas de organização do ensino superior. E o nº 477, de 26 de fevereiro de 1969, criado logo depois do ato institucional número 5, Decreto que classificava os crimes e as punições aos membros da comunidade acadêmica que promovessem atos vistos como prejudiciais aos país.

As medidas realizadas pelo Estado geraram uma redução da atuação do movimento estudantil momentaneamente – mesmo havendo um aumento de ações clandestinas contra o governo opressor –, principalmente devido aos decretos-leis criados com intuito de controlar o corpo discente, a exemplo do nº 477/1969, já

mencionado. A criação das AESIs faz parte desse processo de conter o avanço da esquerda em meio acadêmico pois, a partir dela, se ampliaria a vigilâncias na comunidade acadêmica.

As Assessorias, depois de criadas nos espaços institucionais, tinham como objetivo manter-se informado sobre tudo o que acontecia no espaço instalado, servindo não apenas como a memória, pois os arquivos criados pelas mesmas continham dados sobre os membros da comunidade acadêmica, sendo usado para melhor informar o Reitor sobre o corpo universitário. Também tinha a função de servir como elo entre a universidade e outros órgãos de inteligência e repressão.

O processo de comunicação realizado pela AESI dentro da UFBA dava-se a partir de envio de ofício para as unidades universitárias além de delações feitas pelo próprio corpo docente, discente e funcionários, diretamente ao assessor.

Na Escola Politécnica da UFBA foi observada excessiva troca de correspondências, sendo que muitas eram destinadas a coletar dados de estudantes. Muitos dos ofícios vinham acompanhados com uma ficha chamada de qualificações que continham dados sobre indivíduos, desde dados pessoas como filiação, cônjuge, experiência profissional, formação acadêmica e vínculo político.

Muitos documentos encontrados na Escola possuíam carimbo de confidencial. Dessa forma, o assunto tratado não podia ser divulgado e deveriam manter-se em sigilo.

Os pedidos de qualificação serviam como subsídio para rastrear e controlar os subversivos e assim exercer pressão sobre o mesmo. Importante pontuar que era necessária a criação de justificativas e decretos que tornassem as ações legais perante à sociedade. É nesse quadro que entra as propagandas criadas pelo SNI e a difusão do discurso do medo, personificado nas imagens dos comunistas e esquerdistas que contra a unidade nacional queriam entregar o país aos comunistas estrangeiros.

Não obstante, é relevante pontuar que, entre os pedidos de qualificação de caráter confidencial, foram encontrados circulares que notificavam à comunidade acadêmica sobre as diversas proibições – como a difusão de panfletos e jornais que pregassem ideias subversivas, além de informar a Escola algumas queixas. Dentro do espaço da Politécnica constatou-se que os pedidos de qualificação se destacavam devido ao grande volume. Os pedidos vinham com alguns dados prévios, como nomes completos, para que assim fosse identificada a pessoa que deveria ser investigada.

Normalmente os documentos enviados pela AESI eram enviados primeiramente para a reitoria e, posteriormente, repassados para a unidade desejada. Conforme a análise quantitativa das correspondências foi encontrada quarenta e cinco (45) nomes de estudantes.

Dentre os nomes enviados pela Assessoria, dezessete (17) nomes inexitem nos registros da Escola; 17 (dezessete) já haviam se formado, um dentre os dezessetes (17) nomes foi enviado pela COELBA, possivelmente para saber se o ex-discente possuía bons antecedentes comportamentais durante a graduação; três (03) ainda possuíam vínculo com a instituição; oito (08) dentre os quarenta e cinco (45) nomes de estudantes, possuíam motivações diversas, assim como: trancou o curso; suspeita de ter apresentado documentos falsos; matriculado no curso de extensão; não possui frequência nas aulas; portador de doença infectocontagiosa.

Conforme a lista formada a partir das correspondências, quarenta e três (43) nomes eram pedidos de qualificação, dois (02) nomes correspondem ao critério de comunicado. O número de correspondências está em menor número comparada à quantidade de nomes encontrados, já que era comum nos ofícios possuírem mais de um nome.

Interessante notar que cada pedido possui especificidades diferentes. Alguns solicitam dados como: nomes dos pais, endereço, fotografia, conduta, prontuário e outros. Foi observado também que, ao longo dos anos, os pedidos de qualificação assumiram níveis crescentes.

Nas correspondências sobre os professores temos dois (02) casos interessantes: o primeiro foi o caso do professor Elbert Menezes, que foi exonerado; o segundo trata-se de Walter Orlando D'Oliveira Porto.

Além dos ávidos pedidos de qualificações haviam também correspondências destinadas aos professores e funcionários que poderiam possuir diversos motivos. Tomando conhecimento da correspondência nº 692, de 29 de fevereiro de 1972, nos deparamos com o pedido de exoneração do professor Elbert de Menezes que "foi punido pelo senhor Presidente da República, na conformidade do decreto do D.O. de julho de 1969". Tal punição, conforme a mesma correspondência, é reforçada pelo Ato Complementar nº 75, de 21 de outubro de 1969, que o proibia de exercer "qualquer função neste estabelecimento de ensino", enviado pelo reitor Lafayette de Azevêdo Pondé ao Prof. Magno dos Santos Pereira Valente, diretor (em exercício) da Escola.

O vínculo de Elbert de Menezes com a Escola teve seu início bem antes do ingresso como professor. Formou-se pela Escola, período que corresponde à incorporação da Escola à Universidade, no ano de 1946. No ano posterior, foi nomeado professor assistente desta mesma Escola. Em 1956 foi-lhe conferido o Título de Livre Docência da cadeira Geodésia Elementar e Astronomia de Campo.

A partir de sua trajetória acadêmica ligada à instituição, podemos dizer que no período em que recebe o comunicado do seu afastamento – datado de 31 de julho de 1969 – o professor já possuía grande trajetória profissional e possivelmente grande respeito. Dessa forma, é acreditado que esse seja o motivo da continuidade da prestação de serviço, mesmo posterior a sua demissão. Esta inferência relaciona-se à correspondência datada de 29 de fevereiro de 1972. Seu real afastamento inicia-se somente nesse período. Contudo, sobre seu percurso ainda necessita de mais estudos, havendo entre as documentações algumas lacunas.

Para melhor compreendermos o professor Walter Orlando D'Oliveira Porto é necessário analisarmos sua trajetória acadêmica. Formado em Ciências e Letras em 1935, engenharia civil em 1942, engenharia química em 1952, engenharia elétrica em 1957 e engenharia de petróleo em 1959. Foi nomeado em 1944 ao cargo de Assistente em Comissão Padrão I até 1945. Em 1947 foi nomeado ao cargo de professor catedrático interino, padrão M, da cadeira de Física Industrial. Em 12 de abril de 1960 tornou-se chefe do Departamento V - Física, de acordo com a resolução do Conselho Departamental, anunciada na portaria nº 8, do dia 01 de setembro de 1960, assinado pelo então diretor Carlos Furtado de Simas, assumindo o cargo até 1964. Conforme a circular nº 1344/SP/74 da Superintendência, o professor Walter Porto não se encontrava à disposição da instituição, enviado à Escola no dia 03 de maio de 1974. O documento enviado sobre o professor Walter Porto, até então é o primeiro ofício encontrado é destinado diretamente pelo DSI/MEC. O documento aborda sobre o afastamento do professor do cargo de Diretor Executivo da Escola Técnica Federal de um estado específico. É solicitado para análise a gravação da reunião da Congregação da Escola em que é membro, bem como informações sobre sua conduta durante a reunião.

Em resposta, o diretor da Escola, na correspondência nº 358 do Gabinete do Diretor, diz que foi enviada em anexo à fita, conforme pedido, e que qualquer informação sobre a conduta do professor está registada na mesma. O diretor professor

Alceu Roberto Hiltner conclui afirmando que “não há nesta Unidade registro que desabone a conduta do Prof. Walter Orlando D’Oliveira Porto, tendo sido o mesmo até a presente ata merecedor de nossa confiança pela correção com que tem pautado seus atos” (Escola Politécnica da Universidade Federal da Bahia, of. nº 358, 12 de dezembro de 1972).

Dessa forma, é dado um voto de confiança ao professor Porto, possivelmente devido ao tempo de serviço prestado com responsabilidade e profissionalismo, pois é acreditado que o diretor da unidade não iria se expor caso não conhecesse realmente o profissionalismo do acusado.

Dentre os documentos referentes aos funcionários foram encontrados quatro (04) correspondências. São casos bem específicos, para melhor compreender é aconselhada a realização de uma análise individual de casos. Dentre as quatro (04) correspondências, três (03) são pedidos de transferências enviados pelo diretor Alceu Roberto Hiltner à Reitoria e uma (01) correspondência registra dois (02) casos de práticas sexuais dentro da Universidade entre funcionários. Como o estudo detalhado ainda não foi realizado, não possuímos maiores informações que ajudariam a compreender os motivos que levaram à transferência.

A partir da análise das correspondências observa-se que os estudantes eram alvos mais frequentes das Assessorias, Departamento e Delegacias. Entretanto, professores também sofreram severas punições. Sobre os funcionários, é preciso melhor estudo de caso para que se possa entender o motivo das transferências. Compreendemos que, com o passar dos anos, a repressão contra os estudantes ampliou-se, fazendo com que os discentes necessitassem apresentar bons antecedentes para conquistar um emprego.

Percebe-se, então, que as assessorias poderiam prejudicar o indivíduo em vários âmbitos: no ingresso na Universidade, tendo sua matrícula indeferida; em estágio de conclusão de curso, sendo jubilado, ou atingido pelo decreto nº 447 que proibia a matrícula por alguns anos; chegando ao nível mais complicado, que atingiam aos graduados que, durante a graduação, foram marcados por terem atitudes vistas pelo Estado como subversivas e que poderiam, depois de formados, ter dificuldade em conseguir emprego.

É possível afirmar que, durante a atuação da AESI nas Universidades, todos que tivessem atitudes suspeitas poderiam ser investigados e, caso comprovado, punidos, independente do seu estágio (graduando ou graduado) e cargo.

Considerações finais

O trabalho se propôs a analisar as correspondências enviadas e recebidas por uma unidade de ensino superior locada na Universidade Federal da Bahia no período da ditadura militar. Analisando as documentações, é possível perceber a possibilidade de diversas novas pesquisas que auxiliariam na compreensão do contexto ditatorial vivenciado pela instituição de ensino superior. Importante salientar que o Memorial Arlindo Coelho da EPUFBA ainda se encontra em processo de organização do seu acervo documental e museológico e, assim, os avanços conquistados nas análises documentais segue o processo de identificação. Dessa forma, sabemos que ainda tem muito a ser descoberto sobre o referido período.

Ao encontramos dificuldade em compreender os fatos históricos da Escola, tendo os documentos guardados no mesmo espaço, os estudos sobre a Universidade se deparam com um estágio ainda mais complicado. Apesar das Universidades terem sido palco de intensos debates, manifestações e desenlaces provocados pelo regime militar, há ainda pouca documentação selecionada, organizada e descrita à respeito, principalmente porque a documentação encontra-se dispersa em órgãos, unidades e setores administrativos.

Foi trabalhado uma pequena amostra, representada pelas correspondências recebidas e enviadas pela diretoria da Escola durante o período da Delegacia de Furtos, Roubo e Fraudações (DPF) e AESI. Com a aplicação dos métodos arquivísticos foi possível vislumbrar a riqueza de informações que a documentação comporta. Recomenda-se, portanto, o prosseguimento do trabalho, com infraestrutura e profissionais qualificados para que se expanda o rol de documentação analisada e, com isso, o amplo conhecimento sobre o período ditatorial na Universidade.

A análise propiciada pela documentação analisada no âmbito deste trabalho revela docentes, discentes e funcionários que os órgãos de inteligência solicitaram informações no período do Departamento de Polícia e da AESI e as consequências sofridas pelos mesmos. Os atos institucionais, decretos e portarias oriundas desta vigilância, que pretendiam reprimir, só fizeram a resistência crescer. Contudo, cresce

também com o tempo o enrijecimento do regime, levando o maior número de investigados, perseguidos e punidos. Dentre os números de perseguidos os estudantes e os formados estão em maior número, contudo, as punições atingiam a todos sem distinção.

Referências

BELLOTTO, Heloísa Liberalli. **Arquivos permanentes**: Tratamento documental. Segunda edição revista e ampliada. Rio de Janeiro: FGV, 2006.

BRASIL. Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011. Regula o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição Federal; altera a Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990; revoga a Lei nº 11.111, de 5 de maio de 2005, e dispositivos da Lei nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991; e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/l12527.htm>. Acesso em: 12 fev. 2015.

BARBOSA, Marilene Lobo Abreu. Edgard Santos (1946-1961). In: TOUTAIN, Lídia Maria Brandão; ABREU, Marilene; VARELA, Aida (Org.). **Reitores da UFBA**: De Edgard Santos à Naomar de Almeida Filho. Salvador: Edufba, 2011. Cap. 1. p. 18-47.

CAMPOS, José Francisco Guelfi Campos. **Preservando a memória da ciência brasileira**: os arquivos pessoais de professores e pesquisadores da Universidade de São Paulo. 2014. 250 f. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014.

COSTA, Caiuby Alves da. **105 anos da Escola Politécnica da Universidade Federal da Bahia**. Salvador: P&A Gráfica e Editora, 2003, 282 p.

FICO, Carlos. **O Grande Irmão**: da Operação Brother Sam aos anos de chumbo. O governo dos Estados Unidos e a ditadura militar brasileira. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

MOTTA, Rodrigues Patto Sá. **As Universidades e o regime militar**: Cultura política brasileira e modernização autoritária. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. Incômoda Memória: Os arquivos das ASI universitárias. **Acervo**, Rio de Janeiro, v. 21, n. 2, p.43-66, jul./dez. 2008. Semestral. Disponível em: <<http://revistaacervo.an.gov.br/seer/index.php/info/article/view/85>>. Acesso em: 03 jan. 2014.

OLIVEIRA, Lucia Maria Velloso. A descrição arquivística, o arquivista e a reinvenção dos arquivos. In: OLIVEIRA, Lucia Maria Velloso. OLIVEIRA, Isabel Cristina Borges. **Preservação, acesso, difusão**: desafios para as instituições arquivísticas do século XXI. Rio de Janeiro: Associação dos Arquivistas Brasileiros, 2013.

STAMPA, Inez; SANTANA, Marco Aurélio; RODRIGUES, Vicente. Direito à memória e arquivos da ditadura: a experiência do Centro de Referência Memórias Reveladas. In: THIESEN, Icléia (Org.). **Documentos sensíveis**: Informação, Arquivo e Verdade na Ditadura de 1964. Rio de Janeiro: 7letras, 2014. Cap. 2. p. 43-66.

SILVA, Jaime Antunes da. O Centro de Referência das Lutas Políticas no Brasil (1964-1985): Memórias Reveladas. **Acervo**, Rio de Janeiro, v. 21, n. 2, p.13-28, jul./dez. 2008. Semestral. Disponível em: <<http://revistaacervo.an.gov.br/seer/index.php/info/article/view/83>>. Acesso em: 03 jan. 2014.

VASCONCELOS, Isamara Martins. **Federalização do Ensino Superior no Brasil**. 2007. 124 f. Dissertação (Mestrado) - Mestrado em Sociologia, Universidade de Brasília, Brasília, 2007. Disponível em: <http://repositorio.unb.br/bitstream/10482/2525/1/2007_IsamaraMartinsVasconcelos.pdf>. Acesso em: 21 abr. 2011.

UMA CULTURA DE ELITE NA BAHIA: APONTAMENTOS PARA ANÁLISE DO CONSELHO DE CULTURA DA BAHIA (1967-1983)

ANSELMO FERREIRA MACHADO CARVALHO¹

Resumo: O presente estudo objetiva verificar a existência de uma cultura de elite na Bahia presente no Conselho Estadual de Cultura (CEC) durante o período da ditadura civil-militar no estado, assim como identificar suas práticas culturais que legitimaram ações e políticas culturais no período em questão. A *Revista de Cultura da Bahia* era um local, mesmo sendo uma publicação oficial do CEC, de fermentação intelectual e de construção de um projeto para a cultura na Bahia, no qual um dos objetivos era salvaguardar as características da *intelligentsia* baiana, cuja efetivação se materializava na destinação de recursos públicos para sua manutenção, como a preservação do patrimônio material e a publicação de obras (literárias, memorialísticas e historiográficas) indicadas pelo CEC. Por fim, esta elite cultural baiana, presente no Conselho no período em questão, funcionava como mantenedora de práticas culturais que eram reminiscências das elites letradas das primeiras décadas republicanas. Práticas culturais que se caracterizavam pela importância do diploma e da formação universitária, a escrita em jornais baianos, o circuito fechado da intelectualidade, as remissões recíprocas que consolidavam um grupo e a ocupação dos espaços institucionais.

Palavras-chave: Conselho; Cultura; Elite; Bahia

Abstract: The present study aims to verify the existence of an elite culture in Bahia present at the State Cultural Council (CEC) during the period of the civil-military dictatorship in the state, as well as to identify its cultural practices that legitimized cultural actions and policies in the period in question. The *Revista de Cultura da Bahia* was a place, even though it was an official publication of the CEC, of intellectual ferment and construction of a project for culture in Bahia, in which one of the objectives was to safeguard the characteristics of the Bahia intelligentsia, whose implementation was materialized in the allocation of public resources for its maintenance, such as the preservation of material assets and the publication of works (literary, memorial, and historiographic) indicated by the CEC. Finally, this Bahian cultural elite, present in the Council in the period in question, functioned as a supporter of cultural practices that were reminiscent of the literate elites of the first republican decades. Cultural practices that were characterized by the importance of university diplomas and training, writing in Bahian newspapers, the closed circuit of the intelligentsia, reciprocal remissions that consolidated a group and the occupation of institutional spaces.

Keywords: Council; Culture; Elite; Bahia

1. Considerações iniciais

Problematizar os conceitos é uma tarefa fundamental para o historiador de modo que o faça no sentido de melhor analisar seu objeto. Portanto, à luz da História Social, pensaremos elite não somente como um conceito definido apenas pelo lugar

¹Discente do PPGH- Doutorado em História- UFBA, orientado pela professora Dra. Lina Maria Brandão de Aras. Professor efetivo de História do Instituto Federal de Sergipe, Campus Lagarto. Email: machado30anselmo@gmail.com

dos sujeitos nas relações de produção, mas, ao contrário, pelas suas opiniões, pensamentos, ideologias, práticas e ações.²

Ao se reportar ao termo de época “âncoras de tradição”, o historiador Paulo Santos Silva contribui com o presente estudo por discutir a formação dos quadros, o elenco, as instituições, sociabilidades de uma elite política baiana que se confundia também como elite intelectual³. Era a Bahia dos anos de 1930-1945, ressentida com a perda de espaço político ocorrida com a chegada de Vargas ao poder. Esta elite autonomista produzia uma historiografia para justificar e legitimar seu projeto político liberal de combate ao centralismo no plano federal. Wanderley de Araújo Pinho e Luís Viana Filho foram dois dos seus maiores expoentes. O primeiro se tornaria prefeito de Salvador na década de 1940 e, o segundo, governador em 1967, em cujo mandato foi criado o Conselho Estadual de Cultura da Bahia (CEC).⁴

Dentre os membros do CEC, muitos eram dessa geração e/ou conviveram e desfrutaram desta sociabilidade: Helio Simões, Godofredo Filho, José Calasans, Thales de Azevedo, Américo Simas Filho, Francisco Peixoto de Magalhães (pai de ACM), Nelson de Souza Sampaio, Wilson Lins, Rui Santos, Diógenes Rebouças, Fernando Luiz da Fonseca, dentre outros. Quase todos ingressaram no CEC depois que se aposentaram da Universidade Federal da Bahia.⁵

Consoante com Santos, era uma elite política e intelectual cujas características perpassavam pela formação acadêmica. Ser portador de diploma superior era porta de entrada para a carreira política e profissional. O jornalismo foi importante na iniciação de muitos no mundo das letras e no mundo do trabalho. Ocupavam espaços como a

² HEINZ, Flávio M. (Org.). **Por outra história das elites**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006. Para o autor a “noção de elite (como) uma forma de se estudar os grupos de indivíduos que ocupam postos-chave em uma sociedade e que dispõem de poderes, de influência e de privilégios inacessíveis ao conjunto de seus membros”, p.7-8.

³ SILVA, Paulo Santos. **Âncoras da tradição: luta política, intelectuais e construção do discurso histórico na Bahia (1930-1949)**. Salvador, EDUFBA, 2000.

⁴ Regimento interno. **Revista de Cultura da Bahia. Órgão Oficial do Conselho Estadual de Cultura**. Ano I nº 01, março /agosto 1968, p.8-14. No artigo primeiro, é explicitada a Lei estadual 2464 de 13 de setembro de 1967 que regulamentava a participação de doze conselheiros que deveriam reunir-se pelo menos quatro vezes por mês. Uma de suas atribuições consoante o Artigo IV era a de elaborar a política cultural do estado, opinar sobre a organização e empreendimento de campanhas estaduais que visassem o desenvolvimento da cultura e também deliberar sobre auxílios do estado para eventos e atividades culturais.

⁵Arquivo FFCH/UFBA. Pasta administrativa do professor Thales de Azevedo. Os demais eram todos especialistas em suas áreas, com intensa vida social, a maioria integrantes do IGHB e ALB, acadêmicos, professores da UFBA. Sobre os conselheiros baianos do CEC, ver: CARVALHO, Anselmo F. M. **A Bahia Constrói o seu futuro sem destruir o seu passado**. Feira de Santana: EDUEFS, 2013; SOTO, Cecilia Ana Vásquez. **A trajetória histórica do conselho estadual de cultura e as políticas culturais na Bahia**. Dissertação (mestrado). UFBA- Instituto de Humanidades, Artes e Ciências prof. Milton Santos, Salvador, 2012.

Academia de Letras da Bahia (**ALB**), criada em 1917, o Instituto Geográfico e Histórico da Bahia (**IGHB**), criado em 1894, criavam revistas e frequentavam cafés.

A grande maioria destes intelectuais era proveniente da Faculdade de Medicina da Bahia, da Escola Livre de Direito e da Escola Politécnica que, em 1946, por iniciativa de Edgar Santos, seu primeiro reitor e fundador, integraram a Universidade da Bahia, que depois de 1951, passaria a ser chamada de Universidade Federal da Bahia.

Uma das características mais marcantes desta cultura de elite foi a oratória, bastante reiterada em detrimento, muitas vezes, da produção intelectual *strictu sensu*. Uma remissão aos confrades era constante também, fato que os tornavam integrantes de um grupo coeso. Os intelectuais baianos tanto os do CEC quanto os das primeiras décadas republicanas escreviam sobre seus pares, em trabalhos biográficos ou efemérides como, por exemplo, o *dia Nacional da Cultura* em homenagem a Rui Barbosa.⁶

Nossa hipótese é a de que durante a formação do Conselho de Cultura da Bahia, no ano de 1967, período de incremento de uma modernização capitalista mais sistematizada pelos civis e militares no poder após o ano de 1964 na Bahia, estes espaços foram preenchidos por esta mesma elite herdeira das tradições baianas da primeira metade do século XX cuja formação perpassava pelas características anteriormente elencadas e legitimadas pela presença destes intelectuais com intensa atividade na UFBA.⁷

A criação dos conselhos de cultura estaduais foi um projeto e um objetivo do Conselho Federal de Cultura (CFC), órgão responsável no plano nacional, para cuidar da cultura nos tempos da ditadura civil-militar.⁸ Intelectuais como Josué Montello, Gilberto Freyre, Adonias Filho, Clarival do Prado Valadares e Pedro Calmon⁹, dentre outros, seriam os responsáveis pela construção das políticas culturais baseadas nos princípios da Segurança Nacional.

Consoante MAIA (2010) a doutrina do regime militar, cuja preocupação no campo da cultura era a integração regional, valorização do folclore, o papel cívico, a

⁶ NOTÍCIAS. Homenagem a Ruy, no dia de cultura. **Revista de Cultura da Bahia**, Salvador, nº 07, jan-dez 1972, p.126.

⁷ MAGALHAES, Vanessa. No embalo das redes: cultura, intelectualidade, política e sociabilidades na Bahia (1941-1950). Dissertação (Mestrado)-FFCH- UFBA, 2010

⁸ MAIA, Tatyana de Amaral. **“Cardeais da cultura nacional”**: o Conselho Federal de Cultura e o papel civil – militar (1967 – 1975). Tese (doutorado) - Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2010.

⁹ O Historiador Pedro Calmon foi referência intelectual para esta geração de baianos.

consolidação de uma identidade nacional cujo pilar era o otimismo, foi elemento fundamental para legitimar os projetos dos militares.

Na Bahia, seus pares intelectuais foram convocados pelo governo do estado para elaborar o plano estadual de cultura, estabelecer as regras de fomento e de viabilidade da cultura baiana.¹⁰ No seu livro de memória, Luís Viana Filho, governador da Bahia em 1967, chefe da casa civil e ministro da Justiça do governo Castelo Branco, falava do desconforto do general quando este era acusado de ser “inimigo da cultura” e de fomentador do “terrorismo cultural”¹¹.

Luís Viana atestava ainda, a importância da cultura para os governos militares ao destacar, em suas memórias, como foi o processo delicado de escolha dos candidatos a membro do CFC, afirmando que o presidente só havia indicado três nomes e que as demais não seriam indicações baseadas na preferência do general.

Nos círculos culturais, por exemplo, surgira o desejo de criar-se órgão equivalente ao existente para a Educação, que tinha no seu Conselho Federal adequado cenáculo para debater seus problemas. Moniz de Aragão (Então ministro da Educação e Cultura no Governo de Castelo Branco, *grifo nosso*), que possuía percepção ágil, não deixou passar a oportunidade. Criou-se assim o Conselho Federal de Cultura, destinado a congregar expoentes das atividades culturais, sem excluir a representação regional. Escolher esses “cardeais” pareceu deleitar o Presidente, que pediu ao ministro uma lista de sugestões. Durante dias, ele meditara, trocara idéias sobre os nomes mais indicados, receoso de alguma omissão. Tolerante, não admitiria nenhuma restrição por exagerado temor à ideologia do candidato. Conseqüência dessa isenção e desse cuidado foi um conselho modelar, reflexo do que havia de mais expressivo nas áreas culturais, atendidas as reivindicações regionais.¹²

A escolha se baseava também nos critérios regionais. O regionalismo foi um dos pilares, não somente das estratégias de planejamento econômico e político dos militares, como também no plano da cultura.

Ao Ministério do Planejamento tocou traçar as grandes linhas, a doutrina e o objetivo do desenvolvimento nacional, ao qual se somou

¹⁰ Regimento interno. In: **Revista de Cultura da Bahia. Órgão Oficial do Conselho Estadual de Cultura.** Ano I nº 01, março /agosto 1968.

¹¹ VIANA FILHO, Luís. **O governo Castelo Branco.** Rio de Janeiro, José Olympio, 1975. A escrita deste livro de memórias, segundo Carlos Fico, foi possibilitada pelo contexto da distensão política, período de “descompressão política”, onde as revelações políticas já podiam ser consideradas fatos históricos. FICO, Carlos. O estado da Arte. In: **Além do Golpe: versões e controvérsias sobre o golpe e a ditadura militar.** Rio de Janeiro, Record, 2004, p. 23-24.

¹²VIANA FILHO, Luís. *Idem*, p. 424

o desenvolvimento regional, supervisionado pelo Ministério da Coordenação dos Órgãos Regionais, órgão operativo dos esquemas parciais, com eles compatível. Certamente, esta concepção, exigindo a individuação do regional como parte integrante do nacional, era fruto da experiência histórica sobre a formação social do país. Tinha raízes na vocação econômica de cada grande área, embora buscasse somar a diversidade com a unidade, o regionalismo com a unidade econômica, política e espiritual da Nação.¹³

A cultura em nível nacional se baseou nesta perspectiva do regional integrando o nacional. Na Bahia, este regionalismo versava sobre uma identidade baiana pautada nos seus valores elitistas, católicos, sua versão hegemônica sobre a história, a ênfase no patrimônio e na cultura letrada e branca.¹⁴ Esta concepção de cultura para os intelectuais do CEC, além de legitimar a cultura de elite baiana, objetivava, sobretudo, a destinação de recursos financeiros e medidas para a cultura patrimonial e letrada.¹⁵

As discussões propostas pela historiadora Déa Felon, em 1993, são pertinentes para discutirmos as relações entre a Cultura e a História Social, para assim pensarmos o CEC no bojo das relações sociais. A autora chama atenção dos perigos de engessarmos uma discussão que trata a cultura separada do conjunto social e, também, de uma História Social que valorize os particularismos dos grupos sociais ou indivíduos apenas, afastando-se conseqüentemente da compreensão da sociedade em sua totalidade.¹⁶ Alerta, ainda, para os esquematismos de análises marxistas que priorizam a superestrutura como definidora para entender objetos dentro da totalidade histórica. Sobre as abordagens de História Cultural, salienta, como mais uma forma de abordar o social (tendência incipiente dos anos 90), além da emergência da História da Cultura Material, que validou sua crença nos estudos da cultura como categoria intrínseca ao social, elemento de sua constituição.

Déa Felon valida a noção de cultura como um sistema de significações onde se incluem aí todas as suas práticas, reveladora das contradições sociais, que “modela modos de vida global” e não considera apenas uma teoria das artes e da vida intelectual em suas relações com a sociedade”.¹⁷ Ademais, a autora nos indica as

¹³ VIANA FILHO, Luís. **O governo Castelo Branco**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1975, p.240.

¹⁴ CARVALHO, Anselmo F. M. **A Bahia Constrói o seu futuro sem destruir o seu passado**. Feira de Santana: EDUEFS, 2013.

¹⁵ Parte dos recursos se destinou ao patrimônio e publicações de obras literárias.

¹⁶ FENELON, Déa Ribeiro. **Cultura e História Social**: Historiografia e pesquisa. Proj. História, São Paulo, (10), dez. 1993, p.83.

¹⁷ FENELON, **Op. cit.**, p.86

possibilidades trazidas por uma História Cultural pensada por Chartier¹⁸ a partir dos matizes: práticas e representações, e também dos trabalhos de E. P. Thompson¹⁹ ao fazer uma História Social valendo-se da cultura como categoria abrangente; e, por último, os Estudos Culturais, capitaneados por pesquisadores a exemplo de Stuart Hall²⁰ que trazem a marca da interdisciplinaridade e pluralidade.

Ao analisar a cultura de elite na Bahia durante a ditadura civil-militar brasileira, não pretendemos esboçar um quadro descritivo das idéias, obras, produções destes intelectuais, não é uma História das idéias, mas, sobretudo, como essas idéias, materializadas na vontade dos sujeitos, nas suas ações e experiências, nas instituições que participam e dirigem, deram forma a um conjunto de significados culturais e sociais que promoveram por um lado, inclusões de frações das elites baianas no tocante à definição das políticas culturais e, por outro lado, possibilitaram exclusões de sujeitos sociais que estavam à margem desse processo.

Mas, afinal, o que seria cultura de elite na Bahia?

Para entendermos a natureza desta significação, a metodologia utilizada foi a análise dos discursos dos intelectuais em seus textos publicados na *Revista de Cultura da Bahia*, periódico do Conselho, e em consonância com o tempo vivido. Boa parte deles emergiu num contexto de perda desta cultura de elite, face aos “ventos” modernizantes que foram hegemônicos na Bahia dos anos 1960/1970.

A *Revista de Cultura da Bahia* é vista como espaço de sociabilidade, fermentação cultural desta intelectualidade e, também, como espaço de consecução de projetos²¹, a exemplo da defesa do patrimônio baiano e preservação das memórias desta elite intelectual baiana. Fernando Luiz da Fonseca, conselheiro de cultura, professor da Escola de Arquitetura da UFBA, assim explanava sobre esta cultura, na perspectiva de uma visão humanista de patrimônio como significado de civilização:

Devemos todos entender que o verdadeiro sentido da civilização deve ser o de conduzir o homem mecanizado e entorpecido pelos não sedimentados progressos da técnica, ainda não adaptado aos avanços do desenvolvimento, levar esse homem ao desenvolvimento.

¹⁸ CHARTIER, Roger. **A História Cultural: Entre práticas e representações**. Rio de Janeiro: Bertrand, 1990.

¹⁹ THOMPSON E. P. **A Formação da Classe Operária Inglesa** Rio de Janeiro, Paz e Terra, 3v..

²⁰ HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Rio de Janeiro: DP & A, 1999.

²¹ LUCA, Tânia Regina. A história dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, Carla Bassanezi (org.). **Fontes Históricas**. São Paulo: Contexto, 2005.

Humanização que se encontra nas tradições, fontes inesgotáveis de cultura, que podem e devem coexistir com o desenvolvimento tecnológico e científico. As tradições religiosas, históricas, folclóricas, artísticas e também morais, representam, uma soma grandiosa de cultura que poderá reconduzir o homem à sua posição humana.²²

A própria sede do Conselho ficava no bairro da Graça, no epicentro cultural elitista de Salvador à época. As reuniões aconteciam no Palacete Catharino, antiga residência das famílias de elite baianas. Vale destacar que boa parte era católica e frequentava os atos litúrgicos das igrejas do centro de Salvador. Thales de Azevedo, por exemplo, era católico praticante, oriundo na juventude do grupo católico formado no Colégio dos Jesuítas, onde conviveu com outro membro do CEC, seu confrade Hélio Simões, poeta e ensaísta baiano, além de nomes como Theodoro Sampaio e Anísio Teixeira.²³ O filho de Thales, em depoimento para uma homenagem do CEC à sua memória, nos revela uma cena que ilustra o cotidiano desta elite,

... Cunhou uma estampa elegante e discreta: cabelos brancos, blazer e gravata-borboleta. Nos últimos anos acrescentou uma bengala ao vestuário, pois preferia andar sozinho e emperdigado, que conduzido por outros. Gostava de prestigiar os lançamentos de livros e vernissages e fazia questão de chegar aos compromissos com pontualidade. Esse era um dos poucos pontos de atrito com minha mãe. Como nunca quis dirigir e para não querer depender de outros, deslocava-se frequentemente a pé deste Conselho Estadual de Cultura, na Graça, para o Instituto Geográfico e Histórico da Bahia, na Piedade, ou para casa, na Barra Avenida, em uma prática salutar cultivada desde a juventude, quando os carros e prática de esportes eram raros.²⁴

Como já dito, as próprias definições de cultura dos intelectuais definiam suas práticas na Instituição, ou seja, cultura para eles definia onde e em que se gastar. Thales de Azevedo ao exaltar a Bahia, falava da formação humanística, se reportou ao fundador da Academia de Letras da Bahia, Arlindo Fragoso, numa espécie de valorização da memória dos intelectuais das primeiras décadas,

²² FONSECA, Fernando Luiz da. Novo membro do Conselho Estadual de Cultura. **Revista de Cultura da Bahia. Órgão Oficial do Conselho Estadual de Cultura**. Nº 4, jul /dezembro 1969, p. 67.

²³ BRANDÃO, Maria de Azevedo. Thales de Azevedo: ciclos temáticos e vigência na comunidade acadêmica. **Cadernos CRH**, Salvador, v.18, p. 299-311, maio/Ago, 2005. Artigo de autoria da filha de Thales onde a mesma traça sua trajetória, porém, silencia sua longa passagem pelo CEC.

²⁴ AZEVEDO, Paulo Ormindo de. **Thales de Azevedo, meu pai**. Revista de Cultura da Bahia, Salvador, n.16, p. 147-152, 1998. Esta última referência em decorrência à homenagem póstuma a Thales pelo Conselho de Cultura

Homem culto no sentido de aliar o saber científico e profissional ao conhecimento e ao gosto das humanidades - tipo de formação muito característico do século XIX, de que o mundo de hoje dominado pelas técnicas e pelas ciências, sente grande falta e necessidade para contrabalançar o vertiginoso progresso material com a sensibilidade intelectual, o apuro moral, a elevação da alma num humanismo integral.²⁵

A crítica à cultura de massas, em emergência nos 1970, e a iminência da formação de um mercado consumidor dos bens culturais era uma estratégia de se afirmar enquanto uma cultura de elite. Em depoimento ao livro de memórias da Fundação Cultural do Estado, o conselheiro Germano Machado atestava esta premissa, nas suas palavras:

Não se pode tratar a cultura como se fosse uma mercadoria qualquer. Então essa discussão, em verdade, começou lá atrás, no final dos anos 70. É interessante notar que a mobilização internacional vem crescendo, cada vez mais, como uma defesa para se evitar que a indústria cultural produzida em centros hegemônicos acabe dominando ou destruindo as outras culturas.²⁶

Destaca-se uma particularidade: um interesse com o regional, com as especificidades da cultura baiana. Ao observar e fazer a crítica dos depoimentos, pareceres e resoluções dos intelectuais do CEC, expostos na *Revista de Cultura da Bahia*, percebemos que este é um debate ocorrido em período anterior ao depoimento do conselheiro Germano Machado.

O professor de Direito da UFBA, advogado, deputado estadual pela UDN por três mandatos (1947-1959), presidente do Conselho Estadual de Cultura, entre 1968-1971, Nelson de Sousa Sampaio,²⁷ ao apontar para as projeções futuras e ao fazer uma

²⁵ AZEVEDO, Thales de. A vida de cultura na Bahia. **Revista de Cultura da Bahia. Órgão Oficial do Conselho Estadual de Cultura**. Nº 03, jan /jun. 1969, p.20. Thales Olympio Góes de Azevedo nasceu em Salvador-Ba em 26/08/1904 e morreu em 05/08/1995. Diplomado em Medicina pela Faculdade de Medicina da Bahia. Dez./1927. Foi professor e diretor da Faculdade de Filosofia da UFBA, 1964-1967. Autor de várias obras, dentre as quais *Povoamento da Cidade do Salvador*, de 1949. Esteve como membro do Conselho desde a sua fundação em 1967 até 1994, exceto durante a gestão Waldir Pires (1987-1989).

²⁶ Depoimento Germano Machado. FUNCEB. **Memória da cultura: 30 anos da Fundação Cultural do Estado da Bahia**. Salvador: Secretaria da Cultura e Turismo, EGBA, 2004, p. 81.

²⁷ Nelson de Sousa Sampaio foi um intelectual baiano muito ativo durante o século XX, advogado, formou-se em 1937 pela Faculdade de Direito da Bahia, Doutor em Direito 1961-63, nasceu em 26 de julho de 1914 na cidade de Macajuba, interior baiano, e faleceu em 20 de dezembro de 1985 em Salvador. Lecionou Psicologia Educacional no Instituto Normal da Bahia, em 1938, foi diretor da Penitenciária da Bahia, 1938-1939. Ingressou em agosto de 1943 como professor contratado na Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas (Atualmente FFCH- UFBA), professor catedrático de *Teoria Geral do Estado* da Faculdade de Direito da Bahia, professor de *Sociologia* da Faculdade de Filosofia, de *Ciências Políticas* da Escola de Administração e de *Instituição de Direito* da Faculdade de Ciências

análise conjuntural da época discorria sobre uma perda dos valores desta cultura de elite, comungada entre ele e seus pares intelectuais. Desta forma assim indagava:

Se quiséssemos resumir as tendências de nossa intelligentsia, apontaríamos as seguintes linhas evolutivas: o declínio da cultura verbal; a diversificação cultural; a preocupação da funcionalidade da cultura; o "desindividualismo" cultural; "o fim dos notáveis"; e valorização da cultura artística. Trata-se das tendências universais, aqui chegadas com certo atraso. O espírito de funcionalidade do conhecimento confere uma orientação pragmática à cultura, fazendo-se servir aos fins da respectiva sociedade e dando realce aos técnicos.²⁸

Na passagem anterior, observa-se um acento em questões de ordem pragmática que parecem alcançar também o campo da cultura – mas, lido isoladamente, não é possível perceber os elementos de uma crítica.

Em entrevista a dois antigos conselheiros documentei importantes relatos de quem conviveu com estes intelectuais. Mário Mendonça de Oliveira, então diretor da Escola de Arquitetura da UFBA, aos 34 anos ingressou no Conselho na gestão do presidente, historiador, José Calasans (22/03/1973 a 08/07/1975- 2º Biênio), de Antônio Carlos Magalhães, governador, e Rômulo Galvão, conterrâneo seu de Campo Formoso, então Secretário de Educação e Cultura que havia lhe convidado a integrar o CEC. Mário Mendonça de Oliveira nos relatou sobre a formação de elite dos conselheiros com os quais conviveu e a ideia de uma rede, um grupo coeso:

Econômicas da Universidade Federal da Bahia, cursou Ciência Política na Northwestern University, Illinois, USA de 1945-46, e foi diretor da Faculdade de Direito no período entre 1961-1964. Também foi professor visitante de El colégio do México em 1963, em cujo Centro de Estudos Internacionais ministrou um curso sobre "*Política exterior do Brasil*" e observador da Organização dos Estados Americanos (OEA) nas eleições de 1966 da República Dominicana e da Bolívia. Foi presidente do Conselho Estadual de Cultura da Bahia entre 1968-1971, elaborou seu regimento interno e permaneceu como conselheiro até 1985. Além disto, foi membro de diversos conselhos e entidades: Ordem dos Advogados do Brasil na Bahia - OAB-BA, Instituto dos Advogados da Bahia, Instituto Geográfico e Histórico da Bahia - IGHB, Associação Bahiana de Imprensa e, sobretudo, da Academia de Letras da Bahia -ALB, na qual tomou posse na cadeira de nº 7 cujo patrono é o Visconde de Cairu, em 20/04/1971. Na vida política *strictu sensu*, foi consultor jurídico do Poder Legislativo entre 1970-1976, eleito deputado estadual pela União Democrática Nacional - UDN (1947-1951), reeleito em 1951-1955, e renovado seu mandato para a legislatura 1955-1959, durante o Governo de Antônio Balbino, ao qual fez dura oposição. Foi autor de muitos livros e artigos acadêmicos e não acadêmicos em periódicos na Bahia como a Revista do IGHB, *Revista de Cultura da Bahia*, editada pelo Conselho Estadual de Cultura, *Universitas* da UFBA e Revista da Faculdade de Direito da UFBA, dentre outros periódicos fora do estado. Aposentou-se como professor da UFBA em 1980. Informações obtidas no Arquivo **FFCH/UFBA**. Pasta administrativa do professor Nelson Sousa Sampaio; Revista da Academia de Letras da Bahia e no site da Assembléia Legislativa da Bahia: <<http://www.al.ba.gov.br>>. Acesso em: 07/11/2016.

²⁸ SAMPAIO, Nelson de Sousa. Perspectiva da década de 70. **Revista de Cultura da Bahia**, Salvador, nº 04, jul-dez 1969, p.71. Esta matéria foi uma entrevista concedida ao Diário de Notícias, em 28 de dezembro de 1969 pelo referido conselheiro.

Foi um conselho do patrimônio cultural e da arquitetura. Isso foi muito bacana por causa da formação. Veja? Eu era arquiteto, Américo Simas, engenheiro, mas ensinava história da arquitetura e a sua tese de catedrático foi sobre arquitetura. Fernando Fonseca era arquiteto de formação, Diógenes Rebouças era arquiteto. Godofredo Filho era do patrimônio histórico (Câmara). O que tinha mais fora assim foi Nelson Sampaio que veio da área do Direito... Sem dúvidas. As pessoas combinavam muito, porque se espelhavam muito em Teodoro Sampaio que era muito culto e defensor do patrimônio histórico. Teodoro era um engenheiro, mas ninguém entendia mais que ele sobre a história da Bahia. Era uma referência. ... Eram pessoas muito de elite. Elite de pensamento. Pessoas extremamente representativas.²⁹

Dulce Aquino, atual diretora da Faculdade de Dança da UFBA, e à época professora da mesma Instituição, chefe do Departamento de Dança, ingressou no Conselho como suplente e, depois, se tornou titular, substituindo João Augusto Azevedo Filho, fundador do Teatro Vila Velha, titular do CEC. A presença de mulheres era muito rara, o CEC era masculino em sua composição. Era o 4º Mandato do CEC, no período de 06 de julho de 1979 a 15 de março de 1983, o governador era Antônio Carlos Magalhães em seu segundo mandato, o Secretário de Educação e Cultura Eraldo Tinoco Melo e o presidente do CEC era Ruy Santos.³⁰ Dulce não se considerava uma “notável”, estava ali por conta da sua atuação na universidade, junto com Ernst Widmer, músico, e Juarez Paraíso, das Artes Plásticas.³¹ Serviam de contraponto aos “velhinhos”, era uma “resistência” dentro do Conselho, considerado como um espaço de “pessoas muito eruditas, formais sim, talvez reacionários. Então, com isso, podemos inferir que havia um certo grau de liberdade dentro do sistema que é onde havia o entendimento, o diálogo. Era a partir dessa percepção de mundo, claro que de uma cultura eurocêntrica muito forte”. Salienta ainda, que “eram pessoas muito cultas, que

²⁹ Mario Mendonça de Oliveira. **Entrevista concedida ao pesquisador Anselmo Machado**. Salvador-Bahia, em 10/08/2016.

³⁰ Ruy Santos (1902 - 1985) médico, professor, escritor e político brasileiro, senador da República. Nascido na cidade de Casa Nova, sertão da Bahia, era filho de Alfredo Santos e Maria Estrela Santos. Ainda jovem foi para a capital do estado – Salvador – onde estudou o secundário no Colégio Ipiranga. Ingressou na faculdade de medicina e concluiu o curso em 1928.

³¹ Ernst Widmer (1927-1990) professor titular do Departamento de Música da Escola de Música e Artes Cênicas da Universidade Federal da Bahia e Coordenador Central de Extensão da Universidade. O músico, radicado na Bahia desde 1956, veio para o Brasil como convidado de Hans Joachim Koellreutter, fundador dos Seminários de Música da Bahia. Foi professor de piano e regente do Madrigal da Universidade Federal da Bahia (UFBA). Com a organização do Departamento de Música e Artes Cênicas da UFBA, Ernst Widmer tornou-se mentor de um grupo significativo de compositores e regentes como Lindemberg Cardoso, Fernando Cerqueira, Jmary Oliveira, Benito Juarez, Arlindo Teixeira, Milton Gomes, Nicolau Kokron, Agnaldo Ribeiro e Afrânio Lacerda. Em 1966, fundou o "Grupo de Compositores da Bahia" e idealizou os Cursos de Música Nova e as Apresentações de Compositores da Bahia. Já Juarez Paraíso, também membro do CEC em 1979. Entre 1966 e 1968, projetou e realizou as duas bienais de Artes da Bahia.

conheciam profundamente música, poesia. Os médicos tinham, muitos médicos lá. Wilson Lins, por exemplo”.³²

No entanto, a professora Dulce Aquino nos relatou que havia uma cultura poética no Conselho, mencionando Godofredo Filho, poeta que a fazia lembrar de sua infância.³³ Além disso, um clima de muita erudição e de uma cultura eurocêntrica. “Havia discussões de discordância de posições mais avançadas de pensamento. Como posso te dizer é importante, é o avanço da linguagem artística”, afirmava. Para a conselheira Dulce Aquino, o Conselho tinha uma preocupação com a cultura baiana em seus detalhes, apesar do pouco contato com a sociedade,

E era muito trabalhada. Era bem discutido isso dentro... Vamos dizer das intervenções, né? A necessidade de se resguardar. Isso era muito debatido e discutido, não tinha a eficácia ... nenhum conselho de cultura... Tem a recomendação... lá mas aquilo não tinha uma reverberação. Era mais um conjunto de pessoas que discutiam num certo nível de erudição, mas com pouca efetividade na vida cotidiana. Agora havia muita ação na área das Artes, da necessidade, por exemplo, de recomendação de que o patrimônio público em si, menos os prédios que fossem construídos, tivessem obras de arte. Então, havia umas orientações assim, que teve um certo impacto, mas, realmente, de funcionar como algo de transformação da sociedade a partir daquilo é muito pouco. Eu sempre achei muito pouco.³⁴

Como vimos a efetividade do conselho estava mais para indicações do que intervenções e diálogo com a sociedade baiana, na visão da ex-conselheira.

Considerações finais

A elite cultural baiana, presente no Conselho no período em questão, funcionava como mantenedora de práticas culturais que eram reminiscências das elites letradas das primeiras décadas republicanas. Práticas culturais que se caracterizavam pela importância do diploma e da formação universitária, a escrita em jornais o circuito

³² Dulce Aquino. **Entrevista concedida ao pesquisador Anselmo Machado**. Salvador- Bahia, em 10/08/2016.

³³ “Quando ele falava, eu tinha uma sensação que eu me lembrava da minha infância. Da história da menina má, menina boa que morre. Nasce uma frieira na sepultura da menina boa. Não, não é isso. A menina má e a menina boa, que é íntegra, e aí fez uma coisa lá que a menina boa quando falava só saía cristais. E a menina ruim quando falava só saía lagarto, serpente. Então quando Godofredo levantava pra falar eu só via pedras preciosas saindo da boca dele.” Dulce Aquino. **Entrevista concedida ao pesquisador Anselmo Machado**. Salvador- Bahia, em 10/08/2016

³⁴ Dulce Aquino. **Entrevista concedida ao pesquisador Anselmo Machado**. Salvador- Bahia, em 10/08/2016.

fechado da intelectualidade, as remissões recíprocas que consolidavam um grupo, a ocupação dos espaços institucionais.

A *Revista de Cultura da Bahia* era um local, mesmo que oficial, de fermentação intelectual e de construção e efetivação de um projeto para a cultura na Bahia, no qual um dos objetivos era salvaguardar as características da *intelligentsia* baiana, cuja efetivação se materializava na destinação de recursos públicos para sua manutenção, como a preservação do patrimônio material e a publicação de obras (literárias, memorialísticas e historiográficas) indicadas pelo CEC.

Fontes

Arquivo do CEC. Biblioteca Alves Ribeiro.

Arquivo **FFCH/UFBA**. Pasta administrativa do professor Thales de Azevedo.

Arquivo **FFCH/UFBA**. Pasta administrativa do professor Nelson Sampaio.

Dulce Aquino. **Entrevista concedida ao pesquisador Anselmo Machado.** Salvador-Bahia, em 10/08/2016.

FUNCEB. **Memória da cultura:** 30 anos da Fundação Cultural do Estado da Bahia. Salvador: Secretaria da Cultura e Turismo, EGBA, 2004.

Mario Mendonça de Oliveira. **Entrevista concedida ao pesquisador Anselmo Machado.** Salvador- Bahia, em 10/08/2016.

Revista Cultura (1967-1971).

Revista de Cultura da Bahia (1968-1983)

VIANA FILHO, Luís. **O governo Castelo Branco.** Rio de Janeiro, José Olympio, 1975.

Referências

BRANDÃO, Maria de Azevedo. Thales de Azevedo: ciclos temáticos e vigência na comunidade acadêmica. **Cadernos CRH**, Salvador, v.18, p. 299-311, maio/Ago, 2005

CARVALHO, Anselmo F. M. **A Bahia Constrói o seu futuro sem destruir o seu passado.** Feira de Santana: EDUEFS, 2013.

FENELON, Déa Ribeiro. Cultura e História Social: Historiografia e pesquisa. **Proj. História**, São Paulo, (10), dez. 1993

FICO, Carlos. O estado da Arte. In: **Além do Golpe: versões e controvérsias sobre o golpe e a ditadura militar.** Rio de Janeiro, Record, 2004, p. 23-24

LUCA, Tânia Regina. A história dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, Carla Bassanezi (org.). **Fontes Históricas.** São Paulo: Contexto, 2005

HEINZ, Flávio M. (Org.). **Por outra história das elites.** Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

MAIA, Tatyana de Amaral. **“Cardeais da cultura nacional”**: o Conselho Federal de Cultura e o papel civil – militar (1967 – 1975). Tese (doutorado) - Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2010.

OLIVEIRA, Paulo Salles. “Caminhos na construção da pesquisa em ciências humanas”. In: _____, (Org.) **Metodologia das Ciências Humanas. São Paulo**: Ed. Unesp/HUCITEC, 1998.

SALIBA, Elias T. Historiografia brasileira e Marxismo. **Anais do XVI Simpósio Nacional de História**- ANPUH. Rio de Janeiro, julho, 1991.

SILVA, Paulo Santos. **Âncoras da tradição**: luta política, intelectuais e construção do discurso histórico na Bahia (1930-1949). Salvador, EDUFBA, 2000

SOTO, Cecília Ana Vásquez. **A trajetória histórica do conselho estadual de cultura e as políticas culturais na Bahia**. Salvador: UFBA, 2012. (Dissertação de mestrado, Instituto de Humanidades, Artes e Ciências Prof. Milton Santos)

NACIONALISMO IRLANDÊS: A MEMÓRIA CELTA COMO INSTRUMENTO DE REIVINDICAÇÃO

BEATRIZ GALRÃO ABRANTES¹

Resumo: A construção do nacionalismo irlandês foi muito importante para o processo de independência do estado em relação a Grã-Bretanha, sete séculos de dominação depois. Nesse processo, os nacionalistas irlandeses construíram o discurso nacional pautados na descendência celta, deixando de lado outras influências como os vikings. O artigo tem como objetivo compreender a construção da nação irlandesa, pensando nos conceitos de memória, mito nacional e nacionalismo. Analisando a elaboração da identidade nacional irlandesa a luz dessas categorias, para entender como os celtas foram incluídos, interpretados e reinventados.

Palavras-chave: Celta; Irlanda; Memória; Nacionalismo.

Abstract: The construction of Irish nationalism was very important to the process of state independence from Britain, seven centuries of domination later. In this process, Irish nationalists built national discourse based on Celtic descent, leaving aside such influences as the Vikings. The communication aims to understand the construction of the Irish nation, thinking about the concepts of memory, national myth and nationalism. Analyzing the elaboration of Irish national identity in light of these categories, to understand how the Celts were included, interpreted and reinvented.

Keywords: Celt; Ireland; Memory; Nationalism.

*Quem domina o passado domina o futuro;
quem domina o presente domina o passado.*
George Orwell, 1984

A Irlanda passou por um processo de invasão e dominação pelos povos bretões, que foram identificados mais tarde como ingleses, por mais de 700 anos². Em 1801, tornou-se integrante do Reino Unido da Grã-Bretanha e Irlanda, através do Ato de União, e com muita luta e resistência conseguiu a independência entre 1921-1922. No entanto, quando o processo colonialista terminou de fato é difícil de determinar, pois havia duas frentes nessa luta, a liberdade da terra e das ideias. Sabemos que o território foi conquistado na independência de 1921, mas a nacionalidade é processual, não sendo passível de definição temporal exata. No final do século XIX e início do XX, os

¹ Aluna especial do mestrado de História (PPGH-UFBA). E-mail: beatrizgalrao@gmail.com

² Em novembro de 1171 Henry II chega em Dublin para receber a submissão dos reinos do norte da Irlanda: Leinster, Bréifne, Áirgialla e Ulster. Sete anos depois, seu filho John é nomeado o Lorde da Irlanda.

irlandeses buscaram a construção de uma identidade através de um resgate da origem celta.³

“O que leva os habitantes de um território a defender e valorizar sua identidade “antiga”?”⁴ (GUZMÁN, 2010, p. 37). O presente artigo tem como objetivo compreender minimamente esse processo, pensando nas discussões sobre memória, identidade e nacionalismo, e em como essas categorias nos auxiliam a entender a elaboração da identidade nacional irlandesa.

Hall destaca em seu livro *A Identidade Cultural na Pós-Modernidade* três noções de identidade, a primeira, do sujeito iluminista, atrelada a noção de indivíduo unificado no Iluminismo, separado de um todo, a aparição de um eu individualista. A segunda noção do sujeito sociológico caracterizado na relação do seu “eu real” com outras pessoas importantes para ele, mediação dos valores, sentidos e símbolos. Identidade formada na interação entre o eu e a sociedade, na medida em que nos projetamos nas identidades culturais alinhando as subjetividades com os projetos das identidades culturais.

Para Hall, o sujeito pós-moderno, estabelece uma nova relação com a identidade, chamada por ele de “celebração móvel”, pois o tempo acelerado e o ritmo de mudança constante e permanente marcam as sociedades modernas. As identidades são formadas e transformadas continuamente na medida em que assumem formas a partir das representações e interpelações dos sistemas culturais que as rodeiam. Constitui-se do diálogo entre o interno do indivíduo, suas subjetividades e características, e o exterior, como nós imaginamos que os outros nos veem e como nos relacionamos. (HALL, 2006) Ao mesmo tempo em que ocorre uma fragmentação da identidade e deslocamento dela a partir da relação com classe, gênero, sexualidade, etnia, raça e a nacionalidade.

Dessa forma, clamar por uma identidade “antiga”, uma ancestralidade, possibilita uma percepção de si e dos indivíduos ao seu redor, com os quais deseja efetivar laços de comunidade, através de um elemento em comum que perpassaria por todos. Essa identidade nacional é possível por uma construção da memória e do

³ Grandes hordas celtas migravam pela Europa e Ásia entre os séculos VI e IV a.C. Elas chegaram à Irlanda durante a Idade de Ferro e estabeleceram-se no território, defendendo-o mais tarde contra o Império Romano. Com a chegada de missionários cristãos, dentre eles São Patrício, a Irlanda tornou-se oficialmente cristã, a partir de 600. Depois disso, os normandos, anglo-saxões e vikings invadiram a ilha.
⁴“What brings the inhabitants of a territory to value and defend their “ancient” identity?” (GUZMÁN, 2010, p.37)

passado, reinventados e muitas vezes imaginados, sem ser necessariamente baseada em dados empíricos. No entanto, ela pode figurar como um ato político, quando, um acontecimento é evocado por sua utilidade na fomentação de um discurso, assim, a questão da ancestralidade assume um papel essencial na coesão dos grupos e instituições que compõem a sociedade. (POLLAK, 1989)

A memória é tratada na tradição metodológica durkheiminiana como definidora de um grupo e o que ele é, diferenciando-o dos outros, fundamentando e reforçando “os sentimentos de pertencimento e as fronteiras socioculturais” (POLLAK, 1989, p. 10). Assim, a força dessa memória coletiva é enfatizada para a coesão do grupo, por uma adesão não coercitiva, caracterizando uma “comunidade afetiva”. No entanto, Pollack, numa perspectiva construtivista, diz não se tratar mais de considerar os fatos sociais como coisas, como afirma Durkheim, e sim, compreender como eles foram coisificados. Como, por quê e por quem eles se solidificaram e adquiriram duração e estabilidade. No caso da “[...] memória coletiva, essa abordagem irá se interessar, portanto pelos processos e atores que intervêm no trabalho de constituição e de formalização das memórias.” (POLLAK, 1989), ou seja, preocupa-se com a memória oficial forjada pelos atores dominantes do processo.

Na elaboração dos nacionalismos modernos, a memória foi utilizada para criar um passado comum. Henry Tudor enfatiza em seu trabalho, *Political Myth* (1971), que os mitos políticos devem ser compreendidos como uma determinada expressão da realidade, e que as memórias sociais, promovidas com um propósito político, analisadas a partir da seleção do que lembrar e do que esquecer. Os mitos, além de contar a história de um herói, exaltando os ideais de coragem, sacrifício, contam a história de um grupo, da experiência coletiva. Eles não estão estagnados, passam por um processo constante de reinterpretação e reconstrução, incorporando as necessidades do período que o reelabora. Importante ressaltar que, não necessariamente, essa reelaboração do mito traz consigo um caráter revolucionário, podendo emergir um mito nacionalista de liberdade da colonização, mas sem mexer nas estruturas sociais, como foi o caso das mulheres irlandesas.

Tudor enfatiza o caráter ideológico do mito político e sugere que a análise aconteça na tentativa de explicar a recepção dos sujeitos para quem ele é endereçado, e o que as pessoas que o desenvolveram desejavam ser. No livro *Myths and Memories of the Nation*, Anthony Smith reforça a importância do etnonacionalismo e da base de

uma origem ancestral comum para forjar a identidade nacional moderna. Nesse caso, enfatizando uma escolha de linhagem étnica da qual seriam os descendentes.

Em *Cultura e Imperialismo*, Edward Said aponta para a influência que a relação entre colonizador e os colonizados tiveram, após a independência, na formação do nacionalismo, e na fase colonial as zonas de resistência ao imperialismo, que mais tarde tornam-se características da cultura da nação. Percebemos que há uma dinâmica em que tanto o imperialismo e a identidade nacional se constroem e reconstroem a partir de si mesmas e das relações estabelecidas. Para Said, a cultura é o local mais apropriado ao reconhecimento da identidade nacional. No caso irlandês, a rejeição à religião protestante anglicana imposta pelos ingleses e o esforço para manter o catolicismo, mesmo com as práticas sendo consideradas ilegais, catalisou a organização da região sul.

Nacionalismo, para Hobsbawm e Ranger, é uma construção social que se torna viável quando conforma as experiências e visões herdadas do passado do grupo que vem a pensar si mesmos como uma nação. A cultura e a identidade estão sempre construindo o passado através de diferentes releituras, "em outras palavras, nacionalistas criam mitos por novas interpretações ou atualizações herdadas de tradições e narrativas"⁵ (WHITE, 2004).

Para finalizar a discussão sobre nacionalismo e mito nacional, a nação é uma comunidade imaginada, nas palavras de Benedict Anderson, limitada porque possui fronteiras finitas, soberana pois produz um espaço de legitimidade, e comunidade porque as pessoas que fazem parte dela se entendem como um grupo. Para ele, a comunidade é moldada a partir do material impresso, no âmbito do chamado, capitalismo editorial, em que romances e jornais proporcionam os meios para representar a comunidade imaginada e repensar sua origem. O passado é essencial para o sentimento de pertencimento a um grupo, sendo inventado ou adequado para cumprir as necessidades do momento, produzindo um sentido para as culturas nacionais. Portanto, os mitos nacionalistas:

São narrativas que conectam o passado com o presente por meio de representações que juntam várias imagens unificando os indivíduos em uma identidade cultural, uma espécie de família ligada por símbolos. Isto significa que a

⁵ "In other words, nationalists create myths by new interpretations or updating inherits traditions and narratives." (WHITE, 2004)

cultura nacional nada mais é do que um discurso. (SANTOS; FARREL, 2011)

Nacionalismo irlandês

Após séculos de dominação de territórios estrangeiros, o século XIX presenciou o declínio imperial inglês e a emancipação de suas colônias. Durante esse período os irlandeses fizeram um esforço para se tornarem independentes tanto politicamente como culturalmente. Nesse processo, pautou-se a construção de uma identidade nacional que afastasse da imagem dos colonizadores, e plantando a ideia de que os indivíduos só se sentiriam satisfeitos, livres da coroa britânica. O fato de não serem ingleses, seria o primeiro pressuposto do nacionalismo. Os irlandeses encontraram no passado a resposta para o futuro, resgatando assim uma origem celta⁶ que os diferenciaria.

Celtic revival ou *celtic twilight* ou *gaelic revival* foi um movimento da segunda metade XIX, que teve como objetivo promover a revitalização da cultura gaélica de maneira a popularizar as novas concepções. No século XV, os ingleses tentaram erradicar a língua irlandesa e durante o século XVII, foi proibida a circulação de livros impressos no idioma. De forma que o ensino da língua irlandesa funcionou como uma ferramenta de afirmação do grupo, com a pretensão de torná-la o idioma oficial do país.

Em 1893 foi fundada a Liga Gaélica, em que o poeta William Butler Yeats um dos participantes mais influentes. A Liga deu forma e propagou os ideais nacionais, "sistematizando o movimento das cooperativas da agricultura irlandesa, produzindo inúmeras publicações, que eram vendidas em toda a Irlanda, coletando dinheiro de voluntários e introduzindo o idioma gaélico em cerca de 1300 escolas nacionais." (FARREL; SANTOS, 2011, p. 13). No censo de 1996, 43,5% da população (1.430.205 pessoas) sabia irlandês, no entanto, desses, apenas 10% se considerava fluente. Apesar dos esforços, a língua irlandesa ficou limitada ao aprendizado nas escolas, não sendo constatado um número significativo de transmissões familiares, enquanto o inglês continuou como o idioma mais utilizado socialmente (Ó RIAGÁIN, 2004).

⁶ Não se sabe se o grupo ao qual identificamos como celta se entendiam como um só, o nome *keltoi* foi dado pelos vizinhos gregos e utilizado pelos romanos. Há uma diferenciação interna baseada no idioma de cada comunidade, de forma que os habitantes do que hoje é a Irlanda são chamados de gaélicos, pois falavam gaélico.

Ninguém se identificava como celta até a segunda metade do século XIX, quando exaltaram o passado irlandês em produções literárias, como *The Story of Ireland*, de Sullican's, publicado em 1867, e *History of Ireland: The Heroic Period*, de O'Grady's, de 1879. Esses dois livros são considerados carro chefe do movimento, sendo possível vislumbrar neles "[...] a emergência do Mito Celta que criou a nação moderna irlandesa capaz de alcançar um estado." ⁷(WHITE, 2004, p.8), ligando os irlandeses aos seus ancestrais gaélicos.

Segundo Dominique dos Santos e Elaine Farrel, a obra provavelmente mais mencionada e utilizada na reelaboração mítica foi o *Táin Bó Cúailnge* ou Razia das vacas, de Cooley. O *Táin Bó Cúailnge* pertence ao conjunto de sagas irlandesas da narrativa mítica do *Ulster Cycle*, e conta a história da invasão a Ulster pelas províncias da Irlanda: Connacht, Leinster e Munster, lideradas pela rainha Medb de Connatch e seu marido, Ailil. A rainha queria roubar o touro mágico Donn Cúailnge dos Ulster, defendido pelo herói Cú Chulainn, sobrinho do rei rival. O manuscrito mais antigo *Lebor na hUidre*, data do século XII, mas, pode ser que a saga tenha derivado de versões mais antigas: "a linguagem da primeira forma do texto é provavelmente do século VIII, mas algumas passagens também podem ser bem anteriores" (BILLINGTON, GREEN, 1996.).

A personagem principal do épico, Cú Chulainn, tornou-se um exemplo de herói da República da Irlanda. Representado em moedas, postais, selos, canções e uma infinidade de mídias, ele ganhou até uma estátua em comemoração ao levante da páscoa de 1916⁸, em que é retrato o seu momento final, quando se amarra a uma pedra sabendo que vai morrer, para encarar seus inimigos mesmo depois de morto. A deusa Mórrígan aparece em seu ombro, na forma de um corvo, confirmando a sua morte. O mártir a ser seguido, cuja morte se aproximava ao sacrifício cristão de Cristo, levando em conta o aspecto de redenção da morte. Além de associado ao levante, ele teve a imagem vinculada com Patrick Henry Pearse (1879-1916), um dos líderes mais influentes, aparecendo em seus discursos diversas vezes, como exemplo de dedicação, amor, empenho, força, em suma, uma inspiração da história de herói do próprio povo. Ele o via como um símbolo da ideia de nacionalismo. Pearse fez o esforço de associar

⁷ "[...] the emergence of a Celtic Myth that created the modern irish nation capable of achieving a state." (WHITE, 2004)

⁸ Rebelião dos militantes irlandeses pela independência, durante a semana santa de 1916, comemorado anualmente no país.

o passado celta a ideias do catolicismo, como o sacrifício, o que configurou essa versão da estátua da personagem.

Após a independência da República da Irlanda, a tensão entre os católicos e protestantes se acirrou e perdurou por décadas. Na parte norte da Irlanda, a província de Ulster, que decidiu permanecer sob a tutela inglesa, os problemas⁹ entre esses dois grupos se tornaram graves na década de 60 e 70, com ataques terroristas, repressões policiais e confrontos. No dia 5 de outubro de 1968, manifestações em Derry, na Irlanda do Norte, dos moradores do bairro católico contra os protestantes, Londonderry, foi violentamente reprimida, resultando em 120 feridos e 5 mortos. Na saga, Cú Chulainn é um dos habitantes do território de Ulster, e a sua representação também é reivindicada pela região. Nos murais de Belfast (*Shankill Road*) a personagem figura em uma imagem portando espada e escudo, pela defesa dos Ulster, assim como uma versão pintada da estátua do *Post Office Dublin*, conclamando a personagem para si com os seguintes dizeres: “CuChulainn defensor antigo de Ulster dos ataques irlandeses a mais de 2000 anos.”.



Mural em Belfast, Newtownards Road, 1995¹⁰

Representante dos homens de Ulster contra os homens da Irlanda, as outras províncias que atualmente são o território nacional da República da Irlanda. Assim,

⁹ *The troubles* como é chamado o conflito entre católicos e protestantes.

¹⁰ Acessado: em 24/01/2018 <<https://www.flickr.com/photos/normko/326403949>>

vemos como a imagem do herói é utilizada de acordo com a necessidade pelos dois grupos, sendo que a República da Irlanda o reivindica como herói da nação, enquanto o norte compreende-o como defensor contra esse Estado.

As traduções do *Táin* também revelam sobre os desdobramentos políticos da obra. Maria Tymoczko estudou essa temática, dedicando-se às traduções em língua inglesa de três diferentes autores: Standish O'Grady (1878-1880), Augusta Gregory (1902) e Thomas Kinsela (1969). Seu objetivo era provar que a história do *Táin* variava em relação às questões políticas. Ela chegou a conclusão de que as três versões da obra são bem diferentes em certos pontos, variando de acordo com a época da produção.

Segundo ela, a tradução feita por O'Grady, por exemplo, é "assimilacionista", ou seja, os conceitos da cultura irlandesa são abordados a partir de aproximações conceituais com o que é disponibilizado na língua inglesa; a de Gregory, por sua vez, é "dialética", a cultura irlandesa é apresentada a partir do contraste de dois fatores, ora por aderência aos padrões e modelos da cultura inglesa ora por rebelião contra os mesmos; por fim, a tradução de Kinsela é "ostensiva", faz as diferenças culturais aparecerem como óbvias e explícitas. (FARREL; SANTOS, 2011, p. 16)

A autora explica que essas divergências dependem justamente do estágio do nacionalismo, e também da relação entre colonizador e colonizado do contexto vivido por cada autor. Assim, apenas na última versão apresentada por Kinsela é possível perceber que essa relação de dominação foi suplantada, enquanto que na versão de Gregory podemos notar sutilezas dessa nova identidade nacional, que não aparecem na primeira versão. O'Grady incorpora em sua tradução características da subordinação do colonizado, segundo Tymoczko.

Na História das mulheres celtas, alguns autores como Markale acentuam a liberdade delas como à frente de seu tempo, construindo o mito da igualdade entre gêneros e fazendo uma perigosa correlação entre os direitos das mulheres irlandesas e o passado celta. Primeiro, como alertado por Peixoto, essa liberdade das mulheres deve ser ponderada, o sistema continuava sendo patriarcal, mas as pessoas do sexo feminino tinham mais direitos e espaços sociais, se comparadas com suas contemporâneas gregas e romanas. Segundo a Irlanda passou por um processo de cristianização, em que o paganismo foi marginalizado e, junto com ele, boa parte dos cargos de profetizas e druidesas. O século VI marcou a oficialização do cristianismo e, apesar de no início as mulheres participaram de espaços de poder dentro da hierarquia

da Igreja, eles foram aos poucos sendo desmantelados. A partir daí e durante a dominação inglesa, as mulheres foram perdendo cada vez mais direitos, sendo imposto para ela o espaço privado e a moralidade sexual restrita à reprodução. Mary Ryan pontua que, mesmo depois da revolução, e durante o século XX, a Igreja Católica e o Estado colocaram uma série de leis que confinavam a mulher irlandesa ao casamento, à maternidade e à casa, silenciando questões como a violência doméstica e a sexualidade feminina. A literatura *Irish chick lit* representou temas femininos, que antes eram silenciados, colocando em pauta questões sobre os lugares das mulheres na sociedade irlandesa.

Nas barricadas de 1916, em Dublin, as *Red Countess*, combatentes rebeldes, foram comparadas a suas antepassadas como Boudica de Iceni, Gwenllian de Dyfead e a rainha Medb de Connacht, líder do exército contra Ulster no *Táin Bó Cúailgne*. O feminismo, já na década de 1970, encorajou as mulheres a brigarem pelos seus direitos e desejos e, no caso da Irlanda, a imagem da mulher celta foi conjurada como ícone da emancipação feminina. Vemos, assim, que o mito das mulheres celtas é ambivalente: assim como reivindica e associa a sociedade a um passado libertário, do qual se estaria usando de exemplo, esse acabou camuflando a ausência de direitos femininos no início da República da Irlanda, e o pequeno avanço feito desde então.

Segundo Peter B. Ellis ""A tese foi que 'na área dos direitos das mulheres, grande parte da longa luta é apenas recuperar o que as mulheres celtas já desfrutavam há mil e quinhentos anos'(ELLIS,1996,p.20), ou seja, aqui o domínio inglês aparece como um hiato entre os direitos das mulheres do período celta para a república. Evocando a memória como um meio de macular ainda mais a imagem dos ingleses, agregando a pauta feminina aos ideais nacionalista. Assim podemos perceber que ocorreu deslocamento da identidade nacional para alguns indivíduos a partir da noção de gênero

Considerações Finais

White e outros autores defendem uma ligação entre a renovação cultural promovida pelo *celtic revival* e as movimentações políticas que culminaram na independência do país e na Constituição de 1937, já sem a interferência da Grã-Bretanha. A renovação cultural serviu de como um passo para os irlandeses se

repensarem e imaginarem a si mesmos em um Estado nação livre. O final do XIX e o início do século XX foram marcados por transformações políticas, econômicas e sociais.

Segundo, Timothy J. White, os ideais nacionalistas não podem ser propagados sem o aparato de instituições, por exemplo, no caso irlandês, a Liga Gaélica. Nessa organização ocorreu uma elaboração do mito nacional na forma escrita de obras literárias, sendo “[...] importante compreender, então, que a narrativa exerce um papel organizador e tem uma função educativa, funciona muito bem no processo de elaboração das identidades que serão abraçadas pelos envolvidos nestas disputas simbólicas.” (FARREL; SANTOS, 2011, p.15). Assim, essas narrativas criadas costuraram as intenções dos nacionalistas com os interesses da comunidade irlandesa, da qual eles faziam parte, alinhando uma união em torno da identidade nacional.

Analisando pela abordagem durkheimiana de comunidade afetiva, percebemos que ocorreu uma adesão à memória coletiva pautada na ancestralidade celta, mas que esse passado foi trabalhado e retrabalhado de forma que atendesse a necessidade dos mais variados indivíduos. Uma variedade de elementos fora utilizada para compor a identidade nacional irlandesa, dentre eles, a mitologia, principalmente o *Táin Bó Cúailgne*, as personagens celtas femininas, o idioma irlandês, o catolicismo e a arquitetura pré-colonial e pós-colonial, inspirada nas primeiras fases do cristianismo. A intenção dos nacionalistas era romper com a colonização inglesa fixando-se nessas características que colocaram como genuinamente irlandesas. Como pontuado por Said, a identidade nacional constrói-se a partir da tensão entre colonizados e colonizador, sendo possível perceber essa dinâmica nas resistências culturais.

A historiografia sobre a questão nacionalista irlandesa entrou numa fase revisionista, em que os protagonistas da revolução são vistos com outros olhos, e o mito da construção nacionalista passa a ser revisto. Segundo Roy Foster, os irlandeses começaram a se ver em narrativas mais elaboradas e diversas, incorporando outras histórias além da contada pela memória oficial. Para essa corrente fez-se necessário enfraquecer o mito político dentro da História da Irlanda.

É necessário também pensar como essa primeira leva de historiadores que se dedicaram à história das mulheres celtas transmitiram uma visão equivocada para os leitores, tentando encontrar uma utopia igualitária no passado para fazer as reivindicações do presente, que se propagou no senso comum. Assim, os diversos sites e grupos de estudos leigos repetem sem criticidade o mito da equidade celta. Sem

dúvida, a imagem das mulheres celtas foi associada à emancipação feminina, e caberia um outro estudo sobre essa ligação.

Referências

BILLINGTON, S.; GREEN, M. (Org.). **The concept of the Goddess**. New York: Routledge, 1996. 210 p.

ELLIS, Peter Berresford. **Celtic Women: women in Celtic society and literature**. Michigan: Eerdmans, 1996.

FARRELL, Elaine; SANTOS, Dominique. Táin Bó Cúailnge - Um Épico Irlandês. In: SANTOS, Dominique (Org.). **Grandes Epopeias da Antiguidade e do Medievo**. 1ªed.Blumenau: Edifurb, 2014, p. 220-241.

GOLDMAN, Elisa. Nacionalismo e Pós- Colonialismo: uma abordagem Historiográfica da obra de Edward W. Said. In: ANPUH , XXVI., 2011, São Paulo. **Anais do XXVI Simpósio Nacional de História**. São Paulo: [s.n.], 2011. p. 1-13. Disponível em: <http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/14/1300409082_ARQUIVO_TextodaANPUH50anos.pdf>. Acesso em: 03 out. 2017.

GONZÁLEZ, EUGENIO JOSÉ RODRÍGUEZ. La búsqueda de la identidad nacional de Irlanda a través de la arquitectura eclesial. In: Congreso Internacional de Arquitectura Religiosa Contemporánea , 2-II., 2009, Coruña, Espanha. **Actas del Congreso Internacional de Arquitectura Religiosa Contemporánea 2-II**. Coruña: [s.n.], 2011. p. 62-67. Disponível em: <<http://www.arquitecturareligiosa.es/index.php/AR/article/view/87>>. Acesso em: 02 out. 2017.

GUZMÁN , Alejandra . The Classical Legacy: Identity, Memory and Heritage. **Quaderns de la Mediterrània**, Barcelona, v. 13, jan. 2010, p. 37-43. Disponível em: <http://www.iemed.org/publicacions/quaderns/13/qm13_pdf/5.pdf>. Acesso em: 29 set. 2017.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. 11. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

MARKEY, Alfred. Revisionisms and the story of ireland: from sean o'faolain to roy foster. **Estudios Irlandeses**, [S.l.], p. 91-101, jan. 2005. Disponível em: <<http://www.estudiosirlandeses.org/wp-content/uploads/2013/05/AlfredMarkey1.pdf>>. Acesso em: 04 out. 2017.

Ó RIAGÁIN, Pádraig. LANGUAGE AND LITERACY: IRISH LANGUAGE SINCE 1922. In: S. DONNELLY, JR., James et al. (Org.). **Encyclopedia of Irish History and Culture. United States of America**: The Gale Group, Inc., 2004. p. 375-377.

PEIXOTO, Pedro Vieira da Silva. Identidades, relações de gênero e construções discursivas as representações das mulheres celtas nos textos gregos e latinos. In: CÂNDIDO, Maria Regina (Org.). **Mulheres na antiguidade**. Rio de Janeiro: Gráfica e Editora- Dg Ltda, 2012. p. 306-331.

POLLAK, Michel . Memória, Esquecimento, Silêncio. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, p. 3-15, jan. 1989. Disponível em: <http://www.uel.br/cch/cdph/arqtxt/Memoria_esquecimento_silencio.pdf>. Acesso em: 28 set. 2017.

ROSSATTI, João Paulo. Resenha o presente da memória: usos do passado e as (re)construções de identidade da folha de s. paulo, entre o "golpe de 1964" e a "ditabranda". Jundiaí – SP, Paco Editorial, 2014. **Revista CPC**, São Paulo, n. 21, , jan. 2016, p. 156-166. Disponível em: <<https://www.revistas.usp.br/cpc/article/download/111101/115911>>. Acesso em: 09 out. 2017.

RYAN , Mary . A Feminism of Their Own?: Irish Women's History and Contemporary Irish Women's Writing. **Estudios Irlandeses**, [S.l.], n. 5, jan. 2010, p. 92-101. Disponível em: <http://www.estudiosirlandeses.org/wp-content/uploads/2013/05/Mary_Ryan.pdf>. Acesso em: 03 out. 2017.

WHITE, Timothy. Myth-Making and the Creation of Irish Nationalism in the 19th Century. **Studi Celtici**. n.3, 2004, p. 325-339.

“A IGREJA QUE SE MOVE NA FORÇA DO ESPÍRITO NÃO PODE NÃO SER DINÂMICA, POLÍTICA, QUESTIONADORA”: POLÍTICA E RELIGIÃO NA CIDADE DE CONCEIÇÃO DO COITÉ (1970-2012)

CRISTIAN BARRETO DE MIRANDA¹

Resumo: Este artigo aborda aspectos da pesquisa sobre as disputas entre os *católicos progressistas* e os empresários da indústria do sisal pelo poder político de Conceição do Coité, principal polo econômico da cultura do sisal na Região Sisaleira da Bahia, entre 1986 e 2012. A inserção dos católicos no campo político dominado pelos grupos dos empresários do sisal foi impulsionada pelo Vaticano II e pela Teologia da Libertação. A vivência de um catolicismo preocupado com a dinâmica das relações sociopolíticas contribuiu para fortalecer a participação popular no campo sociopolítico e para questionar uma cultura política em que o voto era tido como objeto de barganha e a violência como uma ação legítima do jogo eleitoral.

Palavras-chave: Política; Religião; Conceição do Coité.

Abstract: This article discusses aspects of the research on disputes between progressive Catholics and businessmen of the sisal industry by the political power of Conceição do Coité, the main economic pole of sisal culture in the Sisal region of Bahia, between 1986 and 2012. The insertion of Catholics in the political field dominated by sisal business groups was driven by Vatican II and Liberation Theology. The experience of a Catholicism concerned with the dynamics of sociopolitical relations contributed to strengthen popular participation in the sociopolitical field and to question a political culture in which the vote was taken as an object of bargaining and violence as a legitimate action of the electoral game.

Keywords: Politics; Religion; Conceição do Coité.

Introdução

A expressão que intitula esta comunicação publicada, em novembro de 1998, no jornal católico de Conceição do Coité, O Mensageiro, denota a vivência de um catolicismo mais preocupado com a dinâmica das relações sociopolíticas nessa cidade, durante os anos finais do século XX. Um catolicismo característico da *Igreja Popular*.² Esse catolicismo praticado por alguns leigos da Paróquia de Nossa Senhora da

¹ Doutorando pelo Programa em Pós-Graduação em História da Universidade Federal da Bahia – UFBA. E-mail: cristianhist@gmail.com

² Compreendo esse conceito a partir de Mainwaring (2004), que entende por *Igreja Popular* setores do catolicismo que possuem uma visão de fé profundamente preocupada com os pobres e com a justiça social. Por estarem mais próximos dos movimentos populares são mais responsáveis pela criação de Comunidades Eclesiais de Base (CEB's) e apoiam a chamada teologia da libertação.

Conceição do Coité, considerados *católicos progressistas*³, foi um importante fator nos processos de socialização para o fortalecimento da participação popular nas decisões sociopolíticas e para o combate de condutas políticas que não correspondiam ao regime democrático no campo político local, como, por exemplo, a restrição de alguns indivíduos no debate político, a violência exercida aos opositores e as relações de mando e clientela.

Cabe salientar que a discussão aqui proposta está atrelada a investigação da minha tese de doutorado desenvolvida junto ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal da Bahia que visa estudar as disputas entre os leigos e os empresários sisaleiros pelo poder político durante 1986 e 2012, ocorridas na cidade de Conceição do Coité. Nesse sentido, este texto abordará os procedimentos teórico-metodológicos que orientam a investigação da tese referida e, particularmente, as primeiras análises do objeto investigado.

As inquietações para pesquisar as disputas entre católicos progressistas e os empresários da indústria sisaleira pelo poder político em Conceição do Coité, nasceram a partir de duas experiências vivenciadas por mim: a pessoal e a formativa-profissional. Nasci em 1987, e cresci escutando de meus pais as narrativas sobre minha cidade, sobretudo as disputas políticas entre *os vermelhos* e *os azuis*,⁴ e acerca das polêmicas provocadas pelo padre da igreja,⁵ onde aos domingos participávamos da missa. Tenho lembranças de ter presenciado alguns desses conflitos na minha infância. Porém, quando adolescente, meados do ano 2000, comecei a compreender aquele universo da minha cidade, especialmente nos períodos eleitorais, pois, nesses momentos, eu sentia as reverberações desses conflitos em minha própria vida. Algumas amizades eram desfeitas, as visitas à alguns parentes eram reduzidas e a vigilância dos meus pais era reforçada, sobretudo durante as brincadeiras na rua com os meus vizinhos, no período da noite.

³ Entendo esse conceito a partir dos estudos de Scott Mainwaring (2004) que compreende por *católicos progressistas* um setor da Igreja Católica, formado por movimentos leigos e integrantes da hierarquia, que busca ter uma visão de fé, profundamente, preocupada com os pobres e com a justiça social, e entende que a sua missão exige um envolvimento político.

⁴ Os grupos políticos locais, a partir de 1972, foram identificados por meio da simbologia das cores, um "verdadeiro folclore eleitoral": *Azuis* (Arena 1) e *Vermelhos* (Arena 2).

⁵ Padre Luiz Rodrigues de Oliveira foi pároco da Paróquia Nossa Senhora da Conceição do Coité durante os anos de 1989 e 2000. Ficou conhecido na cidade como um padre polêmico por debater questões sociopolíticas durante as suas celebrações na igreja e a fazer uma oposição ao grupo político local, os *Vermelhos*.

Ao iniciar minha formação universitária, participei do grupo de pesquisa História Política de Conceição do Coité, experiência significativa que proporcionou não apenas debater sobre as conjunturas locais, mas conhecer e refletir sobre os pressupostos da *nova* história política, que a partir da análise dos jogos de poder são imprescindíveis para a compreensão do todo social, pois o político é uma modalidade da prática social, é o ponto para onde conflui a maioria das atividades e que recapitula os outros componentes do conjunto social (RÉMOND, 2003).

Debater sobre o campo político coiteense, especialmente com os próprios coiteenses, é desafiador, pois como diz minha mãe “tudo nessa cidade gira em torno do ser *vermelho* ou ser *azul*, o povo daqui direciona tudo para questões políticas”. E quando nesse debate adentram questões religiosas mais complicado torna-se tecer reflexões sobre essa questão. Todavia, ao buscar compreender os pressupostos teórico-metodológicos adotados pela nova abordagem da historiografia política, “que adquire dimensões novas ao levar em conta o religioso” (COUTROT, 2003, p. 356), desenvolver uma narrativa histórica sobre essa conjuntura tornou-se para mim, cada vez mais, possível de ser realizada. Saliento que o objeto que proponho investigar sofreu também influências do *Rebuliço no Coreto*,⁶ evento protagonizado por padres e políticos em Conceição do Coité, no ano de 1996, e que foi objeto de investigação da minha pesquisa de mestrado.

Nesse sentido, o objeto a ser investigado no meu percurso do doutorado é moldado no interior das facetas do *político*, e a sua relação com o religioso, visto que a religião amplia o campo de intervenção do político e diversifica suas formas de ação (COUTROT, 2003). Essa compreensão não significa que meu objeto esteja engessado e limitado nas teias da história política, mas é exigido que ele seja inscrito numa perspectiva global, diferente da noção de totalidade, apropriando-se de métodos e teorias desenvolvidas também por outros campos de conhecimento. Esta perspectiva é salientada por Margareth Rago (1999) ao afirmar que a própria busca da interdisciplinaridade leva a uma redefinição dos modos de operação intelectual,

⁶ No Mestrado, propus-me a analisar o conflito entre padres e o poder político dominante em Conceição do Coité, nos anos de 1989 e 2000, a partir de um conjunto de documentações eclesiais, judiciais, da imprensa local e fontes orais. Assim, busquei compreender como os religiosos que chegaram ao município, especialmente o Pe Luiz Rodrigues de Oliveira, influenciados por novas diretrizes de evangelização adotadas pela Igreja no Vaticano II, contribuíram para o rompimento das relações de subserviências da Igreja local com o grupo político liderado por Hamilton Rios de Araújo, os *Vermelhos*.

aspecto importante na ampliação do ofício do historiador e na “preocupação de captar mais integralmente os fenômenos históricos e as ações individuais ou coletivas na trama de complexas relações sociais” (p.92).

A cidade e o sisal

Conceição do Coité está localizada a 235 km de Salvador, possui uma área de 1.086,224 km², tendo uma população estimada em 68.303 habitantes. O antigo território dessa cidade compunha os trajetos que interligavam Salvador ao Alto Sertão do São Francisco e o Estado do Piauí. No período inicial do estudo, década de 1970 do século XX, Coité contava com 35.111 habitantes, predominantemente situada no campo, cerca de 27.341 habitavam na sua zona rural. Destarte, a maior parcela vivia da produção da terra, seja como pequenos e médios proprietários produtores de sisal, ou como trabalhadores, em sua maioria, empregados na produção sisaleira; e a outra parcela, na produção de alguns gêneros agrícolas, como feijão, mandioca e milho, e na pecuária.

As condições de vida da maioria da população apresentavam extrema precariedade nos serviços básicos de assistência à saúde, à educação e a inexistência de abastecimento de água e esgotamento sanitário agravavam essa situação. Uma significativa parcela da população economicamente ativa em 1980, segundo o IBGE, sobrevivia com rendimentos abaixo de meio salário mínimo, aqueles que formavam uma mão de obra concentrada nos setores da agricultura (9881), indústrias (1607) e serviços (1200) recebiam um rendimento médio mensal inferior a um salário mínimo (CEI/BA, 1994, p.281).

A partir da década 1940, o cultivo do sisal tornou-se sua principal atividade econômica, introduzida na região como incentivo de combate à seca, por promoção do governo de Landulfo Alves Almeida, em 1939. Por ser um dos municípios mais destacados na exploração dessa fibra, recebeu o título de Rainha do Sisal. O *ouro verde* gerou riqueza para uma pequena parcela de indivíduos, grandes latifundiários, que iniciaram o processo de comercialização e industrialização da fibra sisalana.⁷

⁷ As folhas do sisal produzem uma fibra altamente resistente que é utilizada para produzir artesanatos, vassouras, sacos, bolsas, chapéus, barbantes, cordas, capachos e tapetes, bem como na fabricação de celulose para a produção de papel Kraft (de alta resistência) e outros tipos de papel fino (para cigarro, filtro, papel dielétrico, absorvente higiênico, fralda etc). Além dessas aplicações, há possibilidade de utilização da fibra na indústria automotiva, de móveis, de eletrodomésticos, de geotêxteis (proteção de

O processo de desenvolvimento industrial do sisal, entre os anos de 1950 e nos meados de 1970⁸, e a implementação da Ditadura Militar no Brasil oportunizaram o fortalecimento de uma poderosa elite econômica regional, ligada ao processo de exportação da fibra sisalana, no poder político local. Assim, a partir dessas décadas, os principais grupos políticos dominantes de Conceição do Coité foram constituídos por homens que enriqueceram com a industrialização da fibra sisaleira e disputaram com grandes comerciantes e profissionais liberais o poder político local, alcançando amplas vitórias nos pleitos.

Os empresário sisaleiros e os católicos progressistas

O apogeu do sisal oportunizou o fortalecimento de uma poderosa elite econômica regional. Em Conceição do Coité, a família Rios tornou-se a principal comerciante da produção sisaleira no mercado interno e externo, administrando mais de 3 indústrias voltadas para a exportação da fibra do sisal. Sendo a mais sucedida a empresa Hamilton Rios Industria, Comércio e Exportação Ltda, que pertencia ao empresário Hamilton Rios de Araújo. Este tornou-se “o maior exportador de fibra de sisal no Brasil, com uma parte de mercado superior em toda a cadeia produtiva da companhia, para 50%, líder no mercado, com uma produção anual de 30.000 toneladas”.⁹

encostas, na agricultura e revestimento de estradas), na mistura com polipropileno, em substituição à fibra de vidro (composição de objetos plásticos) e na construção civil (PROSSIGA, 2004; CAMPBELL, 2004 apud ALVES, Maria O.; SANTIAGO, EDUARDO G. **Tecnologia e relações sociais de produção no setor sisaleiro nordestino**. 2007. p.4. Disponível em: www.bdpa.cnptia.embrapa.br. Acesso em: 02/12/2016).

⁸ A literatura sobre o processo de industrialização dessa região, ainda, é escassa, mas é possível tecer relações desse processo com as análises sobre as tentativas de modernização baiana nos anos de 1950, através da “implementação de uma política de desenvolvimento agropecuário para a produção de matérias-primas e insumos básicos e que encontrasse complementaridade em relação não só às indústrias já instaladas no próprio território, mas ao setor industrial do centro dinâmico do país”(SANTOS, Reginaldo S.; OLIVEIRA, José C. S. **Notas preliminares sobre o padrão de intervenção do Estado da Bahia (1955-80)**. Rio de Janeiro, 1988. p.62. Disponível em: bibliotecadigital.fgv.br. Acesso em: 10/12/2016), visto que a principal máquina desfibradora do sisal, a chamada *paraibana*, é introduzida na região nesse período e, ainda hoje, permanece sendo a principal máquina de desfibramento utilizada nesse setor. Em 1956, a cidade de Conceição do Coité já dispunha de uma quantidade superior a 200 motores de desfibramento do sisal registrados na prefeitura (Dados Anuais da Segunda Convenção Regional do Sisal de 1956). Na década de 1970, a produção do sisal alcançou uma grande expansão por todo o município, transformando algumas regiões em áreas especificamente voltadas para a monocultura sisaleira. Essa fase foi marcada pela elevação dos preços da fibra no mercado externo “devido à crise do petróleo, que elevou os preços das fibras sintéticas, fazendo a demanda das fibras naturais aumentarem” (RICCI, Elcio Aparecido. **Região Sisaleira da Bahia: a reorganização do espaço geográfico da sisalândia a partir da criação da APAEB**. 171 f 2007. Dissertação (Mestrado). Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007, p 59).

⁹ Disponível em <http://www.hamiltonrios.com.br>. Acesso realizado em 23 de março de 2010.

Uma das principais concorrentes desse mercado liderado por Hamilton Rios era a empresa Sisaleira do Nordeste com Lavoura e Indústria Ltda (SINOR), pertencente a Misael Ferreira de Oliveira, considerado, em 1970, o melhor produtor de sisal do Brasil, premiado em Madri (SILVA, 2010). A trajetória desses dois empresários em torno da cultura sisaleira é bastante semelhante. Ambos iniciaram na produção do sisal como pequenos produtores que comercializavam a fibra do sisal e, ao longo dos anos, conseguiram aglutinar outros produtores de Coité e região em suas cadeias produtivas, assim constituíram suas próprias indústrias. Em pouco tempo, tornaram-se os maiores proprietários, negociantes e industriais do sisal.

O contexto socioeconômico que propiciou a alavancada desses pequenos produtores para grandes exportadores ocorreu durante o início da década de 1970, período em que a produção do sisal alcançava uma grande expansão por todo o município, o que levou muitos produtores a plantarem somente sisal, transformando algumas regiões em áreas especificamente voltadas para a monocultura sisaleira.

Além disso, os anos de 1970 foram marcados pela elevação dos preços da fibra no mercado externo “devido à crise do petróleo, que elevou os preços das fibras sintéticas, fazendo a demanda das fibras naturais aumentarem” (RICCI, 2007, p. 59). Como também, possivelmente pelos incentivos do “milagre econômico brasileiro” que permitiu a ampliação do crédito ao setor agrário, “fazendo o uso de amplo leque de isenções fiscais para reduzir seus custos” (PRADO; EARP, 2007. p. 225).

“Colhendo os louros” do sisal Hamilton Rios de Araújo e Misael Ferreira de Oliveira decidiram investir na carreira política nos anos de 1970. Com a implementação do bipartidarismo, instituído pelo Ato Institucional nº 2, que interrompeu a liberdade partidária, a consolidação dos grupos políticos ligados aos empresários do sisal no campo político dessa região foi viabilizada, visto que essa elite para conservar-se no poder e continuar ditando as regras do jogo político local, filiou-se à Aliança Renovadora Nacional (Arena), principal base de sustentação do regime, e acomodou-se nas sublegendas do partido do governo: Arena 1 e Arena 2.

Destarte, nas bases do governo autoritário, os empresários sisaleiros conseguiram limitar o campo de atuação político-partidária e aglutinar outras lideranças políticas sob seu mando. Dessa forma, as disputas pelos cargos políticos

restringiam-se aos *homens do sisal* e aos seus correligionários, assim a política coiteense estava dividida entre dois grupos rivais da mesma base governista. As semelhanças nos perfis político-ideológico desses empresários do sisal evidenciavam que “as disputas se davam dentro de um mesmo campo ideológico, só havendo uma separação dos candidatos em seu âmbito pessoal” (ALMEIDA, 2010, p.10). Dessa forma, como salienta Lemenhe (1995), devido à ausência de polarização ideológica entre os partidos e nas circunstâncias de interesses pouco diferenciados, ocorreu um agravamento da condição personalística no poder.

O agravamento do personalismo na política coiteense limitou violentamente as discussões e reflexões sobre a política e seu verdadeiro significado. Como também, fortaleceu uma cultura política em que o voto era tido como objeto de barganha e a utilização da violência como uma ação legítima do jogo eleitoral. As engrenagens desse sistema político adquiriram nuances tão peculiares nessa região que a identificação dos grupos locais, a partir de 1972, era por meio da simbologia das cores, um “verdadeiro folclore eleitoral”: *Azuis* (Arena 1) e *Vermelhos* (Arena 2).

Com o processo de redemocratização, essa ordem não se alterou. Os dois grupos se organizaram em legendas pró-governo, o ARENA 1 migrou para o Partido Liberal (PL), o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) e o Movimento Democrático Brasileiro (PMDB); e o ARENA 2, para os Partido de Frente Liberal (PFL) e o Partido Progressista Brasileiro (PPB). Este último exerceu durante 40 anos a hegemonia no poder local, sendo liderado por Hamilton Rios de Araújo, o líder dos *Vermelhos*; já os *Azuis* estiveram sob a liderança de Misael Ferreira de Oliveira. Misael teve dois mandatos como vereador, sendo o mais votado do município. Exerceu a função de líder do governo na Câmara Municipal entre 1962/66 e 1967/71. Em 1972, foi candidato a prefeito pela primeira vez, tornou-se a lançar-se em 1982, perdendo as duas eleições. Em 1987, foi eleito deputado estadual para o mandato de 1987/91. Em 1992, foi eleito como vice-prefeito na chapa com Diovando Carneiro.

O processo de redemocratização possibilitou uma outra vertente política no campo político coiteense, devido a inserção de alguns leigos da Paróquia de Nossa Senhora da Conceição do Coité na política partidária. Em 1986, eles fundaram o Partido dos Trabalhadores (PT) local e, em 1988, adentraram na disputa eleitoral pelos cargos políticos do município.

Os leigos eram engajados em movimentos da Igreja, principalmente vinculados ao Movimento de Cursilho de Cristandade (MCC) e à Pastoral da Juventude (PJ), que refletiam as diretrizes propostas pelo Concílio Ecumênico Vaticano II,¹⁰ pelas Conferências Episcopais Latino-Americanas em Medellín e Puebla¹¹ e pela espiritualidade da Teologia da Libertação. Como também, engajados nas Comunidades Eclesiais de Base (CEB's), que na paróquia de Coité foram fomentadas pelos incentivos da hierarquia local,¹² esta impulsionada pelo Plano de Pastoral de Conjunto da Igreja do Brasil.¹³

A atuação pastoral desses católicos, juntamente com padres e freiras que chegaram a Paróquia de Nossa Senhora da Conceição do Coité em 1989 contribuiu para a configuração de um catolicismo mais preocupado com a dinâmica das relações sociopolíticas, um catolicismo característico da *Igreja Popular* que "não se preocupa em desfrutar de influência entre as classes dominantes, pelo contrário, procura ser 'Igreja pobre, dos pobres' " (MAINWARING, 2004, p.33).

Assim, compartilhando da *espiritualidade da libertação*,¹⁴ responsável pelo engajamento de setores da Igreja na participação popular, que alguns desses leigos, sendo eles professores das escolas estaduais do município, trabalhadores autônomos, servidores da administração pública e jovens estudantes, aproximaram-se da

¹⁰ O Vaticano II foi um Concílio Ecumênico realizado na Igreja Católica, com os bispos de todo mundo e de alguns representantes de outras denominadas religiões cristãs, desde 1962 a 1965, em diversas sessões na cidade do Vaticano, sendo convocado pelo papa João XXIII e encerrado pelo papa Paulo VI.

¹¹Essas duas conferências foram realizadas pelo Conselho Episcopal Latino-Americano (CELAM). A II Conferência de Medellín, em 1968, representou a consolidação das orientações do Vaticano II, à luz da realidade da América-Latina. A III Conferência de Puebla de Los Angeles, em 1979, foi muito discutida, esperada e temida, não só no Continente, mas em todo o mundo. Seus documentos evidenciaram uma Igreja mais comprometida com a ação social frente às ditaduras, à opressão e significou uma opção preferencial e solidária pelos pobres. (BETTO, Frei. **Diário de Puebla**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979).

¹² O padre José Antonio Reis, que permaneceu na Paróquia de Nossa Senhora da Conceição do Coité entre os anos de 1973 e 1989, fomentou com lideranças pastorais a criação de diversas comunidades eclesiais pelo município.

¹³ O Plano de Pastoral de Conjunto (PPC) foi um plano de trabalho em comum para o conjunto da Igreja no Brasil com o intuito de atualizar o Vaticano II frente aos desafios e necessidades da realidade brasileira. Foi aprovado no último período conciliar, em 1965, em Roma. Este plano estimulou a difusão das CEB's, em um lento processo de desclericalização das estruturas eclesiais, com maior participação e protagonismo dos leigos. (BEOZZO, José Oscar. **A Igreja do Brasil no Concílio Vaticano II 1959-1965**. São Paulo: Paulinas; Rio de Janeiro: EDUCAM, 2005, p. 59-60)

¹⁴ Segundo Lowy, esse conceito define o grande espectro de movimentos ligados a setores significativos da Igreja e de ideais da Teologia da Libertação que, em 1960, aproximou-se de movimentos de esquerda da América Latina e do Brasil. Cf. LOWY, Michael. **Marxismo e Teologia da Libertação**. São Paulo, Cortez: Autores Associados, 1991. (Coleção polêmicas do nosso tempo; v.39)

perspectiva progressista da Igreja e buscaram ter uma participação político-partidária, como relata uma de suas lideranças, Joilson Araújo:

Nós éramos todos do Movimento do Cursilho de Cristandade e ouvindo as exigências éticas do evangelho, começamos a procurar um partido que representasse o ideário cristão e fosse sintonizado com a busca da justiça.¹⁵

Dessa maneira, fundaram o Partido dos Trabalhadores¹⁶ (PT) local, em 1986. O PT local é decorrente da ação desses leigos. Sob essa legenda, os *católicos progressistas* adentraram na disputa pelo poder político coiteense, campo em que os empresários sisaleiros tinham plena hegemonia, e foram considerados, por partes da população, de comunistas.

Elementos de disputas

A permanência de uma cultura política característica do período autoritário, no qual *Azuis* e *Vermelhos* foram constituídos, após a retomada do regime democrático e a uma intensa mobilização da sociedade civil para garantia de direitos sociais e para um ativismo na política era entendido, segundo os *católicos progressistas*, como um grande retrocesso. Pensamento que pode ser observado nos artigos publicados por alguns leigos nos jornais locais, particularmente no jornal católico local, O Mensageiro, sobre a realidade sociopolítica do município. O próprio informativo de expedição mensal possuía o objetivo de “formar a consciência de todos quantos em meio às trevas torna-se objetos de manipulação por partes de órgãos de comunicação a serviço de interesses de grupos menores”¹⁷ sendo este um instrumento de informação das atividades dos trabalhadores e de formação da consciência crítica de todos, sobretudo dos jovens.¹⁸

Esses setores católicos identificavam a sua ação pastoral em favor da classe trabalhadora, especialmente dos mais pobres, e próxima da atuação que a Igreja realizou durante o processo de redemocratização sendo, nesse período, uma das

¹⁵ Entrevista de Joilson Araújo, em 22 de junho de 2009, concedida à Bianca Carneiro de Almeida.

¹⁶ A aproximação desses católicos com o PT pode ser entendida ao analisar o estudo de Machado sobre a participação de setores católicos na formação do PT na grande São Paulo. Cf: MACHADO, Adriano Henriques. **Os católicos oPTaram?** Os “setores católicos” e o Partido dos Trabalhadores (PT) na grande São Paulo (1978-1982). 204 f. 2010. Dissertação (Mestrado). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo. 2010.

¹⁷ Jornal O Mensageiro ano I nº1, Conceição do Coité, maio de 1991.

¹⁸ Jornal O Mensageiro ano I nº1, Conceição do Coité, maio de 1991.

importantes instituições da sociedade brasileira, no que tange ao incentivo à participação política da sociedade civil, investindo na organização e no esforço de conscientização política junto aos estudantes, aos operários, aos camponeses e às populações urbanas (CARVALHO, 2010). Por isso, os leigos compreendiam que era necessário consolidar na comunidade coiteense, principalmente nos períodos eleitorais, valores e comportamentos ligados a cultura política democrática, aos ideais compartilhados pela *Constituição Cidadã* de 1988. A própria participação deles na política partidária seria uma maneira de buscar robustecer tal cultura em Conceição do Coité, como salienta uma de suas lideranças, Arivaldo Ferreira Mota:

[...] a partir do momento que nós percebemos uma situação maior quando foram transferidos médicos e professores daqui de nossa cidade para outras cidades distantes, como Doutor Pinheiro, Doutor Yedo, Acrísia. Aí nós percebemos que mais ainda precisávamos participar do projeto político diferente desses de perseguições, para que a gente pudesse tentar mudar a política de Coité.¹⁹

Nessa perspectiva, os leigos entendiam que agir politicamente significava agir sobre uma cultura política (ALMEIDA, 2011), buscando mudanças na maneira pela qual a política era vivenciada em Conceição do Coité, especialmente no período eleitoral, em que o voto era moeda de troca e a violência era legitimada aos opositores do projeto político hegemônico. Dito isto, essa proposta não analisa a noção de cultura política presente na sociedade coiteense a partir de sua afinidade ou não com a democracia, e nem em relação ao desenvolvimento econômico, mas a partir dos estudos de Serge Bernstein. Este autor assinala que o “ato político, enquanto fenômeno complexo que ele é, se explica frequentemente por referência a um conjunto de representações compartilhadas por um grupo bastante amplo no seio de uma sociedade” (p.157). Nesse sentido, a compreensão da cultura política, através desses valores e crenças compartilhadas, “é fazer uma leitura comum do passado; de aspirações e projeções de um futuro a ser vivido em conjunto; e da comunhão de uma visão de mundo” (DUTRA, 2002, p.24).

A partir desse entendimento, Ângela Gomes (2005) destaca que apesar da complexidade e heterogeneidade desse “sistema de representações” essa noção de

¹⁹ Entrevista de Arivaldo Ferreira Mota, em 22 de junho de 2009, concedida à Bianca Carneiro de Almeida.

cultura política “é capaz de permitir a compreensão dos sentidos de um determinado grupo (cujo tamanho pode variar) atribui a uma dada realidade social, em determinado momento de tempo” (p.31). Assim, evidencia-se o caráter múltiplo das culturas políticas “cujos territórios são demarcados por limites que correspondem às normas e aos valores compartilhados” (DUTRA, 2002, p.25), mesmo que em um dado momento uma seja dominante.

A integração e a transmissão das culturas políticas são feitas a partir de múltiplos canais, elas surgem e se transformam em virtude, dentre outras coisas, dos processos de socialização, sendo que os canais de socialização da política tradicional são, por exemplo: a família, a escola, o liceu, a universidade e os diversos grupos onde os cidadãos são chamados a viverem. (BERNSTEIN, 1998, p. 356)

Portanto, na perspectiva dos processos de socialização, pode-se analisar a atuação política desses leigos, carregada de valores e símbolos religiosos, no jogo político-partidário, permeado por intensos embates e tramas, também, como uma maneira de fortalecimento e gestação de uma cultura política. Os movimentos leigos como tais são lugares cívicos, extremamente ricos, pois eles encarnam-se em ações concretas desenvolvidas em comunidade (COUTROT, 2003). Perceber a experiência dos leigos na Igreja e no partido, no sentido dessa socialização:

(...) implica tanto numa afirmação e legitimação de uma cultura política preexistente, quanto permite o seu questionamento e, inclusive, a forja de uma nova proposta, na medida que permite a discussão da mesma. (MARINHO, 2014, p.10)

Os questionamentos inferidos pelos leigos sobre a realidade sociopolítica do município, através de suas publicações nos jornais locais, nas reuniões das Comunidades Eclesiais de Base (CEB's), nos eventos pastorais, como a Semana da Cidadania²⁰ e o Grito dos Excluídos,²¹ e nas suas atuações nos Conselhos Municipais,

²⁰ A promoção da Semana da Cidadania, organizada pelos movimentos pastorais da Paróquia Nossa Senhora da Conceição, tornou-se o principal marco da ação sociopolítica, pois, nesse evento, que reunia estudantes, representantes de outras instituições sociais e, principalmente, os leigos, debatiam os principais problemas do município, da conjuntura estadual e nacional. Ela acontecia na primeira semana do mês de setembro como preparação para a comemoração da independência do Brasil, no dia 7 de setembro.

²¹ O Grito nasceu de duas fontes distintas, mas, complementares. De um lado, teve origem no Setor Pastoral Social da CNBB (Conferência Nacional dos Bispos do Brasil), como uma forma de dar continuidade à reflexão da Campanha da Fraternidade de 1995, cujo lema – Eras tu, Senhor – abordava o tema Fraternidade e Excluídos. De outro lado, brotou da necessidade de concretizar os debates da 2ª Semana Social Brasileira, realizada nos anos de 1993 e 1994, com o tema Brasil, alternativas e protagonistas. Ou seja, o Grito é promovido pela Pastoral Social da Igreja Católica, mas, desde o início, conta com numerosos parceiros ligados às demais Igrejas do CONIC (Conselho Nacional de Igrejas

propiciou hostilidades provocadas pelo grupo político hegemônico liderado por Hamilton Rios, *Os Vermelhos*. Além das ações de perseguições sofridas por parte dos leigos, como foi evidenciada no relato de Arivaldo Mota, esses setores católicos coiteenses eram considerados de comunistas e ministros de satanás que não contribuía com a missão religiosa.

Esse discurso depreciativo era uma ferramenta importante para o grupo político e aqueles que não concordavam com as ações dos leigos, pois contribuía para deslegitimar as ações pastorais e sociais desses católicos na cidade. Tal discurso era constante nas ondas sonoras da Rádio Sisal, principal veículo de comunicação de Conceição do Coité e pertencente a Hamilton Rios, o que resultou em alguns processos jurídicos querelados pelos membros da instituição religiosa. Em 25 de setembro de 1992, em pleno período eleitoral, um advogado que comandava o programa “Dr. Ari, o advogado do povo” na referida rádio, exortou que “a Igreja é lugar de trazer o povo para perto de Deus, e pedir a Deus que resolva os problemas nossos e aqui na região. E não fazer daí um antro de comunistas, aí dentro desta Igreja”.²²

O discurso de “Dr. Ari” demonstrava como a presença de padres e leigos católicos nas discussões políticas tornou-se um aspecto incômodo para os grupos políticos locais, pois o mesmo se identificava como um importante membro dos *Vermelhos*.²³ Além disso, demonstrava como essa atuação dos religiosos era significativa durante o embate eleitoral coiteense, ainda mais, quando alguns leigos decidiram adentrar na política partidária e disputar os cargos eletivos com empresários da indústria sisaleira.

O envolvimento desses católicos progressistas no campo político-partidário possibilita pensar no surgimento de novas regras no jogo político local, não exclusivamente pela experiência adquirida no engajamento com o partido político, nas alianças políticas-partidárias e nas eleições. Mas, de forma significativa, na ética e nos seus pontos de vista defendidos, nas peculiaridades da *práxis* da Teologia da Libertação e nos elementos simbólicos e religiosos da eclesiologia ligada ao Concílio

Cristãs), aos movimentos sociais, entidades e organizações. Nos dois casos, podemos afirmar que a iniciativa não é propriamente criada, mas descoberta, uma vez que os agentes e lideranças apenas abrem um canal para que o Grito sufocado venha a público. A bem dizer o Grito brota do chão e encontra em seus organizadores suficiente sensibilidade para dar-lhe forma e visibilidade. (www.gritodosexcluidos.org, acessado em 11/08/2010).

²² Processo nº 045/92 encontrado no Arquivo da Paróquia Nossa Senhora da Conceição do Coité.

²³ Processo nº 045/92 encontrado no Arquivo da Paróquia Nossa Senhora da Conceição do Coité.

Vaticano II. É importante pensar que não foi apenas um conflito no campo político, mas inclui o campo religioso, pois os empresários da indústria sisaleira eram católicos, possivelmente inseriram nessa disputa pelo poder local, estratégias de “dessacralizar” as práticas religiosas, crenças e sistema de valores dos católicos assentados na teologia da libertação.

À guisa de Conclusão

Diante dessas considerações, penso que ao debruçar sobre as relações entre o catolicismo e a política em Conceição do Coité, numa temporalidade permeada por importantes transformações na realidade brasileira, compreender a noção de *poder* será relevante para conhecer reflexões teóricas provenientes de outras ciências, como a ciência política, ciências da religião e a sociologia, por possuírem discussões próximas do meu objeto. O poder é compreendido como um elemento que possibilita organizar a trama social mediante o uso de saberes, sendo atribuído numa relação, não sendo apenas dominação, mas também troca, depende igualmente de uma crença partilhada na autoridade (CARDOSO, 2012, p.12). Nesse sentido, a aproximação com outras ciências é necessária para a problematização do meu objeto e na percepção de questões provenientes de outras abordagens, penso que ao realizar essa aproximação conseguirei sedimentar teoricamente importantes conceitos como cultura política, clientelismo, cidadania e teologia da libertação.

Referências

- ALMEIDA, Bianca Carneiro de. **Partido dos Trabalhadores: rupturas e permanências de um projeto político em Conceição do Coité (1986-2008)**. 2010. 55f. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em História) – Departamento de Educação, Campus XIV, Universidade do Estado da Bahia, Conceição do Coité-BA, 2010.
- BEOZZO, José Oscar. **A Igreja do Brasil no Concílio Vaticano II 1959-1965**. São Paulo: Paulinas; Rio de Janeiro: EDUCAM, 2005.
- BETTO, Frei. **Diário de Puebla**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979
- CARDOSO, Ciro F. História e Poder: uma nova história política? In: CARDOSO, C.F.; VAINFAS, R. **Novos Domínios da História**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012.
- CARVALHO, José Murilo. **Cidadania no Brasil o longo caminho**. 13 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.
- CENTRO DE ESTATÍSTICA E INFORMAÇÕES (BA). **Informações básicas dos municípios baianos: Região Nordeste**. Salvador, BA: CEI, 1994.

COUTROT, Aline. Religião e política. In:___ RÉMOND, René (org.); ROCHA, Dora (trad.). **Por uma história política**. 2 ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003.

DOSSE, François. História do Tempo Presente e Historiografia. In: **Tempo e Argumento**: Revista do Programa de Pós-Graduação em História. Florianópolis, jan/jun de 2012.

DUTRA, Eliana R. de Freitas. História e Culturas Políticas: definições, usos, genealogias. In: **Varia História**, nº28, dezembro de 2002. Disponível em: <http://www.historia.uff.br>. Acesso em 01 de outubro de 2017.

GINZBURG, Carlo. **O fio e os rastros**. São Paulo: Cia das Letras, 2007.

HUIZINGA, Johan. **Existe uma metamorfose da História? Resposta à pergunta: como o presente se torna passado?** História e historiografia. Ouro Preto, n.18, agosto de 2015.

KLAIBER, Jeffrey. Iglesia, poder y legitimidad popular. In:___ **Iglesia, dictadura y democracia na América Latina**. Lima: PUC-Perú. p. 13-40. 1997.

LEMENHE, Maria Auxiliadora. **Família, Tradição e Poder**: o (caso) dos coronéis. São Paulo:ANNABLUME/Edições UFC, 1995.

LIMA, Henrique E.. Pensando as transformações e a recepção da micro-história no debate histórico de hoje. In:_OLIVEIRA M.R.; ALMEIDA C. M. C. (orgs). **Exercícios de micro-história**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2009.

LOWY, Michael. **Marxismo e Teologia da Libertação**. São Paulo, Cortez: Autores Associados, 1991. (Coleção polêmicas do nosso tempo; v.39

MACHADO, Adriano Henriques. **Os católicos oPTaram?** Os “setores católicos” e o Partido dos Trabalhadores (PT) na grande São Paulo (1978-1982). 204 f. 2010. Dissertação (Mestrado). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo. 2010

MAINWARING, Scott. **Igreja Católica e Política no Brasil (1916-1985)**. São Paulo: Brasiliense, 2004.

MIRANDA, Cristian Barreto de. **Padroado no Sertão: negociação e conflito entre Igreja e poder político em Conceição do Coité entre 1986 e 1996**. 2010. 76f. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em História) – Departamento de Educação, Campus XIV, Universidade do Estado da Bahia, Conceição do Coité-BA, 2010.

_____. **Rebulição no Coreto: conflito entre padres e políticos em Conceição do Coité (1989-2000)**. 164 f. 2012. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador – BA, 2012

MOTTA, Márcia M. Mendes. História, Memória e Tempo Presente. In:_CARDOSO, C.F.; VAINFAS, R. **Novos Domínios da História**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012.

OLIVEIRA, Nelson. Sob o manto da concórdia: Bahia como contrafação do moderno. In: **A outra face da Moeda**. Salvador, Comissão de Justiça e Paz da Arquidiocese de Salvador, 2000.

OLIVEIRA. Vanilson Lopes. **Conceição do Coité: A Capital do Sisal**. Conceição do Coité: Clip Serviços Gráficos, 1996.

_____. **Conceição do Coité: Os Sertões dos Tocos**. Conceição do Coité: Clip Serviços Gráficos, 2002

- _____. **Sisal, suor e poder**. Conceição do Coité: Clip Serviços Gráficos, 2003.
- PETERSEN, Sílvia R. F. **Comentário X**. Anais do Museu Paulista. São Paulo. n. sér. v.4, janeiro/dezembro de 1996.
- PRADO, Luiz Carlos Delorme; EARP, Fábio Sá. O “milagre” brasileiro: crescimento acelerado, integração internacional e concentração de renda (1967-1973). In: FERREIRA, Jorge; DELGAGO, Lucilia de Almeida Neves (Orgs.). **O Brasil republicano**. 2. ed. vol. 4. O tempo ditadura: regime militar e movimentos sociais em fins do século XX. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.
- PROSSIGA, 2004; CAMPBELL, 2004 apud ALVES, Maria O.; SANTIAGO, EDUARDO G. **Tecnologia e relações sociais de produção no setor sisaleiro nordestino**. 2007. Disponível em: www.bdpa.cnptia.embrapa.br. Acesso em: 02/12/2016).
- PROST, Antoine. **Como a história faz o historiador**. Anos 90, Porto Alegre, n.14, dezembro de 2000.
- RAGO, Margareth. **A “Nova” historiografia Brasileira**. Anos 90, Porto Alegre, n.11, julho de 1999.
- RÉMOND, René (org.); ROCHA, Dora (trad.). **Por uma história política**. 2 ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003.
- RICCI, Elcio Aparecido. **Região Sisaleira da Bahia**: a reorganização do espaço geográfico da sisalândia a partir da criação da APAEB. 171 f 2007. Dissertação (Mestrado). Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.
- ROUSSO, Henry. **O arquivo ou o indício de uma falta**. Revista Estudos Históricos, Rio de Janeiro, n. 17, 1996.
- SANTOS, Reginaldo S.; OLIVEIRA, José C. S. **Notas preliminares sobre o padrão de intervenção do Estado da Bahia (1955-80)**. Rio de Janeiro, 1988. Disponível em: bibliotecadigital.fgv.br. Acesso em: 10/12/2016
- SILVA, Samara S L. da. **O Prefeito do coração: a ascensão de Diovando Carneiro no contexto político tradicional de Conceição do Coité entre 1992 e 1996**. 2010, 56f. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em História) – Departamento de Educação, Campus XIV, Universidade do Estado da Bahia, Conceição do Coité-BA, 2010.

“UM PEDAÇO DO MUNDO SE ESTENDE PELO VALE DO JAGUARIFE, DOURADO CHÃO DE OURO DA BAHIA”: SÃO MIGUEL DAS MATAS E O GOLPE DE 1964

CRISTIANE LOPES DA MOTA¹

Resumo: O objetivo deste artigo é abordar a recepção ao golpe de 1964 em São Miguel das Matas, um município pequeno e de economia predominantemente agrária na década de 1960. As disputas no cenário político eram acirradas e ficavam a cargo dos correligionários do PSD e da UDN, desembocando conflitos no contexto da implantação de uma ditadura em 1964. Somando essas tramas com a disseminação dos ideais progressistas da Igreja Católica a partir da trajetória do padre Gilberto Vaz Sampaio, desperta-se o interesse para compreender os impactos do golpe em São Miguel das Matas. Para tanto, retorna-se a alguns anos precedentes à deposição de João Goulart a fim de se analisar as articulações político-partidárias em âmbito local e compreender a conjuntura na cidade em 1964.

Palavras-chave: 1964; ditadura; São Miguel das Matas

Abstract: The purpose of this article is to address the reception of the coup of 1964 in São Miguel das Matas, a small municipality with a predominantly agrarian economy in the 1960s. The disputes on the political scene were intense and were in charge of the PSD and UDN, ending conflicts in the context of the implantation of a dictatorship in 1964. Adding these plots to the spread of the progressive ideals of the Catholic Church from the trajectory of Father Gilberto Vaz Sampaio, the interest to understand the impacts of the coup in São Miguel of the woods. To do so, it returns to a few years preceding the deposition of John Goulart in order to analyze the political-partisan articulations at the local level and to understand the conjuncture in the city in 1964.

Keywords: 1964; Dictatorship; São Miguel das Matas

Introdução

As pesquisas no Brasil, a partir da década de 1960, foram se avolumando e adquirindo mais qualidade; em consonância com os avanços internacionais, sofisticaram-se as bases teóricas e metodológicas das análises historiográficas, enriquecidas pelos diálogos com a produção estrangeira, notadamente francesa, inglesa e americana. Nessa perspectiva, a expansão nessa área voltada para o âmbito político refletiu-se nos estudos que têm o golpe de 1964 como temática.

A relação poder e política ganhou novos contornos, a “Nova História Política”, passou a dialogar cada vez mais com outras áreas, mesclando a análise social com a sociologia e os aspectos culturais intrinsecamente relacionados. Nessa perspectiva,

¹ Doutoranda pelo Programa de Pós-Graduação em História Social da UFBA. Bolsista CNPQ. E-mail: tiane_saj@hotmail.com

segundo Foucault, pensar em poder nos estudos políticos está para além da esfera do Estado e não se limita a governantes e governados, o poder está em qualquer outro espaço. Essas transformações nos estudos que elegem a dimensão do político possibilitaram a sociedade brasileira rememorar parte de sua história não muito distante, que pela pretensão dos golpistas e de seus aliados deveria ficar escondida, haja vista a repercussão negativa da ditadura durante o processo de abertura política.

No momento em que a instauração da ditadura civil-militar completa 52 anos, as reflexões sobre esse acontecimento evidenciam o interesse por um tema importante da história política brasileira e demonstra a expansão das dimensões “do político” assinaladas na obra *Por Uma História Política*, organizada por René Remond. O autor discute que o político não escapa das determinações externas, das pressões e das solicitações postas em cada contexto vivido. Remond parece reivindicar um *status* diferenciado para a história política ao afirmar, quando organizou seu livro em 1988, que estava ocorrendo o “retorno” dessa história, mas sob perspectivas bastante diferentes da chamada história política tradicional. (REMOND, 1996)

Entende-se, portanto, que um novo olhar sobre o político, sobretudo, a partir da década de 1970, ampliou o campo de atuação dos historiadores e lhes sugeriu novas abordagens. Essas transformações na historiografia brasileira saíram de uma seara mais estruturante e se aproximaram dos sujeitos e seu entorno. Isso tem como consequência o uso de variadas fontes que ao serem cruzadas, apresentam múltiplos caminhos de pesquisa a partir de um mesmo objeto de estudo. (RAGO, 1999)

Tendo tais pressupostos em vista, investigo os impactos do golpe civil-militar imposto ao país em 1964, e os primeiros anos da ditadura em São Miguel das Matas. Objetiva-se analisar, as reverberações do golpe nesta cidade a fim de mostrar suas singularidades, considerando-se, contudo, o contexto nacional. Intenciona-se discutir que um dos pontos de diferenciação dos conflitos políticos no ano do golpe e no transcorrer dos primeiros anos da ditadura nesta localidade é sua trajetória política, socioeconômica e cultural anterior a 1964. Investigo para entender como os segmentos dessa cidade se posicionaram após o golpe e estabeleceram ligações com a política estadual e nacional. Com base na realidade local, busca-se identificar as estratégias adotadas para apoiar o governo militar, as junções e as dissidências político-partidárias, a atuação de movimentos e sindicatos, as oposições, bem como os grupos que disputaram o poder em âmbito local.

Cartografia de São Miguel das Matas

São Miguel das Matas! Pobre e apartada, alguns a relembram rica e cheia de ouros, refugiada em passado no qual a vida não era bem assim, assim pobre e vazia. Às cidades destina-se idêntico lança dos homens: *tive ouro, tive gado, tive fazendas*²

“Um pedaço do mundo se estende pelo Vale do Jaguaripe, dourado chão de ouro da Bahia, onde multidões de camponeses derramaram sangue e suor aos pés do mártir São Miguel”. Dizem os mais antigos que os louvores ao Padroeiro, Cavaleiro da Igreja Católica, ainda embalam os sonhos de liberdade e de esperanças do povo simples e guerreiro.³ São Miguel das Matas, por onde passavam os trilhos da estrada de ferro, vindos do porto de São Roque, no Recôncavo da Bahia, em busca de Jequié, nas Bandas do Rio de Contas, hoje fica na carreira de pouquíssimos viventes. E da cidade, nos últimos tempos, foram se desviando os novos caminhos, não de ferro, mas de asfalto, ou melhor, de betume da Judeia.⁴ No presente, “os dias transcorrem sem variação”, as ruas cada vez mais vazias, varridas pelo vento morno do entardecer, desobrigado de mover as folhas do cata-vento na torre da igreja que, de tão enferrujadas, se despediram do movimento.⁵

São Miguel das Matas, pelos olhares memorialísticos que almejam cartografar a sua história, ora é descrita a partir da luta de um povo guerreiro, mais também religioso que segue seu mártir São Miguel. Ora, é vista pelo o olhar saudosista que descreve uma cidade pacata e com poucas mudanças ao longo de sua história. Diante dessas primeiras impressões, intenciona-se compreender a interiorização do golpe de 1964 no município, que embora pequeno, revelou histórias interessantes de adesão, oposição, prisões e também espaço de fuga de grupos que participavam da luta armada em outras regiões do país. Para tanto, é necessário traçar uma panorama histórico-político da cidade.

A formação da cidade de São Miguel das Matas não é diferente da de tantas outras cidades baianas, que surgiram de uma fazenda ou em torno de uma capela. Assim foi com as vilas de Nossa Senhora da Ajuda de Jaguaripe, Nossa Senhora da Purificação de Nazaré, Santo Antônio dos Índios de Jaguaripe e de Santo Antônio de

² OLIVEIRA, Emanuel Castro. **Cartografia da Memória**. Rio de Janeiro: 7Letras, 2009. p.15.

³ MENEZES, Durval Lemos. **A República dos Miguelenses**. Vitória da Conquista, Bahia: 2016. p. 17.

⁴ OLIVEIRA, Emanuel Castro. **Cartografia da Memória**. Rio de Janeiro: 7Letras, 2009. p.13.

⁵ OLIVEIRA, Emanuel Castro. **Cartografia da Memória**. Rio de Janeiro: 7Letras, 2009. p.14.

Jesus que inicia a sua formação ao redor de uma capela, posteriormente chamada de Capela do Padre Mateus.⁶

Geograficamente o município de São Miguel das Matas está localizado no Recôncavo Sul do Estado da Bahia, limitando-se ao norte com os municípios de Elísio Medrado e Varzedo; ao sul, com o município de Laje; a Oeste, com Amargosa; e, a Leste, com Santo Antônio de Jesus, do qual foi desmembrado em 1º de junho de 1891. O município de São Miguel possui apenas um distrito, o distrito sede, que fica a uma distância de 35 Km de Santo Antônio de Jesus, 84 Km de Cruz das Almas e a 224 Km, de Salvador, capital do Estado.⁷

A política local

O cenário político de São Miguel é acentuado por mandos e desmandos, rixas que desembocaram brigas acirradas entre os correligionários do Partido Social Democrático (PSD), grupo que comandou o município nas décadas de 1940 e 1950 e a União Democrática Nacional (UDN), liderada por Ademário Villas-Boas, eleito seis vezes prefeito de São Miguel. A predominância do PSD e da UDN na política deveu-se à tradição de grupos dominantes e de políticos profissionais surgidos nas décadas de 1930 e 1940. Em São Miguel até a década de 1950, este domínio esteve a cargo do PSD, fato comum para época em que a principal fonte de dominação dos “velhos caciques políticos do PSD”, eram os municípios do interior e as áreas rurais, (DELGADO, 1989) No pleito de 1962, a União Democrática Nacional somou grande força no município, elegeu seis vereadores das oito cadeiras do legislativo, além da vitória do prefeito municipal Manoel Lemos Sandes (UDN).

A história de São Miguel das Matas entre as décadas de 1950 e 1960, se entrelaça com a trajetória do Monsenhor Gilberto Vaz Sampaio. Diante da situação de pobreza da maioria da população daquela cidade, o então padre Gilberto lançou-se em defesa das classes mais pobres. Conforme Maíra Caldas, em 1957, o padre envolveu-se no Movimento da Ação Católica, participando do grupo de Juventude Agrária Católica (JAC). Chegou a ser Assistente Estadual em todo o Estado da Bahia e fez com que São Miguel das Matas recebesse o título de Paróquia Pioneira do Movimento Jacista (CALDAS, 2012).

⁶ MENEZES, Durval Lemos. **A República dos Miguelenses**. Vitória da Conquista, Bahia: 2016. p. 49.

⁷ MENEZES, Durval Lemos. **A República dos Miguelenses**. Vitória da Conquista, Bahia: 2016. p. 45.

A comunidade de São Miguel, então tomada pelo discurso libertador, intensificado após a Conferência de Medellín (Colômbia, 1968), adquiria outras feições e se posicionava de maneira menos passiva. Devemos compreender a Teologia da Libertação contextualizada com as rebeliões jovens que eclodiram em várias partes do mundo a partir de meados da década de 1960, lutando por mais liberdade. As instituições tradicionais constituíram-se alvo de críticas, a família, o Estado burocrático e a cultura dominante por seu caráter autoritário e centralizador. Parte da Igreja se identifica com os discursos libertador aproximando-se das classes desfavorecidas e soma forças com esses indivíduos na construção de uma sociedade mais autônoma (BOFF, 2001).

Segundo Dona Maria do Carmo, membro da Juventude Agrária Católica desde a década de 1960 em São Miguel das Matas, o objetivo da JAC era *“Reforma Agrária e aposentadoria. “Por isso que achavam que era para tomar terra, quando o pensamento não era esse”*.⁸ A fala de Dona Carminha, como é conhecida na cidade, evidencia o efeito dos discursos ante reforma agrária, quando enfatiza que não era objetivo da JAC *“tomar terra”*. Seu depoimento expressa um tom de defesa e revolta, pois durante a ditadura o movimento *“parou, parou. Todo mundo ficou com medo, mas nos corações ele estava vivo”*.

Quando questionada sobre as pessoas que apoiaram a ditadura e se houve denúncias contra os movimentos jacistas e os sindicalistas, Dona Carminha silencia e em seguida destaca: *“Eu não posso te dizer propriamente porque eu não vi e nem sou testemunha, mas de ter teve, né?”*⁹ Volto a perguntar sobre a postura de Ademário Vilas-Boas¹⁰ apontado pelas fontes como fervoroso apoiador do governo militar, ela responde: *“ele dava duas costas, aliás eu não entendo porque ele se dizia a favor da JAC e lá ele era contra.”* O testemunho de Dona Carminha é contido, em alguns momentos silencia o que demonstra um enquadramento da memória na dinâmica do presente (POLLAK, 1989).

Em São Miguel, depois da JAC foi formada também a Juventude Universitária Católica (JUC) e a Juventude Estudantil Católica (JEC). A Pastoral da Juventude passou a ganhar cada vez mais força e a influenciar, especialmente, as esferas políticas,

⁸ Maria do Carmo Santos Dias (81 anos), professora leiga e membro da JAC em São Miguel das Matas. Depoimento concedido em 29 de agosto de 2016.

⁹ Maria do Carmo Santos Dias (81 anos), professora leiga e membro da JAC em São Miguel das Matas. Depoimento concedido em 29 de agosto de 2016.

¹⁰ Líder político de São Miguel das Matas por décadas. Foi prefeito da cidade várias vezes (1951-1955, 1959-1962, 1967-1971, 1973-1977, 1983-1988, 1993-1996).

econômicas e sociais. No dia 8 de setembro de 1963, foi fundado também o Sindicato dos Trabalhadores rurais (STR) de São Miguel das Matas, cujo objetivo maior era defender os direitos do homem do campo (CALDAS, 2012).

Em 1960, Pe. Gilberto mobilizou a comunidade na construção de casas populares, e em 1964, fundou o Colégio Normal, do qual foi o primeiro diretor. Tornou-se uma liderança local de grande influência na vida da população, sobretudo dos mais pobres. Segundo alguns depoentes, padre Gilberto passou a ser temido pelos fazendeiros, o que delineou um cenário de atritos entre ele e os políticos locais. Com o golpe, o Sindicato dos Trabalhadores foi extinto. Em 6 de abril daquele ano, foram anunciadas as prisões de dois membros daquela associação que ficaram detidos em Salvador durante setenta e quatro dias. Padre Gilberto saiu em defesa dos trabalhadores, afirmando que se alguém tivesse que ser preso deveria ser ele e não trabalhadores pais de família. Sobre a prisão de Manoel Arcúcio Figuêredo e Otaciano Barbosa de Moura, ao indagarmos se eles faziam frente à política imposta pelos militares, Dona Carminha ressalta:

Não minha filha, eram pessoas assim que apenas eles sabiam assinar o nome. Eles nem sabiam o que era ditadura, eles não sabiam. Não tinham esse ideal de fazer revolução não. Eles não tinham mesmo. Era uma busca de consegui os seus direitos, não tinham esse ideal de..., que nada. Eles eram pessoas que tinham desejo de melhoramento aí foram escolhidos, mas não que tivesse ideia de fazer revolução de atacar fazendas, essas coisas não.¹¹

No transcorrer do governo militar, qualquer oposição à ordem imposta era caracterizada como ação comunista, quando sabemos que muitos não tinham uma leitura marxista e nem faziam parte de organizações que tinham como propósito desarticular o governo ditatorial. Nesse contexto, o imaginário anticomunista propiciou também a associação entre tudo que subvertesse a ordem estabelecida ao comunismo (RODEGHERO, 2003).

No livro *Cartografia da Memória*, de escrita rebuscada e estilo poético, Emanuel Castro Oliveira registra a presença dos militares em São Miguel das Matas. De acordo com a sua narrativa, Padre Gilberto Vaz Sampaio convocou a todos e traduziu o significado daquela manhã chuvosa nos primeiros de abril de 1964, marcada pela presença de um bando de soldados de baionetas caladas, como se estivessem, às vésperas de combate corpo a corpo, a tomarem de assalto a pobre casa de porta e

¹¹ Maria do Carmo Santos Dias (81 anos), professora leiga e membro da JAC em São Miguel das Matas. Depoimento concedido em 29 de agosto de 2016.

duas janelas.¹² Seguindo as narrativas de Emanuel Castro, o então Padre Gilberto de pé brandindo os braços, movido pela mesma valentia em que se metera num entrevero de facção para desarmar dois que se cortavam com lâminas de romper picadas em capoeiras de mato fino, advertiu para o que viria da sanha daqueles que caçavam, ao modo de bichos, os que ousaram organizar um sindicato rural.¹³

Com prisão também decretada, padre Gilberto foi convencido a se refugiar em uma fazenda da região até que sua prisão fosse revogada. Em 1967, ao sofrer muitas ameaças e perseguições, Dom Florêncio, primeiro bispo diocesano de Amargosa, considerou mais seguro transferi-lo e arrefecer os ânimos em São Miguel das Matas (CALDAS, 2012).

Para compreender a composição político partidária de São Miguel fez-se a leitura das atas do legislativo desde 1958 e as posições giravam em torno da UDN e PSD. Até a composição do pleito de 1962, um dos anos de maior interesse para essa pesquisa, não foi encontrado nenhuma menção a outro partido. A historiografia sobre partidos políticos já deu conta em evidenciar o domínio desses partidos no país, seguido também do PTB.

As atas do legislativo de São Miguel das Matas são bem técnicas, em sua maioria iniciam e terminam com discussões e aprovações de projetos. Praticamente não se falou de política em nenhum âmbito, municipal, estadual e nacional. Em 1961 não tem registros da renúncia de Jânio Quadros e já em 1962, pouco se comentou sobre as eleições de sete de outubro daquele ano. Em setembro 1962, constou um ofício do então prefeito Ademário Villas-Bôas comunicando seu afastamento do cargo no executivo municipal por conta da sua candidatura a deputado estadual, "cujo registro foi efetuado em data de -9-9-62, pelo Tribunal Eleitoral deste Estado. De acordo com a lei me confere. Voltarei a assumir o cargo de prefeito depois das eleições, que realizar-se-á em data de 7-10-962."¹⁴

A composição do quadro político da cidade eleito em outubro de 1962, para o quadriênio 1963 a 1966, ficou a cargo de seis vereadores da UDN, dois do PSD e a eleição do prefeito Manoel Lemos Sandes também da UDN. Segue exposto abaixo nos quadros 1 e 2 os nomes de vereadores, os respectivos partidos e a composição da mesa diretora.

¹² OLIVEIRA, Emanuel Castro. **Cartografia da Memória**. Rio de Janeiro: 7Letras, 2009. p. 126.

¹³ OLIVEIRA, Emanuel Castro. **Cartografia da Memória**. Rio de Janeiro: 7Letras, 2009. p. 126.

¹⁴ Ata da primeira sessão extraordinária da Câmara Municipal de São Miguel das Matas do Estado da Bahia, realizada aos cinco dias do mês de setembro de 1962.

Quadro 1: Vereadores eleitos no pleito de 7 de outubro 1962 e filiação partidária

ELEITOS	PARTIDOS
Almerindo de Jesus Souza	UDN
Alírio Ataíde de Andrade	UDN
Aloísio Albano de Andrade	UDN
Álvaro Lemos Sandes	UDN
Evaristo Costa Sampaio	PSD
Félix de Souza Neri	UDN
Lourival Farias Peixoto	UDN
Manuel Erudino Barreto	PSD

Fonte: Pesquisa da autora a partir da ata da primeira sessão solene de instalação da Câmara Municipal de São Miguel das Matas do Estado da Bahia, realizada aos sete dias do mês de abril de 1963.

Quadro 2: Composição da mesa diretora para o quadriênio 1963-1966

ELEITOS	PARTIDOS
Almerindo de Jesus Souza	UDN
Alírio Ataíde de Andrade (Presidente com 06 votos)	UDN
Aloísio Albano de Andrade (Segundo Secretário com seis votos)	UDN
Álvaro Lemos Sandes (Primeiro Secretário com seis votos)	UDN
Evaristo Costa Sampaio	PSD
Félix de Souza Neri (Vice-Presidente com cinco votos)	UDN
Lourival Farias Peixoto	UDN
Manuel Erudino Barreto	PSD

Fonte: Pesquisa da autora a partir da ata da primeira sessão solene de instalação da Câmara Municipal de São Miguel das Matas do Estado da Bahia, realizada aos sete dias do mês de abril de 1963.

Aparentemente os quadros acima demonstram um ambiente político que não causou maiores problemas aos militares diante do desferimento do golpe de 1964. Sendo a maioria udenista, o então partido de sustentação ao projeto de intervenção

militar. Contudo, entende-se que a composição heterogênea dos partidos abrigam interesses distintos e conflituosos.

O contexto político de São Miguel das Matas nos anos de 1960 esteve pautado nas antigas e permanentes disputas pelo poder entre o PSD e a UDN. Esses conflitos foram percebidos, sobretudo depois da implantação do bipartidarismo no ano de 1965, mas não trataremos este episódio neste artigo. Voltando ao ano de 1964, em abril, logo após o golpe civil/militar o vereador Álvaro Lemos Sandes (UDN), apresenta uma moção a Câmara de Vereadores de São Miguel, reunida em sua primeira sessão ordinária, com a presença do Sr. Prefeito Municipal. Segundo os registros em ata, o vereador Álvaro Sandes, enfatiza sobre o cenário nacional. Ele fala dos “graves acontecimentos que vem emocionando o país, num gesto de patriotismo e no cumprimento do dever para com a Pátria Brasileira, resolve manifestar o seu apoio incondicional ao movimento de redemocratização que se processa no Brasil, as gloriosas Forças Armadas, na pessoa de brado e digno General Comandante da 6ª Região Militar.”¹⁵ O vereador continua o seu discurso e hipoteca, “inteira solidariedade à candidatura do General Humberto Castelo Branco a presidência da república, para a grandeza do Brasil e salvação dos brasileiros.”¹⁶

Esse discurso de apoio por parte do Legislativo Municipal de São Miguel pode ser visto em outras cidades a exemplo de Santo Antônio de Jesus e Cruz das Almas, visto que muitos desses sujeitos integravam o partido de sustentação ao regime ou comungavam dos ideais divulgados no período a partir do tripé Deus, Pátria e Família, dos discursos de desenvolvimento econômico ou manobras para permanência e ampliação de poder e mando.

De acordo com as fontes pesquisadas, a “cartografia” delineia São Miguel, em certa medida, como um município politizado e fortalecido em suas propostas voltadas para as classes desfavorecidas, sobretudo a partir da trajetória do Pe. Gilberto Sampaio. Em relação ao cenário político, percebeu-se o domínio do Partido Social Democrático e da União Democrática Nacional na trajetória do município fato que revelou disputas acirradas no ano do golpe e no transcorrer da ditadura.

¹⁵ Ata da primeira sessão ordinária da Câmara Municipal de São Miguel das Matas do Estado da Bahia, realizada aos sete dias do mês de abril de 1964 (pág. 64).

¹⁶ Ata da primeira sessão ordinária da Câmara Municipal de São Miguel das Matas do Estado da Bahia, realizada aos sete dias do mês de abril de 1964 (pág. 64).

Referências

BOFF, Leonardo; BOFF, Clodovis. **Como fazer teologia da libertação**. 8ª Edição. Editora Vozes. Petrópolis- RJ, 2001.

CALDAS, Mayra Sara Teixeira. **Monsenhor Gilberto Vaz Sampaio**: uma importante liderança na construção político social no Recôncavo Sul Baiano 1952-2008. Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação de História Regional e Local da Universidade do Estado da Bahia (UNEB) Campus V, 2012.

DELGADO. Lucília de Almeida Neves. Partidos políticos e frentes parlamentares: projetos, desafios e conflitos na democracia In: DELGADO, Lucília de Almeida Neves; FERREIRA, Jorge; (Org.) **O tempo da experiência democrática**: da redemocratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

FENELON, Déa Ribeiro. **Cultura e história social**: historiografia e pesquisa. Projeto História, São Paulo: (10), dez.1993.

POLLAK, Michael. **Memória, Esquecimento, Silêncio**. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, vol. 2, n. 3, 1989.

RAGO, Margareth. **A “Nova” historiografia Brasileira**. Anos 90, Porto Alegre, n.11, julho de 1999.

REMOND, René. **Por uma História Política**. Rio de Janeiro: FGV/UFRJ, 1996.

RODEGHERO, Carla Simone. **O diabo é vermelho**: imaginário anticomunista e Igreja Católica no Rio Grande do Sul (1945-1964). 2. ed. Passo Fundo: UPF, 2003.

JUÍZES, CHEFES DE POLÍCIA E DELEGADOS: ENTRE A POLÍTICA E A ESTRUTURA JURÍDICO-ADMINISTRATIVA

DAIANA SILVA BARBOSA¹

Resumo: No presente texto apresentamos alguns aspectos concernentes as funções de juízes, chefes de polícia e delegados definidos especialmente a partir do Regresso Conservador, além de apresentar brevemente alguns perfis de funcionários que analisamos no estudo sobre as disputas na vila de Macaúbas e seus desdobramentos entre os anos de 1878 e 1880. Tal abordagem permite apontar algumas formas de atuar dos sujeitos, ações que interferiam principalmente no andamento dos negócios da justiça e na efetivação da mesma, entrave para o estabelecimento da tranquilidade naquelas paragens.

Palavras-chave: Regresso Conservador; Política; Estrutura Jurídico-administrativa

Abstract: In the present text we present some aspects concerning the functions of judges, police chiefs and delegates defined especially after the Conservative Return, besides briefly presenting some profiles of employees that we analyzed in the study on the disputes in the village of Macaúbas and their splits between the years 1878 and 1880. This approach allows us to point out some ways of acting of the subjects, actions that interfered mainly in the progress of the business of justice and in the effectiveness of the same, an obstacle to the establishment of tranquility in those stops.

Keywords: Conservative Return; Politics; Legal and administrative structure

A trajetória do funcionário público no século XIX transcorria em pelo menos duas configurações: uma ligada as próprias funções administrativas e outra relacionada aos usos que se fazia da política ou das relações políticas durante a carreira. Em muitas situações, o andamento da carreira dependia das relações políticas estabelecidas entre o interessado em ascender profissionalmente e o empregador. Tais aspectos se relacionam com aquilo que era debatido nos estudos teóricos sobre o Estado brasileiro naquele século. Os interesses daqueles que desfrutavam de tais cargos era um dos temas.

O tema do interesse, no século XIX, assumiu contornos diferenciados nos discursos e na prática política. Por vezes, o interesse poderia ser algo positivo, por vezes, condenável. O elogio ou a condenação dependiam do uso que dele era feito. Se usado em proveito das “paixões particulares” era temido e repreendido, se usado a

¹ Mestranda em História pelo Programa de Pós-graduação em História Social da Universidade Federal da Bahia. E-mail: daianabarbosa02@gmail.com

favor da nação, da vontade nacional, como concebia Visconde do Uruguai, era apreciável e digno de ser concebido com ideal civilizatório.

Para os centralizadores e, especialmente, para Visconde do Uruguai existia um tipo de funcionário ideal as condutas do Estado centralizado, este deveria obedecer a vontade nacional em detrimento dos interesses municipais e provinciais, dessa forma a ação do Estado não deveria ser moldada pela ação de cidadãos voltados para a proteção da esfera privada, o interesse individual deveria conectar-se ao interesse geral (COSER, 2008).

No presente texto apresentamos alguns aspectos concernentes as funções de juízes, chefes de polícia e delegados definidos especialmente a partir do Regresso Conservador, além de apresentar brevemente alguns perfis de funcionários que analisamos no estudo sobre as disputas na vila de Macaúbas e seus desdobramentos entre os anos de 1878 e 1880. Tal abordagem permite apontar algumas formas de atuar dos sujeitos, ações que interferiam principalmente no andamento dos negócios da justiça e na efetivação da mesma, entrave para o estabelecimento da tranquilidade naquelas paragens.

O funcionário estatal na segunda metade do século XIX

Com a Lei de interpretação do Ato Adicional (1840) e com a Reforma do Código de Processo Criminal (1841) passos foram dados para o estabelecimento de funcionários no sentido defendido pelos centralizadores. A Reforma de 1841 versou sobre onze pontos presentes no Código do Processo (1832) instituiu novos agentes, como o chefe de polícia, escolhido entre os desembargadores e juízes de direito, e esvaziou atribuições do juiz de paz, que, nos termos do Código de 1832, era eleito.

O chefe de polícia, contava nas comarcas, municípios e termos com auxiliares, os delegados e subdelegados. As atribuições desse funcionário estão discriminadas no Regulamento de 31 de Janeiro de 1842, que regulou suas competências. Nomeado diretamente pelo Imperador, entre juízes de direito e desembargadores, este funcionário cuidaria dos aspectos policiais das províncias e comandaria delegados e subdelegados.

Na Reforma de 1841 a forma de nomeação dos juízes municipais e promotores foi alterada, dispensando a proposta das Câmaras Municipais, o promotor deveriam, se possível, ser bacharel; aos juízes de direito foram conferidas atribuições mais

amplas, deveriam ser bacharéis formados, que acumulasse certa experiência no juizado municipal, de órfãos ou na promotoria (COSER, 2008, p.260-261).

Tais aspectos das Reforma demonstram o quanto a percepção centralizadora do controle do governo central sobre os funcionários tinha uma relação muito próxima com o tema do interesse, isto é, o funcionário deveria estar qualificado e treinado, assalariado e ser constantemente deslocado pelo território, além de afastado de interesses particulares que, porventura, poderiam afetar a administração e a estrutura judiciária.

Os funcionários amadores, isto é, aqueles ligados a localidade, sem formação, como Porfírio Brandão, não foram excluídos com as reformas centralizadoras, aliás, conforme Ivo Coser, tal funcionário, mesmo após o regresso, continuou desempenhando um papel importante nos quadros do Estado, mesmo que com menos força (COSER, 2008, p.281). Esse aspecto demonstra os limites da centralização posta em pauta durante o regresso conservador. Para expandir seu controle, o Estado brasileiro fazia compromissos com os poderes locais, contando com os serviços gratuitos de indivíduos ou grupos locais, em troca de concessões e privilégios (COSER, 2008, p.281).

Conforme a reforma de 1841, os delegados deveriam ser escolhidos dentre os juízes de paz ou municipal, bacharéis ou qualquer cidadão, desde que fosse eleitor. Os subdelegados dentre o juiz de paz e os eleitores. Caso o agraciado com o cargo fosse um juiz municipal teria um salário, caso fosse outra a ocupação não havia previsão na Reforma de 1842 de ordenado para esse caso (2008, p.280). Isto é, muitos "amadores poderiam ocupar esses cargos, inclusive sem salários provenientes dos cofres públicos.

Era sob a pressão das necessidades práticas que os cargos policias e jurídicos eram providos, pois havia impossibilidade de que estes fossem limitados somente aos que para eles estivessem treinados. O "amadorismo", era um recurso utilizado, mesmo em funções especializadas como a de delegado. Essa forma expõe uma situação paradoxal, pois se, na prática, os cargos eram preenchidos sem certas exigências de conhecimento e treinamento, por outro lado, suas atribuições eram fixadas com determinado rigor. O que processava grande distância entre normas que disciplinavam o exercício das funções e o próprio exercício (FRANCO, 1969, p.131).

No interior, geralmente, Delegados e subdelegados eram proprietários. Para muitos, os cargos públicos serviam para exercer autoridade extra e estender favores e proteção aos seus apadrinhados (GRAHAM, 1997, p.87). As nomeações, nesse caso,

tinham grande significado, uma vez que permitiam ampliar seu poder político e também econômico.

Inseridos na hierarquia jurídica imperial estavam os juízes de direito e juízes municipais, eram bacharéis, homens geralmente de posses, que contavam com a possibilidade de ascensão na carreira (GRAHAM, 1997). Compunham um conjunto de funcionários com formação técnica, vinculados através de um salário, passíveis de deslocamento pelo território.

Estamos tratando de uma sociedade hierarquizada e também de funções hierarquizadas. Na província, o presidente era a maior autoridade, dele partia as principais deliberações para a ordem pública. Em cada Comarca e termo existiam autoridades cumprindo os ditames da administração e da justiça. Eram todos agentes do Estado Imperial, com funções constituídas nos códigos legais. Não obstante o conjunto de fórmulas legais, na década de 1860 o conservador Visconde de Uruguai identificava problemas na condução da administração, principalmente relacionados a tomada da esfera pública pelos interesses privados. Por vezes, os agentes públicos utilizavam-se dos cargos e das prerrogativas que lhes eram conferidas para benefício próprio.

Conforme Maria Sylvia de Carvalho Franco, localmente observa-se o agente governamental imerso em situações concretas em que desempenhava suas atribuições com a conduta se orientando mais por interesses e influências que envolviam a sua vida de forma imediata que por “longínquos e abstratos controles legais”, dessa forma, a solidariedade e continuidade entre os interesses do governo e de seus agentes estava em constante ameaça (FRANCO, 1969, p.117).

Aliás, esta configuração insere-se numa relação muito mais complexa na história brasileira, a mistura entre coisa pública e negócios privados. O empreendimento de burocratização, a “espinha dorsal do Estado Moderno” — a separação dos fundos públicos dos recursos privados, o exercício despessoalizado das funções públicas e sua definição por normas gerais — encontrou entraves significativos na sociedade brasileira. Franco, localiza tal entrave especificamente na esfera local,

A escassez de funcionários qualificados, a necessidade imediata de racionalização em seus procedimentos, a fidelidade a valores próximos aos grupos, retardaram a separação entre autoridade oficial e influência pessoal. Associando-se à pobreza dos poderes públicos ao uso do aparelho de governo como propriedade privada, a dominação

pessoal se ergueu como o mais poderoso obstáculo a implantação do modelo pretendido, na medida em que moldou a consciência e a atuação dos grupos dominantes (1969, p.162).

De fato, todas essas dificuldades existiam, eram recorrentemente levantadas nos relatórios de autoridades e escritos teóricos no século XIX. Contudo, consideramos que não podem ser relegados somente a esfera local, mas consideradas de maneira macro na vida pública brasileira, mesmo que deva ser relativizada, no que se refere a expressividade, em alguns setores.

Cabe assinalar que essa elite detentora de posições políticas, administrativas e jurídicas locais fazia parte de uma minoria privilegiada no Brasil. José Murilo de Carvalho aponta a educação, a ocupação e a carreira política como fatores de coesão da elite brasileira, para o autor a elite era “a ilha de letrados em um mar de analfabetos” (2007, p.65).

Quase totalidade dos bacharéis que atuavam nos cargos políticos e jurídicos no final dos anos 70 já não faziam parte da “geração de Coimbra”, mas mantinham-se inseridos em relações políticas muito semelhantes. Na década de 70 o número de bacharéis no Brasil superou a possibilidade de absorção destes nos quadros pelo Estado. Nessa década houve uma reforma do Judiciário com a finalidade de criar mais cargos a serem ocupados pelos bacharéis cujo desemprego causava aspirações republicanas (FILHO; LIMA, 2010).

A carreira de um bacharel começava com funções menores nas províncias. Os juízes municipais e os juízes de direito, geralmente, não tinha vínculos de nascimento com a localidade, uma vez que eram deslocados, no período de quatro em quatro anos, de uma localidade para outra. Havia ainda aqueles homens que estavam inseridos nos círculos dominantes locais, mas que não contavam com o título de bacharel. Homens como Porfírio José Brandão, fazendeiro, chefe político local, ocupante de posição policial, e honorífica como era o título de Capitão da Guarda Nacional. Se Porfírio não contava com a educação superior, certamente, seus filhos e netos contariam, uma vez que tinha recursos econômicos para tal. Dificilmente, no Brasil do oitocentos uma família pobre formaria um filho bacharel, uma vez que o ensino era custoso, para famílias das regiões interioranas as dificuldades eram maiores, pois teriam que manter o jovem em Pernambuco ou São Paulo para cursar as chamadas “leis” ou outros cursos superiores.

Os funcionários e os “negócios de Macaúbas”

Um tipo de comportamento político identificado com a personalização das funções públicas, bem como condutas e ações relacionadas a interesses pessoais caracterizou o processo político que se desencadeou em algumas províncias do Império e em vilas da província da Bahia no ano de 1878. Tal comportamento envolveu também funcionários estabelecidos no sertão do São Francisco, especificamente na vila de Macaúbas. Era um momento de mudança de gabinete ministerial, o Partido Liberal assumiu os principais postos após aproximadamente uma década de predomínio do Partido Conservador. Nos momentos de mudança de ministério, era comum ocorrer demissões e novas nomeações para a polícia e administração, com isso as rivalidades entre grupos locais poderiam se acirrar, ameaçando a vida nas vilas e instalando um quadro de insegurança.

Tratamos especialmente do processo político que se desencadeou na vila de Macaúbas, pontuando algumas ações de funcionários daquela localidade e que para lá foram em comissão no ano de 1878, enviados pelo governo provincial, para cessar os conflitos que ameaçavam a paz naquele termo do sertão. Identificamos na atuação desses funcionários uma tendência a personalização das suas funções, condutas e soluções de caráter pessoal em questões-chaves naqueles anos, sendo a principal a atuação jurídica (instauração e condução de processos, averiguação dos crimes, prisões e julgamentos). As alianças locais e interesses seus e de aliados seus pareciam ter muito mais expressividade, frente aos problemas enfrentados, que os interesses do Estado, como a manutenção da ordem e efetivação da justiça.

As questões a serem solucionadas na vila de Macaúbas relacionavam-se a tranquilidade pública que, desde a chegada das comunicações de novas nomeações para cargos públicos, encontrava-se ameaçada. Os conflitos violentos, desde então, tornaram-se temidos, uma vez que houve mortos e feridos durante o embate entre o grupo liberal e conservador local. Havia um temor geral de que a qualquer momento pudessem irromper novamente aquelas lutas. Muitos moradores se mudaram do termo, estabelecendo-se em vilas próximas, outros não encontraram alternativa tendo que continuar no local, aguardando as providências do governo provincial que, com demora, chegaram.

Na vila de Macaúbas, imediatamente após as lutas violentas de fevereiro e março de 1878 experimentou-se um vazio de justiça, caracterizado pela ausência de autoridades judiciais e policiais, esvaziamento populacional, violências e conflitos jurisdicionais. Identificamos naquela localidade conflitos de jurisdição recorrentes, dando forma a um quadro que caracterizamos como crise de jurisdição. Responsáveis por gerir a máquina pública — agentes como juízes, delegados, chefes de polícia — se envolvem em embates violentos e/ou oficiais, requerendo soluções advindas da própria estrutura em que estavam inseridos.

A ausência de autoridades foi certamente um dos maiores entraves para o estabelecimento da tranquilidade na Comarca de Urubu, uma vez que os crimes não eram averiguados e os envolvidos circulavam livremente. Mesmo quando alguns agentes tentaram estabelecer os tramites legais, houve indefinições, atravancando ainda mais o andamento das averiguações. As disputas por titularidade de cargos acabaram sendo resolvidas de forma arbitrária por pessoas que estavam envolvidas nos conflitos ou por interessados em favorecer algum correligionário.

A rigor, a maioria dos funcionários envolvidos no processo que se desencadeou entre 1878 e 1880 na vila de Macaúbas, estavam transitando entre a política e a estrutura jurídico-administrativa, isto é, não delineavam limites claros entre as esferas, muitos eram partidários do Partido Conservador ou do Partido Liberal e detinham cargos públicos, algo comum naquele século, no entanto, utilizavam suas funções para favorecimentos na esfera política e vice versa. Alguns perfis são expressivos para apontar tal quadro, caso do juiz de direito Pedro Carneiro da Silva, o juiz municipal Ernesto Botelho de Andrade, do chefe de polícia Inocêncio Maria de Almeida e do delegado Porfírio José Brandão.

Com exceção de Porfírio Brandão, os demais sujeitos eram todos bacharéis em Direito, homens que tinham suas funções públicas periodicamente traçadas através de nomeações e remoções, que em função desse aspecto precisavam nutrir boas relações políticas para manter-se próximos de seu local de nascimento e ascender na carreira. As boas relações políticas eram também necessárias à Porfírio Brandão, uma vez que seu cargo era dotado de certa flexibilidade, uma vez que um delegado poderia ser demitido a qualquer tempo, mediante decisão do chefe de polícia e do governo provincial.

Brandão acumulava a função de delegado e o status de chefe local do Partido Conservador, somava-se a isso sua posição econômica, era fazendeiro e possuía alguns escravos. A descrição da entrada de Brandão na vila de Macaúbas, na tarde de 23 de março de 1878, aponta para a influência que homens como ele tinha na localidade sobre iguais e sobre homens pobres, acompanhava-o um grupo composto de cem a duzentos homens entre “amigos” e parentes (CRL, 1878: 20), certamente as ideias conservadoras não mobilizavam esses homens, tampouco, reconheciam-se como componentes do partido. Esses se associavam a um chefe local por outros motivos, seja por proteção, pelo uso da terra deste ou por um lugar social.

Possivelmente possuía o cargo de delegado daquele termo há algum tempo, e durante este nutria rivalidades com o juiz municipal Ernesto Botelho de Andrade, liberal, correligionário da família Seixas, comerciantes locais e também liberais. Botelho era ainda cunhado do deputado provincial Américo Barreto, que travou debates árdus na Assembleia Provincial em favor de seu cunhado. Sobre a rivalidade entre Brandão e Botelho de Andrade, explica Pedro Carneiro da Silva

Desde que cheguei nesta Comarca tenho empregado todos os esforços para conciliar o Sr. Dr. Juiz municipal com o Sr. Capitão Porfírio Brandão, os quais já achei em pé de indisposição bem adiantada, mas ultimamente abster-me de assim fazer, logo que conheci que os meus esforços seriam inúteis. Não sei com certeza qual a causa ocasional do conflito, que julgo fora surgido de repente a ponto de não ser possível atalhá-lo em tempo. Nele não interferiu força pública (APEB, 27 de março de 1878, maço 2624).

Podemos inferir que tal rivalidade tivesse influência no conflito, mas não apenas, afinal trata-se de dois grupos partidários tentando manter ou conseguir cargos na burocracia estatal, de tal maneira as cenas de violência da tarde de 23 de março e posteriores, não se relacionavam apenas a rivalidades individuais, e sim a tensões que envolviam questões abrangentes.

Porfírio Brandão era muito influente na região. Apesar de ser considerado o maior responsável pelos crimes de 23 e 24 de março de 1878, de sua prisão ter se tornado uma “questão de ordem pública” para o governo provincial, nada aconteceu judicialmente ao chefe conservador. Inocêncio de Almeida explica que a prisão não teve lugar “por inércia ou talvez propósito da parte do capitão de polícia Joaquim Alvares dos Reis”, que mantinha boas relações com o preso Martiniano Antônio de Almeida, aliado de Brandão, e com outras pessoas próximas ao ex-delegado.

Observando tal conduta o chefe de polícia fez o Alvares Reis retornar para Lençóis, onde era delegado de polícia (CRL, 25 de novembro de 1878, p.5).

Independentemente de ter contado com auxílio ou não, Porfírio Brandão, sertanejo que era, conhecia a geografia daquele local, o que a força policial vinda de Lençóis e da capital não conhecia, além de ser um sujeito influente naquele território, o que, provavelmente, facilitou sua fuga e dificultou sua captura pelas autoridades.

Seu grande rival, o juiz municipal Ernesto Botelho de Andrade, estava, depois da nomeação liberal de 5 de janeiro, em boa situação política na província, pois como liberal conseguia certos benefícios, além de ter um membro da família, Américo Barreto, na Assembleia Provincial. Emitiu várias correspondências solicitando nomeações, que conseguia facilmente, como aconteceu no caso do sujeito que indicou para o cargo de promotor, Inocêncio da Rocha Medrado, posteriormente exonerado pelo juiz de direito, Pedro Carneiro da Silva. Seus correligionários encontravam-se no poder, não havia motivos para temer. Contudo, os boatos sobre novas investidas do delegado demitido, Brandão, circulavam na vila. Após as lutas e prevendo riscos a sua vida, Ernesto de Andrade pediu a remoção e não mais voltou a Macaúbas, sendo nomeado, posteriormente para o termo de Monte Alto (FIGUEIREDO, 2013). Sua remoção já havia sido recomendada pelo chefe de polícia Inocêncio Maria de Almeida, em relatório enviado ao presidente da Província Barão Homem de Mello,

Não é conveniente que continue como Juiz Municipal deste termo Dr. Ernesto Botelho de Andrade, porque, embora cumpridor de seus deveres, ligado a uma parcialidade não inspira a outra nenhuma confiança, e que talvez sem razão vota-lhe ódio estranhado [...] não é acertado conservar-se na Comarca o Juiz de Direito Dr. Pedro Carneiro da Silva, não só por ser ali considerado o preparador de tais acontecimentos, senão também por sua manifesta parcialidade depois deles, de sorte que devendo concorrer para a paz da Comarca, com esse procedimento a tem alterado (CRL: 1878, p.5)

Observamos que o chefe de polícia identificou o envolvimento de ambos os juízes nos negócios sucedidos na vila, além de suas ligações com as parcialidades. A remoção de Botelho de Andrade ocorreu ainda em 1878. A remoção de Carneiro da Silva demorou a acontecer, não temos informações sobre o porquê da demora do atendimento da recomendação, uma vez que o juiz de Direito era constantemente acusado pelas autoridades e pela imprensa de parcialidade na condução dos negócios

da justiça, além de ser considerado chefe do Partido Conservador naquela Comarca e aliado de Porfírio Brandão.

Em julho de 1880, Pedro Carneiro da Silva escreve correspondência ao presidente da província, a missiva chama a atenção pelo seu conteúdo e pretensão. O texto é uma defesa do magistrado com relação a fala do Ministro da justiça Manoel Pinto de Souza Dantas, sobre a possibilidade de ser efetuada a sua “remoção forçada”, por suposta parcialidade nos negócios de 1878, denunciada pelo Chefe de Polícia Inocêncio de Almeida. Carneiro da Silva além de defender-se de tal acusação, pede para que antes de tomada qualquer decisão sobre seu cargo, seja dada voz a sua defesa.

Peço, pois, a s. ex. o atual sr. Ministro da justiça que me ouça antes de lavrar contra mim o seu decreto de remoção, si isto ainda está em pensamento do governo imperial. Tenho documentos, tenho provas que hão de derrocar e fazer desmoronar todos os castelos levantados e construídos de há muito com bastante cuidado e perícia por ombreiros mestres, cheios e cegos de paixão [...] Pedindo-lhe, senhor redator, a publicação destas linhas, só tenho em mente não ser condenado sem ser ouvido (BN, Gazeta da Bahia, 17 de julho de 1880).

A possibilidade de remoção, isto é, a transferência para outro local, possivelmente, preocupava o juiz de direito, pois o destino de um removido poderia ser incerto e se efetivada a remoção, provavelmente, era um agravante para a ascensão na carreira, algo perseguido nessa função.

A carta citada demonstra alguns elementos sobre aquele agente. Contava com aliados na capital provincial, o que o fez tomar conhecimento em Urubu sobre extrato do *Diário da Bahia* em que constava a fala do Ministro da justiça; sabia das possibilidades que a imprensa ensejava para sua defesa e, principalmente, considerava urgente se defender, o que o Decreto nº 687 de 26 de Julho de 1850 previa, por isso requeria ser ouvido pela maior autoridade, o ministro da justiça, na hierarquia da qual fazia parte, a judiciária.

Por decreto de 13 de julho de 1881, um ano após a escrita da carta, ocorreu a remoção de Carneiro da Silva para Bagé, no Rio Grande do Sul (CRL, Rel. do Ministro da Justiça, 1880 e 1881). Inconformado, abandonou as funções públicas, retornando a Feira de Santana, sua cidade natal (MAGALHÃES, 2006, p.39).

Em 1881, Carneiro da Silva completara quatro anos de exercício na Comarca de Urubu, portanto sua remoção era cabível ao governo Imperial. Não obstante, o dado

mais expressivo, é o destino para o qual foi removido, o termo de Bagé-RS. Ser nomeado para um local próximo de sua morada era algo preferível e perseguindo pelos bacharéis, ter uma boa relação com os líderes políticos era um garantidor disso.

Um elemento esclarecedor sobre o destino para o qual foi transferido, certamente, é quem o fez, o Senador liberal e Ministro da Justiça Manuel Dantas. O jornal *Diário da Bahia* era de propriedade desse político, durante os anos de tensões em Macaúbas foi um periódico crítico da atuação do juiz e de correligionários seus naquela localidade.

Em 1880 houve o julgamento dos acusados dos crimes de março de 1878, todos foram absolvidos pelo júri, perante o juiz Pedro Carneiro da Silva, em um julgamento considerado repleto de irregularidades. O *Diário da Bahia*, acusou magistrado de trabalhar para conseguir tal absolvição. Isto é, além da suposta parcialidade em 1878, denunciada pelo chefe de polícia, a condução do julgamento foi um agravante para a remoção. Dessa forma, a transferência para um lugar distante foi uma espécie de punição ao juiz pela conduta, considerada, parcial nos “negócios de Macaúbas”.

Como vimos as relações políticas estabeleciam certa continuidade em relação as funções dos sujeitos detentores de cargos administrativos, jurídicos ou policiais. Outro exemplo de como isso se processou naqueles anos foi a atuação do chefe de polícia Inocêncio Maria de Almeida. Almeida era interino no cargo de chefe de polícia, foi nomeado pelo presidente da província Barão Homem de Mello especialmente para a sindicância dos negócios de Macaúbas e de Xique-Xique. Na primeira vila demorou exatamente cinco meses, o que lhe rendeu diversas críticas nos jornais da capital provincial, uma vez que enquanto sua estada em Macaúbas se prolongava, a vila de Xique-Xique mergulhava em “anarquia”.

A imprensa conservadora, sujeitos opostos a política dos liberais na província e pessoas comuns teciam queixas contra o chefe de polícia e os homens que o acompanhavam. Acusava-os de transformar aquela sindicância em uma perseguição política contra os conservadores, que não poupava as pessoas comuns, tornando-as reféns das violências — assaltos, espancamentos, violência sexual, ameaças, etc., — cometidas por capitães e soldados que participavam da missão. Somando-se a demora do chefe de polícia, isso tornou-se um assunto recorrente na imprensa da capital, que buscava demonstrar a suposta parcialidade do chefe de polícia, considerado um aliado dos liberais.

Todo o caminho desde a averiguação até a instauração de processos foi marcado por indefinições entre os sujeitos, da mesma forma no julgamento dos crimes. Todos os agentes na Comarca de Urubu eram autoridades devidamente nomeadas pelo governo Imperial com funções determinadas nos códigos legais, contudo, quando insurgiram as lutas políticas, aqueles funcionários não foram capazes de mobilizar, nos termos de suas competências, os dispositivos e ações necessárias para barrar a instabilidade política e social, pois a maioria deles estavam envolvidos, direta ou indiretamente, nas lutas. Requerendo, portanto, que o mesmo governo que os nomeou, atribuísse a agentes externos a condução daqueles negócios.

Como vimos, mesmo as autoridades externas, envolveram-se de tal formas nas contendas locais, que sobre elas também recaiu desconfiança. Luís Santos Castro, delegado nomeado para a sindicância, também foi alvo de denúncia, alegou-se que o delegado estava “de mãos dadas” com liberais da vila, que hospedado na casa de Joaquim Marciva, cunhado dos Seixas, cometia muitos desmandos naquela localidade (APEB -17 de abril de 1878).

Considerações finais

Localmente as atribuições dos cargos de que tratamos aqui, estiveram comprometidas por situações que envolveram violências, usos da esfera pública para favorecimentos particulares, instabilidade das próprias funções, fatores que comprometeram o andamento dos negócios administrativos, policiais e jurídicos. Dessa forma fica claro a importância dos funcionários do governo para a execução das tarefas relacionadas a tranquilidade pública. Uma vez que houvesse comprometimento das suas funções, o governo provincial e até central, tinha que se reorganizar para barrar o estado de instabilidade.

Os limites entre aquilo que competia a esfera pública e aquilo que dizia respeito a interesses particulares eram flexíveis, ora utilizava-se das funções próprias dos cargos para favorecer alguém, conseguir julgamento favorável ou mesmo perseguir algum adversário, ora utilizava-se das relações políticas para conseguir algum benefício relacionado aos cargos como nomeações para lugares favoráveis ao interessado, algum benefício para correligionário, entre outras condutas. No cenário de incertezas em que se encontrava a vila de Macaúbas entre os anos de 1878 e 1880 tal era o comportamento político da maioria dos agentes públicos.

Referências

BARBOSA, Daiana S., "Do que é teatro a Bahia": disputas por cargos e jurisdição no sertão do São Francisco. Vila de macaúbas (1878-1880). Brasília – DF: **Anais do XXIX Simpósio Nacional de História**, 2017. Disponível em: <http://www.snh2017.anpuh.org/resources/anais/54/1501624409_ARQUIVO_XXIXSN_HANPUH-DAIANABARBOSA.pdf> - Acesso em: 25 de jan. 2018.

CARVALHO, José Murilo. **A Construção da Ordem. A elite Política Imperial e Teatro de Sombras: a política Imperial**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

COSER, Ivo. **Visconde do Uruguai. Centralização e federalismo no Brasil (1823-1866)**. Belo Horizonte/Rio de Janeiro: Editora da UFMG/luperj, 2008.

FRANCO, Maria Sylvia de Carvalho. **Homens Livres na Ordem Escravocrata**. São Paulo: Instituto de Estudos Brasileiros, 1969.

GRAHAM, Richard. **Clientelismo e Política no Brasil Século XX**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1997.

Falla com que abriu no dia 1º de maio de 1878 a 57.a legislatura da Assembleia Legislativa Provincial da Bahia o exm. sr. Conselheiro barão Homem de Mello, presidente da província. Bahia, Typ. do Diario, 1878. Disponível em: <<http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/154/>> acesso em 27 de jan. de 2018.

FIGUEIREDO, Alan José A. **O capitão que desafiou o Império**. Caetité: Globo, 2013.

FILHO, Juraci Mourão L.; LIMA, Martônio Mont'Alverne B. **As origens do constitucionalismo brasileiro: o pensamento constitucional no Império**. Fortaleza – CE: Anais do XIX Encontro Nacional do CONPEDI, Junho de 2010. Disponível em: <<http://andersonteixeira.com/data/documents/Artigo-MARTONIO-Origens-do-constitucionalismo-brasileiro.pdf> > Acesso em 27 de jan. de 2017.

Gazeta da Bahia, **O Sr. Dr. Pedro Carneiro da Silva**. 17 de julho de 1880. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=213454&PagFis=105&Pesq=Makahubas>> – Acesso em: 27 de jan. de 2018.

MAGALHAES, Carlos Fernando Filgueiras de. **Sociedade Filarmônica 13 de junho: 100 anos de tradição e cultura**. Goiânia: Editora Vieira, 2006.

Relatório apresentado à Assembleia Geral Legislativa pelo Ministro e Secretário de Estado dos Negócios da Justiça Conselheiro Lafayette Rodrigues Pereira, 1878. Disponível em: <<http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u1872/>> Acesso em: 27 de jan. de 2018.

Relatório apresentado à Assembleia Geral Legislativa pelo Ministro e Secretário de Estado dos Negócios da Justiça Conselheiro Manoel Pinto de Souza Dantas, 1880 e 1881. Disponível em: < <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u1874/>> Acesso em: 27 de jan. de 2018.

Seção Colonial e Provincial. Série Juizes – Urubu (1878) 27 de março de 1878. Maço 2624.

Seção Colonial e Provincial. Série Juizes – Urubu (1878). 17 de abril de 1878, maço 2624.

COMUNIDADE PESQUEIRA DO NORDESTE DE AMARALINA: HABITAÇÃO E CIDADANIA EM DISPUTA

FELIPE EUGÊNIO DE LEÃO ESTEVES¹

Resumo: Este artigo é fruto do desenvolvimento de uma pesquisa de doutorado intitulada *Pescadores e a luta por habitação no Nordeste de Amaralina (1930-1968)* e das leituras acerca da história da cidadania e dos direitos humanos. O objetivo dessa proposta é desenvolver uma reflexão que, além de apontar dicotomias entre o projeto modernizante e civilizatório da cidade de Salvador e a realidade da comunidade pesqueira residente das franjas da orla atlântica – com destaque para o bairro de Amaralina –, em meados da década de 1930, possa também compreender algumas ações do poder político hegemônico a partir das movimentações político-urbanas de um grupo social afetado diretamente pela lógica de urbanização da cidade. A episteme da *história vista de baixo* se torna eficiente nas análises, sem propensões a reducionismos que atribuem protagonismos artificiais a grupos sociais e indivíduos, porém, mantendo-se alinhado à ideia da agência de sujeitos e corpos coletivos em posições contra hegemônicas.

Palavras-chave: Cidadania, luta por habitação, Nordeste de Amaralina, pescadores.

Abstract: This article is the result of the development of a PhD research project - temporarily titled *Pescadores and the struggle for housing in the Nordeste de Amaralina (1930-1968)* - and of the readings motivated by the course *History of Citizenship and Human Rights*, by Professor Laura de Oliveira. The purpose of this proposal is to develop a reflection that, in addition to pointing out dichotomies between the modernizing and civilizing project of the city and the reality of the fishing community living in the fringes of the Atlantic coast in the mid-1930s, may also understand some actions of hegemonic power from the political-urban movements of a social group directly affected by the urbanization logic of the city. The episteme of history seen from below becomes efficient in the analyzes, but it emphasizes the escape of reductions that attribute artificial protagonisms, although it stays in line with the idea of the agency of subjects and collective bodies in positions against hegemonic ones.

Key words: Citizenship, struggle for housing, Northeastern Amaralina, fishermen.

Introdução

A presença da comunidade pesqueira na cidade de Salvador esteve em frequente tensão e disputa assimétrica com as noções de ordenamentos urbanos postas em prática de forma consubstanciada entre políticas públicas do Estado e demandas do capital imobiliário nascente na primeira metade do século XX. Sobre o esteio do conceito de modernização urbanística, essas esferas do poder público e

¹ Mestre em História Social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC-SP e membro pesquisador do Núcleo de Estudos de História Social da Cidade – NEHSC da PUC-SP. Doutorando no Programa de Pós-Graduação em História da UFBA. E-mail: lipeesteves@hotmail.com

privado contribuíram substancialmente na reconfiguração da ocupação do solo da cidade, que se expandiu continuamente do centro tradicional para o norte da península, ao longo da orla atlântica (SANTOS, 1959).

A atividade pesqueira constituiu-se como empecilho – não como impedimento – à lógica da política institucional e de seu agente capital, tendo em vista a função central que exerceu nos modos de vida de inúmeras famílias residentes nesses *espaços* (SANTOS, 2007) ainda pouco desbravados, principalmente nas regiões localizadas a partir dos bairros do Rio Vermelho, Amaralina e Pituba, no sentido norte da costa oceânica.

Tendo em vista esses sujeitos e suas redes de experiências é possível pensar, portanto, sobre a fase de um maior adensamento urbano em Salvador, que suscita inúmeras relações contextuais e indica aspirações políticas que marcaram a relação do Estado com os terrenos da cidade, a partir de 1930. Foi nessa mesma década o começo da formação do Nordeste de Amaralina por famílias de pescadores em ocupações que traduziram uma formatação urbana comum a diversos pontos da cidade. Bolsões de pobreza começaram a dar forma ao tecido urbano em paralelo ao projeto modernizante posto em prática de forma fragmentada pelo Estado. Essa lógica prosseguiu até 1968 quando foi aprovada a Lei da Reforma Urbana,² que representa um marco de uma nova transformação, ainda mais profunda e agressiva, que entrou em curso (CARVALHO; PEREIRA, 2008).

No Nordeste de Amaralina, pescadores e suas famílias deram formação social a um espaço pouco explorado e de controle parcial sobre uso do solo, por parte dos proprietários. Portanto, a população que deu feição cultural, social e urbana a uma parte da orla oceânica ainda inexplorada, sendo um dos grandes núcleos da comunidade pesqueira da cidade, foram, exatamente, os sujeitos compelidos a fazer o circuito migratório da praia ao morro devido às urbanizações excludentes empreendidas nesses espaços (BREBION, 2005).

Perpendicular à orla do bairro da Pituba, onde hoje se localiza a Rua Rio Grande do Sul, próximo à beira mar, residia uma das mais tradicionais famílias de pescadores da Fazenda da Pituba, no início do século XX: a família *Boa Morte*. Junto com a família

² A Lei previa a alienação de propriedades das terras municipais com preferência aos ocupantes dos terrenos, o que possibilitou repasses de terras para a elite econômica da cidade. É quando Salvador passou a fazer parte de forma mais efetiva da lógica capitalista sobre o espaço urbano.

Jesus, formavam parte considerável da pesca na costa oceânica e concentravam-se principalmente na colônia de pesca localizada na Pituba, na região do antigo Clube Português da Bahia. O patriarca da família, Álvaro Lázaro da Boa Morte, pescador veterano, juntamente com seus vinte e dois filhos – que constituíram a terceira geração de pescadores da família na Pituba – vivenciaram o fluxo migratório pelo qual passaram outras tantas famílias de pescadores no processo de loteamento e com a chegada da especulação imobiliária à fazenda, na década de 1930. Com o decorrer da urbanização, essas famílias ocuparam as regiões vizinhas, principalmente o espaço hoje demarcado pelo bairro do Nordeste de Amaralina (ESTEVES, 2009).

Primogênito de Álvaro Lázaro Boa Morte, Manoel da Boa Morte, de apelido Carambaia, morador do Nordeste de Amaralina, em entrevista no ano de 2009, ao exaltar os grandes feitos de seu pai como pescador, construiu imagens a partir de memórias sobre a vivência da atividade pesqueira nesse período e sobre o espaço que compreende o bairro da Pituba: “— Não tinha homem pra meu pai na pesca, não. Nem tinha muita gente nessa Pituba. Meu pai dizia que era outro tempo: muito peixe e vida calma na natureza. Era peixe que não acabava mais. Hoje acabaram com tudo” (ESTEVES, 2009, p. 45).

A atividade pesqueira, nas suas diversas técnicas, se manteve como núcleo regente das vivências cotidianas, pelo menos até a década de 1960, nos pontos da orla marítima da cidade que se estende do Rio Vermelho até Itapuã. Variadas localidades da orla oceânica, durante décadas, se notabilizaram e foram identificadas por sua relação com a pesca. A pesca de xaréu³ é um exemplo presente na historiografia de Salvador como uma prática que reuniu grande significado em torno de sua atividade, a qual perpassou gerações e propiciou raízes nas relações culturais e materiais da população que viveu, principalmente, na região de Amaralina (BRAGA, 1970; CÂMARA, 1911; ÁVILA, 1966).

Não só as famílias de pescadores – que predominavam nessas regiões – se mobilizavam em torno da atividade, mas também outros moradores que, imersos no cotidiano proporcionado pela atividade da pesca, compartilhavam referências, tanto

³ Xaréu, também conhecido por Xaréu-Preto, é uma espécie de peixe comum na região nordeste do Brasil. Em Salvador, o *arrasto de rede de xaréu* se tornou uma herança cultural passada por gerações de pescadores. Sua atividade envolvia toda comunidade, dado a fartura dessa espécie na costa marítima da cidade. A partir da década de 1960, porém, a puxada de rede foi sumindo com a progressiva diminuição da quantidade de peixes.

no plano da cultura como também no plano econômico e material, uma vez que eram os peixes alimentos principais e produtos de comércio para boa parte das famílias que residiam nas franjas da orla. Foi, no entanto, na praia de Amaralina que a experiência pesqueira, principalmente dos arrastões de rede de xaréu, teve maior repercussão no período suscitado (TAVARES, 1951).

Lauro Sampaio (1928), traçou um guia cultural sobre a cidade de Salvador, onde reforçou a importância desse tipo de pesca na região por sua aplicação técnica, que, segundo o autor, era “considerada dada as dimensões das redes empregadas, a quantidade e peso do peixe colhido e pessoal envolvido, como a maior pesca feita, não só no Brasil, mas também no Atlântico e em toda Costa Oriental da América do Sul” (p. 260).

Em 1945, empreendendo uma pesquisa sociológica sobre a vida cultural e identitária no Nordeste do Brasil, Roger Bastide discorreu sobre a presença pesqueira na praia de Amaralina e o cenário social presente naquele espaço: reminiscências de práticas pesqueiras protagonizadas por africanos escravizados e seus descendentes; as condições de moradia dessa população; e as relações de trabalho com o dono das terras e das ferramentas de pesca, a exemplo da rede de arrasto dos peixes. Identifica conexões culturais e identitárias, inter-geracionais, de um grupo, mas também aborda questões políticas, sociais e de poder envolvidas. Narra o espaço onde conviviam os pescadores, arquitetando imagens de plena vivência com a natureza, elaborando um discurso de um local inalterado, no qual a pesca funcionava como evento principal.

Os relatos de pesquisa de Bastide e Sampaio foram publicados num período de novas iniciativas reformistas do poder público municipal, as quais sinalizam interesses em aprofundar as mudanças estruturais das áreas urbanas. Com um marco em 1935, a partir da 1ª Semana de Urbanismo, entra em cena aspirações que se conectavam com as medidas modernizantes de reestruturação da cidade empreendidas em outros centros do país (BATISTA, 2013; UZÊDA, 2006). Estaria posto na política, a partir daí, um embate entre o tradicionalismo e o reformismo no plano material da cidade e das ideias.

A cidadania como projeto disposto no espaço urbano

O meio urbano e a história urbana e suas correlações com espaços de forças evidentes e em proliferação é um dos campos – material e epistemológico – mais

relevantes na construção do conceito de modernidade. Por espaço, o geógrafo Milton Santos (2007) ensina que se constitui por uma junção de elementos dispostos na realidade de um lugar, em determinado tempo, o que não se explica pela geografia natural, mas pelas transformações que lhe incidem na história: “O espaço não pode ser estudado como se os objetos materiais que formam a paisagem trouxessem nele mesmo sua própria explicação [...] funções múltiplas são organizadas e dispostas de múltiplas maneiras. Cada movimento da sociedade lhes atribui um novo papel” (p. 58-60). Tal afirmativa guarda conexão com as ideias de Lefebvre (2006) sobre a cidade e a sociedade urbana quando afirma que “a cidade e a realidade urbana dependem do valor de uso” (p.06); ou quando entende o espaço como lugar e meio político por “onde se desenvolve estratégias, onde elas se enfrentam” (LEFEBVRE, 2008, p. 172).

O objeto apresentado no item anterior, portanto, está atrelado a uma concepção de espaço urbano como um lugar material, transitório, por onde a política se dissemina e organiza ramificações de poderes que expõem suas marcas na própria *paisagem urbana*.⁴ Essas paisagens nos interessam na medida em que se relacionam com o corpo social que as produzem como uma formação urbana constituída por uma rede de poderes. Há de se levar em conta que essa perspectiva se insere, de forma mais global, em uma das tradições latino-americana da historiografia urbana, caracterizada em Raminelli (1997), por uma tendência a destacar “a modernização da cidade ocorrida a partir do final do século XIX. Na ocasião, a cidade colonial tornou-se um entrave à modernidade. Daí a necessidade de destruí-la e construir uma nova *urbe* ordenada segundo preceitos e necessidades de uma sociedade capitalista” (p. 200).

O estudo mais local em contraponto a uma prática de síntese nos indica uma análise que inscreve as circunstâncias da luta por habitação entre pescadores no debate entre categorias – étnico-raciais, de gênero e de classe, por exemplo – que se interseccionam no conceito acerca de *cidadania*, bem difundido no período observado e inscrito na tradição historiográfica citada.

O projeto civilizatório baseado na ideia de colonização epistemológica europeia do letramento, da razão e erudição, levados a frente pelas elites, desde o fim do século XIX, contrastou com a própria vivência cotidiana de exclusão e marginalidade das

⁴ Neste caso entendendo a paisagem urbana em consonância com o que ensinou Silva (1997) sobre a paisagem se constituir de relação direta entre homem e seu meio: “Pretende-se superar a visão tradicional das ciências humanas de considerar as ‘forças naturais’ como fator externo ao processo histórico” (p. 204).

massas populacionais.⁵ A partir de 1930 esses conceitos se diluem com as movimentações políticas para a ampliação de direitos. Com a fase de maior crescimento das cidades, no entanto, o conceito de cidadania está inserido na urgência dos planejamentos urbanos baseados na modernização citadina. José Murilo de Carvalho (2002) afirmou que antes de 1930, a população cumpria uma função de cidadania negativa: “Em todas essas revoltas populares que se deram a partir do início do Segundo Reinado verifica-se que, apesar de não participar da política oficial, de não votar, ou de não ter consciência clara do sentido do voto, a população tinha alguma noção sobre direitos dos cidadãos e deveres do Estado” (p. 75).

Circunscritos por nosso objeto de pesquisa, entendemos por *cidadania negativa* uma luta incessante de grupos sociais contestando formalidades cívicas legitimadas que não lhes incluíam e, assim, lhes suprimiam direitos nos campos variados. Mesmo após 1930, com o fim da Primeira República, quando Carvalho (2002) identificou um *marco divisório* nos direitos civis, os pescadores passaram ao largo dos projetos formais de sociabilidades urbanas e dos subjacentes direitos pautados. Esses grupos sociais, no entanto, se aproximavam a tais projetos – ou consubstanciavam tensões – através da concepção da resistência deflagrada, antes de tudo, pelas próprias existências e experiências desses corpos nos espaços a serem requeridos pela oficialidade do Estado. Essa demanda simbólica e material não se reverteu integralmente em políticas públicas de inclusão, mas proporcionou disputas que se dispuseram de múltiplas formas no espaço urbano.

As primeiras invasões na cidade de Salvador, após 1930, a exemplo do Nordeste de Amaralina, eram constituídas por contestações que avalizavam uma busca por inserção à cidadania ao tempo que evidenciavam o seu fracasso como modelo: o fracasso seja por seu método de abstração das diferenças, ou pela própria formatação de hierarquias a partir dessas diferenças, o que dava suporte à circunscrição do sujeito cidadão. Esse cenário, ainda que temporalmente mais distante, mantinha ligações com as construções de poder no plano étnico-racial do pós-abolição, quando “a ideia de

⁵ Antonacci (2015) explica o valor da oralidade e do corpo como locais onde residem linguagens e memórias de nações africanas dispersas em diáspora, e a razão tem o suporte do letramento como instrumento ceifante dessas culturas. “[...] estratégias de moralização, com conotações de racismo, empurrando *éthos* e reverberações africanas para clandestinidade, marcaram o reordenar de poderes e relações no advento da “abolição” e instauração da República das Letras” (p. 59).

que havia diferentes raças fundamentou as expectativas e os planos para a sociedade que se inaugurava” (ALBUQUERQUE, 2009, p. 242).

Os pescadores como trabalhadores do mar, caçadores do meio urbano, formavam significados que iam de encontro à idealização institucional do sujeito agente das novas concepções do espaço urbano modernizado. No entanto, a própria existência de seus corpos e de suas práticas nesses espaços contesta uma participação própria na formação da urbanidade, não assumindo protagonismos artificiais, mas os considerando um corpo social expressivo que, com seus contrapontos, constituiu disputas e respondeu em partes pelo extrato das forças nos variados campos hegemônicos. O plano da cidadania pode ser notado, então, como um objeto bem acabado a ser conquistado, ou como um objeto de significado negociado no interior desses próprios grupos.

A modernização e a segregação urbana

A 1ª Semana de Urbanismo, promovida pela Comissão Organizadora do Plano da Cidade e pela Sociedade de Amigos de Alberto Torres,⁶ teve como objetivo “criar na Bahia uma *consciência urbanística*, sem a qual não seria possível uma expansão *racional e metódica* de nossa capital” [grifo nosso], além de “mostrar ao povo da Bahia o caminho a seguir a fim de torná-la uma cidade modelo” (OCEPLAN, 1976). A semana de 35 plantou a semente de onde iria brotar a primeira ação integrada no campo do planejamento urbano posto em prática pela Prefeitura Municipal de Salvador: o contrato firmado para a criação do Escritório do Plano de Urbanismo da Cidade do Salvador – EPUCS, que durou de 1943 a 1948.

À frente do EPUCS estava o engenheiro Mario Leal Ferreira, que direcionou os trabalhos do primeiro plano urbano mais amplo a ser desenvolvido na capital. No entanto, com o encerramento as atividades em 1948, foram colocadas em prática poucas e específicas intervenções urbanas, porém, deixando um legado de pesquisa sobre a cidade indispensável para ações posteriores, principalmente quanto às obras viárias e de zoneamento da cidade. A perspectiva do EPUCS de pensar uma cidade integrada por suas variadas demandas sofreu um abalo com a continuação da lógica de políticas urbanas fragmentárias e com o capital imobiliário determinando

⁶ Sociedade civil fundada, em 1932, com o objetivo de pensar questões nacionais sob a guia do pensamento de Alberto Torres, político e jornalista brasileiro.

prioridades para o espaço público (ANDRADE JUNIOR, 2013; AZEVEDO, 1997; FERNANDES; GOMES, 1999).

O aumento demográfico progressivo, as disputas sociais e econômicas pelo solo urbano e as intervenções de proprietários de grandes terrenos, juntamente com despachos pontuais da prefeitura, levaram a um crescimento da cidade sob a lógica do capital se sobrepondo às políticas públicas. Esses processos de urbanização processavam-se desde o início do século XX, e com mais intensidade a partir da década de 1930, o que levou a uma ocupação do solo urbano nos processos de invasão⁷ de áreas irregulares, determinando o começo dos bolsões de pobreza segregados entre as áreas de “engorda” especuladas por agentes do capital imobiliário (SANTOS, 1994; LIMA, 2009).

Segundo Milton Santos (1959), do final da primeira metade do século XX até 1970 “o centro se desenvolve mais ativamente, bairros ricos são construídos, as invasões se formam, os vales começam a ser ocupados por construções e as praias se valorizam com luxuosas casas de morada” (p. 59). Pedro Almeida Vasconcelos caracteriza o mesmo período pelo aumento de moradias populares irregulares, atribuindo a isso o aumento demográfico gerado por migrações que são atraídas pela implantação do Centro Industrial de Aratu, o começo das atividades da Refinaria Landulpho Alves e a chegada da Petrobrás. “As grandes invasões datam do início deste período: Corta Braço (Pero Vaz), Alagados, Nordeste, Boca do Rio, entre outras” (VASCONCELOS, 2006, p. 27).

Os bairros de Rio Vermelho, Amaralina e Pituba estiveram inseridos, a partir de meados da década de 1930, num crescimento urbano de iniciativa do capital privado, que passou a lotear áreas desses terrenos (CARVALHO; PEREIRA, 2008, p. 83). Os pescadores, à margem dos planos formulados para os espaços que já ocupavam, migraram para novas áreas menos cobiçadas – esses fluxos urbanos exerceram papéis de resistências significadas nas experiências de formação de comunidades em situações irregulares de habitação (HITA, 2014, p. 81; MATTEDI, 1979). Desta lógica, inúmeras ocupações eclodiram na região hoje delimitada pelo Nordeste de Amaralina, e o senso de formação de comunidade começou a se fazer presente.

⁷ O conceito de “invasão” será historicizado no seu uso pelas fontes que viabilizarão a pesquisa. No entanto, a priori, tomo o conceito como espaço ocupado sem consentimento de uma ação pública por pessoas sem recursos econômicos para se inserir no mercado imobiliário formal.

Segundo Maria Brandão (1981), Salvador tem uma primeira fase de urbanização lenta que vai do fim do século XIX até meados de 1940, quando, em muitas situações, ocorreram ocupações espontâneas,⁸ com relativa tolerância de proprietários de lotes. Essa situação é similar à experiência habitacional no Nordeste de Amaralina, quando na década de 1930, pescadores que residiam e trabalhavam no Rio Vermelho foram compelidos a construir novas casas nos arredores do bairro, que passou a ser, progressivamente, urbanizado.

A então Fazenda de Amaralina tinha como proprietário José Inácio do Amaral e fazia vizinhança a outras fazendas, entre elas, Santa Cruz, Paciência, Ubaranas e Pituba (TRAÇOS & LAÇOS, 2006; PORTO FILHO, 1991). O espaço do Nordeste de Amaralina cumpria a intercessão dessas fazendas e foi ocupado de forma desordenada e as relações de propriedade tornaram-se cada vez mais difíceis de determinar (BREBION, 2005).

Entre as décadas de 1930 e 1950 não houve políticas públicas efetivas acerca de habitações populares em Salvador. A Prefeitura do Município se limitava a aprovar loteamentos privados e se ausentava das problemáticas de ocupação habitacional do solo da cidade (BRANDÃO, 1981). Assim se deu com a Fazenda da Pituba, que, em 1932, começou a ganhar contornos de bairro com a aplicação do projeto "Cidade da Luz", posto em prática pela família de Manoel Dias da Silva, proprietária do terreno e pelo engenheiro Theodoro Sampaio (ANDRADE, 2005, p. 55). Famílias de pescadores, como os Boa Morte e os Jesus, foram afetadas diretamente pelo loteamento e a consequente especulação imobiliária. Muitas acabaram por invadir terrenos ainda não vendidos nos arredores do bairro. As invasões na Fazenda da Pituba não aconteceram devido à vigilância implementada pelo gerente da fazenda, Joventino Silva, que ficou conhecido na região por colocar capangas para proteger a propriedade (TRAÇOS & LAÇOS, 2006, p. 18).

As primeiras invasões do Nordeste de Amaralina se inserem num período de efervescência no que diz respeito à incipiente luta por moradia na cidade de Salvador, que vai da década de 1930 até 1968, ano que marca o começo de um maior adensamento urbano na cidade. Na formação do bairro, portanto, a comunidade

⁸ Erivaldo Neves (1985) classifica como *espontâneas* as ocupações que se constituíam sem o devido conhecimento ou pela indiferença dos proprietários do terreno que pretendiam ter suas terras valorizadas com o povoamento.

pesqueira da região teve participação preponderante. Essa participação, nos seus variados âmbitos, guarda potencial para compreender e problematizar a historiografia da história urbana de Salvador.

Poderes, assimetrias e hegemonias

Essa discussão situa-se, de forma mais ampla, no campo teórico e metodológico da história social. Tal afirmativa se baseia na ideia das formações sociais que proporcionam relações entre grupos e entre circunstâncias de eventos históricos e suas transformações e permanências diante dos prazos temporais postos em cada tema pesquisado. No entanto, é pertinente a avaliação da multiplicidade de sentidos que atravessam os conceitos históricos dispostos na transmissão dessas experiências sociais, bem como na própria experiência como tal. Esse pressuposto indica a relação mutual entre história social e história dos conceitos, uma vez que “na multiplicidade cronológica do aspecto semântico reside a força expressiva da história [...] a batalha semântica para definir, manter ou impor posições políticas e sociais em virtude das definições está presente em todas as épocas de crises registradas em fontes escritas” (KOSELLECK, 2006, p. 101-102).

Por esse entendimento, alguns conceitos históricos são conteúdos semânticos que vão além da dimensão linguística, mas atuam com eficiências variadas no plano dos dados e dos tempos históricos investigados pelos métodos da história social. Uma história não se configura antes de sua proposição linguística, caso contrário, as fontes históricas disponíveis sobre determinados temas não ofereceriam dissensos e historicidades, mas fatos delimitados em si.

O próprio conceito de história social enquanto disciplina requer uma análise diacrônica de sua abordagem desde seu marco conceitual, na década de 1930, com o movimento dos *Annales*, e as demais correntes teóricas que proliferaram seu debate metodológico no século XX. Entretanto, tendo em vista as heterogeneidades da disciplina na historiografia, nos interessa o entendimento de que o fazer da história social oferece prioridades sobre a experiência humana “e os processo de diferenciação e individuação dos comportamentos e identidades coletivos – *sociais* – na explicação histórica” (CASTRO, 1997, p. 54).

Esse parâmetro nos leva a outros conceitos que abarcam a ideia que nas experiências sociais, grupos coletivos e indivíduos estão em disputas contínuas através

das relações de múltiplos *poderes*, que, dinamicamente, configuram cenários mais específicos ou mais universais de *hegemonias*⁹ e contra hegemonias em variados planos da vida social e histórica. O poder, então, está disposto nas relações entre indivíduos e nas relações coletivas mais amplas da sociedade, moldando cenários transitórios de disputas díspares e, desse modo, constituindo campos de hegemonias.

A conceituação de poder ou poderes de Foucault orienta a reflexão teórica dessa pesquisa ao entender que o poder não é circunscrito, mas relacional e assimétrico (FOUCAULT, 1979). A luta por moradia como objeto e os pescadores como sujeitos nos direciona para a reflexão que essas assimetrias, a determinados limites e pressões, conjugam relações de poder desequilibradas ao tal modo que, no cenário onde esses poderes atuam as hierarquias são determinantes.

Foucault critica uma posição historiográfica de centralização do poder como percepção do poder maior, a exemplo da relação entre Estado e grupos sociais – percepção que remete ao resquício da conceituação de poder soberano nas sociedades absolutistas –, desse modo, Foucault entende a necessidade de identificar as redes de poder constituídas nas margens, no plano mais local, a fim de se chegar às dimensões mais globais.

Esse traçado teórico engendrou um método de investigação – principalmente em *Vigiar e Punir* (2010), publicado em 1975 – nominado pelo filósofo de *genealogia do poder*, a qual pode ser utilizada mediante cinco premissas basilares: i) analisar o poder pelas bordas, descentralizando e regionalizando; ii) analisar os poderes em suas experiências locais, onde seus efeitos são próprios; iii) os poderes são múltiplos, se ramificam no coletivo e recusam uma lógica de dominação nas relações entre indivíduos ou grupos, uma vez que não há isonomia de poder ou unilateralidade; iiiii) a genealogia prescinde de uma análise descendente, que se analise os poderes de baixo, nas suas dinâmicas e, do local, identificar correlações com circunstâncias mais universais; iiiiii) por fim, entender os poderes como disputa de saberes, sendo necessário organizar ferramentas para compreender essa relações de saberes fora da concepção ideológica. Nas palavras de Foucault (1979): “Chamemos provisoriamente

⁹ Esta formulação parte de Raymond Williams (1979) que, revisitando Gramsci, pensa o conceito de *Hegemonia* indo além da *cultura* – ainda que a tome como uma “área mais ampla da realidade do que as abstrações da experiência social e econômica” – pois rege uma totalidade social pelo que Gramsci (2001) introduziu por *domínio* e *subordinação* numa *conexão de muitas formas diferentes de luta*. Williams (1979) desenvolve para além de Gramsci ao ensinar que a “hegemonia vivida é sempre um processo” e jamais será totalmente *dominante* ou *exclusiva*.

genealogia o acoplamento do conhecimento com as memórias locais, que permite a constituição de um saber histórico das lutas e a utilização deste saber nas práticas atuais” (p. 171-186).

O método de pesquisa histórica da genealogia é uma chave para o entendimento de uma dimensão pertinente ao nosso objeto, o conceito de *biopoder* de Foucault como uma ferramenta de poder que regula o corpo coletivo e as relações no âmbito da população. A partir do século XVIII a percepção do sujeito enquanto espécie vem à tona sobre a lógica de preservação da vida humana, é quando uma percepção de *biopolítica* – responsável por assegurar a vida dos sujeitos coletivos – torna-se um dispositivo para o desenvolvimento da ideia de relação entre política e poder no plano dos grupos sociais.

Considerações finais

A partir da compreensão de que há relações sociais tensionadas nas constituições dos espaços urbanos no período proposto – entre a década de 1930 até 1968 –, essa pesquisa se fundamenta na participação de pescadores na urbanização do bairro do Nordeste de Amaralina, visando suas interações sociais na luta por moradia, considerando que esses sujeitos ocuparam territórios políticos e suas vivências apontaram para disputas na ordem social e institucional.

Ao considerar que os sujeitos envolvidos nessa temática de pesquisa são agentes políticos imersos em ordens dinâmicas de hegemonia e contra hegemonia em variados planos, assumo, concomitantemente, suas atuações ativas na configuração desses *poderes* (FOUCAULT, 1979) engendrados na vida social e urbana de Salvador, no recorte temporal eleito. No entanto, considerar a agência desses sujeitos não significa escamotear as relações de forças assimétricas postas neste recorte histórico, tampouco, considerar que os múltiplos poderes dos sujeitos dispostos no bojo social suscitado se igualem em seus protagonismos.

Os pescadores e suas famílias disputavam em assimetria seus interesses diante do Estado e dos agentes mediadores do capital – promotores de mudanças substantivas da vida social e urbana. Essas famílias atuaram no espectro urbano, político e social enquanto sujeitos em posições pouco ou nada moveis na produção de saberes (FOUCAULT, 1999). Duas fundamentações se tornam relevantes: i) A premissa de um grupo social subalternizado, imerso em múltiplas relações de poder e

numa disputa assimétrica com o poder institucional, se ramifica na episteme que trata das configurações históricas; e ii) a subalternização desse grupo social na própria historiografia local é reforçada no próprio campo epistemológico, a se ver pela raridade desta temática na história urbana desenvolvida em Salvador.

Não compreender esse corpo social como passivo ou dominado nos oferece um ponto de partida para refletir sua função como agente, portanto, um grupo social que é formado em sua experiência como partícipe ativo nas conjunturas político-sociais de fomentação do espaço urbano. Os fatores que afetaram determinados grupos sociais e a conjuntura de forças postas aponta para cenários que envolveram as decisões do poder público.

Na perspectiva das ciências humanas, a historiografia referente ao cotidiano e as práticas das comunidades de pescadores na cidade de Salvador estiveram, preponderantemente, sob o campo teórico de análise das identidades (GANDON, 2001; BRAGA, 1970). As pesquisas dentro do campo da história social que atentem para as conexões incididas entre comunidades pesqueiras e processos de formação urbana são escassas. Essa temática é verificada em passagens que tendem ao descritivo, nas pesquisas com prioridade temática sobre políticas públicas, luta por moradia ou origens de aglomerados urbanos (ANDRADE, 2005; BREBION, 2005; PORTO FILHO, 1991).

Referências

ALBUQUERQUE, Wlamyra R. **O jogo da dissimulação: abolição e cidadania negra no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

ANDRADE, Adriano Bittencourt. **O espaço em movimento: a dinâmica da Pituba no século XX**. Salvador, EDUFBA, 2005.

ANDRADE JUNIOR, Nivaldo Vieira de. **Diógenes Rebouças e o EPUCS: planejamento urbano e arquitetura na Bahia, 1947-1950**. Revista Urbana. V.5, nº6 - Dossiê: Urbanistas e Urbanismo. CIEC/UNICAMP. Campinas, 2013.

ANTONACCI, Maria Antonieta. **Memórias Ancoradas em Corpos Negros**. São Paulo: EDUC, 2015.

ÁVILA, Salvador. **A Pesca do Xaréu**. Salvador. 1966.

AZEVEDO, Paulo Ormindo de. "Diógenes Rebouças, um pioneiro modernista baiano". In: CARDOSO, Luiz Antônio Fernandes; OLIVEIRA, Olívia Fernandes de (orgs.). **(Re) Discutindo o modernismo: universalidade e diversidade do movimento moderno em arquitetura e urbanismo no Brasil**. Mestrado em Arquitetura e Urbanismo da UFBA. Salvador, 1997.

- BASTIDE, Roger. **Imagens do Nordeste místico em preto e branco**. Rio de Janeiro: O Cruzeiro, 1945.
- BATISTA, Felipe Caldas. "Urbanismo e Poder: na semana de 35 em Salvador da Bahia". **Revista Iberoamericana de Urbanismo**. Nº 9. Universitat Politècnica de Catalunya – UPC. Catalunya, 2014.
- BRAGA, Júlio Santana. "Notas sobre a pesca do xaréu: folclore e compromisso religioso". **AfroÁsia**. Nº 10-11. CEAO-UFBA. Salvador, 1970.
- BRANDÃO, Maria de Azevedo. "O último dia da criação: mercado, propriedade e uso do solo em Salvador". In: VALLADARES, Lícia do P. (Org.). **Habitação em questão**. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.
- BREBION, Marie. **Cidade do oceano: da praia ao morro... iniciação de um processo de desencravamento e reconquista de uma identidade comunitária**. Trabalho de Conclusão de Curso (Arquitetura e Urbanismo). Escola de Arquitetura de Clermont-ferrand. França, 2005.
- CÂMARA, Almirante Antonio Alves. **Pescas e peixes na Bahia**. Rio de Janeiro: Leuzinger, 1911.
- CARVALHO, Inaiá; PEREIRA, Gilberto Corso. "As 'cidades' de Salvador". In: CARVALHO, Inaiá; PEREIRA, Gilberto Corso (org). **Como anda Salvador e sua região metropolitana**. Salvador: EDUFBA, 2008.
- CARVALHO, José Murilo de. **Cidadania no Brasil. O longo Caminho**. 3ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.
- CASTRO, Hebe. "História Social". In: CARDOSO, Ciro Flamarion Santana, VAINFAS, Ronaldo (orgs). **Domínios da História: ensaios de teoria e metodologia**. Rio de Janeiro: Elsevier, 1997.
- CERTEAU, Michel de. **A escrita da História**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2002.
- COMISSÃO DO PLANO DA CIDADE DO SALVADOR. **Conferências: Semana do Urbanismo 20 a 27 de Outubro de 1935**. Salvador: Cia. Editora e Graphica da Bahia, 1937.
- ESTEVES, Felipe Eugênio de Leão. **Boa Morte: uma família de pescadores do bairro da Pituba**. Trabalho de conclusão de curso (Comunicação social – Jornalismo). Centro Universitário Jorge Amado – UniJorge. Salvador, 2009.
- FERNANDES, Ana; GOMES, Marco Aurélio A. de Filgueiras; SAMPAIO, Antonio Heliódoro Lima (1999). "Plano de Urbanismo do EPUCS – Escritório do Plano de Urbanismo da Cidade do Salvador, 1943-1947". In: LEME, Maria Cristina da Silva (coord.). **Urbanismo no Brasil 1895-1965**. São Paulo: Studio Nobel; FAUUSP; FUPAM, 1999.
- FOUCAULT, Michel. **Em defesa da sociedade**. São Paulo: Martins Fontes, 1999.
- _____. **Microfísica do poder**. Trad. Roberto Machado. Rio de Janeiro: edições Graal, 1979.
- _____. **Vigiar e Punir**. Trad. Raquel Ramalheite. 38ª ed. Petrópolis - RJ: Vozes, 2010.
- GANDON, Tania Risério d'Almeida. "Entre memória e história: tempos múltiplos de um discurso muitas vozes". **Projeto História**. Nº 22. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC-SP. São Paulo, 2001.

- GLISSANT, Édouard. **Introdução a uma poética da diversidade**. Juiz de Fora: Editora da UFJF, 2005.
- GORDILHO E SOUZA, Angela M.. **Invasões e intervenções públicas: uma política de atribuição espacial em Salvador 1946/1989**. Dissertação de mestrado em Arquitetura. Rio de Janeiro: UFRJ, 1990.
- GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do Cárcere**. Volume 4. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.
- HILL, Christopher. **O mundo de ponta-cabeça: ideias radicais durante a revolução inglesa de 1640**. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.
- HITA, Maria Gabriela. **A casa das mulheres n'outro terreiro: famílias matriarcais em Salvador**. Salvador: EDUFBA, 2014.
- KOSELLECK, Reinhart. **Futuro Passado – contribuição à semântica dos tempos históricos**. Rio de Janeiro: Contraponto; Editora PUC-Rio, 2006.
- LEFEBVRE, Henri. **Espaço e Política**. Belo Horizonte: Editoria UFMG, 2008.
- _____. **O Direito à Cidade**. São Paulo, Centauro, 2006.
- LIMA, Gisele Oliveira de. **Movimento Baixa do Marotinho: a luta pela moradia em Salvador (1974-1976)**. Dissertação de mestrado em História. Salvador: UFBA, 2009.
- MATTEDI, Raquel. **As invasões em Salvador: uma alternativa habitacional**. Dissertação de Mestrado em Ciências Sociais - UFBA. Salvador, 1979.
- NEVES, Erivaldo. **Invasões em Salvador: um movimento de conquista do espaço de morar (1946-1950)**. Dissertação de mestrado em História. São Paulo: PUC-SP, 1985.
- PORTO FILHO, Ubaldo Marques. **Rio Vermelho**. Salvador: AMARV, 1991.
- PREFEITURA MUNICIPAL DE SALVADOR; ÓRGÃO CENTRAL DE PLANEJAMENTO – OCEPLAN. **EPUCS – uma experiência de planejamento urbano**. (PLANDURB. Série Estudos Informativos – nº 1). Salvador, 1976.
- RÉMOND, René. "Do político". In: RÉMOND, René. (Org.). **Por uma história política**. Rio de Janeiro: Editoria FGV, 2003.
- SAMPAIO, Lauro. "Pesca na Bahia". **Indicador e Guia Prático da Cidade do Salvador**. Salvador: Tipografia Agostinho Barbosa, 1928.
- SANTOS, Milton. **A urbanização brasileira**. São Paulo: HUCITEC, 1994.
- _____. **O centro da cidade do Salvador**. Estudo de Geografia Urbana. Salvador: Publicações da Universidade da Bahia, 1959.
- _____. **Pensando o espaço do homem**. São Paulo: EDUSP, 2007.
- SEVCENKO, Nicolau. **Literatura como Missão: tensões sociais e criação cultural na Primeira República**. São Paulo: Brasiliense, 1983.
- SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. "História das Paisagens". In: CARDOSO, Ciro Flamarion e VAINFAS, Ronaldo (orgs.). **Domínios da história: ensaios de teoria e metodologia**. Rio de Janeiro: Campus, 1997.
- SPIVAK, Gayatri. **Pode o subalterno falar?**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2010.
- TAVARES, Luís Henrique Dias. **História da Bahia**. São Paulo: Unesp; Salvador: Edufba, 2008.

- TAVARES, Odorico. **Bahia: imagens da terra e do povo**. Salvador: J. Olympio, 1951.
- TEIXEIRA, Cid. "As grandes doações do 1º governador. Terras do Rio Vermelho ao Rio Joanes: Conde da Castanheira, Garcia D'Ávila e Senado da Câmara". In: TEIXEIRA, Cydelmo (Coord.). **A grande Salvador. Posse e uso da terra. Projetos urbanísticos integrados**. Salvador: Governo do Estado da Bahia, 1978.
- THOMPSON, Edward Palmer. **A formação da classe operária inglesa**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.
- _____. **A Miséria da Teoria**. Rio: Zahar, 1981.
- _____. "The History from below". **The Times Literacy Supplement**. Londres, 1966.
- TRAÇOS E LAÇOS. **Memória da Região Nordeste de Amaralina**. Secretaria do Trabalho, Assistência Social e Esporte, Programa Viva Nordeste, Hora da Criança, Projeto Unindo Talentos. Salvador, 2006.
- UZÊDA, Jorge Almeida. **O aguaceiro da modernidade na cidade de Salvador 1935-1945**. Tese de doutorado em História. Universidade Federal da Bahia – UFBA. Salvador, 2006.
- VASCONCELOS, Pedro de Almeida. "Pobreza urbana e a formação de bairros populares na Salvador de Longa duração". **Espaço e Tempo**. Nº 20. GEOUSP. São Paulo, 2006.
- VASCONCELOS, Pedro de Almeida. **Salvador: transformações e permanências (1549-1999)**. Ilhéus: Editus, 2002.
- _____. **Marxismo e Literatura**. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.

PEDRO ZULEN AYMAR E A “QUESTÃO RELIGIOSA” NO PERU

GUILLERMO ALEXÍS FERNÁNDEZ RAMOS¹

Resumo: A presente comunicação teve a seguinte problemática: Qual foi a concepção elaborada pelo intelectual peruano Pedro Zulen Aymar sobre a religião? Zulen foi um intelectual urbano que teve como preocupação central os problemas dos subalternos da sociedade rural peruana. Meu argumento é que em sua interpretação sobre a religião há dois momentos diferenciados. No primeiro, vinculado (vinculou) a seus estudos iniciais de ciências e matemáticas, tratou de analisar que (as) diferenças existiam entre a religião e a ciência e como estas poderiam contribuir à sociedade em geral. Aqui não existiu um esforço de estudar o papel da religião dentro da sociedade peruana. No segundo, (devido a aproximação com as lutas sociais das classes camponesas peruanas) relacionado à sua aproximação das lutas sociais da classe camponesa peruana, tentou interpretar como as classes dominantes utilizavam a religião católica em seu esquema de dominação.

Palavras chave: Peru; Pedro Zulen Aymar; questão religiosa; lutas sociais; classe camponesa.

Abstract: This communication had the following problematic: What was the conception elaborated by the Peruvian intellectual Pedro Zulen Aymar on the religion? Zulen was an urban intellectual whose main concern was the problems of the subordinates of Peruvian rural society. My argument is that in his interpretation of religion there are two distinct moments. In the first, he linked (linked) to his initial studies of sciences and mathematics, he tried to analyze that the differences existed between religion and science and how they could contribute to society in general. Here there was no effort to study the role of religion within Peruvian society. In the second, due to its approach to the social struggles of the Peruvian peasant classes, it attempted to interpret how the dominant classes used the Catholic religion in their scheme of domination.

Keywords: Peru; Pedro Zulen Aymar; religious issue; social struggles; peasant class.

Introdução

A presente comunicação teve a seguinte problemática: Qual foi a concepção elaborada pelo intelectual peruano Pedro Zulen Aymar sobre a religião? Zulen foi um intelectual urbano que teve como preocupação central os problemas dos subalternos da sociedade rural peruana. Meu argumento é que em sua interpretação sobre a religião há dois momentos diferenciados. No primeiro, vinculado (vinculou) a seus estudos iniciais de ciências e matemáticas, tratou de analisar que (as) diferenças existiam entre a religião e a ciência e como estas poderiam contribuir à sociedade em geral. Aqui não existiu um esforço de estudar o papel da religião dentro da sociedade

¹ Mestrando em História pela Universidade Estadual de Feira de Santana e membro do Laboratório de História e Memória das Esquerdas e das Lutas Sociais (LABELU). E-mail: guillermo_ean@hotmail.com

peruana. No segundo, (devido a aproximação com as lutas sociais das classes camponesas peruanas) relacionado a sua aproximação das lutas sociais da classe camponesa peruana, tentou interpretar como as classes dominantes utilizavam a religião católica em seu esquema de dominação.

I. O legado de Manuel González Prada

Pedro Salvino Zulen Aymar nasceu na cidade de Lima em 1889² e foi filho do comerciante chinês Pedro Francisco Zulen e da peruana Petrolina Aymar. Sua vida pública desenvolveu-se na época conhecida, na historiografia peruana, como *Republica Aristocrática*. Essa época abarcou os anos de 1895 a 1930 e caracterizou-se pelos governos de civis provenientes das classes dominantes. Para esses anos não é possível estabelecer o índice de habitantes do Peru. O historiador Alejandro Reyes (2002, p. 74) sugeriu que em 1896 a população peruana chegaria a 4100000 de habitantes e para 1912 chegaria a cinco milhões. Por sua parte, Manuel Burga e Alberto Flores Galindo (1994, p. 29) deram a cifra de quatro milhões de habitantes para o período de 1919 a 1930. A maioria das pessoas morava em zonas rurais, desconheciam o idioma espanhol e falavam quechua ou aymara, idiomas dos povos originários peruanos (BURGA; FLORES; GALINDO, 1994, p. 29).

Nos anos da *Republica Aristocrática* existiu uma diferença substancial com épocas anteriores, pois desde a independência peruana em 1821 até 1895, onde as classes dominantes precisaram do exército para governar o que ocasionou algumas das características mais relevantes do século XIX peruano, sejam as disputas das frações das classes dominantes e as guerras civis. Entre 1821 e 1895, a sociedade peruana teve um total de 29 presidentes dos quais apenas 10 foram eleitos. Além disso, um civil só foi presidente por processo eleitoral em 1872. Por outro lado, entre 1895 e 1930, se teve 10 presidentes. Deles, só Guillermo Billinghurst terminou seu mandato por um Golpe de Estado. Essas contradições das frações das classes dominantes podem ser apreciadas também na aprovação das constituições: No período entre 1823 e 1867, (quando) foram aprovadas oito constituições, já entre 1895 e 1930 se aprovou apenas uma, em 1920.

Entre fins do século XIX e inícios do XX, as sociedades da América Latina inauguraram novas formas de pensar seus problemas. Em Brasil, foram Gilberto Freyre, Sérgio Buarque do Holanda e Caio Prado Jr. aqueles que, desde diferentes perspectivas

² Faleceu na mesma cidade em 1925.

metodológicas, realizaram esse exercício intelectual (RICUPERO, 2000, p. 21). No Peru, a renovação do pensamento social aconteceu-o com Manuel Gonzalez Prada e se continuo com as gerações intelectuais dos Novecentos e Centenário. Os dois grupos intelectuais foram, tradicionalmente, diferenciados pelos anos de produção de suas obras porque enquanto os novecentistas publicaram suas obras na primeira década do século XX, os centenaristas o fizeram na segunda década. O sociólogo Osmar Gonzales (2010) questiona a divisão e prefere falar da existência de diferentes grupos geracionais. Em ambos casos as interpretações ressaltam os debates e as produções acadêmicas. Para esta pesquisa só se toma como referência geral o critério geracional, pois a intenção é o estudo das relações dos intelectuais com as lutas sociais de seus tempos. Se intenta, seguindo os estudos sobre intelectuais de Michel Löwy (1979), compreendendo a evolução do pensamento de Zulen a partir dela “totalidade histórico-social da qual faz parte”.

Como explicar que as maiorias dos países latino-americanos tiveram um fenômeno intelectual similar? Para Rui Mauro Marini, os países latino-americanos depois de alcançar as independências de Espanha e Portugal iniciaram um processo de articulação ao sistema capitalista: “Conquistada nas primeiras décadas do século 19, fará surgir, com base na estrutura demográfica e administrativa construída durante a Colônia, um conjunto de países que passam a girar em torno da Inglaterra” (MARINI, 1973). Isso provoca, segundo Marini (1994, tradução nossa), o nascimento de pensamentos sociais alternativos: “À medida que o sistema económico volta-se mais complexo e que a sociedade favorece o despliegue e a contraposição de interesses de classe, o pensamento social se volta contraditório, propiciando o surgimento de correntes divergentes” (MARINI, 1994, tradução nossa).

No Peru, esse pensamento divergente ocorreu no mesmo seio das classes dominantes e se refletiu nos ensaios de Manuel González Prada³ a fines do século XIX. Ele é considerado o iniciador do pensamento radical peruano por suas críticas as formas de dominação e exploração que exerciam as classes dominantes sobre os subalternos peruanos. Para sustentar as suas críticas escreveu ensaios, os principais foram: *Pájaros libres* (Paris, 1894), *Nuestros indios* (Lima, 1904) e *Horas de lucha* (Lima, 1908). Suas elaborações intelectuais significavam uma modificação substancial no pensamento peruano porque a maioria dos intelectuais profissionais considerava que os problemas no Peru poderiam ser solucionados “civilizando” ou “ocidentalizando”

³ Nasceu em Lima em 1844 e faleceu na mesma cidade em 1918.

os subalternos. Sua principal contribuição foi entender a questão indígena de forma diferente: “A questão do índio, mais que pedagógica, é económica, é social” (GONZÁLEZ PRADA, 1908, tradução nossa).

Ainda, tratando das contribuições de Gonzalez Prada, destaco as principais propostas sobre a “questão religiosa” desenvolvidas em seu ensaio *Política y religión*. Sua ideia central foi que os conflitos religiosos se intensificam nas nações onde não tem separações claras entre o Estado e a Igreja. Por isso, naqueles países, como no caso peruano, não se pode lutar por reivindicações sociais sem lutar contra a religião católica. Em seu texto, não fez separações entre a religião católica como sistema de crenças e ideias e tampouco aqueles que a praticavam. Para ele, ambas eram responsáveis pela opressão dos subalternos: “Desde a liberdade do escravo até a emancipação da mulher, e desde a independência das nações até a inviolabilidade das consciências, todas as grandes reformas encontraram na Religião Católica um inimigo, já descoberto” (GONZÁLEZ PRADA, 1908, tradução nossa).

As teses de Gonzalez Prada acabaram influenciando os intelectuais de gerações posteriores. Por conta disso, discutirei, brevemente, o impacto de suas críticas no pensamento de Pedro Zulen e Jose Carlos Mariátegui. Em 1909, Zulen trabalhou como colunista no jornal nacional *La Prensa* e lhe foi encomendado, a pedido do diretor do jornal, a análise sobre o movimento intelectual peruano em 1908. É sugestivo que o primeiro livro que começou a revisar fosse *Horas de Luchas* de Gonzalez Prada:

Ainda que seja acontecimento raro, publicar entre nós livros apropriados e dignos de leitura, um livro tem vindo a romper o equilíbrio dessa vida de tranquilidade holgazana, dessa vida daquela paz que provem unicamente de falta de desejo e de poder para se esforçar nas grandes empresas, dessa vida tão nossa que Roosevelt tem qualificado de tão pouco digna de uma nação como de um indivíduo. São as páginas viriles de González Prada, o pensador ilustre, onde campea a crítica serena, implacável e justiceira, sem espasmos nem médias tintas. *Horas de lucha* é nosso balanço social expressado em frases lapidarias, punzantes e demolidoras (ZULEN, 1909, 1 janeiro, tradução nossa).

Anos mais tarde, os intelectuais mais representativos da geração centenária se reconheceram influenciados pelo pensamento de González Prada. Por exemplo, para José Carlos Mariátegui (2007, p. 213, tradução nossa) significou o primeiro momento lúcido do Peru: “González Prada não interpretou este povo, não esclareceu seus problemas, não legou um programa à geração que devia vir depois. Mas representa de

toda a sorte, um instante – o primeiro instante lúcido –, da consciência do Peru” (MARIÁTEGUI, 2007, p. 213, tradução nossa).

II. Entre a religião e as ciências

O primeiro momento do pensamento de Zulen sobre a religião está vinculado com seus iniciais estudos de ciências e matemáticas, entre 1906 e 1909, na Universidade Maior de San Marcos. Pelos anos que curso estudos universitários é contemporâneo dos principais intelectuais das classes dominantes José de la Riva-Agüero y Osma,⁴ Víctor Andrés Belaunde Diez-Canseco⁵ e Francisco García Calderón.⁶ Eles frequentaram as aulas de San Marcos entre fins do século XIX e a primeira década do século XX. Riva-Agüero foi estudante entre 1902 e 1913 (ano em que obteve seu doutorado em jurisprudência). Zulen ingressou à Faculdade de Ciências de San Marcos em 1906. Em 1908, se matriculo na Secção de Ciências Matemáticas. Em 1909, trasladou-se à Faculdade de Letras. Nesses anos, realizar estudos universitários era uma atividade de poucos, isso quer dizer, que as atividades económicas da família Zulen Aymar lhe davam ingressos económicos suficientes para fazer estudar a seu filho.

As reflexões sobre a realidade peruana que elaboraram esses jovens passaram por um processo de aprendizagem não isentam de mudanças, correções e contradições. Um exemplo, foi o mesmo filósofo peruano quem inicialmente teve interesse pelas ciências naturais, depois se mudou ao estudo das matemáticas e, finalmente, optou pelo estúdio das letras e ciências sociais. Os primeiros artigos que Zulen publicou (entre 1908 e 1909) os dedicou aos avanços das ciências naturais e matemáticas. Nesses textos, mostrou domínio de diferentes línguas estrangeiras (especialmente o francês) e conhecimentos atualizados de avanços científicos, eventos académicos e publicações de Alemanha, Inglaterra, Estados Unidos, Itália e França.

Em seu artigo *O espiritismo ante a ciência*, Zulen (1908, 31 maio, tradução nossa) mostrou uma postura prudente sobre as relações da religião e a ciência. Nesse texto, assinalou que o espiritismo é uma “tendência para a superstição e ao misticismo” que “Admite a vida eterna da alma ou parte espiritual do homem; a evolução dela no espaço e no tempo e a possibilidade de se pôr em comunicação com os seres vivos” (ZULEN, 1908, 31 maio, tradução nossa). Assim mesmo, fez um balanço sobre os principais argumentos dos cientistas europeus a favor e contra alguns

⁴ Nasceu em Lima em 1885 e faleceu na mesma cidade em 1944.

⁵ Nasceu em Arequipa em 1883 e faleceu em Nova York em 1966.

⁶ Nasceu em Valparaíso (Chile) em 1883 e faleceu em Lima em 1953.

posicionamentos. Conquanto, no texto, pode-se apreciar sua fé nos avanços científicos também se apreciam suas dúvidas sobre a capacidade de conhecer toda a realidade: “Existem realidades que nos são desconhecidas: Será uma destas o mundo dos espíritos? Esta é uma pergunta que não se pode contestar definitivamente” (ZULEN, 1908, 31 maio, tradução nossa).

Zulen voltou a analisar as propostas dos espíritas quando se perguntou se era possível a comunicação com seres extraterrestres:

Quase todas as escolas filosóficas têm sustentado com Lucrecio que “este universo visível não é o único na natureza; existem nas regiões do espaço outras terras e outros homens”. Esta crença na pluralidade dos mundos habitados que se vê nos vedas, nos dogmas de Zoroastro e nas tradições de muitos povos orientais é a que hoje sustentam de maneira geral e particularmente referindo a nosso vizinho Marte (ZULEN, 1908, 13 junho, tradução nossa).

Nesse texto revisou os argumentos dos espíritas Camilo Flammarion, Nikola Tesla, Sir Oliverio Lodge e Allan Kardec em prol da existência de seres vivos no planeta Marte e de possíveis formas de comunicação com eles. Sendo a proposta mais recente nesse momento a de comunicações mediumnísticas de Sir Oliverio Lodge, exposta em uma palestra na Sociedade de Ciências Psíquicas de Londres. De igual forma que no artigo anterior, se aprecia que para Zulen a ciência e o positivismo científico ainda não têm resolvido todas as dúvidas da humanidade.

Zulen não teve a mesma atitude de dúvida quando estudou a teosofia e a seus seguidores. Ao igual que o espiritismo, a teosofia tinha aparecido em Europa durante a segunda metade do século XIX. A avaliação do filósofo peruano deu-se quando eles acabavam de reunir num congresso na cidade de Wiesbaden (Alemanha). Seus seguidores propunham que seus métodos para pesquisar a realidade eram mais seguros que a ciência:

A Teosofia, dizem seus sectários, é a sabedoria divina, que a verdade de seus ensinamentos é inata e evidente, enfim, que suas doutrinas são a manifestação de “um conhecimento científico superior”; mas os teósofos cuidam-se bem de declarar que o poder inato e a racionalidade da teosofia não podem completamente demonstrar-se seno pelo desenvolvimento de certos “sentidos superiores” (ZULEN, 1908, 11 julho, tradução nossa).

O filósofo peruano declarou-se em prol dos progressos da ciência e contra os teósofos. Esse artigo é importante, porque evidência sua confiança na razão baseada na experiência, que não é possível à percepção da realidade absoluta (como

propunham os seguidores da teosofia) e sua confiança em afirmar que para a ciência “está reservada a direção material e moral da humanidade”.

Nesta primeira etapa, Zulen não teve a intenção de relacionar e contrastar os avanços científicos da Europa com a situação social do Peru Contemporâneo. A realidade peruana esteve ausente de seus textos. Suas elaborações foram mais teóricas. A maioria de (dos) artigos que publicou foram atravessados por uma pergunta: ¿Que função cumpriam as ciências naturais e a religião? Sem propor, ou quiçá sim, seus textos dialogaram com as denúncias que fez González Prada sobre a religião como um mecanismo de alienação ¿por quê? Uma das razões relaciona-se a que Zulen não foi ateu. O historiador Jorge Basadre, quem tinha sido seu aluno, recordou em suas memórias: “Faleceu o 27 de janeiro de 1925, após confessar-se, como bom católico, com o sacerdote Agustín Arruti da ordem dos Descalzos” (BASADRE, 2007, tradução nossa). Esta é a razão pela que não assumiu todos os postulados críticos de González Prada sobre a religião. Nesse sentido, desde sua juventude tomou em conta que há diferenças entre a religião e seus praticantes.

III. Religião e lutas sociais no Peru

O segundo momento do pensamento de Zulen sobre a religião está vinculado a sua maior aproximação com as lutas sociais dos subalternos peruanos. Para essa proximidade ajudou a mudança de estudos de ciências naturais e matemáticas a letras. A partir daí, aprecia-se uma mudança de interesses, produto das aulas universitárias, da influência de seus professores, de seus vínculos com o incipiente movimento estudantil e sua primeira aproximação aos problemas sociais da classe camponesa peruana.

Revisarei a maneira de exemplo, seu vínculo com o incipiente movimento estudantil. Em 1908, fundou-se uma organização estudantil chave: o Centro Universitário. Em março de 1909, o Centro impulsionou um debate sobre a “questão indígena” e o problema educativo. Joel Rojas (2011, p. 29-48) estudou a polêmica que teve Zulen com Carlos Enrique Paz Soldán. O texto situou o debate no contexto de difusão do pensamento positivista no Peru. A diferença de outros países latino-americanos, esse positivismo esteve impregnado do darwinismo social e de racismo, por isso, a maioria dos intelectuais que propuseram que a solução da “questão indígena” era a imigração europeia. Apesar de Zulen não ter se livrado de todo europeísmo, superou o racismo e o menosprezo do indígena porque considerou: “que

o índio deve-se inserir dentro dos trabalhos públicos e industriais e que mediante a educação este seja consciente de sua situação” (ROJAS, 2011, p. 43, tradução nossa).

As inquietudes sociais de Zulen continuaram, quando junto à jornalista autodidata Dora Mayer⁷ e ao professor universitário Joaquín Capelo⁸ impulsionou a organização da Associação Pró-Indígena em 1909. Em seu nascimento, a Associação foi uma organização composta, a exceção de Mayer, por pessoas vinculadas à Universidade San Marcos. No artigo I de seus estatutos mencionou-se seu propósito: “Com o nome de Associação Pró-Indígena estabelece-se uma sociedade para a defesa dos interesses sociais da raça indígena no Peru” (ASOCIACIÓN PRO-INDÍGENA, 1912, tradução nossa). Na prática, a organização gerou discussões sobre a “questão indígena” e propôs soluções através da legalidade. É necessário questionar: O que significava a “questão indígena” no Peru em início do século XX? E, porque intelectuais de diferentes classes sociais fundaram uma organização pró-indígena?

A respeito disso, é importante mencionar o estudo de Heraclio Bonilla (1974) sobre os camponeses e seus trabalhos nas minas. Conquanto sua investigação localizou-se geograficamente em Morococha (província de Yauli, região de Junín) e serve como referência para analisar o que sucedia no Peru. No texto deram-se alcances sobre a repercussão da chegada da empresa mineradora Cerro de Pasco Copper Corporation à serra central peruana em 1902. A empresa ao não contar um proletariado desenvolvido começou a procurar mão de obra dentro das comunidades camponesas produzindo a migração de seus integrantes às minas. Esse processo não foi mecânico, pois se produziu quando os camponeses consideraram necessário fazer, ademais, se realizou por diferentes motivos. Por sua vez, a empresa mineradora desenvolveu mecanismos para atrair a mão de obra. Por exemplo, criou-se o *sistema de enganche* que se baseava no empréstimo de dinheiro ou de mercadorias aos camponeses para assegurar sua presença na mina. Uma das consequências para os camponeses foi sua proletarização. Segundo Bonilla, esse operariado mineiro foi peculiar porque conservou sua cultura e suas tradições camponesas.

A história da classe operária peruana teve também muitas dificuldades. O sociólogo Julio Cotler (1978, p. 119-184) sublinhou que a submissão ao capital internacional ocasionou que as jornadas de trabalhos chegassem até às dezesseis horas diárias. Por sua vez, para o capital internacional a força de trabalho dos homens

⁷ Nasceu em Hamburgo (Alemanha) em 1868 e faleceu em Lima em 1959.

⁸ Nasceu em Lima em 1852 e faleceu em Paris em 1925.

não bastou, por isso, incorporaram-se as mulheres e as crianças a diferentes trabalhos. Zulen (1913, 17 setembro) denunciou essa escravidão de crianças indígenas que eram utilizadas para serviços domésticos das famílias nas cidades. A superexploração da classe operária e a difusão de pensamentos críticos do sistema capitalista geraram as primeiras organizações de operários que procuraram melhores condições de trabalho. Foi assim que os operários começaram a manifestar-se por regulamentação de contratos trabalhistas, assistência médica, indenizações e regulamentação do trabalho de mulheres e crianças (COTLER, 1978, p. 119-184). A respeito disso, algumas fracções da classe dominante, através do Partido Civil, propuseram algumas soluções legislativas para o trabalho. Entre 1901 e 1919, ditaram-se sete leis trabalhistas, das quais só uma foi dirigida para regulamentar o trabalho no campo.

A história das classes trabalhadoras peruanas, nesta época, confirma a hipótese de Marini sobre a necessidade do capitalismo dependente em superexplorar às classes subalternas latino-americanas. Para enfrentar essa problemática, Zulen optou, através da Secretária Geral da Pro-Índigena, por denunciar a exploração dos indígenas e como uma tentativa de solucionar seus problemas questionou: Qual papel cumpria a religião no esquema de dominação das classes dominantes?

Em 1911, Zulen brindou sua primeira interpretação sobre a “questão indígena” e a função que cumpriam os representantes da Igreja católica. Ao respeito, fez um artigo jornalístico sobre o *sistema de enganche* elaborado a partir das investigações dos delegados da Associação e de dados fornecidos por pessoas particulares. Segundo Zulen, a publicação do *Reglamento de locação de serviços* para a indústria mineradora (4 de setembro de 1903) agravou as condições do trabalho indígena e os abusos que se cometiam (multas, prisão e outras medidas coactivas). Isto foi aproveitado por alguns padres que aumentaram “as tarifas paroquiais e as chamadas esmolas impostas ao índio como contribuição obrigatória” (ZULEN, 1911, 23 maio). O filósofo peruano asseverou que existiam três tipos de enganche no país. O primeiro estava vinculado ao trabalho em minas. Aqui, os indígenas eram “levados” de lugares próximos como ocorria no departamento de Junín. O segundo, relacionado ao trabalho de extração de caucho no oriente peruano. Aqui, se “transportava” indígenas dos departamentos de Loreto, Puno e Cusco. O terceiro, vinculado com o trabalho em fazendas do norte peruano no qual eram “levados” indígenas do centro e sul do país. Como se aprecia a “questão indígena” desenvolvia-se em escala nacional.

Em 1912, Zulen voltou a denunciar os abusos cometidos por um padre em aliança com autoridades locais (síndicos, tenente, governador e agente municipal). Denunciou que, no povo de Otao da província de Huarochirí do departamento de Lima, se perseguia o indígena Claudio da Cruz por não cumprir com o cargo de *mayordomo* que lhe impuseram para a festa de *San Juan*.⁹ Os padres aproveitavam as festas patronais para lucrar:

Dito cargo, de *Mayordomo* é gratuito não só, mas que o designado contra sua vontade, e ainda que seja indigente, é forçado a efetuar uma despesa muitas vezes superior a trezentos sóis de prata. Como se compreende, o indígena tem que procurar essa soma de alguma maneira, e se não se "engancha", hipoteca seus bens individuais ou comunais, o que significa para ele um futuro de escravatura e de ruína material (ZULEN, 1912, 30 outubro).

Aprecia-se que na concepção do filósofo peruano, em contraposição de Manuel González Prada, existem diferenças entre a religião como sistema de crenças e os praticantes dela. Essa ideia aprecia-se com maior nitidez na participação de Zulen no debate sobre a tolerância de cultos no Peru (1915). Antes, é necessário situar a participação dos protestantes neste contexto. Uma comparação com Brasil pode ajudar a entender os interesses materiais dos protestantes. Os historiadores Juan Fonseca (2005, p. 282-311) e Elizete da Silva (2002, p. 29-64) têm realizado estudos para o Peru e o Brasil. Ambientados nas primeiras décadas do século XX, os dois estudos sustentaram que o movimento protestante significou uma oportunidade de maior desenvolvimento para as sociedades latino-americanas. A práxis política dos protestantes no Peru e Brasil foi de acordo com sua concepção de sociedade. Nesse sentido, impulsionaram uma série de reformas com o objetivo que as sociedades aspirem ser como os países onde eles eram maioria (Estados Unidos e Inglaterra).

Para Zulen o movimento protestante peruano significou um avanço social. Essa ideia foi desenvolvida quando traçou a biografia do indígena peruano Manuel Zúñiga Camacho (ZULEN, 1913, 17 setembro). Nascido em Puno em 1878 "não só foi espectador, mas também vítima das espoliações" (ZULEN, 1913, 17 setembro, tradução nossa). Por exemplo, quando criança, foi levado para "trabalhar" no serviço doméstico na cidade de Moquegua. Em 1898, por ter-se negado a ocupar um cargo imposto por um padre foi maltratado e conduzido à cadeia. Já livre Manuel Zúñiga se converteu ao protestantismo em sua busca por solucionar os problemas que viviam os indígenas.

⁹ Festa regional peruana.

Para esta aproximação foi definitiva a leitura do livro *Palavras de um católico ou defesa da ordem social* de autoria do presbítero francês. O Vidal, a principal contribuição de Zúñiga, foi a de abrir uma escola e mostrar que através da educação poder-se-ia dar passos importantes para acabar com a “questão indígena”:

Em sua comunidade indígena não se conhece a escola, ele vai e cria. Após muitos sacrifícios e passos, consegue a licença e estabelece a escola. Isto ocorre em 1904. Meninos e adultos vão então onde o maestro, ele lhes ensina a ler, escrever, contar, geografia e história pátria, higiene, educação física, antialcoolismo, educação cívica; ensina-lhes todo o que pode, mais que como mestre, como um pai: é o Pestalozzi indígena. E por tudo isto, Camacho sofre as hostilidades do padre, do governador, dos comerciantes em álcool, quem consideram que se o índio se educa, já não poderão viver de sua exploração (ZULEN, 1913, 17 setembro, tradução nossa).

Lamentavelmente, aquela experiência na escola foi sabotada pela Igreja e as autoridades locais. Finalmente, Manuel Zúñiga optou por afiliar-se à ordem dos Adventistas do Sétimo Dia em 1909. Sua trajetória religiosa bem poderia ter sido a de qualquer indígena peruano em busca da libertação da classe camponesa.

Em 1915, em pleno debate sobre a tolerância de cultos, Zulen assumiu que a reforma religiosa contribuiria à libertação dos indígenas peruanos. Daí que assinalou:

Não é tanto por abrir campo à liberdade de cultos, pelo que esta reforma se impunha a anos, pois em realidade existia, a exclusão de parte da letra do artigo constitucional não vem mais sancionar o que no fato sucede. A reforma era uma necessidade com relação aos fiéis que vivem explorados pelos padres, como nossa raça indígena, e será para ela, sem dúvida alguma, de benéficos resultados (ZULEN, 1915, 23 outubro, tradução nossa).

Por sua vez, sustentou que a tolerância de cultos ajudaria a Igreja a moralizar o seu clero: “O efeito principal da reforma, em nosso julgamento, é a necessária moralização do clero, que terá de sobreviver sem conservar a sua preeminência sobre outros cultos que se estabelecessem” (ZULEN, 1915, 13 novembro, tradução nossa). Ao final, a lei de tolerância de cultos foi promulgada em 11 de novembro de 1915.

Sintetizando, neste segundo momento aprecia-se que a interpretação de Zulen sobre a religião esteve estreitamente vinculada com suas aproximações às lutas sociais da classe camponesa peruana. Nesse sentido, tentou interpretar como as classes dominantes no Peru utilizavam a religião católica em seu esquema de dominação. Portanto, assevera-se que o filósofo peruano sempre demonstrou respeito pelos diferentes cultos.

Fontes

ASOCIACIÓN PRO-INDÍGENA. **Estatutos**. Lima, 1912

BASADRE, Jorge. **La vida y la historia**. Ensayos sobre personas, lugares y problemas. 3. ed. Lima: Ediciones Copé, 2007.

GONZÁLEZ PRADA, Manuel. Nuestros indios. En _____. **Horas de lucha**. 1908. Disponible en: <<http://kcl.edicionesanarquistas.net/lpdf/l263.pdf>>. Acceso en: 20 enero 2017.

MARIÁTEGUI, José Carlos. **Siete ensayos de interpretación de la realidad peruana**. Caracas: Fundación Biblioteca Ayacucho, 2007.

ZULEN, Pedro. El espiritismo ante la ciencia. **La Prensa**, Lima, 31 mayo 1908.

_____. ¿Llegaremos a comunicarnos con los ultraterrestres? **Variedades**, Lima, 13 junio 1908.

_____. Teosofía y Ciencia. **Variedades**, Lima, 11 julio 1908.

_____. El Perú intelectual en 1908. **La Prensa**, Lima, 1 enero 1909.

_____. La religión y la ciencia a través de libros recientes. **La Prensa**, Lima, 14 febrero 1909.

_____. El enganche de indios. **El Comercio**, Lima, 23 mayo 1911.

_____. Pro Indígena. La tiranía de los curas en la sierra. **La Crónica**, Lima, 30 octubre 1912.

_____. De vuelta al ayllu. **La Crónica**, Lima, 17 setiembre 1913.

_____. La reforma del Artículo 4. **La Autonomía**, Lima, 23 octubre 1915.

_____. La tolerancia de cultos. **La Autonomía**, Lima, 13 noviembre 1915.

Referencias

BONILLA, Heraclio. **El minero en los Andes**. Una aproximación a su estudio. Lima: Instituto de Estudios Peruanos, 1974.

BURGA, Manuel; FLORES GALINDO, Alberto. Apogeo y crisis de la República Aristocrática. In: FLORES GALINDO, Alberto. **Obras completas**. Lima: Fundación Andina - SUR Casa de Estudios del Socialismo, 1994. v. 2. p. 7-364.

COTLER, Julio. **Clases, Estado y nación en el Perú**. Lima: Instituto de Estudios Peruanos, 1978.

FONSECA, Juan. Protestantismo, indigenismo y el mundo andino (1900-1930). En DRINOT, Paulo. **Más allá de la dominación y la resistencia**. Estudios de historia peruana, siglos XVI-XX. Lima: Instituto de Estudios Peruanos, 2005. p. 282-311.

GONZALES, Osmar. **Prensa escrita e intelectuales periodistas 1895-1930**. Lima: Universidad San Martín de Porres, 2010.

LÖWY, Michael. **Para una sociología dos intelectuais revolucionários**. A evolução política de Lukács (1909-1929). São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas, 1979.

MARINI, Rui Mauro. **Las raíces del pensamiento latinoamericano**. 1994. Disponível em: <http://www.marini-escritos.unam.mx/086_pensamiento_latinoamericano.html>. Acesso em: 20 maio. 2016.

MARINI, Rui Mauro. Dialética da Dependência. 1973. Disponível em: <<https://www.marxists.org/portugues/marini/1973/mes/dialetica.htm>>. Acesso em: 20 junho. 2016.

REYES, Alejandro. Finanzas en el Perú: 1895-1914. **Investigaciones Sociales**, Lima, n. 10, p. 71-87, 2002.

RICUPERO, Bernardo. **Caio Prado Jr. e a nacionalização do marxismo no Brasil**. São Paulo: Departamento de Ciência Política da USP. 2000.

ROJAS, Joel. La educación y el racismo en el discurso crítico de Pedro Zulen durante el debate en el Centro Universitario a inicios del siglo XX. **Solar**, Lima, n. 7, p. 29-48, 2011.

SILVA, Elizeti da. Protestantismo: Visões do progresso e do trabalho no Brasil. **Humanas**, Feira de Santana, n. 1, p. 29-64, 2002.

MASCULINIDADES E FEMINILIDADES NOS POEMAS, RÓTULOS E ICONOGRAFIAS GALEGO-PORTUGUESAS (SÉCULOS XIII E XVI)

ISABELA GARCEZ MOURA DE SANTANA¹

Resumo: As cantigas galego-portuguesas, mais especificamente as Cantigas de Santa Maria, são um conjunto de quatrocentas e vinte e sete composições escritas em galego-português, língua primordial da lírica culta em Castela sobretudo no século XIII. São cantigas que tratam questões de sua época, como seus costumes, o seu povo, sua religião de modo que direcionam um modelo de conduta a ser seguido. Dessa forma, esse artigo visa analisar de que maneira o modelo de conduta contido na documentação pode ser analisado sob uma perspectiva de gênero e como as categorias homem e mulher são vistas e abordadas.

Palavras-chave: Cantigas de Santa Maria, Gênero, Castela, Afonso X

Abstract: The Galician-Portuguese songs, more specifically the songs of Holy Mary, are a set of four hundred and twenty-seven compositions written in Galician-Portuguese, the primordial language of the lyrical culture in Castile, especially in the thirteenth century. These are songs that deal with issues of their time, such as their customs, their people, and their religion, which means that they also direct a pattern of conduct to be followed. Therefore, this article aims to analyze how the model of conduct contained in the documentation can be analyzed from a gender perspective and how the categories man and woman are seen and approached.

Keywords: Songs of Holy Mary, Gender, Castille, Afonso X

As intituladas Cantigas Galego-Portuguesas, precisamente as Cantigas de Santa Maria, são um espaço abrangente de possibilidades. Este conjunto de obras foi elaborado no reinado de Afonso X (1252-1284) em simultaneidade com outros trabalhos de cunho literário ou jurídico, algo que foi influenciado por diversos aspectos culturais no medievo castelhano do século XIII. Afonso X é tido como um grande incentivador da cultura ibérica do seu tempo, tendo impulsionado os conhecimentos de sua época em numerosas áreas do saber. Não obstante, adquiriu o cognome "O Sábio", porque foi reconhecido propagandisticamente como tal no ocidente europeu. O tema que será abordado neste artigo é o mesmo que guia uma

¹ Graduanda no Departamento de História da UFBA, com ênfase em pesquisa na área de História Medieval. Orientanda do professor doutor adjunto IV Marcelo Pereira Lima, com doutorado nesta área.

pesquisa de iniciação científica iniciada em julho de 2017 pelo PIBIC-UFBA (Programa Iniciação Científica da Universidade Federal da Bahia).²

As obras poéticas ou as obras literárias, nas quais se encaixam as Cantigas de Santa Maria,³ eram escritas em galego-português, cujo foco era descrever intervenções da Santa Maria. Foram elaboradas, em grande medida, para serem cantadas, sobretudo girando em torno de casos de pecados cometidos por homens e mulheres. As Cantigas louvavam a virgem Maria e tinham o propósito de moralizar aquela sociedade como também influenciá-la politicamente, introduzindo modelos de conduta e apontando o caminho cristão para a salvação.

Os textos galego-portugueses medievais são um amplo objeto de análise de distintos temas sociais. Por conseguinte, as CSM ainda possuem particularidades em virtude de virem acompanhadas de rótulos, iconografias e vinhetas que, de certa forma, mantinham várias e complexas relações com a dimensão textual e social. Através de bibliografias a respeito deste debate historiográfico, foi possível perceber que os Estudos de Gênero bem como a História Comparada podem ser aplicados de forma exequível quando se pensa em múltiplos focos de análise. Pensar a História Comparada nos remete a Marc Bloch, um dos maiores expoentes da historiografia surgida no entre guerras a defender o método comparativo. Segundo Gláuber Florindo, Bloch definiu aspectos para que a História Comparada fizesse sentido, tendo formulado dois aspectos que julgava imprescindíveis: a similaridade dos fatos e a diferença nos ambientes em que essas semelhanças ocorreriam. (FLORINDO, 2013, p. 383)

O empenho de se pensar a comparação dos poemas, rótulos e iconografias galego-portuguesas nas CSM exige a composição de uma metodológica comparativa mais sistemática. Segundo José Barros D'Assunção, um dos historiadores contemplados neste trabalho, o método comparativo procura iluminar um objeto ou uma determinada situação a partir de outro, mais conhecido, de modo a fazer analogias, a identificar semelhanças e diferenças entre duas realidades, distintas ou não, para perceber variações de um mesmo modelo. (BARROS, 2014, p. 13) Trabalhar

² Esta pesquisa faz parte de um projeto guarda-chuva maior, intitulado *Estudos de Gênero, História Comparada e Transmissão Textual em períodos não-modernos*, coordenado pelo professor doutor Marcelo Pereira Lima do Departamento de História da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal da Bahia e ligado ao LETHAM (Laboratório de Estudos Sobre a Transmissão e História Textual na Antiguidade e no Medieval). Site oficial: <https://letham.ufba.br/>.

³ A partir deste ponto do artigo será utilizada a abreviação CSM para as Cantigas de Santa Maria, para não existir espaço às redundâncias.

as comparações nas cantigas entre essas dimensões é uma mola propulsora da análise histórica, embora ainda não haja um trabalho sistemático conclusivo acerca da iconografia medieval em questão.

De certo modo, entender a História Comparada como método, utilizar-se das relações de gênero, a História Social das Mulheres, a maternidade e paternidade no mundo medieval, tudo isso tornou-se imprescindível em primeiro momento para obter o andamento da pesquisa. Dito isto, entende-se que o gênero é uma categoria que age diferentemente em cada sociedade. A utilização de gênero não implica e não se trata apenas da figura feminina e não está somente ligado a elas. Como tem apontado os trabalhos da historiadora feminista Joan Scott, o gênero é uma forma primária de dar significado as relações de poder. (SCOTT, 1995, p. 88)

Joan Scott se baseia em uma dimensão foucaultiana ao afirmar que o gênero é um elemento constitutivo de relações sociais baseadas nas diferenças *percebidas* entre os sexos. Ou seja, são distinções que precisariam ser desnaturalizadas por serem historicamente constituídas. A historiadora afirma que se deve partir de conceitos e metodologias novas capazes de questionar ideias unificadoras e centralizadoras que são próprias de correntes teóricas iluministas, sugerindo, então, que as hipóteses de Michel Foucault a respeito de poder e saber podem ser úteis para se pensar o gênero. (SCOTT, 1995, p. 86; ANTUNES JÚNIOR, 2016, p. 57)

O gênero fornece um meio de decodificar o significado e de compreender as complexas conexões entre várias formas de interação humana. "Homem" e "mulher" são, ao mesmo tempo, categorias vazias e transbordantes. Vazias, porque não têm nenhum significado último, transcendente. Transbordantes, porque mesmo quando parecem estar fixadas, ainda contêm dentro delas definições alternativas, negadas ou suprimidas. (SCOTT, 1995, p. 93)⁴

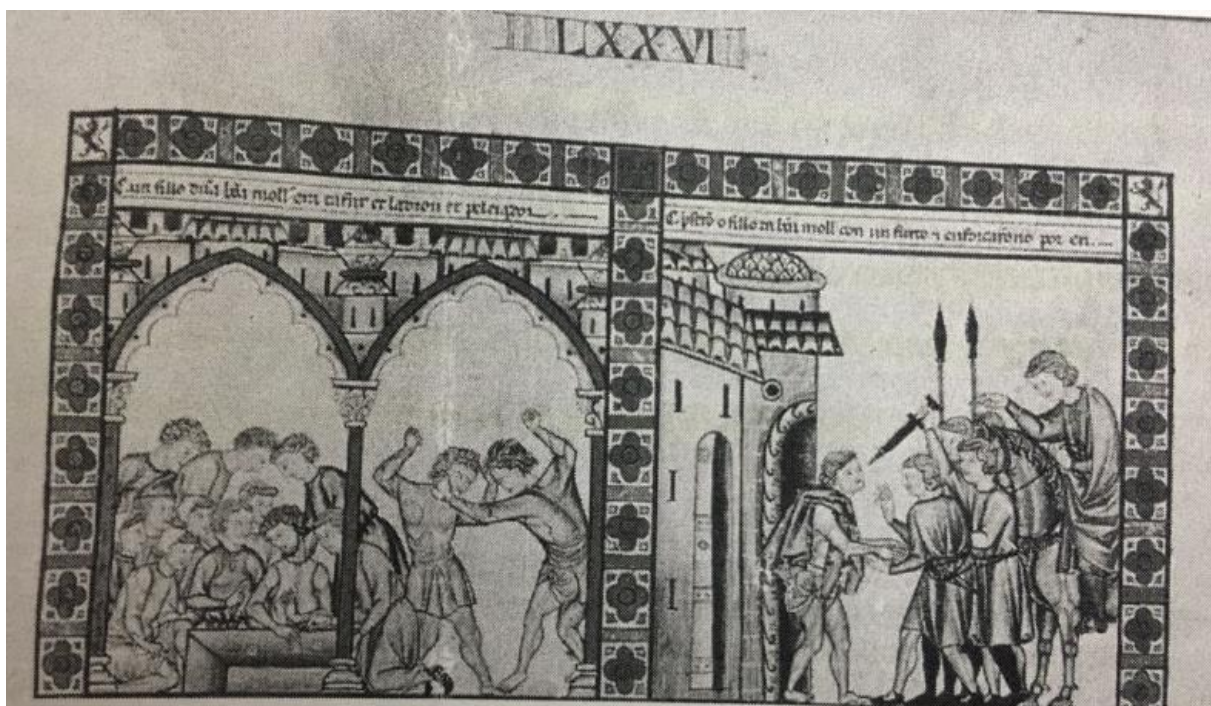
As Cantigas serão analisadas seguindo uma ordem específica. Pelo fato do conjunto das cantigas formarem um total de 420 composições distribuídas em quatro manuscritos, muitas delas abordam questões como os milagres da Virgem Maria e outra parte é composta por louvores a ela. As Cantigas intituladas "cantigas de milagres" são as composições que narram as intervenções milagrosas da santa em

⁴ As historiadoras feministas Louise Tilly e Eleni Varikas também são referências importantes para a área de Estudos de Gênero. Contudo, elas, respectivamente, criticam algumas abordagens propostas por Scott. A grande questão foi elencar outras dimensões propostas por Tilly e Varikas, contextualizando e dialogando com a perspectiva de cada uma. (TILLY, 1994, p. 29-62; VARIKAS, 1994, p. 63-84).

prol de seus fiéis ou dos pecadores que recorriam a ela. Tais textos se diferenciam das “cantigas de louvor”, já que estas exaltavam as virtudes e beleza da Santa Maria.

Entretanto, com a diversidade de conteúdo obtido nas CSM, o viés deste trabalho centrará em cantigas que abordem a questão da maternidade inapta das mulheres, enxergando o processo histórico pelo qual os discursos sobre as mulheres foram construídos sobre essa maternidade, o que nos levará posteriormente a compará-los com os rótulos e as iconografias de cada cantiga que aborde o mesmo tema. O objetivo é vislumbrar como este processo histórico constrói sentidos sobre a maternidade com a finalidade de defini-las.

Entre as cantigas deste tema, há uma específica que pode servir de exemplo de análise documental. A Cantiga 76 intitula-se *Como Santa Maria deu seu filho a uma boa mulher, que estava morto, de forma que lhe desse o seu que retirara a imagem dos braços*. Vejamos:





Cantiga 76, *Las Cantigas de Santa Maria*, 1252-1284, Códice Toledano.

O relato dessa cantiga consiste em uma mulher que era devota da Virgem Maria. Ela tinha um filho que roubava e era brigão por influência do diabo. O rapaz acabou preso e condenado à forca, porém, sem delação de um furto. Em um ato de desespero, a mãe foi à uma igreja e retirou a imagem de Jesus do colo da estátua de Maria no altar, dizendo que só a devolveria se ela ressuscitasse seu filho enforcado. Na narrativa, Santa Maria, então, restaura a vida deste ladrão que acaba por repreender a sua mãe, exigindo que a mesma devolvesse a imagem ao ícone sagrado. Em seguida, a mãe entra em uma ordem religiosa, arrependida do que havia feito.

Em relação à análise dos rótulos e das iconografias⁵ dessa cantiga específica, a mesma dispõe de seis imagens.⁶ A primeira delas mostra a descrição da mulher como uma boa devota de Santa Maria e a indicação de que o filho era ladrão, jogador e/ou brigão. Na segunda imagem, o narrador adverte que o rapaz cometeu um furto e, por isso, foi preso a mando de um determinado juiz. O narrador, por sua vez, já na terceira imagem, afirma que a mulher ficou fora de si, foi a uma igreja de Santa Maria e “sequestrou” a imagem de Jesus de um ícone, dizendo que só a devolveria se ressuscitasse seu filho. Assim, na quarta imagem, o filho da mulher ressurge e repreende a mãe sobre o fato de ter retirado a imagem da Santa. Posteriormente, ocorre, na quinta imagem, a devolução da imagem ao altar e, por fim, na sexta, a entrada da mãe em uma ordem religiosa. Essas imagens são acompanhadas de rótulos, isto é, os rótulos funcionam como inscrições que estão situadas sobre algo para indicar do que se trata. Geralmente, servem de ornamentação numa composição tipográfica, através de vinhetas, que são pequenos ornamentos tipográficos que ilustram o texto.

O conteúdo desta cantiga não deixa espaço para dúvidas de que se trata de advertir ao público que não se pode transgredir a imagem de Santa Maria. Os ícones eram de suma relevância não apenas como ornamento do santuário, mas como uma representação do sagrado. No século XIII, já não havia restrições a devoção às imagens, muito pelo contrário, havia um estímulo para que o fiel buscasse o acesso à imagem como forma de ampliar sua fé através dela.

A curiosidade se debruça no comportamento da mãe de violar uma imagem, roubar. Entretanto, segundo Guilherme Antunes,⁷ na complexa correlação entre a mulher/mãe e o homem/filho, diante de circunstâncias de prisão e morte do mesmo, a boa mulher se converte em uma pessoa que perde os sentidos, evidenciando a causa dessa transformação os acontecimentos em torno do filho. (ANTUNES JÚNIOR, 2016, p. 82) É possível perceber que, quanto à quebra das normas, o feminino é apresentado a partir de uma maternidade baseada na fragilidade

⁵ As iconografias são em verdade formas de linguagem visual que se utiliza de imagens para representar determinado tema. O estudo iconográfico se delimita a origem e formação das imagens.

⁶ Cantigas de Santa Maria, imagens 04-06, vinhetas 1-6. “Quando a mulher viu o grande milagre que fez a Virgem, que é Senhora de grande honra, devolveu a seu Filho, e logo entrou em uma ordem religiosa, para melhor servi-la.” ALFONSO X O SÁBIO. **Cantigas de Santa Maria**. Tomo I. p. 226.

⁷ Professor de História da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), doutor em História Comparada pelo Programa de Pós-Graduação em História Comparada da Universidade Federal do Rio de Janeiro e colaborador do programa de Estudos Medievais (PEM).

emocional da mulher. Por outro lado, o masculino, que é representado pelo filho, é símbolo da ordem social, apesar de também significar a intemperança anterior à morte e a fraqueza para cometer crimes é devido a forças estranhas ao homem, ou seja, a influência do diabo no mesmo.

Neste caso, o fato de Maria retornar à vida do filho transgressor, enforcado, para que ele possa repreender a sua mãe, dizendo que ela cometeu uma sandice, demonstra como as relações de gênero é algo complexo. A Santa Maria utiliza-se da ressuscitação e do papel masculino como uma disposição moral. O gênero atua na narrativa como uma forma de caracterizar os sujeitos, na medida em que é um fator importante para distinguir comportamentos idealizados. Isso fica claro quando vemos que, em tese, os dois indivíduos cometeram o mesmo crime, o roubo. Todavia, é o homem que recrimina a mãe sobre o ocorrido. Ou seja, mediado pelo sagrado, depois da morte, o masculino é visto como um exemplo de escrúpulo e comedimento enquanto que o feminino ocupa o papel oposto, uma vez que o exemplo da mãe é associado à desmedida, insanidade e reprovação.

Não obstante, nessa cantiga, a relação com o sobrenatural é na verdade uma via de mão dupla: quando a mulher, que era inicialmente vista como boa, retira o ícone que se assentava no colo da Santa, e afirma que só iria devolvê-lo quando a mesma ressuscitasse o seu filho que havia sido enforcado, a intervenção divina age de forma que esse poder sobrenatural da Santa devolva o filho da mulher.

A entrada da mãe numa ordem monástica, para ser perdoada do crime cometido, mostra o quão é inevitável à reaproximação da mãe com a figura de Maria. Precisamente, a mulher violou uma das principais atribuições de Maria, a de mãe – e os títulos que foram analisados na cantiga (mãe, mãe de Deus e mãe espiritual) não são casuais, e sim, tem a função de identificar essa superioridade e prestígio da personagem. Porém, depois de ressuscitado, o masculino é transformado, fazendo com que houvesse uma inversão dos papéis atribuídos à mãe e ao filho. A mãe é boa, comete uma transgressão e se converte. O filho era transgressor, morre, ressuscita e torna-se veículo de transformação da mãe.⁸

⁸ Além desses quesitos analisados, há também uma motivação interessante quando se menciona o parto, dos cuidados com os filhos, a manutenção da vida e os pedidos de ressuscitação dos filhos que morreram sendo parte de elementos que maternizam a mulher, ou seja, que transformam seus papéis na comunidade, inserindo-as em exigências sociais para que sejam reconhecidas como mãe. ANTUNES JÚNIOR, 2016, p. 86)

Vale salientar que o filho foi ressuscitado de forma que se regenerasse e ainda modificasse a atitude da mãe ao aconselhá-la. A narrativa visual das iconografias buscou hierarquizar não somente o filho, mas também a mãe, deixando evidente que ele foi desonerado da condição de “ladrão” para reorganizar os laços sociais, morais e religiosos quebrados pelo crime-pecado da sua progenitora.

Em geral, até agora, salvo os trabalhos como o de Guilherme Antunes, temos identificado poucos trabalhos sobre o tema proposto nessa comunicação. Os historiadores não trabalham efetivamente com a dimensão do gênero nas cantigas. Até onde vão nossas pesquisas, elas são contraditórias e complementares ao mesmo tempo, algo que precisa ser explorado em nossa investigação. A maternidade, a paternidade, as relações de gênero e as transgressões sexuais nas cantigas galego-portuguesas, precisamente nas CSM, são categorias que contemplam este trabalho como um todo. A Virgem Maria partilha os seus traços maternos intermediando as mulheres em um momento de dificuldade tanto na hora do parto como na manutenção da vida dos filhos. Esse processo de construção acerca da maternidade e as suas finalidades nas cantigas cogita a esperada trajetória de uma mulher para tornar-se mãe, além de reportar o seu significado social em ser mãe.

Em muitas narrativas, a “maternização” começaria com o desejo de engravidar e finca com o temor de não conseguir parir um bebê vivo. Esse fator contribui na elaboração de uma narrativa em que o medo do desajuste social implique na perda de posição de poder que o matrimônio suscita para mulher, sendo um compromisso com a manutenção da linhagem por meio de geração e cuidado constante com os filhos. (ANTUNES JÚNIOR, 2016, p. 225. A reflexão sobre o gênero que Guilherme Antunes aborda é útil para minha pesquisa, pois ele compreende a maternidade como uma forma de expressar as perspectivas sobre o feminino, considerando as diferentes relações em que os personagens das cantigas, as mulheres e os homens, disputam, negociam e dialogam acerca de seus papéis nas CSM.

Ao menos na documentação analisada até o momento, pode-se dizer que as fontes trabalhadas acerca das CSM têm algo em comum: a devoção à Santa Maria como um mecanismo de intervenção divina através de uma troca ou fidelidade devocional, ou seja, uma forma de fidelidade do devoto, por vezes, rompido, mas restaurado ao fim e ao cabo das narrativas.

Referências

- ANTUNES JÚNIOR, Guilherme. Palmada de Cristo: Gênero e Violência nas Cantigas de Santa Maria de Alfonso X O Sábio. **Atas da X Semana de História Medieval**, v. 1, 2013, p. 176-197.
- BAZÁN DÍAZ, Iñaki. La violencia legal del sistema penal medieval ejercida contra las mujeres. **Clio & Crimen**, nº 5, 2008, p. 203-227.
- BOLOIX GALLARDO, Bárbara. El rostro femenino del poder. Influencia y función de la mujer nazarí em la política cortesana de Alhambra (siglos XIII- XV). **Cuadernos del CEMYR**, nº 23, 2015, p. 49-64.
- CANTIZANO PÉREZ, Félix. Eros prohibido: transgresiones femininas em la literatura española anterior al siglo XVIII. **Analecta Malacitana (AnMal electrónica)**, nº 32, 2012, p. 197-232.
- COSTA, Claudia de Lima. O leito de Procusto: gênero, linguagem e as teorias feministas. **Cadernos Pagu**, v. 2, 1994, p. 141-174.
- FIDALGO FRANCISCO, Elvira. Consideración social de los judíos a través de las Cantigas de Santa María. **Revista de Literatura Medieval**, N.º 8, 1996, p. 91-103.
- LACARRA LANZ, Eukene. Representaciones de homoerotismo feminino em algunos textos literários medievales. **Estudios humanísticos. Filología**, nº 32, 2010, p. 81-103.
- LIMA, Marcelo Pereira; FRAZÃO DA SILVA, Andreia C. L. Fazendo gênero na medievalística: entrevista com Andréia Cristina Lopes Frazão da Silva. **Veredas da História, [online]**, v. 9, nº 2, 2016, p. 138-147.
- MÉRIDA JIMENEZ, Rafael Manuel. La representación de la sexualidade feminina em um poema árabe-andaluz y em cuatro cantigas de escarnio gallego-portuguesas. **Revista de poética medieval**, nº 1, 1997, p. 193-205.
- PEDRO, Joana Maria. Narrativas fundadoras do feminismo: poderes e conflitos (1970-1978). **Revista Brasileira de História**, v. 26, nº 52, 2006, p. 249-272.
- SCOTT, Joan Wallach. Gênero: uma categoria útil para análise histórica. **Educação & Realidade**, v.20, nº 2, 1995, p. 71-99.
- SEGURA, Cristina. La violencia sobre las mujeres en la Edad Media. Estado de la cuestión. **Clio & Crimen**. nº 5, 2008, p. 24-38.
- SOIHET, Rachel; MARIA PEDRO, Joana. A emergência da pesquisa da História das Mulheres e das Relações de Gênero. **Revista Brasileira de História**, v. 27, nº 54, 2007, p. 281-300.
- SÓRIA, José Nieto. Ser reina: um sujeto de reflexión em el entorno historiográfico de Isabel la Católica. **E-Spania [Em ligne]**, nº 1, 2006, p. 01-21.
- TILLY, Louise. Gênero, História das Mulheres e História Social. **Cadernos Pagu**, v. 3, 1994, p. 29-62.
- VARIKAS, Eleni. Gênero, experiências e subjetividade: a propósito do desacordo Tilly-Scott. **Cadernos Pagu**, v. 3, 1994, p. 63-84.
- VINYOLES VIDAL, Teresa. Respuestas de mujeres medievales ante la pobreza, la marginación y la violencia. **Clio & Crimen**, nº 5, 2008, p. 72-93.

PROFISSÃO? PROFESSOR. DIRETRIZES PARA A LICENCIATURA EM HISTÓRIA NO BRASIL

LÍVIA CAROLINE SANTOS ALVES¹

Resumo: O processo de redemocratização do Brasil nas décadas de 1970 e 1980 foi marcado pelas lutas dos movimentos sociais a favor de melhorias básicas na sociedade e os profissionais ligados a educação tiveram um papel importante nos avanços da sua área. O grande resultado foi a criação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDB no 9394/96. No que diz respeito ao professor, houve uma melhoria na sua formação e os cursos iniciais de licenciatura foram obrigados a implantar 300 horas de prática de ensino no currículo, além de recomendar o estágio supervisionado. O objetivo do presente texto é analisar as repercussões decorrentes dessa medida, nos documentos produzidos posteriormente, em 2001, como as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores da Educação Básica e as Diretrizes Curriculares Nacionais do curso de História.

Palavras-chave: Diretrizes; Licenciatura em História; Currículo; Formação de Professor.

Abstract: The process of redemocratization in Brazil in the 1970s and 1980s was marked by the struggles of social movements in favor of basic improvements in society, and education professionals played an important role in the advancement of their area. The great result was the creation of the Law of Guidelines and Bases of National Education - LDB no 9394/96. With regard to the teacher, there was an improvement in their training and the initial degree courses were obliged to implement 300 hours of teaching practice in the curriculum, in addition to recommending the supervised internship. The purpose of this text is to analyze the repercussions of this measure in the documents produced later, in 2001, such as the National Curriculum Guidelines for Teacher Training in Basic Education and the National Curriculum Guidelines of the History course.

Keywords: Guidelines; Degree in History; Curriculum; Teacher Training.

Introdução

Trago neste texto algumas reflexões a partir da análise da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDB nº9.394 de 20 de dezembro de 1996 e duas diretrizes de 2001 (as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores da Educação Básica – DCNFP e as Diretrizes Nacionais para o Curso de Graduação em História – DCNCH), que orientam os cursos de Licenciatura em História, para analisar as medidas que foram tomadas em relação a prática, seja ela a de ensino, mais tarde nomeada como componente curricular ou o estágio supervisionado, na formação do professor

¹ Mestranda em História Social (PPGH-UFBA). E-mail: liviacsalves@gmail.com

e entendê-las junto ao contexto em que foram criadas, com a intenção de verificar até que ponto ele influenciou nas suas construções.

1. A Lei de Diretrizes e Bases de 1996

As construções de leis e diretrizes para a educação nacional não são neutras ou produzidas mecanicamente, mas perpassam várias relações de poder e tem como princípio por aqueles que lhe formula, o de eleger princípios, fundamentos e objetivos que concebem como formativo para o projeto de nação.

A LDB é o primeiro exemplo disso. Outorgada com a aprovação da Constituição em 1988 e aprovada em 1996, no governo de Fernando Henrique Cardoso, em um contexto neoliberal, ela é resultado de pressões exercidas tanto por profissionais da educação, como pelos organismos internacionais, como o banco mundial. Mesmo tendo o entendimento de que diversos organismos buscavam nela objetivos diferentes, o que se pode perceber, é que no geral, os educadores entenderam a lei como um marco para o ensino brasileiro, pois trouxe fundamentos e estruturas essenciais para a normatização e funcionamento do sistema educacional, como a liberdade, os ideais de solidariedade humana, o pleno desenvolvimento do educando para o exercício da cidadania e qualificações para o trabalho. Essa lei que resultou de um amplo debate, não só na Câmara, mas a sociedade civil também foi ouvida, na tentativa de construir um debate democrático com os profissionais da educação.

Aspecto até então inédito, pois no período da ditadura a educação representou o ideário educacional dos setores políticos dominantes, as leis propostas para a formação do professor estiveram vinculadas a uma postura ligada as suas políticas de desenvolvimento econômico e elaboradas por poucos. Um exemplo disso é o de 1969, o decreto lei 547 que autorizou a organização e o funcionamento de cursos profissionais superiores de curta duração, proposto para atender as carências do mercado, colocando como desnecessária uma formação longa e sólida nas licenciaturas e o curso de História foi substituído pelos cursos superiores de Estudos Sociais, sem a participação da sociedade na sua construção. Uma formação polivalente, com habilitação para ministrar aulas de história, geografia, educação moral e cívica.

Então, com vista a essas questões, a LDB/96 tentou dar uma identidade as licenciaturas, retirada na ditadura e, mais particularmente, o que eu quero tratar é a

sua tentativa de dar um melhor preparo para a formação do professor. Na LDB de 1996 é que os cursos iniciais de licenciatura em História, como todos os outros, foram obrigados a implementar 300 horas de prática de ensino no currículo e de fundamentar a necessidade do estágio supervisionado, mesmo que não determinando a carga horária. Isso porque, até então, a prática estava concentrada no final do curso e não proporcionava ao sujeito, uma maior experiência no seu ambiente de trabalho.

No componente da prática de ensino ainda gerava problemas, muito genérico, sem uma definição de como seria posto nos currículos, além de certos aspectos na formação não atenderem mais aos anseios da sociedade que estava se formando no início do século XXI, ela será modificada a partir da criação das Diretrizes Nacionais para a Formação de Professores da Educação Básica em 2001.

2. Diretrizes Nacionais para a Formação de Professores da Educação Básica

A mudança não só da prática de ensino, mas de outros pontos na formação do professor, foram produzidas nessas diretrizes, para resolver ainda as dificuldades que persistem no preparo inadequado dos professores, advindo, segundo o documento, do seu formato tradicional, que ainda não atendia as demandas consideradas importantes na atualidade.

Segundo elas, o Brasil estava passando por uma melhoria e mudança de expectativa na educação básica, marcado por um contexto de redemocratização e de impacto pelo avanço das tecnologias, da comunicação e internacionalização da economia e por isso, explicitou a necessidade que se fazia presente de uma revisão profunda nos aspectos essenciais da formação do professor e, para isso, criou uma base comum materializada nestas diretrizes, para que responda aos novos desafios do ensino básico.

Dentre as competências, a fundamental é a de que os cursos de formação inicial indiquem a relação entre o que os licenciandos estão aprendendo com a realidade prática onde vão atuar - segmento do ensino fundamental ou médio -, no intuito de superar a dicotomia entre a teoria e prática. Em decorrência desses princípios é que a Comissão Nacional da Educação em consonância com o Ministério da Educação e debates na sociedade, estabeleceram 400 horas de prática como componente

curricular e 400 horas de estágio curricular supervisionado, aprovada na resolução CNE/CP 2/2002.

Ou seja, mudando de prática de ensino, para prática como componente curricular, aumenta a carga horária e já nesse documento eles definem o que ela é:

A prática, **como componente curricular**, que terá necessariamente a marca dos projetos pedagógicos das instituições formadoras, ao transcender a sala de aula para o conjunto do ambiente escolar e da própria educação escolar, pode envolver uma articulação com os órgãos normativos e com os órgãos executivos dos sistemas. Com isto se pode ver nas políticas educacionais e na normatização das leis uma concepção de governo ou de Estado em ação. Pode-se assinalar também uma presença junto a agências educacionais não escolares tal como está definida no Art. 1º da LDB. Professores são ligados a entidades de representação profissional cuja existência e legislação eles devem conhecer previamente. Importante também é o conhecimento de famílias de estudantes sob vários pontos de vista, pois eles propiciam um melhor conhecimento do *ethos* dos alunos. (CNE/CP nº28, p.9)

Enquanto no estágio curricular supervisionado:

c) No estágio curricular supervisionado a ser feito nas escolas de educação básica. O estágio obrigatório definido por lei deve ser vivenciado durante o curso de formação e com tempo suficiente para abordar as diferentes dimensões da atuação profissional. Deve, de acordo com o projeto pedagógico próprio, se desenvolver a partir do início da segunda metade do curso, reservando-se um período final para a docência compartilhada, sob a supervisão da escola de formação, preferencialmente na condição de assistente de professores experientes (...). Sendo assim, o estágio não pode ficar sob a responsabilidade de um único professor da escola de formação, mas envolve necessariamente uma atuação coletiva os formadores. (CNE/CP 27/2001, p.1)

A partir dessa definição, os Colegiados já conseguem visualizar melhor o lugar e objetivos destes componentes nos currículos do curso de licenciatura. Cabe salientar, que os documentos enfatizam que a prática como tal, deve estar presente em todas as disciplinas, cabe a estas, apenas, uma prática que esteja mais presente no cotidiano educacional, seja ele a sala de aula ou não.

3. Diretrizes Nacionais para o Curso de Graduação em História

Quando a gente passa para as Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de História, as mesmas dizem que os cursos de licenciatura em História têm que seguir

também as diretrizes de formação do professor. Segundo elas, essas diretrizes foram criadas para superar os currículos mínimos que eram parâmetros básicos para a organização do curso de História. Uma substituição que já era necessária desde os finais da década de 1960 a 1980 quando ocorreram mudanças no campo dos estudos históricos.

Sua limitação mais sentida diz respeito ao campo de atuação, pois as tradicionais destinações – ensino de primeiro e segundo grau de um lado e o ensino universitário de outro – já não cabem mais, pois agora os profissionais atuam em várias áreas que não mais o desenvolvimento do ensino e por isso, é urgente a atualização na formação de Graduação em História, com diretrizes curriculares mais abertas.

O perfil dos formandos, por isso, obedece a uma ordem: primeiro, o graduado deverá estar capacitado ao exercício do trabalho do Historiador, com o domínio do conhecimento histórico e das suas práticas essenciais de produção e difusão, para em segundo, depois de atendidas a estas exigências e conforme as necessidades e interesses das instituições superiores, eles poderão ter uma formação complementar e interdisciplinar, estar em condições de suprir demandas sociais específicas, como por exemplo, o magistério em todos os graus, preservação do patrimônio público, na organização dos arquivos, em assessorias etc.

A parte destinada especificamente para a licenciatura, lugar que define suas competências e habilidades específicas, o documento consegue dialogar com as propostas das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores da Educação Básica e na parte que trata da estrutura dos cursos, orientam aos colegiados a se guiarem também por elas,

Os colegiados das instituições deverão estruturar seus cursos, programas, disciplinas, áreas, setores ou outras modalidades, de acordo com seus objetivos específicos, assegurada a plena formação do historiador. Deverão incluir no seu projeto pedagógico os critérios para o estabelecimento das disciplinas obrigatórias e optativas, das atividades acadêmicas do bacharelado e da licenciatura, e a sua forma de organização: modular, por crédito ou seriado.

O curso de licenciatura deverá ser orientado também pelas Diretrizes para a Formação Inicial de Professores da Educação Básica em cursos de nível superior. (CNE/CES nº 492, p. 8)

Desse modo, por mais que eles entendam que o curso de história tenha hoje múltiplas atuações, que não a sala de aula, mesmo que esta seja ainda a única profissão

regulamentada no Brasil, esse documento entende a necessidade de criar um vínculo entre as diretrizes.

Considerações Finais

A criação de uma base comum traz desafios para os cursos de Licenciatura em História, visto que os mesmos têm que superar a sua composição tradicional e inovar na sua formação. Isso é particularmente difícil, haja vista que o currículo é feito por diversos sujeitos que têm entendimento diferente de como deve ser a formação do seu aluno e de como a prática deve estar atrelada as suas aulas.

Tratar desse tema é de extrema importância, já que os futuros profissionais que vão abordar o conhecimento histórico na sala de aula explicitam ainda a sua dificuldade de transpor aquilo que aprendeu nos conteúdos históricos com a realidade da sala de aula e muito das suas estratégias, advém da experiência da sua profissão e não dos cursos iniciais. Com isso, não quero dizer que os cursos têm que dar conta de todos os aspectos práticos da formação, mas que abra com os licenciandos, um espaço de reflexão-ação de como eles podem selecionar estratégias de forma criativa e não fazer das aulas um espaço no qual os conteúdos sejam depositados, sem relação com a sua profissão.

Referências

BRASIL. Conselho Nacional de Educação/ Câmara Superior de Educação. **Parecer CNE/CES nº 492, de 3 de abril de 2001**, Diretrizes Curriculares Nacionais dos cursos de Filosofia, História, Geografia, Serviço Social, Comunicação Social, Ciências Sociais, Letras, Biblioteconomia, Arquivologia e Museologia. Brasília, 3 de abril de 2001. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CES0492.pdf>>. Acesso em: 27 de fev. de 2018.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação/Conselho Pleno. **Resolução CNE/CP 2, de 19 de fevereiro de 2002**. Diário Oficial da União, Brasília, 19 de fevereiro de 2002. Seção 1, p. 9. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CP022002.pdf>>. Acesso em: 27 de fev. de 2018.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação/Conselho Pleno. **Resolução CNE/CP 9, de 8 de maio de 2001**. Diário Oficial da União, Brasília, 18 de janeiro de 2002. Seção 1, p. 31. Disponível em: <portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/009.pdf>. Acesso em: Acesso em: 27 de fev. de 2018.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação/Conselho Pleno. **Resolução CNE/CP 27, de 2 de outubro de 2001**. Diário Oficial da União, Brasília, 18 de janeiro de 2002. Seção

1, p. 31. Disponível em: <portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/027.pdf>. Acesso em: Acesso em 27 de fev. de 2018.

BRASIL. Lei n. 9.394/96, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Poder Legislativo, Brasília, DF, 23 dez. 1996. p. 27833. Disponível em: <<http://www6.senado.gov.br/legislacao/ListaTextoIntegral.action?id=75723>>. Acesso em: 27 de fev. de 2018.

“FARINHA POUCA, MEU PIRÃO PRIMEIRO”: OS COMPORTAMENTOS POPULARES FACE À CARESTIA (SALVADOR, 1937-1945)

*LUANA MOURA QUADROS CARVALHO*¹

Resumo: As reclamações sobre a carestia de vida foi uma tônica dos anos 1930. Visando inibir as práticas gananciosas de comerciantes que eram condenadas pela população, em novembro de 1938, Getúlio Vargas decretou os crimes contra a economia popular. Com foco nas disputas entre comerciantes e consumidores, observadas a partir de fontes das incursões de fiscais da Prefeitura Municipal, policiais e processos-crime, este trabalho tem o objetivo de analisar como os sujeitos utilizaram o Decreto-Lei 869/1938 enquanto canal institucional com o governo, para declararem suas insatisfações. Buscou-se relacionar aspectos que envolvem lei, justiça e a política moral concebida pela população diante da carestia.

Palavras-chave: Salvador; Carestia; Economia Popular.

Abstract: The complaints about the dearth of life was a tonic of the 1930s. In order to inhibit the greedy practices of merchants who were condemned by the population in November 1938, Getúlio Vargas decreed crimes against the popular economy. Focusing on the disputes between merchants and consumers, observed from sources of incursions by City Hall inspectors, police officers and criminal cases, this work has the objective of analyzing how the subjects used Decree-Law 869/1938 as an institutional channel with the government, to declare their dissatisfaction. It sought to relate aspects that involve law, justice and the moral policy conceived by the population before the famine.

Keywords: Salvador; Carestia; Popular Economy.

Era 25 de fevereiro de 1942. A angústia de uma vida difícil e sem perspectiva tomou conta de Almerinda Souza. Aproximando-se das dezoito horas, a lavadeira chegava em casa após mais um dia de trabalho. Ao voltar da fonte de São Caetano e chegando em casa na localidade do Peru, verificou que sua filha Maria de Lourdes havia comido certa porção de carne e feijão deixada por ela na panela. Tal fato a “encolerizou”. Almerinda, tomada de raiva, mergulhou as mãos de sua filha em água quente e declarou na delegacia que estava “aborrecida com a vida ingrata que leva e também em virtude da sua referida filha mostrar verdadeira teimosia em vir “apanhando” comida, apesar de sempre ser castigada por isso. Os vizinhos de Almerinda testemunharam o fato e afirmaram a atitude extrema não teria sido por

¹ Mestre em História Social – UFBA, Professora da Educação Básica. E-mail: luanamquadros@gmail.com

“perversidade”, mas por uma “subta raiva”, pois a acusada era “pessoa de boa conduta e sempre cuidadosa, carinhosa com seus filhos” (APEB/FR/SSP, Cx: 6475, MAÇO: 03).

A ocorrência apresentada na delegacia não resultara em nenhum inquérito policial, como também nenhuma ação judicial foi levada à frente pela vítima. No entanto, o breve relato da situação vivenciada por Almerinda e sua filha Maria de Lourdes faz alusão a um cotidiano de sobrevivência difícil, a cada dia assombrado pelo fantasma da fome. O aumento vertiginoso do custo de vida, e junto a isso, a beligerância da guerra, ocasionou um efeito psicológico sobre as camadas populares da sociedade. A desconfiança, a insegurança, a angústia e o medo formam um complexo de sentimentos que a cada dia colocam em xeque a sobrevivência diária. O conflito destes sentimentos, por sua vez leva a comportamentos de quem vive em situações limítrofes (DELUMEAU, 2009), dos quais se encontram não só a atitude encolerizada, como no caso reportado entre mãe e filha, mas também os furtos para a subsistência de famílias, como ocorreu com o cozinheiro José Correa Cravo.

Em 30 de maio de 1942, próximo das nove horas da manhã o cozinheiro foi preso em flagrante, acusado de furtar dois pedaços de carne de boi da cozinha do restaurante Recreio Bahiano, onde trabalhava. A apreensão contava com quinhentos gramas de contrafilé avaliados em 3\$500 (três mil e quinhentos réis) e quatrocentos gramas de carne de terceira avaliados em 1\$500 (mil e quinhentos réis). José Correa Cravo foi enquadrado no Art. 155 do Código de Processo Penal, pelo crime de furto. Tanto no auto de prisão, como no auto de acareação entre ele e proprietário do restaurante foi ressaltada “a culpa do mesmo acusado, que principia dizendo ter autorização da vítima para tirar da referida cozinha os comestíveis de que carecesse, para terminar confessando que o fazia, na esperança de que esse seu proceder não viesse a chegar ao conhecimento da mesma vítima” (APEB/JUDICIÁRIO, Cx: 63, DOC. 1).

A estratégia que José Correia Cravo normalmente vinha adotando há cerca de quinze dias para pegar gêneros da cozinha do estabelecimento era a seguinte: pegava determinada quantidade de carne e a levava para Mercado de Santa Bárbara, na Rua Doutor Seabra, próximo ao restaurante. Lá, ele entregava o embrulho na barraca de Alicio Souza para que um carregador passasse e transportasse o alimento para a sua casa. Das quatro testemunhas chamadas na delegacia, todas eram funcionárias do

restaurante e afirmaram que o acusado nunca tinha apresentado este comportamento, mas que nos últimos tempos todas as manhãs ele saía em direção ao dito mercado.

Na sua apresentação em juízo, o acusado afirmou que seu ordenado era de 500\$000 (quinhentos mil réis) e que todos os meses vinha descontado a importância de 100\$000 (cem mil réis) referente à sua comida. Como ele era cozinheiro e preferia comer a comida feita em casa pela sua mulher, tinha a anuência dos donos para levar os pedaços de carne para casa. O acusado também afirmou que o dono do restaurante, senhor Albino Amoedo Dominguez, tinha armado o flagrante porque ele já era funcionário daquele estabelecimento há trinta e dois anos e que o atual proprietário quer “mancha-lo para evitar o pagamento de qualquer indenização ou mesmo mais tarde a aposentadoria na forma das Leis Trabalhistas” (APEB/JUDICIÁRIO, CX: 63, DOC. 1).

O processo-crime teve um rápido desfecho. Em julho do mesmo ano, o promotor indicou a absolvição do réu, julgando improcedente a denúncia, pois não se tinha como provar que os pedaços de carne que ele carregava na manhã daquele sábado eram oriundas do restaurante, já que todas as testemunhas arroladas, apesar do vínculo com os proprietários do Recreio Bahiano, fizeram observações de que o acusado tinha boa índole e que souberam da prisão do colega apenas por intermédio seu patrão.

José Correa Cravo tinha 59 anos, era casado, pai de três filhos e morava na Rua do Godinho, nas imediações da Saúde, próximo de onde trabalhava. Com o ordenado que percebia mensalmente, caracterizava uma família de trabalhadores que vivia o arrocho da elevação do custo de vida que se evidenciava, principalmente a partir do ano de 1942. Não se pode afirmar que se tratava de um furto, uma vez que o desfecho do processo não faz nenhuma confirmação. Entretanto, seu modo costumeiro e confesso de sair pelas manhãs procurando uma forma de levar comida para casa tinha a finalidade de suprir seu lar com o gênero básico.

Sobre estes dois casos relatados, ainda que não se tenham maiores detalhes como por exemplo, o cotidiano do trabalho de Almerinda Souza, o que ajudaria a compreender a súbita raiva que culminou com a mão da filha em água fervendo, pode-se inferir que tais comportamentos podem ter íntimas ligações com os arrochos da subsistência, aumentando a falta de perspectiva de mudança, na esperança de dias melhores. Contudo, diante das fontes policiais e judiciárias, toda conclusão que

busque traçar uma relação com os problemas de reprodução da vida material, caminha no terreno da possibilidade. Como alertou George Rudé, em estudo sobre os motins populares na França e na Inglaterra entre 1730 e 1848, frente ao comportamento dos sujeitos diante das dificuldades de sobrevivência, o historiador precisa “evitar os julgamentos apressados e ser menos definitivo em suas conclusões” (RUDÉ, 1991, p.13).

Por mais que os casos relatados em Salvador nos anos quarenta, em sua maioria, não se tratem de multidões, mas de atitudes individuais, e não tenham o mesmo aspecto das multidões examinadas por Rudé, mesmo porque tratam-se de sociedades distintas, sua contribuição está no modo como analisar estas atitudes, evitando-se incorrer na compreensão de que eram espasmos irracionais. Neste sentido, E. P. Thompson alertou que é natural protestar quando se está com fome ou quando há alguma ameaça de fome. Este é o estímulo principal. No entanto, toda reação que culmine em alguma forma de protesto é mediada pelos costumes e pela cultura. Com isso, se desconstrói a visão de que as ações são meramente compulsivas e inconscientes. Thompson (2011) compreende que os motins contra a carestia no século XVIII se operavam dentro de noções legitimadoras construída a partir de normas e obrigações sociais que encontravam um consenso da comunidade. Tais noções, por vezes remontavam a um passado longínquo, que se fazia presente a partir da existência de um direito baseado no costume e na permanência do modelo paternalista.

A categoria de análise da economia moral, por ele formulada a partir destes estudos, relaciona-se com as ações coletivas que as camadas populares empreendem, trazendo à luz o entendimento do que é economicamente correto, atrelado às noções de justiça e de bem-estar comum. Desse modo, requeria-se a fixação dos preços pelas autoridades estabelecendo patamares populares e colocavam-se contra qualquer especulação e atitudes gananciosas dos negociantes sobre o povo.

Antes de se adotar esta categoria de análise para o que se observa nas atitudes da população de Salvador neste período, é preciso afirmar que Salvador nos anos trinta e quarenta é uma cidade com outros contornos, e que estando sob a égide um regime discricionário, um levante popular poderia levar à prisão por crime contra a segurança nacional, previsto no Art. 123 na Constituição de 1937, que afirma:

Art. 123 - A especificação das garantias e direitos acima enumerados não exclui outras garantias e direitos, resultantes da forma de governo e dos princípios consignados na Constituição. O uso desses direitos e garantias terá por limite o bem público, as necessidades da defesa, do bem-estar, da paz e da ordem coletiva, bem como as exigências da segurança da Nação e do Estado em nome dela constituído e organizado nesta Constituição. (BRASIL. CONSTITUIÇÃO DE 1937)

O estado de mobilização para a guerra a partir de 1942, ao mobilizar inclusive o trabalho humano, inclusive impediu a ocorrência de greves, que é o modo mais típico de representar as insatisfações sociais e de lutar por direitos numa sociedade capitalista. Além dessas questões políticas, em que a ação coletiva que poderia levar à perturbação da ordem e ao julgamento por tribunal especial, o Tribunal de Segurança Nacional, a sociedade soteropolitana deste período guarda seus hábitos urbanos e vive num tempo acelerado, típico do capitalismo. Ela não tem por base o direito consuetudinário como na Inglaterra do século XVIII, em que o reconhecimento entre as diferenças sociais, eram acauteladas por ritos de deferência e subordinação filial de relações paternalistas.

Para a Salvador das décadas de trinta e quarenta, é mais aceitável dizer que os sujeitos se reconhecem e se distinguem a partir de suas experiências de classe, sendo possível articular entre si valores, pensamentos e interesses. A necessidade de relativizar a sociedade para a qual a categoria da economia moral foi pensada, para a sociedade em estudo, se dá para também relativizar as ações dos indivíduos.

O que se deseja ressaltar é que ao observar as ações de sujeitos diante da carestia, da insegurança e medo da fome em Salvador, não significa que elas, mesmo que individuais, não fossem referendadas por noções de bem-estar comum e justiça social, pois estas são construídas no cotidiano do trabalho e até mesmo nas relações de vizinhança a partir da forma como os sujeitos pensam, refletem e se reconhecem no mundo em que vivem. Ou seja, as noções de bem-estar comum, que conferem legitimidade às ações, são forjadas a partir das experiências que os indivíduos compartilham entre si e conformam a própria consciência da coletividade de trabalhadores (THOMPSON, 1981).

Essas ideias de bem-estar comum e de justiça que legitimava as ações das pessoas além de encontrar respaldo na sua própria experiência coletiva, deparou-se com um aparato legal. Em novembro de 1938, durante as comemorações do primeiro

aniversário do Estado Novo e antes mesmo de eclodir o cenário da guerra, o presidente Getúlio Vargas informou em discurso que:

A iniciativa dos entrepostos e medidas de fiscalização e tabellamento não bastam certamente para assegurar o barateamento dos generos de primeira necessidade. É preciso que a população coopere com as autoridades prestigiando as e denunciando os abusos dos açambarcadores. (A TARDE, 10 NOV. 1938)

Reconhecendo as dificuldades para controlar os preços, neste mesmo mês o presidente decretava a lei que definia os crimes contra a economia popular, sua guarda e emprego, através do Decreto-lei nº 869. Desde que Vargas chegou ao poder em 1930, essa lei foi a mais incisiva no objetivo de identificar e coibir os crimes que prejudicavam as camadas populares. E com o auxílio de um aparato coercitivo do Estado Novo, esses tipos de crimes foram equiparados aos crimes de subversão que atentavam contra a segurança do Estado.

Entre os crimes que feriam a economia popular estavam: destruir ou inutilizar de forma intencional matérias-primas ou produtos de consumo, para determinar alta de preços; abandonar lavouras, suspender as atividades fabris ou qualquer estabelecimento de produção e dos meios de transporte; promover a formação de trustes para dificultar a concorrência; reter ou açambarcar matérias-primas, meios de produção ou produtos de consumo para dominar o mercado e provocar a alta de preços; vender produtos abaixo do preço de custo, impedindo a concorrência; provocar alta ou baixa dos preços por meio de notícias falsas; dar indicações ou fazer afirmações falsas em prospectos e anúncios com a finalidade de compra ou venda de títulos, ações e quotas; exercer funções de direção em mais de uma empresa; gerir de modo fraudulento bancos e estabelecimentos de capitalização; fraudar escriturações, registros, lançamentos relativos a sócios com o fim de sonegar lucros e dividendos; celebrar ajuste para impor preços de revenda ou exigir que o comprador não compre de outro vendedor; transgredir tabelas oficiais de preços; obter ganhos ilícitos em detrimento do povo mediante especulações; violar contrato de venda a prestações deixando de entregar a coisa vendida; e fraudar pesos ou medidas padronizadas em lei, ou possuí-los sabendo estarem fraudados (BRASIL. DECRETO-LEI Nº 869, 18 NOV. 1938).

Como se observa, a definição dos crimes contra a economia popular mapeia, por diversos vieses, vários tipos de fraudes destinados a enganar a população. Ao

conceber a vastidão de tais delitos e incutir o caráter de justiça e de moralidade para as práticas desenvolvidas no comércio em geral, Vargas adquire maior apoio popular e consegue levar à frente o seu projeto de governo. Cumprindo, ainda, a função de legislar, e com uma lei com tal amplitude, ele reforça sua condição de único condutor do país capaz de solucionar as questões que afetavam a população, impondo a ação moralizadora do Estado, a qual, segundo ele, era um dos papéis do Estado Novo.

Desse modo, a lei de crimes contra a economia popular se encaixava nos anseios da população em poder comprar os gêneros alimentícios por preços tidos como justos. Mesmo assim, foram poucas as atitudes coletivas encontradas em noticiários que circulavam na cidade na época. Dentre elas, uma reforça a existência de um ideário coletivo sobre justiça e bem-estar comum, como se verificou, em janeiro de 1945, na Rua Vinte e Oito de Setembro, no distrito da Sé, centro de Salvador. A nove dias daquele ano, a população não tinha visto carne verde na cidade. A notícia de que ela estaria disponível naquele dia, fez com que “muitíssima gente” esperasse “à porta dos açougues a distribuição do “beef”, havendo em consequência atritos e até agressões”. Entretanto, uma atitude do “esperto açougueiro” despertaria a fúria dos populares. Em “combinação com o dono da alfaiataria vizinha, [ele] estava desviando a carne enquanto o povo esperava”. Quando a população percebeu o fato, houve “invasão pela retaguarda, o que forçou o açougueiro a ser honesto” (A TARDE, 10 JAN. 1945).

“Ser honesto” para aqueles que esperavam o “beef”, perpassa pelo entendimento de que esconder o gênero forçaria a prática especulativa e em consequência o aumento de preços, transgredindo as tabelas oficiais. O ser honesto, neste caso, assemelha-se o que para Thompson era o moral, uma vez que se trata da condenação de práticas tidas como ilegítimas do comércio, pois feria o direito de todos adquirirem o alimento por preço considerado razoável. O mesmo consenso do que eles entendem por legítimo e honesto e que os moveram a invadir o açougue, faz com que reclamem dos preços que foram fixados destoantes do patamar popular, das práticas especulativas, das fraudes dos pesos e medidas e do descumprimento das tabelas de preços. Desse modo, as camadas populares, ainda que reconheça em si a impotência para mudar de modo mais amplo a conjuntura econômica vigente para uma que lhes fosse mais favorável, não se colocam como sujeitos passivos, mas agem

conscientemente e sabem reconhecer o seu papel social e agir dentro de um campo de forças existente na sociedade.

Sabendo reconhecer seu papel dentro de um campo de forças é que as ações em forma de denúncias aconteciam. Foi assim que, em 30 de julho de 1943, aproximadamente às oito horas da manhã na Feira de Água de Meninos, que Antônio Carlos, ao comprar duas galinhas por Cr\$ 30,00 (trinta cruzeiros), dirigiu-se diretamente ao guarda civil Almansur Rodrigues Pereira Fogos para denunciar que o saveirista Climério Amorim vendia o gênero mais do que pelo dobro do preço tabelado. Pela tabela publicada em 25 de julho de 1943, uma galinha deveria ter o preço máximo de Cr\$ 7,00 (sete cruzeiros) e o saveirista a vendia por Cr\$ 15,00 (quinze cruzeiros).

O caso foi parar na delegacia. Em depoimento, o guarda Almansur Rodrigues afirmou que:

[...] para tomar providencias a respeito de uma queixa que lhe foi apresentada pelo senhor Antonio Carlos, contra o saveirista Climerio Amorim, tirou a sua túnica, guardando-a em uma barraca e tirando da cinta o revolver o colocou dentro de um boca-pio que trazia na mão, dirigiu-se para o saveiro, afim de providenciar o que lhe foi solicitado, chegando à conclusão de que Climerio Amorim estava vendendo galinhas a quinze cruzeiros, segurou uma destas e entregando a importância de sete cruzeiros a Climerio, este rejeitou dizendo que não podia vender galinhas por este preço, tentando tomá-las das mãos do policiador, que segurou a ave, dizendo que de qualquer forma a levaria, pois estava baseado na tabela [...] (APEB/JUDICIÁRIO, CX: 126, DOC. 7)

A situação descrita por Almansur tem um desfecho quando Climério, ao tentar arrancar a galinha da mão do guarda, juntou-se a Osvaldo, que o acompanhava, que conseguiu se apossar do revolver que estava dentro do boca-pio, e terminou por ferir tanto a sua mão, como a do guarda. Mesmo ferido, Almansur foi buscar a sua túnica que o identificava como guarda e voltou ao local fardado e “efetuou a prisão em flagrante de Climerio Amorim, conduzindo-o para a Delegacia de Ordem Política e Social, por crime de Economia Popular” (APEB/JUDICIÁRIO, CX: 126, DOC. 7).

Quando Antônio Carlos denunciou o ato fraudulento de Climério Amorim, ele certamente sabia quais penas poderiam ocorrer ao negociante. A denúncia feita à autoridade presente era uma forma de punir aquele que estava lesando o seu bolso, uma vez que de acordo com a lei que definia os crimes contra a economia popular, o

delituoso poderia ser preso, além do pagamento de multas. No entanto, apesar de ter sido levado para Delegacia de Ordem Política e Social não se sabe o motivo do flagrante não ter sido lavrado, sendo conduzido apenas para a delegacia da 2ª Circunscrição Policial, onde se abriu o inquérito relacionado às agressões físicas.

Em um contexto de regime autoritário, no qual se tinha os direitos políticos cerceados, pode-se considerar que o comportamento popular e a manifestação de suas insatisfações diante da carestia, na luta pela sobrevivência cotidiana, se davam cada vez menos na forma de uma ação direta, e seguiam muito mais o caminho pelo qual optou por Antônio Carlos. Por isso que a lei de 1938, que definiu os crimes contra a economia popular, se torna tão importante. Por meio desta lei, percebe-se que a reivindicação de direitos e justiça social no Estado Novo perpassava por um canal de comunicação institucional que de dizia capaz de sanar o problema maior que ocasionava a carestia de vida: a especulação gananciosa de negociantes. Dessa maneira, se não foram encontradas ocorrências de sublevações populares, não se pode afirmar o mesmo em relação às denúncias.

Em 25 de fevereiro de 1944, o diretor da Fiscalização Municipal de Salvador remeteu ao Prefeito Elísio Lisboa uma correspondência afirmando que em virtude da denúncia de um comprador, um fiscal, designado pelo órgão que ele dirigia, procedeu a uma diligência no Mercado Modelo, onde encontrou nas barracas nº 139, 143, 185 e 190, vários fardos de carne de charque retidos e fez com que os donos dos estabelecimentos vendessem pelo preço tabelado (AHMS/PM/FG, ESTANTE 84, PRATELEIRA 1).

O caso relatado é mais um que demonstra que a fixação de preços através de tabelas oficiais por vezes não agradava os comerciantes, que alegavam não auferir lucros. Com isso, adotavam medidas que traziam a possibilidade de obter algum tipo de vantagem, a exemplo de reter gêneros para forçar a alta, fraudar pesos, medidas e preços. Diante dos maus procedimentos adotados pelo comércio da cidade, tornava-se natural uma onda de insatisfações por parte da população que encontrava na denúncia uma forma de punir os infratores por ferirem a economia popular.

É lógico que o ato de denunciar está ligado ao senso de justiça na defesa de seus interesses, o que é inerente ao ser humano, mas também a população se sentia amparada por base legal. A lei de crimes contra a economia popular encontrou sua

eficácia por ser endossada pelas noções de bem-estar comum existente na sociedade. Ela apresentava um consenso com a população sobre o que era justo, legítimo e legal nas práticas de comerciantes. Por isso, os sujeitos acreditavam que a denúncia tinha o efeito positivo em realmente estabelecer a moralidade no comércio.

Com o aparato da lei e o senso de justiça presente na população, o cotidiano de Salvador tornara-se permeado de tensões, haja vista qualquer hora poder chegar um fiscal no estabelecimento e encontrar algum tipo de fraude. Através das diligências diárias da Fiscalização Municipal, subordinada à prefeitura de Salvador, todos os dias, diversos fiscais saíam às ruas com o objetivo de verificar o cumprimento de posturas municipais, as licenças de funcionamento, observar a correta aferição das balanças e dos pesos, as medidas utilizadas, o peso dos alimentos, e ainda verificar o uso das tabuletas que informavam os preços fixos, que era de uso obrigatório. Nesta época, é possível dizer que as ações da Fiscalização Municipal, em grande parte, faziam cumprir a lei de crimes contra a economia popular.

Os fiscais faziam parte da rotina do comércio. Era comum, por exemplo, que nas primeiras horas da manhã, as padarias das mais diversas regiões da cidade recebessem a visita de um fiscal que conferia o peso do pão. Quando se pesava um quilo de pão que não correspondia exatamente à mil quilogramas, apreendia-se a mercadoria por infringir o Art. 3º da lei contra os crimes que ferem a economia popular, que proibia a fraude de pesos e medidas. No entanto, as apreensões também faziam parte do cotidiano de Salvador. Em suas incursões, o fiscal João Araripe, em apenas três dias do mês de outubro de 1944, verificou 61 padarias e autuou 15 por fraude de peso, recolhendo o pão e doando para casas de caridade (AHMS/PM/FG, EST 84, PRATELEIRA 1).

A questão dos pesos de pães, por mais autuações que houvesse, era relativizada quando havia uma diminuta diferença no peso. Em um caso ocorrido no Rio de Janeiro e julgado pelo Tribunal de Segurança Nacional, na sentença constava que a pequena oscilação do peso do pão “não incrimina a ação do réu, pela ausência de dolo, de vez que o artigo em apreço [Art. 3º, inciso II] está sujeito a variação de peso pelas próprias condições ambientes”, sem contar que “dificilmente se lhe poderia atribuir peso certo, pelos processos de sua própria fabricação” (BRANCO, 1940, p. 179).

Por conseguinte, as ações que visavam autuar as irregularidades de pesos de pão deveriam ser ponderadas, até mesmo pelas condições inexatas e sempre aproximadas em relação ao seu tamanho no processo de fabricação. Entretanto, diferente do peso do pão em si, eram as fraudes dos instrumentos de medidas. Em 09 de setembro de 1944, um vendedor ambulante teve apreendida sua mercadoria por irregularidades em sua balança. Ele vendia miúdos de boi e pesava-os com pesos que se dizia ser de duzentos gramas, enquanto na verdade havia apenas cento e quarenta gramas e com um peso que ao invés de ter cem gramas, como se identificava, havia apenas setenta e cinco (AHMS/PM/FG, ESTANTE 84, PRATELEIRA 1).

No comércio da carne, além das fraudes que ocorriam em relação ao peso, a venda de carne sem os devidos registros e licenças constituíam um problema. Tratava-se de um comércio clandestino, sem inspeção pelos órgãos competentes de saúde pública e ainda representavam uma concorrência desleal junto àqueles que pagavam seus registros e tinham a venda do gênero toda legalizada. Para este procedimento, também cabia a apreensão da mercadoria e em alguns casos, quando identificado o seu dono, levava-o preso.

Em 1939, o fiscal José Rodrigues Cavalcanti Filho, recebeu denúncias de que nos subúrbios de Salvador havia abate clandestino de animais, bem como a sua venda. Na comunicação do serviço realizado em 29 de julho desse ano, ele relata:

Cumprindo instruções emanadas desta Directoria, me dirigi pela manhã de hontem para os subúrbios de Pirajá, Itapoan e outros, afim de investigar a veracidade de factos que pelo meu intermedio chegaram ao vosso conhecimento e que exigiam uma acção imediata. Depois de verificar alguns casos de sonegação de impostos, falta de pagamento de outros em tempo, etc., em chegando ao Arraial de Santo Amaro do Ipitanga, encontrei sendo carneado um boi, abatido clandestinamente, tendo assim confirmada a principal informação que ensejara a minha ida áquelles longiquos subúrbios. (AHMS/PM/FG, ESTANTE 84, PRATELEIRA 1).

Os subúrbios da capital, por serem lugares mais distantes, se tornavam mais propícios para a criação, abate e venda de carne sem o devido registro. No entanto, por mais que houvesse fiscalização nas zonas urbanas, burlava-se a lei. Em 20 de novembro de 1943 foi realizada uma "feliz diligência", como mencionou o diretor da Fiscalização Municipal. Na zona dos Mares, dois fiscais apreenderam 861 quilos de

carne bovina e 292 quilos de carne de porco abatidos clandestinamente. As carnes ainda eram vendidas fora do preço tabelado e pertenciam a Manuel Abreu e Higino Cerqueira, que só não foram presos porque aquela diligência não fora acompanhada de ação policial (AHMS/PM/FG, ESTANTE 84, PRATELEIRA 1).

Igual escapatória, entretanto, não teve Genaro Mendes que também comercializava carne clandestina. Em 07 de julho de 1944, às vinte e duas horas e quarenta e cinco minutos, quando todo o comércio de Salvador estava fechado, o fiscal municipal Rodrigo Sampaio apreendeu na Rua Guedes de Brito, no centro da cidade, um caminhão com grande quantidade de carne verde clandestina que estava sendo entregue em várias casas comerciais. Pelo horário e por já ir munido de guarda policial possivelmente a ação foi fruto de alguma denúncia. Toda a mercadoria que estava no caminhão foi apreendida pela polícia, que levou o senhor Genaro Mendes preso por ordem do Chefe de Polícia e do Presidente da Comissão do Abastecimento (AHMS/PM/FG, ESTANTE 84, PRATELEIRA 1).

Estas práticas de venda clandestina eram vistas com maus olhos pelas autoridades, que deixavam de arrecadar impostos, mas também pelas condições suspeitas que estas carnes eram vistas, pois não passavam por nenhuma fiscalização quanto a sua qualidade. Outros comerciantes do ramo também poderiam apresentar insatisfações, uma vez que a existência de carne clandestina circulando pela cidade interferia na concorrência, apresentando-se de modo desleal, pois sem as devidas licenças esses negociantes poderiam vender por preços menores, ou ainda, vender pelos preços tabelados e obterem maiores lucros.

A verificação do tabelamento oficial também era atividade que a Fiscalização Municipal cumpria em sua rotina. Durante a festa do Senhor do Bonfim em janeiro de 1944, o fiscal observou a atuação das barracas e dos ambulantes na região da Colina Sagrada. Depois seguiu para a Penha, no Entrepasto do Peixe, obrigando os vendedores a venderem o pescado pelo preço tabelado, pois ali “estavam vendendo por preços exorbitantes” (AHMS/PM/FG, ESTANTE 84, PRATELEIRA 1). As ocorrências para que se cumprissem os preços tabelados, bem como se utilizassem as tabuletas de preços eram muito comuns. Ainda no distrito da Penha no mês de janeiro, o fiscal intimou verbalmente oito estabelecimentos que vendiam gêneros alimentícios de

primeira necessidade para que colocassem à vista da população a tabela de preços em vigor.

Mesmo com fiscais espalhados pela cidade para verificar a ação de infratores, as denúncias contra estes procedimentos prejudiciais dos comerciantes chegavam até os jornais. Em 1º de janeiro de 1944, o A Tarde publicava que existia no “Mercado das Sete Portas, uma barraca de gêneros que está vendendo cebola á razão de \$ 5,00, quando a mesma deve ser vendida pelo preço de \$ 2,20 o quilo”. Nesta época, este jornal instalou um telefone para receber as queixas da população. Aquele que ligasse para o número 5.000, o chamado “telefone do povo”, fazia sua reclamação. Desse modo, ligou um consumidor que informou que em um armazém situado na Praça da Liberdade, cobra-se \$ 8,80 pelo quilo do charque, desrespeitando a tabela em vigor.

Os casos relatados retratam várias infrações à lei de crimes contra a economia popular que concernem, em sua maioria, a fraude de pesos e medidas e descumprimento dos preços fixados pelo poder público. De certo, eram práticas que prejudicavam a população e eram consideradas não apenas ilegais, como sem legitimidade pelo consumidor, haja vista o cenário ser de custo de vida elevado e de arrocho para a reprodução da vida material. Não obstante, é preciso desfazer a dicotomia do comerciante especulador e ganancioso versus o consumidor. Todo comerciante seria apenas inescrupuloso, pretendendo auferir exorbitantes lucros através destas práticas ilícitas?

Em todas as situações até então expostas, não se pode confirmar qual é a condição de sobrevivência dos próprios negociantes acusados de serem infratores. Os fiscais, ao apreender mercadorias, muitas vezes descrevem os ambientes autuados como barracas em feiras livres. Diferente das grandes casas comerciais que, por vezes, possuíam seus próprios trapiches, compravam em grandes quantidades, obtendo gêneros a preços menores e tinham maior capital para investir, os pequenos negociantes que não possuíam grande capital de giro para conseguir barganhar na compra em grosso, se viam arrojados com os diminutos lucros em virtude da fixação dos preços para a venda em varejo. Assim, para esse negociante e sua família poderia haver um contexto de sobrevivência difícil, pois seus rendimentos também se tornavam mais curtos.

A partir desta leitura, é possível analisar que, em alguns casos, as fraudes não significavam o caráter inescrupuloso e ganancioso de negociantes, mas uma estratégia de obter renda para sua sobrevivência diária. Antes da condição de pessoas que trabalhavam no comércio da cidade, todos os sujeitos eram consumidores e no caso de pequenos comerciantes, eles certamente também vivenciavam e sentiam o quanto a vida estava cara. Relativizando a situação e desfazendo a dicotomia negociantes e consumidores, percebe-se o quanto o mercado é uma arena de disputas complexas e um campo de conflitos com interesses distintos e peculiares.

As fontes relativas às fiscalizações, bem como alguns inquéritos policiais e fontes do judiciário permite perceber que a lei de crimes contra a economia popular encontrara terreno fértil, significando, para alguns setores da sociedade e principalmente aqueles menos abastados, a regulação das práticas comerciais e a tentativa de reconciliação de interesses. Para o governo, a lei tinha justamente a intenção de buscar um equilíbrio, amenizando as insatisfações sociais. A partir do momento em que a população recorria a ela para se defender, buscava não só uma forma legal de ação - que não lhe representasse qualquer risco de subversão da ordem pública -, mas sentia-se amparado porque achava-se que ela resguardava atributos de justiça e bem-estar comum. Ao conseguir imbricar os anseios das diretrizes governamentais com os da população encontrava-se a eficácia da lei.

Fontes

AHMS – Fundo: Prefeitura Municipal. Seção: Fiscalização Geral. Estante 84, Prateleira 01. Documentos avulsos (1934-1951).

APEB – Fundo Judiciário. Caixa 126, documento 7 / Caixa 63, documento 1.

BRASIL. Constituição dos Estados Unidos do Brasil (1937). Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao37.htm. Acesso em: 10 jun. 2016.

BRASIL. Decreto-lei nº 869 de 18 de novembro de 1938. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1930-1939/decreto-lei-869-18-novembro-1938-350746-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 19 jun. 2016

BRANCO, Eurico Castelo. *Anotações às leis de segurança e economia popular*. Legislação, jurisprudência, doutrina. Rio de Janeiro: Livraria Jacinto Editora, 1940.

Referências

CARONE, Edgard. *A Terceira República (1937-1945)*. Rio de Janeiro: DIFEL, 1976.

DELUMEAU, Jean. O silêncio sobre o medo. In: DELUMEAU, Jean. **História do medo no Ocidente 1300-1800**: uma cidade sitiada. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

RUDÉ, George. **A multidão na História**. Estudo dos movimentos populares na França e na Inglaterra 1730-1848. Rio de Janeiro: Campus, 1991.

THOMPSON, E. P. **Costumes em Comum**. Estudos sobre a cultura popular tradicional. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

_____. **A miséria da teoria ou um planetário de erros**: uma crítica ao pensamento de Althusser. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981.

_____. O domínio da lei. In: THOMPSON, E. P. **Senhores e caçadores**: a origem da Lei Negra. 2ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

REPRESENTAÇÕES BRASILEIRAS SOBRE A POLÍTICA NOS ESTADOS UNIDOS E SEUS *FOUNDING FATHERS*: DE HIPÓLITO DA COSTA A OLIVEIRA LIMA (1798-1899)

LUCAS DE FARIA JUNQUEIRA¹

Resumo: O presente estudo busca lançar um olhar sobre a produção e circulação de representações sobre o sistema e costumes políticos dos Estados Unidos da América (EUA) no Brasil, a partir da análise de fontes diversas, tais como diários, documentação diplomática, cartas, memórias, livros e periódicos, abrangendo o período compreendido entre 1798 e 1899. Especial atenção é dada às imagens constituídas ao longo do tempo em língua portuguesa sobre os principais políticos que fundaram a República estadunidense, conhecidos na cultura política dos EUA como *Founding Fathers*, os Pais Fundadores da nação, figuras como Benjamin Franklin, George Washington, Thomas Jefferson, John Adams, Alexander Hamilton, John Jay e James Madison. Dentre as fontes consultadas, destacam-se os relatos *in loco* dos viajantes que da América do Norte trouxeram impressões acerca da vida política estadunidense. Tem-se como ponto de partida o *Diário* do jovem luso-brasileiro Hipólito José da Costa, que esteve nos EUA de 1798 a 1800, e como ponto de chegada a obra do diplomata e historiador pernambucano Manuel de Oliveira Lima, *Nos Estados Unidos, impressões políticas e sociaes*, publicada em 1899. Nos relatos e na imprensa do período em vista constata-se a conformação de representações acerca das virtudes das personalidades políticas estadunidenses, seus feitos históricos e ideário, evidenciando o interesse que havia entre os brasileiros pelo republicanismo na América do Norte.

Palavras-chave: política nos EUA; Brasil; representações.

Abstract: The present study aims to look at the production and circulation of representations about the system and political customs of the United States of America in Brazil, from the analysis of diverse sources such as newspapers, diplomatic documentation, letters, memoirs, books and periodicals covering the period between 1798 and 1899. Special attention is given to the images constituted over time in Portuguese on the main politicians who founded the American Republic, known in the American political culture as Founding Fathers, the Pais Fundadores of the nation, figures such as Benjamin Franklin, George Washington, Thomas Jefferson, John Adams, Alexander Hamilton, John Jay and James Madison. Among the sources consulted are the reports *in loco* of the travelers that of North America brought impressions on the American political life. The starting point is the *Diário* of the young Portuguese-Brazilian Hipólito José da Costa, who was in the United States from 1798 to 1800, and as a point of arrival the work of Pernambuco diplomat and historian Manuel de Oliveira Lima, *Nos Estados Unidos, impressões políticas sociaes*, published in 1899. In the reports and press of the period in question, it is possible to conclude representations about the virtues of American political personalities, their historical achievements and ideology, showing the interest that Brazilians had about north-american republicanism.

Keywords: USA politics; Brazil; representations.

¹ Universidade Federal do Oeste da Bahia (UFOB), E-mail: lucas.junqueira@ufob.edu.br

Em fins 1798, Hipólito José da Costa (1774-1823), então ainda um jovem bacharel recém-formado na Universidade de Coimbra, chegava aos Estados Unidos da América (EUA) a serviço do governo português, legando os primeiros registros conhecidos da lavra de um luso-brasileiro sobre a sociedade estadunidense, incluindo aí sua cultura política, foco do presente estudo. Sendo oriundo do universo mental da sociedade de corte do Antigo Regime bragantino, subordinado diretamente ao ilustrado ministro D. Rodrigo de Souza Coutinho, Hipólito estranhou a cultura política republicana. Em suas anotações preciosas contidas no *Diário da minha viagem para Filadélfia (1798-1799)*, publicado somente em 1959, pela Academia Brasileira de Letras, registrou o encontro com John Adams, ocorrido a 1º de janeiro de 1799, notando a extrema simplicidade do cerimonial em torno do primeiro dignitário da nação estadunidense:

O Presidente estava de pé, de casaca, espada e chapéu debaixo do braço, conversando com algumas das pessoas que ali se achavam. Quando se entra, dirige-se a ele e se lhe faz um cumprimento; ele pega na mão, pergunta pela saúde e diz mais alguma coisa; a mim me perguntou que tal achava o seu país, depois disto, todas as pessoas conversam uma com as outras, mesmo passeiam pela casa e o mesmo Presidente muda de lugar frequentemente, de modo que estão todos confundidos sem ordem ou arranjo de etiqueta. Os Senadores e pessoas mais qualificadas que entraram, vinham uns de botas, outros sem pós nos cabelos, casacas velhas, quase todos, vieram a pé a maior parte; de sorte que, à exceção dos ministros estrangeiros, todo o resto respirava muito pouca civilização de maneiras polidas; à saída não se lhe fez outro cumprimento, que uma vênha com a cabeça, a que ele correspondeu igualmente.² (COSTA, 2004, p. 54)

Em fevereiro daquele ano, Hipólito teve ainda a oportunidade de conhecer aquele que seria o próximo presidente, Thomas Jefferson. Infelizmente, ao longo da sua estada, não pôde encontrar Washington, que veio a falecer no penúltimo registro do seu *Diário*.³ Além destes três *Founding Fathers*, ou Pais Fundadores da nação, segundo a cultura política estadunidense, Hipólito fez menção no começo de 1799 à subscrição da gazeta diária *Aurora*, "que era de Benjamin Franklin Bache, um sobrinho

² No dia 16 de janeiro de 1799, anotou o futuro redator do *Correio Braziliense*: "Hoje à noite, fui a um baile que se fez em honra do presidente, no teatro da cidade. [...] As gazetas atestam que é a maior função que aqui se tem feito, o que me dá a entender que nunca nos Estados Unidos se viu uma função brilhante" (COSTA, 2004, p. 60). A ortografia das fontes transcritas foi atualizada.

³ Registrou ele, a 26 de dezembro de 1799: "Hoje se fizeram as honras funerárias ao General Washington a que eu não assisti por não ter luto nem dinheiro para o comprar, porém tenho a descrição que foi publicada na gazeta" (COSTA, 2004, p. 155).

do grande Franklin.” Quatro dias depois, a 28 de janeiro, registrou a visita à “livraria pública instituída à custa de subscrições particulares, e que teve por motor Benjamin Franklin, cujo busto conserva sobre a porta” (COSTA, 2004, p. 62 e 53).

Entre às práticas políticas dos EUA que deixara testemunho, como uma descrição do Capitólio em Washington DC e seus trabalhos parlamentares, incluem-se as eleições para o conselho municipal e senado estadual de Nova York de 1799. Anotou a 1º de maio daquele ano as divisões partidárias vislumbradas:

É bem de notar que nas eleições a classe mais ínfima do povo, isto é, de sapateiros, carreiros, etc., eram os democratas e tudo aqui que eles chamam *gentlemen* era do partido oposto, exceto poucos que, por interesses particulares, são os chefes do partido democrata. (COSTA, 2004, p. 94)

O pleito foi vencido pelos federalistas, para regozijo de Hipólito em ofício de 15 de junho a D. Rodrigo, no qual teve “o prazer de informar a V. Ex^a que nem um só do partido democrata foi eleito, devendo isto ter uma grande influência na política deste país” (COSTA, 2004, p. 181). Em três de julho daquele 1799, elaborou uma síntese das leis abolicionistas de Nova York em quatro artigos, para em seguida assinalar ser “notável que o negro forro está habilitado cidadão, e se tem as outras qualidades requeridas pela lei (como a residência, certa propriedade etc.) pode votar nas eleições e ser também eleito. Na eleição passada alguns negros foram votar” (COSTA, 2004, p. 109).

Entre estas impressões de Hipólito, registradas em seus cadernos pessoais em 1799, e aquelas de Manuel de Oliveira Lima (1867-1928) contidas em seu *Nos Estados Unidos, impressões políticas e sociaes*, publicado exatos cem anos depois (Leipzig, 1899), muito se escreveu e debateu na “república das letras” do mundo luso-brasileiro, depois imperial e por fim republicano, sobre os Pais Fundadores e o sistema político norte-americano, não obstante o monarquismo vigente em quase todo o período. A começar pelo próprio Hipólito da Costa, em seu *Correio Braziliense* (1808-1823), no qual é possível notar uma crescente admiração pelo progresso econômico e institucional dos EUA. Em outubro de 1815, exteriorizou sua impressão positiva do progresso dos Estados Unidos, sendo talvez este o primeiro registro publicado em português na imprensa com menção à necessidade de se imitar o exemplo estadunidense: “Continuadamente temos metido à cara de nossos Leitores as circunstâncias dos Estados Unidos; porque sempre nos tem parecido, que é o país,

cuja política mais convém ao Brasil o imitar”.⁴ Logo a seguir, também de forma pioneira na imprensa, levantou dois argumentos retóricos que seriam muito utilizados ao longo do período imperial brasileiro: a forma de governo – república ou monarquia – não seria relevante para o progresso da administração pública, portanto os EUA poderiam servir como exemplo – algo caro aos liberais do Império; por outro lado, cada porção da América teria o governo adaptado aos seus costumes e educação, de sorte que não caberia o regime republicano na América portuguesa – algo sistematicamente repetido pelos conservadores brasileiros no século XIX:

A diferença da forma de Governo, entre Brasil e os Estados Unidos, não importa nada ao sistema de política tanto exterior como interior destes dois Países. Os Estados Unidos têm uma constituição republicana; porque é a mais bem adaptada aos costumes, às antigas leis e ideias dos habitantes daquele país. O Brasil tem um governo monárquico, conforme à educação daqueles povos, amantes das honras, das prerrogativas e das distinções com que foram criados, e educados, e em que tem vivido pelo espaço de três séculos [...]. Tentar a mudança de tal ordem de coisas seria tentar um absurdo tal, como mudar a cor dos habitantes do país, nas circunstâncias presentes. (CORREIO BRAZILIENSE, 1815, p. 550)

Quanto às representações acerca dos Pais Fundadores no *Correio* de Hipólito, destaque para citação de junho de 1820, na qual aparecem quase todos reunidos para legitimar as críticas à Constituição espanhola daquele ano, posto que na “redação da Constituição dos Estados Unidos da América entraram varões abalizados por seus conhecimentos e patriotismo, tais como Franklin, Adams, Washington, Jefferson, Hamilton etc., mas nem por isso se julgou” ofensivo ao “saber daqueles indivíduos, apontar os defeitos daquela Constituição” (CORREIO BRAZILIENSE, 1820, p. 608).

Além do *Correio Braziliense*, que como se sabe, era publicado em Londres, foram consultados no bojo do presente estudo dezenas de periódicos brasileiros, da Corte fluminense (depois capital republicana) e das províncias (depois estados) da Bahia, Pernambuco, Minas Gerais e São Paulo, e uma folha mensal nova-iorquina, *O Novo Mundo* (1870-1879), todos disponibilizados na Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional (RJ).⁵ São impressos datados entre 1808 e 1899, contudo a ênfase

⁴ *Correio Braziliense*, vol. XV, n. 89, 1815, p. 549-550. Os links dos periódicos citados encontram-se nas referências ao final do texto.

⁵ Hemeroteca Digital Brasileira. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/369381/1009>>.

recaiu sobre dois períodos. O primeiro, de 1830-1839, abarcando a crise do Primeiro Reinado, que desembocou na Abdicação de 7 de abril e subsequente período regencial com suas reformas (e contrarreformas) e profunda agitação política na Corte, bem como nas províncias rebeladas. Momento em que “a nação inteira era abalada pela ideia do *federalismo*” (CASTRO, 2004, p. 39), no qual se estabelecera o *Pacto Imperial*, de natureza federalista, conforme Miriam Dolhnikoff (2005). O segundo período enfocado foi de 1870 a 1879, compreendendo a emergência da chamada “Geração 1870”, que veio a abalar as “tradições imperiais”, o mundo político saquarema do Segundo Reinado e por fim o próprio Império, com a Proclamação da República em 1889 (ALONSO, 2002).

A proposta de recorte em meio ao manancial de fontes da Hemeroteca, um tanto arbitrária em termos metodológicos, visou analisar, contudo, tanto na agitação federalista regencial e suas reformas – que tiveram ápice no Ato Adicional de 1834 – quanto na emergência do republicanismo no seio do Império enquanto grupo de ação partidária, após o Manifesto Republicano de 1870⁶, as representações que circulavam sobre os Pais Fundadores da cultura política estadunidense. O destaque recaiu sobre Benjamin Franklin, George Washington e Thomas Jefferson,⁷ mas a pesquisa igualmente incluiu os demais “fundadores” John Adams, John Jay, James Madison e Alexander Hamilton. Buscou-se compreender como serviram enquanto referenciais para legitimar os discursos e projetos políticos em disputa em cada contexto, sem esquecer que era crime a defesa aberta da República no Império, fazendo com que, em relação aos exaltados e republicanos brasileiros, enaltecer virtudes dos “fundadores” funcionava como propaganda indireta da federação e/ou da república (FONSECA, 2016).

O uso de citações de personalidades históricas como recurso retórico de autoridade para corroborar/legitimar argumentos e posições políticas era muito comum no século XIX (ALONSO, 2002). Curioso notar que tal recurso retórico já era criticado à época em que era praticado. Num ambiente onde proliferavam citações a personagens históricos com ares de “autoridade”, a Câmara dos Deputados, em

⁶ Consta no Manifesto Republicano, publicado no *A Republicana*, 1, de 3 de dezembro de 1870: “Somos da América e queremos ser americanos. A nossa forma de governo é, em sua essência e em sua prática, antinômica e hostil ao direito e aos interesses dos estados americanos”.

⁷ O enfoque dado a Franklin, Washington e Jefferson nada teve de original, posto que seguiu a tradição norte-americana. Ademais, o mesmo comportamento se observa nas fontes brasileiras pesquisadas – são os nomes mais citados/destacados, sendo poucas as referências encontradas a Adams, Madison e Jay.

Sessão de 6 de julho de 1838, o deputado Ramiro, contra o discurso do colega Martim Francisco, que havia invocado os nomes de Washington e Franklin em debate sobre o recurso a mercenários para combater as revoltas provinciais, rebateu:

Sr. Presidente, é para lastimar que o digno deputado [...] ao começar seu discurso, buscasse o socorro das prevenções contra o que queria combater: parece que confiava pouco nos meios da razão para arrastar a Câmara à sua opinião. [...] Se não é assim, para que foi essa invocação dos nomes veneráveis de Franklin e Washington? Para que, se não foi para fazer resultar um contraste odioso? Para que foi o repouso perturbado desses homens ilustres, dessa glória para a geração americana?⁸

Benjamin Franklin era um bom exemplo de "autoridade". Estava, por assim dizer, no topo do panteão simbólico de referências políticas norte-americanas no Brasil, ao lado de Washington: entre as centenas de menções aos seus nomes consultadas, nenhuma teve natureza propriamente negativa. Mesmo Washington sendo o mais citado, parecia haver uma maior deferência para com o nome de Franklin, por seu caráter de ancião ilustrado em meio aos líderes da Revolução Americana (1776-1783). Era referência para distintos matizes políticos. No anti-liberal *O Iman. Jornal Caramuru* (RJ) n. 17, de 26 de julho de 1833, Franklin aparece como "Imortal", o "GRANDE SÁBIO AMERICANO" (assim mesmo, em caixa alta). Já para o liberal moderado Evaristo da Veiga, em seu *A Aurora Fluminense* (RJ) n. 132, de 22 de dezembro de 1828, Franklin era um "Patriarca da Liberdade Americana, o protótipo dos homens de bem, e dos verdadeiros liberais". Como era de se esperar, em periódicos de orientação liberal exaltada ou propriamente republicana não faltariam referências aos *Founding Fathers*. N' *O Tribuno do Povo* (RJ), de 18 de dezembro de 1830, Franklin figura como aquele que soltara "o grito da Liberdade na parte setentrional da América", sendo que "o Brasil para cumprir a sorte dos Americanos rompe os ferros da escravidão e arvora o pavilhão da Liberdade!" (*apud* FONSECA, 2016, p. 171), realizando um verdadeiro chamado à derrubada de d. Pedro I, a menos de quatro meses do fatídico Sete de Abril...

Aliás, tratando-se do primeiro imperador do Brasil, há uma referência posterior, na qual figura ao lado dos ilustres generais Washington e Simón Bolívar, *El Libertador*, da lavra do deputado pelo Partido Conservador, o poeta pernambucano

⁸ *Annaes do Parlamento Brasileiro*. Câmara dos Deputados, sessão de 6 de julho de 1838.

Antonio Peregrino Maciel Monteiro, em Sessão da Câmara dos Deputados de 31 janeiro de 1843. Em meio ao debate sobre a situação política Uruguaia, refutando a outro deputado que havia chamado Manoel Oribe de “grande americano”, Monteiro retrucava:

Não sei quem é esse grande americano; sei que houve um grande americano chamado Washington; sei que houve um grande americano chamado Bolívar; sei que um grande americano chamado Pedro I; esses é que trabalharão pela independência da América, esses é que deram instituições livres e protetoras aos países que emanciparam, esses é que são verdadeiros americanos.⁹

Como visto, até para melhorar a imagem póstuma de Pedro I convocavam um Pai Fundador – e ainda *El Libertador*! Curioso pensar o que achariam Washington e Bolívar da comparação com o Bragança...

Voltando a Franklin, ele aparece citado junto ao Barão de Montesquieu no *Diário do Rio de Janeiro*, de 4 de abril de 1835, como referencial para a atuação do Regente no Brasil (à época, o padre Feijó):

Convém que o Regente jamais perca o axioma do Escritor do *Espírito das Leis* (Montesquieu) que a *doçura do Governo faz a felicidade do povo*; e o célebre dito do Grande Homem d'América *Franklin*, que ensinou tirar o raio da atmosfera, e a tirania da terra – *uma colher de mel apanha mais insetos do que um tonel de vinagre*.

Aliás, ditados e máximas eram com Franklin mesmo, literalmente.¹⁰ Evaristo da Veiga gostava de inserir em seu *A Aurora Fluminense* passagens extraídas das falas e obras de Franklin. Como exemplo, o número 1056 de 10 de junho de 1835 d' *A Aurora* se encerrava com um tópico intitulado “*Maximas do Bom Ricardo, por Franklin*”, no qual constava a seguinte mensagem: “Empregai bem o vosso tempo, se quereis merecer o descanso; e não percais uma hora, porque não podeis contar seguro nem com um minuto.”¹¹ Na mesma toada, porém 52 anos depois, precisamente em 4 de novembro de 1887, no n. 36 do *Semanario do Cincinnato* (RJ), o redator clamou aos seus leitores, em um debate orçamentário: “Ouvi o que diz o sábio *Benjamin Franklin*.

⁹ *Annaes do Parlamento Brasileiro*. Câmara dos Deputados, sessão de 18 de janeiro de 1843. Grifos do original.

¹⁰ Não por nada, o mesmo periódico havia anunciado em 20 de dezembro de 1833 a venda na “livraria de Sousa e Comp^a. a Colleção das obras mais interessantes de B. Franklin, em moral, economia, e política, com uma notícia sobre a sua vida”, demonstrando o interesse que havia pelo pensamento de Franklin na Corte fluminense (*Diário do Rio de Janeiro*, n. 12, 20 de dezembro de 1833, p.1).

¹¹ *A Aurora Fluminense*, n. 1056, de 10 de junho de 1835.

quanto mais a cozinha é gorda, mais o testamento é magro." Adiante, em meio à continuação da transcrição da fala do ilustre Benjamin recriminando a ociosidade, aparece a famosa máxima "o tempo é dinheiro".¹²

Ainda no ramo dos "dizeres franklinianos", interessante notar que no afã de buscar alguma "autoridade" que legitimasse seu discurso, o primeiro periódico privado do Brasil, o baiano e áulico a *Idade D'Ouro do Brasil*, em seu n. 2, de 5 de janeiro de 1819, ironizava que "alguns gênios sôfregos suspirem por ver fábricas em todo o gênero, para que nada se precise dos Estrangeiros; mas isto é forçar a Natureza como engenhosamente dizia Franklin." Inusitado invocarem o velho Benjamin, o mesmo homem "que ensinou tirar o raio da atmosfera", como já citado, símbolo de progresso da ciência do século XVIII, para corroborar argumentos contra o progresso industrial no Brasil.

Em que pese a deferência generalizada nas fontes quanto a Franklin, fato é que o general Washington não fazia má figura. Pelo contrário, segundo Evaristo em sua *A Aurora Fluminense* de quatro de fevereiro de 1829, na seção "*Maximas e Pensamentos*", eram "*Washington e Franklin*, nomes, que na história dos tempos modernos só podem ser comparados a – Washington, e Franklin!", claramente colocando-os em pé de igualdade. E acertadamente, diga-se, posto que Washington também figurasse como "Imortal" em algumas folhas, sendo para alguns um verdadeiro "herói" a ser imitado.¹³ E se Franklin havia soltado o "grito da Liberdade", o virtuoso "Washington sofreu perseguições, foi desobedecido de suas tropas, e até suspeito; foi-lhe mister paciência inaudita e constância nunca desmentida para confundir a inveja e a calúnia, e salvar a sua pátria do cativeiro", nas palavras do deputado Antonio Carlos Ribeiro de Andrada, num contexto em que refutava a pecha de ser conspirador e revolucionário, defendendo moderação no debate pelas reformas constitucionais, em 1832.¹⁴

Subindo mais um patamar na demonstração de admiração por Washington no país, em 1853 o deputado Pacheco, em debate sobre o orçamento para o Exército, ponderara que não considerava "o Exército hostil à causa da liberdade. Washington, que foi sem dúvida o homem mais liberal do mundo, pediu para os Estados Unidos

¹² *Semanario do Cincinnato*, Rio de Janeiro, n. 36, 4 de novembro de 1887.

¹³ *O Clarim da Liberdade*, n.20, 23 de fevereiro de 1832 (apud DOLHNIKOFF, 2005, p. 66).

¹⁴ *Annaes do Parlamento Brasileiro*. Sessão de 15 de maio de 1832.

um exército permanente.”¹⁵ O auge, porém, das representações sobre o general George presentes na imprensa consultada do período imperial beira a hagiografia, e tinha mesmo que vir diretamente de Nova York, em longa “Correspondência” na seção “Exterior” do periódico *O Globo*, de 22 de abril de 1875, em que Washington figura como “vulto mais proeminente deste século, a personificação de todas as virtudes sociais e domésticas.”¹⁶ Como se vê, o general da Revolução Americana, depois primeiro presidente dos Estados Unidos, George Washington, não ficara muito atrás do velho Benjamin em matéria de prestígio e epítetos generosos. Mesmo assim, com tamanha grandeza de ambos envolvida, havia quem não seguisse o conselho de Evaristo sobre a impossibilidade de serem comparados com outras personagens, que não os próprios.

Em meio ao debate na Câmara sobre a destituição de José Bonifácio da tutoria do jovem príncipe Pedro, a 10 de julho de 1832 Antonio Pereira Rebouças fez enfática defesa do Andrada, nestes termos: “Washington durante a guerra da independência do seu país foi arguido de traidor e fraco pelos imprudentes, invejosos e tímidos; salva a pátria, foi imortalizado. José Bonifácio foi o pai da pátria durante a guerra da independência do Brasil, agora é traidor.”¹⁷

Em se tratando da Independência, em meio ao desenrolar da guerra na Bahia, em 3 de outubro de 1822 o *Semanario Civico*, da lavra do português Joaquim José da Silva Maia, na sua “*Continuação da refutação do Manifesto de S.A.R. às Nações*”, detratava o ministro santista: “Não está S.A.R. desenganado ainda da ignorância presunçosa do seu Conselho, e desse José Bonifácio, que se inculcava por um novo *Franklin*, ou *Wagiton* [sic], quando é apenas um novo *Sejano*?”¹⁸

Já no período regencial (1831-1840), no bojo dos embates pelas reformas constitucionais em meio à efervescência federalista, as referências aos *Founding Fathers* se tornaram mais frequentes, e incluíram em maior grau os federalistas – Hamilton, Madison e Jay. Em Sessão de 11 de julho de 1834, o deputado liberal Bernardo Pereira de Vasconcelos, em discussão sobre método de composição do conselho provincial, respondia a outro deputado fazendo menção aos

¹⁵ *Annaes do Parlamento Brasileiro*. Câmara dos Deputados, Sessão de 26 de julho de 1853.

¹⁶ *O Globo: Orgão dedicado aos interesses do Commercio, Lavoura e Industria*, Ano II, n. 109. Rio de Janeiro, 22 de abril de 1875.

¹⁷ *Annaes do Parlamento Brasileiro*. Câmara dos Deputados, Sessão de 10 de julho de 1832.

¹⁸ *Semanario Civico*, n.83. Bahia, 3 de outubro de 1822.

[...] graves inconvenientes corroborados com a experiência dos Estados da União da América do Norte, e se o ilustre deputado tivesse o trabalho de ler em vez de Silvestre Pinheiro, um escritor de grande nota, Alexandre Hamilton, nas suas cartas que andam impressas na obra do federalista, conheceria quais os funestos resultados desses conselhos assim organizados.¹⁹

Quatro anos depois, já com a preponderância política dos conservadores do *Regresso*, Evaristo deixou mais uma evidência da presença dos federalistas e sua obra no Brasil, ao transcrever trechos dos *Federalist Papers* em defesa das reformas constitucionais, em seu *A Aurora Fluminense*, de 21 de novembro de 1838, e arrematar:

Assim se exprimiam os ilustres patriotas *John Jay, Hamilton, e Madison* [sic], *Redatores do Federalista*. No Brasil o comportamento é diverso; diversa é a linguagem dos Estadistas do regresso. Fala-se a língua das paixões e do frenesi; estigmatiza-se todas as instituições; confunde-se o bem e o mal, a verdade e o erro; em nome da ordem condena-se a liberdade [...].

O interesse demonstrado pelos *Federalist Papers* no período regencial levou à impressão da sua primeira tradução completa em português, sob o título *O Federalista, publicado em inglez por Hamilton, Madison e Jay, cidadãos de Nova York, e traduzido em portuguez por ****, em três tomos, no Rio de Janeiro, em 1840. O tradutor, coberto pelo anonimato, dirigiu-se aos seus leitores buscando justificar a iniciativa da tradução, sinalizando que “Todo mundo procura o Federalista sem o achar: cada exemplar da tradução francesa, não obstante ser cheia de defeitos e de lacunas, paga-se por cinquenta mil réis, e assim mesmo não aparece” (1840, p. VIII).

Mesmo os conservadores no período – os caramurus, depois regressistas – se utilizavam das figuras políticas estadunidenses para justificar suas posições e argumentos. No periódico caramuru *Astréa* (RJ) n. 862, 18 de agosto de 1832, há uma reprodução de artigo traduzido no *Olindense*, da lavra de Washington, sobre os riscos incluídos na realização de reformas constitucionais. Na Câmara dos Deputados, em sessão de 4 de julho de 1834 que debatia a reforma das instituições provinciais, o deputado Mello defendia a moderação da reforma, pois todos “os povos marcham mais ou menos lentamente, eles devem marchar, segundo diz Washington, que não é suspeito, seguramente e em passos lentos, eis o que ele aconselhava”.²⁰

¹⁹ *Annaes do Parlamento Brasileiro*. Câmara dos Deputados, Sessão de 11 de julho de 1834.

²⁰ *Annaes do Parlamento Brasileiro*. Câmara dos Deputados, Sessão de 04 de julho de 1834.

Em um comparativo entre George Washington e Thomas Jefferson, por vezes ambos apareciam associados na defesa de algum argumento, por vezes recebiam tratamento diferenciado, a depender dos interesses e ideário dos autores das citações. No debate da Câmara dos Deputados que tratou da resposta à Fala do Trono em sessão de 30 de janeiro de 1843, o deputado Mendes dos Santos afirmava ser defensor da observância às leis, mas que em momentos de crise a salvação do Estado daria azo ao governo burlar a legislação vigente: "Estes princípios aprendi eu na lição dos mais respeitáveis estadistas dos Estados Unidos: Washington e Jefferson os praticaram, e o último ensinou de mais a sua teoria, como se pode ver em suas miscelâneas políticas e filosóficas."²¹ Interessante notar que desde o período colonial já apareciam no Brasil as clivagens políticas existentes nos Estados Unidos em torno destas figuras. O *Idade D'Ouro do Brazil* n. 46, de 9 de junho de 1812, reproduziu correspondência de um norte-americano enviada a um conhecido dos redatores em Londres, na qual ele protestava contra a situação da América perante os assuntos europeus, afirmando que estava a "administração Democrática, toda impregnada de Jeffersonmania (galomania)", sendo que não estava sendo observado o princípio da não intervenção estabelecido pelo "imortal Washington", mostrando claramente a preferência do missivista.

Na década de 1870, em meio à emergência do republicanismo de cunho partidário no Brasil, parece ter havido a necessidade de marcar em cores vivas as clivagens entre republicanos e democratas nos EUA. Neste sentido, o *Monitor Paulista* n. 1, de 11 de agosto de 1878, trouxe resenha de Izaías de Almeida da obra *A melhor das repúblicas ou os Estados Unidos Contemporâneos*, por Claudio Janet, na qual esclarecia que "Contemporâneos, entenda-se bem, tais como os fizeram as teorias democráticas e céticas de Jefferson que sucederam às sábias influências cristãs de Washington e John Adams". Para o resenhista, a obra provava "que a escola de Jefferson comprometeu não só o futuro da república Norte-Americana, mas também pesou sobre o governo dos outros povos." No *O Apóstolo: Periodico religioso, moral e doutrinário, consagrado aos interesses da religião e da sociedade* (RJ), n. 79, de 21 de julho de 1876, foi reproduzido extenso artigo intitulado "*O que são os Estados Unidos*", transcrito do *A Sentinella de S. Paulo*. No artigo, escrito para a efeméride

²¹ *Annaes do Parlamento Brasileiro*. Câmara dos Deputados, Sessão de 30 de janeiro de 1843.

do primeiro centenário da Revolução Americana, diversos temas são explorados, tais como costumes, economia, religião e, principalmente, política:

É muito vulgar aplaudir a organização política da grande república: e os que consideram bom sinal a prosperidade material invocam esta como o melhor dos argumentos. [...] Washington entendia que a monarquia era preferível à república. Felizmente, o primeiro presidente dos Estados Unidos foi o mesmo Washington. O terceiro presidente, que também governou durante oito anos, foi Jefferson, homem incrédulo, professando a filosofia do seu século e, portanto, muito prejudicial à nação americana por seus atos, palavras e escritos. Era revolucionário. [...] A constituição federal, no seu articulado, era ótima, para governos escolhidos na escola de Washington; mas, tendo predominado desde 1829 a escola contrária, foram desde então postas em prática as máximas subversivas, que, embora inscritas no preâmbulo, não haviam inspirado aquele articulado. Se Washington pudesse ressuscitar hoje, para ver o que fizeram da sua pátria, volveria horrorizado para o seu túmulo.

Jefferson parecia funcionar retoricamente para a parcela mais conservadora da imprensa e da política brasileiras de então como uma espécie de Robespierre dos EUA, o lado revolucionário do exemplo político estadunidense que deveria ser evitado. Não obstante, inusitadamente, anos depois, em 14 de junho de 1882, o mesmo *Apostolo*, em sua "Secção Noticiosa", fez uma espécie de necrológio temporão, no qual Jefferson aparece como "celebre publicista, um dos maiores e mais virtuosos cidadãos de que a América Inglesa se honra", um "homem venerável", falecido a 4 de julho de 1826. Ao fim, foi transcrita uma carta de Jefferson, no leito de morte, a um homônimo, filho de um amigo, com conselhos cristãos, o que talvez teria motivado tal necrológio, após quase seis décadas...

Na década seguinte, quando Oliveira Lima esteve nos EUA pela primeira vez e deixou suas impressões, o ocaso do Império, após a Proclamação da República de 15 de novembro de 1889, já era um fato, e o republicanismo havia se tornado hegemônico, e não escapava a ninguém a influência estadunidense na Constituição de 1891, segundo a qual o país passou oficialmente a se chamar *República dos Estados Unidos do Brasil*. Lima possuía uma admiração pelo sistema político estadunidense e seus *Founding Fathers*, ao ponto de logo na introdução de sua obra *Nos Estados Unidos, impressões políticas e sociaes* (1899), constatar que o "culto tributado pelos Americanos a Washington é um sentimento comum a todo o país, uma feição coletiva que abraça todas as dissensões políticas e reúne todas as divergências religiosas. Constitue uma religião nacional, toda feita de amor e

gratidão” (LIMA, 1899, p. 7). Entretanto, não se filiava aos entusiastas da aplicação literal do modelo estadunidense no Brasil. Criticava o autor pernambucano o fato dos EUA serem “o nosso atual figurino político, como o foi a Inglaterra”, com a Constituição de 1891 tendo sido “moldada na americana”. Em síntese, resgatando velho argumento entre os conservadores brasileiros, questionava a imitação do “figurino político” estadunidense no Brasil, sem que houvesse o contexto histórico-cultural que o embasara na América do Norte, posto que:

[...] copiar uma Constituição é uma coisa, aplicá-la, porém, é outra. Não só um povo não pode imitar na perfeição o que é da essência de outro povo, como vai grande distância da ‘teoria literária’ do pacto fundamental de uma nação à sua prática ou aos usos políticos que àquela se sobrepõe. (LIMA, 1899, p. 214-215)

Referências

A AURORA FLUMINENSE: Jornal Politico e Litterario. Rio de Janeiro, n. 132, 22 dez. 1828. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/docreader/706795/606>>. Acesso em: 10 ago. 2017.

A AURORA FLUMINENSE: Jornal Politico e Litterario. Rio de Janeiro, n. 149, 4 de fev. 1829. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/docreader/706795/685>>. Acesso em: 3 ago. 2107.

A AURORA FLUMINENSE: Jornal Politico e Litterario. Rio de Janeiro, n. 1056, 10 jun. 1835. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/706795/4629>>. Acesso em: 4 ago. 2017.

A AURORA FLUMINENSE: Jornal Politico e Litterario. Rio de Janeiro, n. 80, 21 nov. 1838. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/706795/5288>>. Acesso em: 4 ago. 2017.

ALONSO, Angela. **Idéias em movimento: a geração 1870 na crise do Brasil-Império.** São Paulo: Paz e Terra, 2002.

ANNAES DO PARLAMENTO BRASILEIRO. Câmara dos Deputados, Sessão de 15 de maio de 1832. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/132489/6347>>. Acesso em: 10 ago. 2017.

ANNAES DO PARLAMENTO BRASILEIRO. Câmara dos Deputados, Sessão de 10 de julho de 1832. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/132489/6423>>. Acesso em: 12 ago. 2017.

ANNAES DO PARLAMENTO BRASILEIRO. Câmara dos Deputados, Sessão de 4 de julho de 1834. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/132489/7497>>. Acesso em 13 ago. 2017.

ANNAES DO PARLAMENTO BRASILEIRO. Câmara dos Deputados, Sessão de 11 de julho de 1834. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/132489/7537>>. Acesso em: 6 ago. 2017.

ANNAES DO PARLAMENTO BRASILEIRO. Câmara dos Deputados, Sessão de 6 de julho de 1838. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/docreader/132489/10550>>. Acesso em: 6 ago. 2017.

ANNAES DO PARLAMENTO BRASILEIRO. Câmara dos Deputados, Sessão de 30 de janeiro de 1843. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/docreader/132489/18314>>. Acesso em: 6 ago. 2017.

ANNAES DO PARLAMENTO BRASILEIRO. Sessão da Câmara dos Deputados de 31 de janeiro de 1843. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/132489/18344>>. Acesso em: 6 ago. 2017.

ANNAES DO PARLAMENTO BRASILEIRO. Sessão da Câmara dos Deputados de 26 de julho de 1853. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/132489/34133>>. Acesso em: 7 ago. 2017.

A REPUBLICA: Propriedade do Club Republicano. Rio de Janeiro, Ano I, n. 1, 3 de dezembro 1870. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/docreader/138916/1>>. Acesso em: 5 ago. 2017.

ASTRÉA. Rio de Janeiro, n. 862, 18 de agosto de 1832. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/749700/3415>>. Acesso em: 20 fev. 2017.

CASTRO, Paulo Pereira de. A experiência republicana, 1831-1840. In. CARDOSO, Fernando Henrique [et al.]. **História geral da civilização brasileira.** T.2, v. 4. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004, p. 19-84.

CORREIO BRAZILIENSE: Ou Armazem Literario. Londres (ING.), vol. XV, n. 89, out. 1815. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/700142/11779>>. Acesso em: 30 jan. 2017.

CORREIO BRAZILIENSE: Ou Armazem Literario. Londres (ING.), Vol XXIV, n.145, jun. 1820. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/docreader/700142/18192>>. Acesso em: 29 jan. 2017.

COSTA, Hipólito José da. **Diário da minha viagem para Filadélfia (1798-1799).** Brasília: Senado Federal, 2004.

DIÁRIO DO RIO DE JANEIRO. Rio de Janeiro, n. 12, 20 dez. 1833. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/094170_01/15353>. Acesso em 6 jan. 2017.

DIÁRIO DO RIO DE JANEIRO. Rio de Janeiro, n. 4, 4 abri. 1835. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/094170_01/16938>. Acesso em: 6 jan. 2017.

DOLHNIKOFF, Miriam. **O pacto imperial: origens do federalismo no Brasil do século XIX.** São Paulo: Globo, 2005.

FONSECA, Silvia Carla Pereira de Brito. **A Ideia de República no Império do Brasil: Rio de Janeiro e Pernambuco (1824-1834).** Jundiaí-SP: Paco Editorial, 2016.

IDADE D'OURO DO BRAZIL. Bahia, n. 46, de 9 de junho de 1812. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/749940/551>>. Acesso em: 13 ago. 2017.

IDADE D'OURO DO BRAZIL. Bahia, n. 2, 5 de janeiro de 1819. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/749940/3659>>. Acesso em: 13 ago. 2017.

LIMA, Manuel de Oliveira. **Nos Estados Unidos: impressões políticas e sociaes.** Leipzig: F. A. Brockhaus, 1899.

MONITOR PAULISTA: Politico e Litterario. Bananal-SP, n.1, 11 ago. 1878. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/823554/3>>. Acesso em: 7 jun. 2017.

O APOSTOLO: Periodico religioso, moral e doutrinario, consagrado aos interesses da religião e da sociedade. Rio de Janeiro, n. 79, 21 jul. 1876. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/343951/4407>>. Acesso em: 15 ago. 2017.

O APOSTOLO: Periodico religioso, moral e doutrinario, consagrado aos interesses da religião e da sociedade. Rio de Janeiro, Ano XVII, n. 66, 14 jun. 1882. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/343951/7844>>. Acesso em: 22 jul. 2017.

O FEDERALISTA, publicado em inglez por Hamilton, Madisson e Jay, cidadãos de Nova York, e traduzido em portuguez por ***. Rio de Janeiro: Typ. Imp. E Consr. De J. Villeneuve e Comp., 1840, t. I.

O IMAN. Jornal Caramuru. Rio de Janeiro, n. 17, 26 jul. 1833. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/701292/66>>. Acesso em: 15 ago. 2017.

O GLOBO: Orgão dedicado aos interesses do Commercio, Lavoura e Industria, Rio de Janeiro, Ano II, n. 109, 22 de abril de 1875. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/docreader/369381/1009>>. Acesso em: 20 de ago. 2017.

SEMANARIO CIVICO. Bahia, n.83, 3 out. 1822. Disponível em:

<<http://memoria.bn.br/docreader/702870/13>>. Acesso em: 12 ago. 2017.

SEMANARIO DO CINCINNATO. Rio de Janeiro, n. 36, 4 nov. 1887. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/702790/151>>. Acesso em: 9 jan. 2017.

BAHIA: A TENTATIVA DE DEPOSIÇÃO DO GOVERNO (1821)

MARCELO RENATO SIQUARA SILVA¹

Resumo: Após a adesão da província da Bahia às propostas da Revolução do Porto, foi instalado um governo de caráter constitucional. A partir de então, a população baiana passou a acreditar que as mazelas sociais pertinentes ao Antigo Regime seriam superadas. Através de cartas publicadas nos periódicos em circulação, os habitantes da província passaram a indicar ao governo as demandas consideradas mais urgentes. Esse tipo de comportamento representou um reflexo direto do alargamento do espaço público. Formou-se no imaginário social a ideia de que a liberdade, a igualdade e a fraternidade alcançariam a todos. No entanto, as expectativas acalentadas foram frustradas. O governo constitucional conduziu a sua gestão na contramão daquilo que se esperava. Por isso, em menos de um ano de sua instalação, parte da população baiana articulou a sua deposição. Enfim, considerando a dinâmica histórica que envolve essa conjuntura, articulamos a nossa análise.

Palavras-chave: Província da Bahia; Governo Constitucional; Tentativa de deposição.

Abstract: After the adhesion of the province of Bahia to the proposals of the Oporto Revolution, a constitutional government was installed. From then on, the Bahian population came to believe that the social ills pertinent to the Old Regime would be overcome. Through letters published in the periodicals in circulation, the inhabitants of the province began to indicate to the government the demands considered more urgent. This type of behavior represented a direct reflection of the enlargement of the public space. The idea that freedom, equality and fraternity would reach all were formed in the social imagination. However, cherished expectations were thwarted. The constitutional government conducted its management against what was expected. Therefore, in less than a year of its installation, part of the population of Bahia articulated its deposition. Finally, considering the historical dynamics that surround this conjuncture, we articulate our analysis.

Keywords: Province of Bahia; Constitutional Government; Deposition attempt.

Concluída a eleição para escolha dos representantes da província, partiram os deputados baianos em direção ao Congresso português. Aportaram em Lisboa em outubro de 1821. Contudo, deixaram para trás um corpo social dividido. Tornou-se impraticável a continuidade do consenso político construído em torno do governo escolhido em 10 de fevereiro de 1821. A Junta Provisória se tornou alvo de acentuadas críticas. Maria Bárbara, por exemplo, através de uma missiva, endereçada ao deputado Luís Paulino de Oliveira Pinto da França, registrou a continuidade de

¹ Doutor em História pela Universidade Federal da Bahia.

práticas percebidas socialmente enquanto manifestações do despotismo. Segundo suas palavras, o “infernado governo [da Bahia]” desconsiderava as necessidades mais imediatas da população.²

Maria Graham registrou em seu *Diário de Viagem* a formação de um partido de oposição. Vale salientar que, nesse período, a ideia de partido não corresponde necessariamente à perspectiva de uma agremiação política, no sentido stricto do termo. Estamos falando de uma reunião volátil de pessoas com ideias aparentemente afins. Esse confabulo partidarista exigia a substituição da representatividade provincial. Caso este anseio não fosse aplicado em sua totalidade, que pelo menos metade dos representantes do governo fosse constituído por brasileiros. Os integrantes desse grupo afirmavam que os atos praticados pela Junta não remediavam os males. E que, em alguns casos, as ações apresentadas tendiam a insuflar ainda mais os ânimos. Fortalecia esta percepção a postura de apoio incondicional ofertada pelos membros da Junta aos portugueses europeus.³

As articulações em favor da deposição se fortaleceram ao longo do mês de novembro. Desde o dia 1, Salvador contemplava a circulação de um oceano de escritos infamatórios e sediciosos. Em diferentes partes da cidade circulavam variados papéis que convidavam a “Tropa e o Povo” a destituírem a Junta de Governo. Fora apazado para o dia 3 o início do movimento. A meta era promover a estruturação de uma nova administração pública que pudesse responder aos anseios da sociedade.⁴

Tais articulações não eram desconhecidas. Como medida de prevenção, a Junta Provisória de Governo determinou que os *Corpos Militares* permanecessem aquartelados ao longo de todo o dia 2. No entanto, no dia seguinte, por volta das 11 horas da manhã, militares e paisanos subiram a Ladeira da Praça, adentraram o

² CARTAS nº 2 e 3. Cartas de Maria Bárbara a Luís Paulino. Bahia: [respectivamente] 2 de outubro e 23 de novembro de 1821. In FRANÇA, Antônio d’Oliveira Pinto da (Org.). **Cartas Baianas, 1821-1824: Subsídios para o estudo dos problemas da opção na independência brasileira**. São Paulo: Editora Nacional, 1980, p. 5-6; 8-10.

³ Anotações do dia 3 de novembro de 1821. In GRAHAM, Maria. **Diário de uma viagem ao Brasil e de uma estada nesse país durante parte dos anos de 1821, 1822 e 1823**. São Paulo: Editora Nacional, 1956, p. 164-165.

⁴ Ofício do Coronel Comandante da Legião Constitucional Lusitana, João de G. Osório, a Manuel de Brito Marinho, da Secretária dos Negócios da Guerra, referente à atuação dos Soldados da Legião frente a uma movimentação popular, ocorrida na Praça do Palácio, na Bahia, no dia 3 de novembro de 1821. In Arquivo Histórico Ultramarino – Projeto Resgate. Documentos Avulsos da Capitania da Bahia. Cx. 265. Doc. 18760.

prédio da Câmara e promoveram um grande alvoroço. Os participantes da mobilização entoavam os seguintes dizeres: “Viva a Constituição, Viva as Cortes, Viva El Rei D. João VI, Viva os nossos irmãos de Portugal e abaixo o Governo atual”. De posse do Estandarte Municipal, símbolo do poder da Comarca de Salvador, os conjurados se dirigiram ao Palácio do Governo.⁵

Os membros da Junta estavam reunidos em sessão. Como dissemos anteriormente, a deputação provincial tinha conhecimento das agitações em curso. Logo que os manifestantes adentraram o salão nobre, estando de armas em punho, e proferindo os seus dizeres de ordem, passaram a exigir a contemplação dos pleitos apresentados. Tinham como base para a construção dessa mobilização a alegação de que “esta [era] a vontade do Povo”. Afirmavam que não iriam mais tolerar um governo que conduzisse suas ações na contramão das necessidades da província.⁶

A essa altura dos acontecimentos, as tropas europeias já estavam a par das agitações. Enquanto isso, os membros da Junta tentavam distrair os amotinados. O objetivo era ganhar tempo. A deputação provincial ia discorrendo sobre as ações que haviam praticado ao longo de sua gestão, ao passo que questionava em que medida uma ação extremada daquela natureza seria positiva para os rumos da administração pública. Em questão de minutos, o Palácio do Governo foi cercado. O Esquadrão de Cavalaria, a Legião Constitucional Lusitana e um grupamento de marinheiros ocuparam o seu entorno. Prender os amotinados foi uma tarefa fácil. O fato de não terem conseguido mobilizar uma ampla participação social foi elemento determinante para o desfecho. O proselitismo sedicioso se mostrou positivo no que pese a publicização da mobilização. No entanto, a presença de acentuadas disparidades políticas, econômicas, sociais e culturais comprometeram o acréscimo no número de possíveis participantes. Além disso, o aparato militar a disposição dos luso-europeus era um importante fator de desmobilização social. Sendo assim, os

⁵ Termo de Vereação. Bahia: 7 de novembro de 1821. In: **Documentos da Municipalidade de Salvador relacionados com a Independência do Brasil: 1821-1823**. Salvador: Departamento de Cultura da Secretaria Municipal de Educação, 1972, p. 13-14.

⁶ Cf. CALMON, Pedro. A Bahia e a Independência do Brasil. In: **Ciclo de Conferências sobre o Sesquicentenário da Independência na Bahia**. Salvador: Universidade Católica do Salvador, 1973, p. 19-26.

amotinados foram presos, conduzidos para o Forte do Barbalho e de lá embarcados para Portugal. A sorte dos conjurados seria apreciada pelo Congresso português.⁷

O movimento de 3 de novembro contou com a participação de pessoas conhecidas e anônimas da sociedade.⁸ O periódico *Idade d'Ouro do Brazil* qualificou os seus integrantes como “um partido de homens invejosos”, “nutridos das migalhas do antigo despotismo”. Segundo essa análise, os conspiradores desejavam alterar a “ordem atual das coisas”, disseminando “discórdias sorrateiras entre os pacíficos habitantes [de Salvador]”. A “discórdia [difundida] entre portugueses de Portugal e do Brasil”, publicizando “ridículas anedotas e infames aleivosias”, era resultado das ações impopulares promovidas pelo governo. Ou seja, em outros termos, como a Junta Provisória não acolhia e não contemplava as aspirações dos amotinados – aspirações estas apresentadas pela Gazeta como sendo de ordem particular e pessoal –, estes se lançaram a promover conspirações.⁹ Apesar de tendenciosa, essa narrativa de época permite perceber a existência de partidos distintos, os quais, por sua vez, em fins de 1821, já indicavam que os interesses existentes eram distintos e tendencialmente conflitantes. O governo sempre manteve como prioridade em sua gestão a necessidade de dificultar o alargamento do espaço público. A participação política da grande massa da população não era algo desejável. A articulação do movimento de 3 de novembro, em última instância, ainda que tenha sido frustrado em seus resultados, representou a materialização daquilo que a Junta Provisória tanto procurou evitar.¹⁰

Após os acontecimentos do mês de novembro, muitos cidadãos resolveram abandonar Salvador. Vale salientar que essa migração não teve o seu início naquele

⁷ SIQUARA, Marcelo. **Independência ou morte em Salvador: O cotidiano da capital da Bahia no contexto do processo de independência brasileiro (1821-1823)**. Salvador: UFBA, Dissertação de Mestrado, 2012, p. 41-49.

⁸ Segundo Accioli, integrava esse grupo os tenentes-coronéis José Egídio Gordilho de Barbuda e Felisberto Gomes Caldeira; os majores Antônio Maria da Silva Torres, José Gabriel da Silva Daltro, Francisco da Costa Branco e José Elói Pessoa da Silva; os capitães José Antônio da Fonseca Machado e José Antônio Maria; o cadete João Primo, o Dr. Jose Avelino Barbosa e Felipe Justiniano da Costa Ferreira. Cf. SILVA, Inácio Accioli de Cerqueira e. **Memórias Históricas e Políticas da Província da Bahia**. v. 3. Bahia: Imprensa Oficial do Estado, 1931, p. 289; O redator do periódico *Semanário Cívico*, Joaquim José da Silva Maia, acrescentou ainda que a este grupo acabou se reunindo “algumas pessoas de pouca monta”. Cf. *Semanário Cívico*. n° 37. Bahia: 7 de novembro de 1821.

⁹ *Idade d'Ouro do Brazil*. n° 115. Bahia: 06 de novembro de 1821.

¹⁰ SIQUARA, Marcelo. Entrevista concedida a Fundação Pedro Calmon. **O Processo de Independência do Brasil na Bahia**. Bahia: 01 de Julho de 2016. Disponível em: <http://www.fpc.ba.gov.br/2016/07/429/FPCEntrevista-O-historiador-Marcelo-Siquara-fala-sobre-o-processo-de-Independencia-do-Brasil-na-Bahia.html>. Acesso em: 17 de julho de 2017.

mês. Desde o mês de julho, a capital da província vivenciava um continuado decréscimo populacional. Muitos soteropolitanos escolheram o Recôncavo por considerá-lo como um espaço mais seguro. Essa evasão populacional resultou não apenas na diminuição do número de moradores. Salvador também foi prejudicada em sua movimentação econômico-financeira. Muitas atividades comerciais foram paralisadas. Tentando reverter esse quadro, a Junta Provisória de Governo publicou duas *Proclamações*. A primeira delas solicitou que os habitantes da Bahia retornassem aos seus domicílios e atividades laborais. Na proporção da sua competência, tendo por base o apoio das tropas europeias, a deputação provincial se comprometeu em garantir a manutenção da paz e a conservação das vidas e propriedades. A prisão dos integrantes do movimento de 3 de novembro – qualificados como “monstros sem pátria nem religião” –, fora apresentado como um exemplo das ações praticadas em favor da retomada da dinâmica da província.¹¹

Em sua segunda *Proclamação*, os membros da Junta insistiram em defender que suas ações estavam vinculadas às propostas apresentadas pela província a partir da mobilização constitucional ocorrida em 10 de fevereiro de 1821. Para tais administradores, todos os esforços empreendidos visavam a manutenção do curso regular da pública administração. Os membros da Junta desejavam o apoio social. No entanto, requeriam uma passividade permissiva, onde os habitantes da Bahia não interferissem nas ações do governo, confiassem nos representantes legalmente constituídos e desaprovassem qualquer tipo de articulação tendenciosa que contribuísse para a alteração da rotina. O “infame papel da sedição” era retratado como algo totalmente reprovável.¹²

Diante da manutenção do quadro de agitações, a Junta Provisória de Governo requisitou aos habitantes da Bahia que não se deixassem enganar por propostas sedutoras. Segundo suas considerações, Salvador estava infestada de “inimigos ocultos”, os quais não desejavam a felicidade da população. Estes “facciosos” circulavam pela capital disseminando propostas sediciosas. O seu intuito era locupletar suas aspirações, angariando benefícios próprios. O “mais poderoso antídoto” contra situações dessa natureza era justamente depositar a confiança social

¹¹ Proclamação da Junta Provisória de Governo aos Habitantes da Bahia. Palácio do Governo da Província da Bahia, 4 de novembro de 1821. In: SILVA, Inácio Accioli de Cerqueira. **Op. cit.**, p. 291.

¹² Semanário Cívico. n° 38. Bahia: 15 de novembro de 1821.

no governo constituído. Este, enquanto garantidor da ordem, afirmava que manteria a província a salvo “dos perigos” que a “ameaçavam”.¹³ Concluindo sua *Proclamação*, os membros do governo afirmavam que os conspiradores jamais sairiam vitoriosos, visto que a “briosa [tropa] da Bahia”, bem como a “de Portugal”, em momento algum apoiaria “semelhante loucura”.¹⁴

Apesar da divulgação dessas duas *Proclamações*, e das demais ações empreendidas pelo Comandante das Armas, o brigadeiro Manoel Pedro de Freitas Guimarães, as agitações e conspirações seguiram o seu curso. Os documentos do período dão conta de que os conflitos envolvendo portugueses da Europa e da América cresceram com o avançar do tempo.¹⁵ Maria Graham registrou em seu *Diário de Viagem* a incidência de prisões arbitrárias e de confrontos nas ruas e praças públicas de Salvador. Os meses de novembro e dezembro de 1821 foram marcados por embates envolvendo os dois segmentos da nação portuguesa na América.¹⁶

Maria Graham havia convidado alguns de seus amigos para participarem de uma confraternização. A celebração estava marcada para o dia 13 de novembro, e ocorreria nas dependências de sua embarcação. Um de seus convidados, o coronel McGregor, havia se atrasado para o evento. O motivo para tal tardança foi o estouro de uma escaramuça próximo a sua residência. Brasileiros e portugueses teriam se enfrentado nas imediações de sua casa, fazendo uso de “paus e pedras e também com espadas e armas de fogo”.¹⁷ Situações dessa natureza atrapalhavam não apenas a realização de confraternizações, mas, também, alteravam de forma significativa a própria dinâmica da província.

Papéis infamatórios e sediciosos continuaram a circular pela cidade.¹⁸ Em 7 de dezembro de 1821, o escravo João Crioulo e o pardo Francisco Antônio de Souza

¹³ Proclamação da Junta Provisória do Governo da Província da Bahia aos seus Habitantes. Bahia: Palácio do Governo, 4 de Novembro de 1821. In *Idade d'Ouro do Brasil*. n.º 115. Bahia: 6 de novembro de 1821.

¹⁴ Proclamação da Junta Provisória de Governo aos briosos Habitantes da Bahia. Palácio do Governo da Província da Bahia, 4 de novembro de 1821. In *Idade d'Ouro do Brasil*. n.º 115. Bahia: 6 de novembro de 1821.

¹⁵ Relatório dos trabalhos do Conselho Interino de Governo da Província da Bahia. ALMEIDA, Miguel Calmon Du Pin e. Bahia: Tipografia Nacional, 1823. Fundação Clemente Mariani (FCM), Acervo 34829, doc. 1823-12-353 (047.3) (F) ABR.

¹⁶ PAIXÃO E DORES, Frei Manuel Moreira da. *Diário do Capelão da Esquadra Imperial comandada por Lord Cochrane*. **Revista do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia**. n. 67. Bahia: Imprensa Oficial do Estado, 1941, p. 44-46.

¹⁷ Anotações do dia 13 de novembro de 1821. In: GRAHAM, Maria. **Op. cit.**, p. 167-168.

¹⁸ TAVARES, Luís Henrique Dias. **Independência do Brasil na Bahia**. Salvador: EDUFBA, 2005.

foram conduzidos a Cadeia Pública de Salvador. Os encarcerados foram acusados de divulgarem alguns "escritos" que se destinavam a "amotinar ou, ao menos, aterrar os povos". O boletim intitulado "[Os] cidadãos beneméritos e constitucionais respondem às fabulosas proclamações dos agonizantes Bachás", buscou refutar as *Proclamações* divulgadas pela Junta Provisória de Governo, publicadas no dia 4 de setembro de 1821, e, ao mesmo tempo, demonstrar a existência de um clima de insatisfação em relação à administração pública da província. Vejamos então parte do seu conteúdo:

Senhores déspotas do novo modelo!

Devemos manter intacta a honra pelo fiel desempenho de nossas obrigações sociais. Nós vamos retribuir pela verdade as acusações com que quereis manchar nossa glória por meio de proclamações ditadas pelo delírio e dispersas pelas mãos da calúnia e da iniquidade do dia 4 do presente mês.

Vosso fim é conhecido: custa-vos deixar a presa; e quereis sustentar a vossa ingente ambição por meio da fraude e da perfídia, antes que o braço irresistível da razão destrua a muralha da impostura!!! Senhores proclamadores vós injustamente insultai-nos; e nós justamente demonstramos a vossa conduta venina e catilínica desde o memorável dia 10 de fevereiro, em que vossas almas fracas apoiadas pela cabala abusaram da boa fé dos simplices concidadãos, para usurparem a administração pública, que devia ser entregue aos liberais de reconhecidas virtudes..! Todo cidadão é livre quando nasce, e um dos elementos da liberdade é o direito que cada um tem para manifestar a sua opinião contra a tirania igual a vossa, que embuçada no sagrado sistema liberal, tem aguilhoado os direitos dos povos desta doce província! E para conservar vossa errada política, cada infame Bachá trabalha parcialmente desde julho a semear cizânias por entre os nossos irmãos europeus, aniquilando a exata conduta dos brasileiros; isto promoveram vossas tartarias intenções para persistirem no poleiro, a fim de proteger a vil adulação, manejada pelos empenhos, dádivas e outros obséquios indecentes, dirigidos particularmente a cada um de vós, antes e depois de tomarem as rédeas do governo, considerado vosso patrimônio!!!

Senhores proclamadores a causa que nos obrigou no dia 3 do corrente mês tentar solenemente reconquistar os nossos perdidos direitos, vós não podeis deixar de ter em consideração! A ordem atual das coisas, e a falta de exatidão em vossa conduta, nos dão a força natural apoiada com sentimento constitucional! Nós ouvindo as queixas e descontentamento geral dos habitantes d'esta província, obremos como interpretes da vontade dos cidadãos protegidos pelo Estandarte municipal, e pelo direito humano! É necessário pois esquecer-vos do dia que passou; mas se ele deve lembrar-vos, seja só para o vosso escarmento. Ainda supondo que o povo transferisse todo o seu poder a celebre junta provisional, foi debaixo de uma tácita condição de o regerem com imparcial justiça, sem ambição e tirania, e tanto que presidem seus ministérios semelhantes... Os povos privados da autoridade para sua natural defesa; e nunca em tais casos estende-se o vínculo do juramento prestado no imortal dia 10 de fevereiro. Almas túbias, seduzidas pelas sugestões de espíritos fracos, entendei que o juramento de fidelidade dado às autoridades deixam de obrigar apenas elas deixam de cumprir com os deveres de governar bem! E vós miseráveis, negareis estas verdades? Dizei-nos se os povos tiveram poder para obrigar a S. M. F. ... pela Constituição pelo que não terão direito para depor péssimos membros da Junta

Provisional, e logo depositar a sua autoridade em beneméritos portugueses eleitos pelos eleitores de paróquia [...] ?

[...]

Senhores proclamadores, vós afirmais que nós não podíamos tirar-vos do emprego que ingenuamente vos confiamos no brilhante dia 10 de fevereiro, e Deus sabe como!!! Não consente o direito natural que todo homem possa de fato desobedecer ao juiz que não obra como juiz, mas como déspota e como tirano? E quem mais tiranos, e venais, e ridículos do que vós [...]? Um homem tem direito de matar a quem o quer privar da vida; e os povos não hão de ter direito de livrar-se de meia dúzia de perversos, que atacam os direitos e relações sociais? Vós assentais que sois a raça escolhida para nos governar e que as outras classes são raças condenadas a vos obedecer; e com essas lindas ideias quereis que o povo, que vos aborrece tome partido para vós, assegure em vossas trementes e rapinarias mãos a vara de ferro com que o tendes regido! Sim, vós quereis que essa vara abrasada incendeie a província para mais de uma guerra civil! Sabeis vós nefandos proclamadores até aonde chegará este flagelo da humanidade! Senhores proclamadores deveis ter paciência, porque vossa queda é certa, embora falha-se um só exemplo! [...] A posteridade fará justiça aos nossos mártires da pátria que perseguidos por vós foram para Lisboa gozar de perto as deliberações do sábio Congresso Nacional!!!¹⁹

Esse papel sedicioso conseguiu sintetizar boa parte dos reclames existentes em Salvador. Os males originados de uma administração pública ineficaz e defeituosa passaram a ser combatidos não apenas com ideias, mas, também, com armas em punho. O próprio movimento de 3 de novembro de 1821 pode muito bem ilustrar essa nova dinâmica.²⁰ O aprendizado político que fora acumulado ao longo de décadas na Bahia conseguiu se manifestar com maior propriedade ao longo desse período. As novas perspectivas inauguradas a partir do movimento constitucional português serviram de embasamento não apenas às mobilizações ocorridas no segundo semestre de 1821, como também às futuras contestações então vinculadas ao período monárquico-liberal.²¹

O *Catecismo Político* que fora divulgado pela imprensa local serviu de base para a elaboração dos boletins sediciosos.²² Os significados atribuídos a determinados termos, tais como *Governo Constitucional* e *Liberdade*, podem ser percebidos na discussão então apresentada. A divulgação de determinados saberes políticos – que, a princípio, se destinava a anunciar direitos e deveres do cidadão – serviu como um importante instrumento para a elaboração de discursos tendentes à

¹⁹ Cidadãos beneméritos e constitucionais respondem às fabulosas proclamações dos agonizantes Bachás. Bahia: 14 de setembro de 1821. In: APEB. Colonial / Provincial. Maço 6023.

²⁰ Cf AMARAL, Braz Hermenegildo do. *História da Independência na Bahia*. Salvador: Progresso, 1957.

²¹ Cf ARAÚJO, Dilton Oliveira de. **O tutu da Bahia. Transição conservadora e formação da nação, 1838-1850**. Salvador: EDUFBA, 2009.

²² Semanário Cívico. n° 2. Bahia: 8 de março de 1821.

defesa dos interesses sociais em disputa. A partir de então, todos aqueles que eram percebidos enquanto corruptores do sistema constitucional foram alcançados pelas críticas verbais e impressas — quando não, por agressões físicas in loco — que se manifestaram reiteradamente em Salvador.

Em 24 de novembro de 1821, Maria Graham informou ter visto cartazes ameaçadores espalhados pela cidade. Constava nestes escritos que, até o dia 24 de dezembro, todos os europeus deveriam deixar Salvador. Caso contrário, seriam massacrados. Os portugueses europeus seriam o alvo privilegiado dos futuros ataques. Maria Graham se mostrou apreensiva. E não era para menos. Sendo ela uma natural da Europa, passou a considerar a importância de tais ameaças. Na sua concepção, ainda que tais cartazes fossem falsos, eles traziam em si “alguma coisa do espírito dos tempos”.²³ Nesse sentido, ela estava certíssima. Em fins de 1821, o espírito de agitações e dissensões ainda prevalecia em Salvador.

Fontes

Anotações do dia 3 de novembro de 1821. In GRAHAM, Maria. **Diário de uma viagem ao Brasil e de uma estada nesse país durante parte dos anos de 1821, 1822 e 1823**. São Paulo: Editora Nacional, 1956.

Anotações do dia 13 de novembro de 1821. In GRAHAM, Maria. **Diário de uma viagem ao Brasil e de uma estada nesse país durante parte dos anos de 1821, 1822 e 1823**. São Paulo: Editora Nacional, 1956.

Anotações do dia 24 de novembro de 1821. In GRAHAM, Maria. **Diário de uma viagem ao Brasil e de uma estada nesse país durante parte dos anos de 1821, 1822 e 1823**. São Paulo: Editora Nacional, 1956.

CARTA nº 2. Cartas de Maria Bárbara a Luís Paulino. Bahia: [respectivamente] 2 de outubro e 23 de novembro de 1821. In FRANÇA, **Antônio d'Oliveira Pinto da (Org.). Cartas Baianas, 1821-1824: Subsídios para o estudo dos problemas da opção na independência brasileira**. São Paulo: Editora Nacional, 1980.

CARTA nº 3. Cartas de Maria Bárbara a Luís Paulino. Bahia: [respectivamente] 2 de outubro e 23 de novembro de 1821. In FRANÇA, Antônio d'Oliveira Pinto da (Org.). **Cartas Baianas, 1821-1824: Subsídios para o estudo dos problemas da opção na independência brasileira**. São Paulo: Editora Nacional, 1980.

Cidadãos beneméritos e constitucionais respondem às fabulosas proclamações dos agonizantes Bachás. Bahia: 14 de setembro de 1821. APEB. Colonial / Provincial. Maço 6023.

²³ Anotações do dia 24 de novembro de 1821. In GRAHAM, Maria. op. cit., p. 171-172.

GRAHAM, Maria. **Diário de uma viagem ao Brasil e de uma estada nesse país durante parte dos anos de 1821, 1822 e 1823**. São Paulo: Editora Nacional, 1956.

Idade d'Ouro do Brasil. n° 115. Bahia: 06 de novembro de 1821.

Ofício do Coronel Comandante da Legião Constitucional Lusitana, João de G. Osório, a Manuel de Brito Marinho, da Secretária dos Negócios da Guerra, referente à atuação dos Soldados da Legião frente a uma movimentação popular, ocorrida na Praça do Palácio, na Bahia, no dia 3 de novembro de 1821. In Arquivo Histórico Ultramarino – Projeto Resgate. Documentos Avulsos da Capitania da Bahia. Cx. 265. Doc. 18760.

PAIXÃO E DORES, Frei Manuel Moreira da. **Diário do Capelão da Esquadra Imperial comandada por Lord Cochrane**. In Revista do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia. n. 67. Bahia: Imprensa Oficial do Estado, 1941.

Proclamação da Junta Provisória de Governo aos briosos Habitantes da Bahia. Palácio do Governo da Província da Bahia, 4 de novembro de 1821. In Idade d'Ouro do Brasil. n. 115. Bahia: 6 de novembro de 1821.

Proclamação da Junta Provisória de Governo aos Habitantes da Bahia. Palácio do Governo da Província da Bahia, 4 de novembro de 1821. In SILVA, Inácio Accioli de Cerqueira e. *Memórias Históricas e Políticas da Província da Bahia*. v. 3. Bahia: Imprensa Oficial do Estado, 1931.

Proclamação da Junta Provisória do Governo da Província da Bahia aos seus Habitantes. Bahia: Palácio do Governo da Província da Bahia, 4 de Novembro de 1821. In Idade d'Ouro do Brasil. n° 115. Bahia: 6 de novembro de 1821.

Relatório dos trabalhos do Conselho Interino de Governo da Província da Bahia. ALMEIDA, Miguel Calmon Du Pin e. Bahia: Tipografia Nacional, 1823. Fundação Clemente Mariani (FCM), Acervo 34829, doc. 1823-12-353 (047.3) (F) ABR.

Semanário Cívico. n° 2. Bahia: 8 de março de 1821.

Semanário Cívico. n° 37. Bahia: 7 de novembro de 1821.

Semanário Cívico. n° 38. Bahia: 15 de novembro de 1821.

SILVA, Inácio Accioli de Cerqueira e. **Memórias Históricas e Políticas da Província da Bahia**. v. 3. Bahia: Imprensa Oficial do Estado, 1931.

Termo de Vereação. Bahia: 7 de novembro de 1821. In **Documentos da Municipalidade de Salvador relacionados com a Independência do Brasil: 1821-1823**. Salvador: Departamento de Cultura da Secretaria Municipal de Educação, 1972.

Referências

AMARAL, Braz Hermenegildo do. **História da Independência na Bahia**. Salvador: Progresso, 1957.

ARAÚJO, Dilton Oliveira de. **O tutu da Bahia. Transição conservadora e formação da nação, 1838-1850**. Salvador: EDUFBA, 2009.

CALMON, Pedro. **A Bahia e a Independência do Brasil. In Ciclo de Conferências sobre o Sesquicentenário da Independência na Bahia.** Salvador: Universidade Católica do Salvador, 1973.

SIQUARA, Marcelo. Entrevista concedida a Fundação Pedro Calmon. **O Processo de Independência do Brasil na Bahia.** Salvador: 01 de Julho de 2016. Disponível em: <http://www.fpc.ba.gov.br/2016/07/429/FPCEntrevista-O-historiador-Marcelo-Siquara-fala-sobre-o-processo-de-Independencia-do-Brasil-na-Bahia.html>. Acesso em: 17 de julho de 2017.

_____. **Independência ou morte em Salvador: O cotidiano da capital da Bahia no contexto do processo de independência brasileiro (1821-1823).** Salvador: UFBA, Dissertação de Mestrado, 2012.

TAVARES, Luís Henrique Dias. **Independência do Brasil na Bahia.** Salvador: EDUFBA, 2005.

FRANCISCO DIAS D'ÁVILA: SERTANISMO E CULTURA POLÍTICA EM FINAIS DO XVII

MICHELLE DE FARIAS SANTOS¹

1. Francisco Dias d'Ávila II, família e trajetória

Era um homem “realmente muito pequeno” o coronel Francisco Dias d'Ávila, contou o Padre capuchinho Martin de Nantes em sua *Relação de uma missão no Rio São Francisco*. Mesmo com o corpo tão pequeno, que precisaria de tão “pouca fazenda para se vestir e tão pouca comida para se alimentar”, pretendia, a despeito de toda a riqueza que já possuía, usurpar “o pouco que resta aos índios de todas estas terras que lhes pertence pelo direito das gentes!” (NANTES, 1979, p. 60). A disputa com o capuchinho não foi a única em que se envolveu o dito coronel contra missionários em sua trajetória de sertanista, tampouco foi a primeira em sua família. Essas contendas eram frequentes entre os religiosos catequizadores e os colonizadores a serviço do Império, como foram os Ávilas, desde a chegada do primeiro em terras americanas, em meados do século XVI.

Foi Garcia d'Ávila quem primeiro chegou ao Brasil, em março de 1549, com apenas vinte e um anos, na caravana que veio comandada pelo governador-geral Tomé de Souza, de quem era protegido² (MONIZ BANDEIRA, 2000, p.79). Aos vinte e quatro já seria um dos homens mais ricos e poderosos da Bahia, possuindo dezenas de léguas de terras, quase duas centenas de cabeças de gado e uma tropa particular composta de índios pacificados. Pouco tempo depois de instalado nessas terras, fundou a uma distância de 13 ou 14 léguas ao norte de Salvador a fortificação que viria a se tornar a Casa da Torre de Tatuapara - ou de Garcia d'Ávila - cujas ruínas podem ser visitadas na Praia do Forte, no município de Mata de São João, no Estado da Bahia. Sua família se uniu a do português Diogo Álvares (conhecido também como

¹ Mestranda em História pela Universidade Federal da Bahia. E-mail: farias.michelle@hotmail.com.

² Pedro Calmon e outros autores supõem ser ele filho bastardo de Tomé de Souza. Diversos indícios corroboram essa teoria, como o fato de que para ele foram deixadas em testamento várias das terras do governador, além do nome Garcia ser muito comum na família de Tomé de Souza. Há também o depoimento do padre Manoel da Nóbrega a respeito de Garcia d'Ávila, em que ele diz que vê-lo “é como ainda estar Tomé de Souza nesta Terra”.

Caramuru) - que vivia entre os indígenas e sobre eles exercia grande influência desde pelo menos 1509, quando supostamente sua caravela naufragara no litoral da Baía de Todos os Santos (MONIZ BANDEIRA, 2000, p. 37). Essa união aconteceu no consórcio entre sua filha Isabel d'Ávila, nascida de uma mulher tupinambá batizada com o nome de Francisca Roiz (Garcia d'Ávila não teve filhos legítimos com sua esposa Mécia Roiz), e o neto de Álvares e de sua esposa também nativa, Catarina Paraguaçu, Diogo Dias. Deste casamento nasceu Francisco Dias d'Ávila Caramuru, neto que viria a ser o herdeiro de Garcia d'Ávila, a quem ele legaria o morgado³ da Casa da Torre.

O Francisco Dias d'Ávila (o segundo com esse nome) do qual tratamos era, portanto, neto do primeiro Francisco. Ele nasceu provavelmente em 1648, mesmo ano em que foi batizado na Capela de Nossa Senhora da Conceição da Torre de Garcia d'Ávila, como supõe Moniz Bandeira (2000, p. 157), levando em consideração que não era comum naquela época deixar uma criança pagã por muito tempo. Seus pais eram Leonor Pereira e Garcia d'Ávila (o segundo) e teve como irmãos Bernardo Pereira Gago e Catarina Fogaça (ela batizada em 1643). Aos onze anos de idade já acompanhava seu pai nas empreitadas pelos sertões, inclusive é possível que estivesse na expedição às margens do rio Salitre, da qual seu pai saíra ferido, no combate com os índios Cariris. Assim ele foi educado, "na escola dos desertos insondáveis" (BARROS, 1920, p. 61), para prear índios ou extirpá-los, na busca incansável por jazidas de minerais preciosos e no exercício de ampliação das propriedades da Casa da Torre e conseqüentemente, do domínio português. Isso não quer dizer que havia em Francisco Dias d'Ávila uma predestinação e que ele estaria então, desde a infância, fadado a ser o sujeito que se tornou quando adulto. Afirmar isso seria cair no artilho da "ilusão biográfica" da qual trata Bourdieu (1996, p. 184-191), sobre a qual discorreremos mais profundamente nas considerações teórico-metodológicas, e ignorar toda a influência que exerce o contexto e os demais agentes sobre as escolhas e direções tomadas pelo sujeito em sua trajetória de vida.

³ Segundo Raphael Bluteau (1728), em seu Vocabulário português e latino, morgado (ou bens de morgado) define-se como "bens vinculados de sorte, que nem se podem alienar, nem dividir, o sucessor justamente o possua na mesma forma e ordem que o instituidor tem declarado [...]". Eram bens transmitidos pela linhagem primogênita masculina, quando esta não havia, a filha mais velha poderia herdar o morgado.

Em sua vida adulta, Francisco Dias d'Ávila foi coronel e, por diversas vezes, capitão-mor de entradas por todo o sertão nordestino. Para Basílio de Magalhães, ele foi "protagonista dos acontecimentos mais notáveis do *hinterland* setentrional brasileiro na segunda metade do século XVII" (MAGALHÃES, 1919, p. 293). Já em agosto de 1671, o governador Afonso Furtado de Mendonça mandou que o capitão João de Castro Fragoso e Manuel da Silva Pacheco transmitissem a ordem de fornecer toda a ajuda a Francisco Dias d'Ávila e a seu tio, o Padre Antônio Pereira, à expedição que eles fariam à Serra de Picarará, em busca das minas de prata e a outras serras onde houvessem notícias da existência de pedras preciosas: "[...] e convém ao serviço de Sua Alteza que por todas as partes e caminhos, por onde fizerem a jornada, se lhes dê todo o favor e ajuda, mantimentos, índios, cavalgaduras, escravos e tudo o mais que lhe for necessário."⁴

Estava no imaginário da população e das autoridades daquela época a existência de minas de prata em alguma localidade nas proximidades do Rio Salitre, afluente do Rio São Francisco, desde que Belchior Dias Moreira, neto de Caramuru e irmão do supracitado Diogo Dias, dera notícias dela sem, no entanto, revelar sua localização, vindo a falecer com esse segredo, no ano de 1622.

No ano de 1672, então com 24 anos, Francisco Dias d'Ávila recebeu do governador a patente de capitão da ordenança do distrito da Torre, que lhe dava poderes sobre os "oficiais maiores e menores, milícia deste Estado"⁵, em retribuição aos serviços prestados a Sua Alteza não apenas por ele, mas também por seu pai e seu avô. Mais tarde participou de uma grande expedição que percorreu o Vale do Cariri no Ceará, devastando aldeias, combateu tapuias e também enfrentou os guesgues no Riacho Piauí que se recusaram a aderir à fé católica e a prestar vassalagem ao rei de Portugal. Mais tarde enfrentou nove aldeias de diversas tribos no Sento Sé, aprisionando 624 índios.

Em 1674 recebeu outra patente, de capitão-mor da entrada que a Coroa mandou fazer às aldeias dos guarguaes nas margens do São Francisco. Em 1675, mesmo ano em que faleceu seu pai, recebeu patente de coronel por ter vencido índios nas margens do São Francisco. Por seus serviços prestados à Coroa, o agora coronel

⁴ Documentos Históricos, volume IV, p. 204 a 205.

⁵ Id., volume XII, p. 240 e 241.

Francisco Dias d'Ávila adquiriu mais léguas de terras e aumentou os domínios da Casa da Torre. Começou a ocupar o baixo Piauí, avançou por território dos atuais estados de Pernambuco, Maranhão, Rio Grande do Norte e Ceará. Em 1678, mesmo ano em que foi aceito como irmão na confraria da Santa Casa de Misericórdia⁶ (de onde viria a ser provedor em 1689), o General Roque da Costa Barreto, recentemente investido no posto de vice-rei do Brasil, encaminhou carta-patente a Francisco Dias d'Ávila para travar guerra contra os anaiós e quesques nas margens do Pajeú. Cada nova conquista significava mais terras de sesmarias para os domínios da Casa da torre.

Em meio às expedições ocorreu o episódio do "rapto" de sua sobrinha Isabel d'Ávila, de 15 anos, filha de sua irmã Catarina Fogaça que, viúva, vivia com ele em Tatuapara. Isabel fora levada por Manuel Pais, rapaz de origem pobre - que frequentava a casa, pois era amigo de Francisco Dias d'Ávila -, juntamente com duas escravas, um cavalo, roupas e joias de valor. Esse sequestro assumiu caráter político, já que contou com a conivência de personalidades proeminentes da Bahia, como o capitão Manoel de Barros da França, vereador mais velho da Câmara da Bahia, que hospedou o casal em sua casa.

Aos 31 anos Francisco Dias d'Ávila já tinha três filhas ilegítimas, Francisca, Clemência e Albina, nascidas provavelmente de mulheres nativas pelos sertões por onde passara ou de suas escravas índias. Somente em 1681 Francisco Dias d'Ávila decide tomar para esposa sua outra sobrinha, Leonor Pereira, irmã de Isabel. Mas não abandonou a campanha contra os índios e como seu pai e avô, desentendeu-se com missionários. Um deles foi o frei francês Martin de Nantes, que administrava os cariris situados em Pambu e Uracapá, ilhas do São Francisco, em sesmarias pertencentes à Casa da Torre. Nantes acusou o coronel de tomar as ilhas sob a justificativa de que lhe foram dadas pelo rei, alocar nelas cavalos, que nem eram seus, que acabaram com as plantações. Francisco Dias d'Ávila então viajou a Salvador e acusou ao Governador Roque da Costa Barreto que o capuchinho aliciava os índios quiriris em favor do rei da França. Toda a contenda foi narrada com detalhes pelo frei em sua "Relação de uma missão no Rio São Francisco" (NANTES, 1979).

Em 1684 nasceu seu filho, o Garcia d'Ávila Pereira e, em 1686, foi nomeado para suceder a Pedro Camelo de Aragão no posto de Coronel das Ordenanças da Bahia. Em

⁶ Arquivo da Santa Casa de Misericórdia, Livro dos Irmãos.

1688 a chamada “Guerra dos Bárbaros”⁷ continuava. Francisco Dias d’Ávila recebe então do governador provisório frei Manuel da Ressurreição, a patente de capitão mor dos Tamaquins, para que fosse resguardar a capitania do Rio Grande, o que alcança, não sem a ajuda de Domingos Jorge Velho. Em 1691 o então governador Antonio Luis Gonçalves da Câmara Coutinho passou a ele a patente de mestre de campo para desempenhar missão de reprimir os tapuias que fugiram para a serra da Goabapa, no Maranhão.

Mais tarde, entre outras expedições ele viajou novamente em campanha ao Maranhão, de onde retornou bastante debilitado. Moniz Bandeira (2000, p.194) supõe que ele veio a falecer no fim de 1693 ou começo de 1694, com 45 ou 46 anos e que foi sepultado na capela da Torre. O livro primeiro da tumba da Santa Casa de Misericórdia aponta a morte de um Francisco Dias na data de vinte e três de junho de 1693, contudo não há outra fonte que confirme que seja esta a data de sua morte nem que seja este o mesmo Francisco Dias, o d’Ávila.

O presente texto é um conjunto de excertos do projeto de pesquisa no qual nos propomos a fazer uma análise da trajetória do segundo Francisco Dias d’Ávila, sem nos furtar de inseri-lo em sua superfície social, atentando às variáveis que o influenciaram - sem, no entanto, lhe tirarem a faculdade de guiar sua própria vida - e para o modo como o seu percurso ilustra os métodos de conquista dos sertões e a cultura política do império português da época moderna.

Em 1919 Francisco Borges de Barros publicou *Bandeirantes e Sertanistas Bahianos*, obra em que dedica algumas páginas aos Garcias e Franciscos d’Ávila e às tramas da Casa da Torre. Em 1935 foi a vez de Urbino Viana dedicar um capítulo aos Ávilas e outro especialmente ao Francisco Dias d’Ávila (o segundo) em sua obra *Bandeiras e Sertanistas Bahianos*. Mas foi Pedro Calmon, em 1939, o primeiro a se dedicar mais profundamente à trajetória dos Ávilas, em sua obra *A História da Casa da Torre: uma dinastia de pioneiros*, também com um capítulo todo dedicado ao segundo Francisco. Não é à toa que Viana e Calmon deram especial atenção ao Coronel Francisco Dias, sobre seus caminhos e ações é possível encontrar extensa documentação em arquivos baianos, cariocas e portugueses.

⁷ Puntoni (2002) define a Guerra dos Bárbaros como uma série de conflitos heterogêneos que ocorreram ao longo da segunda metade do século XVII, na região do sertão norte e que envolveram índios, missionários, soldados e agentes da coroa portuguesa.

Há, contudo, nessas primeiras publicações, o revés da datação, o fetiche das fontes e a tentativa de invenção de heróis. Calmon fala de um “Francisco Dias: O Grande”, tal qual um Alexandre. Essa historiografia, não fugindo da regra de seu tempo, tenta exaltar grandes homens, dando espaço menor para o exame crítico das fontes. Seis décadas mais tarde, na onda de comemorações (ou anticomemorações) dos quinhentos anos da chegada de Cabral que marcaram a virada do milênio e impulsionaram uma renovação no interesse pela história colonial (SCHWARTZ, 2009), Moniz Bandeira publica *O feudo*. O mais completo estudo sobre A Casa da Torre, a obra de Bandeira atravessa com primor três séculos de atividades do morgado dos Ávilas, da conquista dos sertões à independência do Brasil. Em sua ambiciosa empreitada, Bandeira não se ateu aos pormenores, até porque não era essa a sua proposta, mas nos deixa pistas de fontes e vazios a preencher. Uma análise mais profunda, ampliando a lente histórica através da biografia desse sertanista em particular, dando atenção às minúcias que o estudo da trajetória individual permite enxergar, acreditamos que se tornaria possível observar, por um diferente ângulo, as características da cultura política portuguesa na Época Moderna em sua vertente colonial, as entradas nos sertões nordestinos, a gênese da nobreza da terra e as disputas entre senhores, indígenas e religiosos que ocorreram com intensidade no período considerado.

É certo que uma das barreiras para os estudos inseridos no seiscentos é o estado de conservação das fontes, mas estas podem ser contornadas pelos serviços de microfilmagem dos arquivos, pelos projetos de digitalização de documentos, e também graças às transcrições que podem ser encontradas em periódicos de revistas especializadas, anais e compilações diversas.

2. Considerações sobre o gênero biográfico

“A vida é uma história contada por um idiota. Uma história cheia de som e de fúria, mas desprovida de significação.” (MACHBETH) O sociólogo Pierre Bourdieu cita esta definição shakespeariana em seu ensaio “A ilusão biográfica” (1998) para ilustrar seu argumento de que produzir uma história de vida conformando-se com a tradição literária que trata uma trajetória individual como um encadeamento de fatos munido desde o início de sentido, direção, lógica e coerência é cair em uma ilusão retórica. O

real é fora de propósito, aleatório. Mesmo adotando, por exemplo, o nome próprio como um “designador rígido” (nas palavras de Bourdieu, uma identidade social constante e durável), como uma linha guia para a investigação da trajetória de vida de um sujeito, é possível que se sucumba ao erro, como ocorreu, por exemplo, com Pedro Calmon (1939, p. 89) - e que bem observou Moniz Bandeira (2000) - ao afirmar que o Senhor da Torre de Tatuapara, Francisco Dias d’Ávila, recebera uma patente em dezembro de 1660 autorizando-o a “dar num mocambo de negros” e outra patente em fevereiro de 1662 para castigar nativos rebeldes. Calmon levou em consideração apenas o nome citado nas fontes, Francisco Dias, que certamente era outro, já que o Francisco Dias d’Ávila deveria ter em 1660 e 1662, 12 e 14 anos de idade, respectivamente, sendo, portanto muito jovem para receber qualquer espécie de patente do governo.

Bourdieu avança em seus argumentos e apresenta uma segunda ilustração. Ele diz que tentar compreender uma vida como uma série de eventos contínuos que têm como única conexão um sujeito e como constante apenas o nome próprio é tão equivocado quanto “tentar explicar a razão de um trajeto no metrô sem levar em conta a estrutura da rede, isto é, a matriz das relações objetivas entre as diferentes estações” (p. 189). A solução consiste em, inicialmente - antes de qualquer tentativa de compreender o “envelhecimento social” ou até mesmo de avaliar a “superfície social” (1989, p. 190) de um indivíduo -, construir a paisagem social na qual o sujeito biografado está inserido, assim como perceber o conjunto de relações que o vinculam aos outros agentes deste mesmo cenário.

Giovanni Levi, escrevendo sobre o tema três anos após Bourdieu, concorda com ele quanto à necessidade da construção do contexto e acrescenta que “A biografia constitui na verdade o canal privilegiado através do qual os questionamentos e as técnicas peculiares da literatura se transmitem à historiografia” (2006, p. 168)⁸. E, indo além, propõe uma tipologia das abordagens. São quatro as categorias sugeridas por ele: A prosopografia (ou biografia modal), que se preocupa com a trajetória individual apenas quando esta representa uma tendência estatisticamente frequente e usa dados biográficos para construir a história de uma época ou de uma classe, como uma

⁸O ensaio de Levi, assim como o de Bourdieu, não foi publicado originalmente no mesmo ano da referida obra. Ambos foram publicados anteriormente, o de Bourdieu em 1986 e o de Levi em 1989.

espécie de biografia coletiva. A biografia dos casos extremos, que lança luz sobre as margens da sociedade, mostrando o quanto podem ser representativas também as exceções. A biografia relacionada à hermenêutica, que foi salientada pela antropologia e que encara a biografia como um campo “perigosamente relativista”, onde não se pode alcançar a verdade, apenas a interpretação - os antropólogos inclusive rejeitam o termo biografia, preferindo falar em “trajetórias”, afirma Vavy Pacheco (2005, p. 203-233), enquanto os historiadores falam em biografia, sem maiores problemas. E, finalmente, a biografia relacionada ao contexto, ele diz que nessa categoria se encaixam as biografias tradicionais, que valorizam mais o meio e a ambiência, para que se possam interpretar os reveses biográficos à luz da conjuntura, podendo o biógrafo inclusive completar lacunas na trajetória fazendo analogias a outras biografias de indivíduos que compartilharam o mesmo meio.

Corroborando os pensamentos de Bourdieu e de Levi, Pacheco (2005), afirma que a biografia científica - aquela de caráter histórico, que se fundamenta em fontes e tem metodologia bem definida -, não pode ser construída sem que se preste a devida atenção “aos condicionamentos sociais do biografado, o grupo ou os grupos em que atuava, enfim, todas as redes de relações pessoais que constituíam seu dia-a-dia”. Acrescenta ainda que para escrever a história de uma vida, é necessário um impulso e é preciso aceitar o desafio, e que as melhores biografias são aquelas em que o autor está presente, que a narração é construída acompanhando seu percurso de pesquisa. O historiador terá sucesso na produção de biografias se ele for um bom narrador. A pesquisa e a compreensão serão os passos iniciais, a boa narrativa, envolvente, é - segundo ela - o final.

Seguindo essa linha, as historiadoras Maria de Fátima Silva Gouvêa e Marília Nogueira dos Santos, em seu artigo “Cultura política nas dinâmicas das redes imperiais portuguesas, séculos XVII e XVIII” (2007), utilizaram a trajetória de um militar, burocrata e mercador que viveu na segunda metade do século XVII, para observar os principais elementos da cultura política⁹ do Império ultramarino português da época. Importante conceito para o desenvolvimento da nova História Política, cultura política pode ser entendida como uma “leitura comum do passado” e uma “projeção no futuro vivida em

⁹ Elas indicam a definição de cultura política como uma “leitura comum do passado” e uma “projeção no futuro vivida em conjunto por determinado grupo social” (GOUVÊA E SANTOS, 2007, p. 92).

conjunto por determinado grupo social” (GOUVÊA E SANTOS, 2007, p. 92). A cultura política permite, entre outras coisas, “explicações/interpretações sobre o comportamento político de atores individuais e coletivos, privilegiando suas percepções, suas lógicas cognitivas, suas vivências, suas sensibilidades” (GOMES, 2005, p. 30.).

Através da reflexão de Foucault a respeito dos chamados micropoderes (FOUCAULT, 1977) (locais, descontínuos e dispersos), Gouvêa e Santos perceberam e evidenciaram como a fragmentação do poder que mantinha de pé o Estado estava exemplificada na vida daquele sujeito. “O poder é mais complicado, muito mais denso e difuso que um conjunto de leis ou um aparelho de estado”, afirmou Foucault (1977, p. 221). Entre as ocasiões em que Francisco Dias d’Ávila se desentendeu com missionários, o caso relatado pelo padre Martin de Nantes - em relação já citada-, que ele demonstra que, a despeito de suas denúncias e das ordens de governadores, este não freou seus avanços sobre terras indígenas, demonstra a dimensão desses micropoderes. E também evidencia como o braço da administração do Império não era suficientemente grande para alcançar de forma direta a imensidão de seus territórios.

Os documentos identificados nos arquivos visitados nos fornecem indícios da relevância, desde muito jovem, de Francisco Dias d’Ávila perante os governantes, além da dinâmica da administração colonial, do funcionamento do sistema de mercês e da formação da chamada nobreza da terra, a elite que formava-se no Brasil (que incluía senhores terras e de escravos) e que aderiu a valores e práticas de Antigo Regime. Para Bicalho (2005), a formação dessa nobreza da terra foi possível devido ao novo campo de possibilidades de prestação de serviços à coroa em troca de retribuições diversas, incluindo terras, patentes ou títulos diversos, que cresceu com as conquistas ultramarinas.

As cartas, reais ou não, as patentes concedidas, as petições e mercês, nos mostram, além da reiterada participação de Francisco Dias nas entradas pelos sertões do Norte, como ele estava inserido num sistema de trocas em que serviços prestados à Coroa rendiam patentes e favores que, no âmbito da administração portuguesa, resultavam em cadeias de nomeações intermináveis. Além disso, a partir das cartas e petições referentes ao episódio do rapto de sua sobrinha Isabel, em que sua irmã Catarina Fogaça esteve no centro das alterações, é possível observar os poderes

relacionais presentes na colônia, no momento em que o rapto se torna uma contenda política de caráter público. O estudo da trajetória de Francisco Dias d'Ávila pode nos dar, entre outras coisas, uma visão mais acurada das relações de poder no Império Ultramarino Português dos seiscentos.

Referências

- BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. **O feudo: a Casa da Torre de Garcia d'Ávila: da conquista dos sertões à independência do Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.
- BARROS, Francisco Borges de. **Bandeirantes e sertanistas bahianos**. Bahia: Imprensa Oficial do Estado, 1919.
- BICALHO, Maria Fernanda. "Conquista, Mercês e Poder Local a nobreza da terra na América portuguesa e a cultura política do Antigo Regime" In: **Almanack Brasiliense**, São Paulo, 2, nov, 2005, p. 21-34.
- BLUTEAU, Raphael. **Vocabulário português & latino: aulico, anatomico, architectonico**, Coimbra: Collegio das Artes da Companhia de Jesus, 1712 - 1728.
- BORGES, Vavy Pacheco. Grandezas e misérias da biografia. In: PINSKY, Carla (Org.). **Fontes Históricas**. São Paulo: Contexto, 2005. p. 203-233.
- BOURDIEU, Pierre. A ilusão biográfica In: FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaína. **Usos & abusos da história oral**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1996.
- CALMON, Pedro. **História da Casa da Torre: Uma dinastia de Pioneiros**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1939.
- DORIA, Francisco Antonio. **Caramuru e Catarina: lendas e narrativas sobre a Casa da Torre de Garcia d'Ávila**. São Paulo: Editora SENAC São Paulo, 2000.
- FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir**. Petrópolis: Vozes, 1977.
- GOMES, Ângela de Castro. "História, historiografia e cultura política no Brasil: algumas reflexões". In: SOIHET, Rachel, BICALHO, Maria Fernanda B., GOUVÊA, Maria de Fátima S. (orgs.). **Culturas políticas: ensaios de história cultural, história política e ensino de história**. Rio de Janeiro: Mauad, 2005.
- GOUVEA e SANTOS. "Cultura política nas dinâmicas das redes imperiais portuguesas". In: **Cultura política e leituras do passado**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.
- HENRIQUE, Juliana da Silva. **A feira de Capuame**. Pecuária, territorialização e abastecimento (Bahia, século XVIII). São Paulo: USP, 2014. (Dissertação de mestrado)
- HOLANDA, Gastão de; GONDIM, Adenor. **A Casa da Torre de Garcia D'Ávila**. Rio de Janeiro: Arte e Cultura, 2002.
- LEVI, Giovanni. Usos da Biografia. In: FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaína (Org.). **Usos e abusos da História Oral**. Rio de Janeiro: Fgv, 2006.
- LEVILAIN, PHILIPPE. "Os protagonistas: da biografia". In: REMOND, René. **Por uma história política**. Rio de Janeiro: FGV, 1996.

MAGALHÃES, Basílio de. A conquista do Nordeste no século XVII. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**, Rio de Janeiro, v. 139, p.287-308, jan. 1919.

PESSOA, Ângelo Emílio da Silva. **As ruínas da Tradição: a Casa da Torre de Garcia d'Ávila: Família e Poder no Nordeste Colonial**. São Paulo: USP, 2003. (Doutorado)

PUNTONI, Pedro. **A guerra dos bárbaros: povos indígenas e a colonização do sertão Nordeste do Brasil, 1650-1720**. São Paulo: FAPESP: Hucitec, 2002.

SCHMIDT, Benito Bisso. "História e biografia". In: CARDOSO, Ciro Flamarion e VAINFAS, Ronaldo (orgs.), **Novos domínios da História**. Rio de Janeiro: Elsevier – Campus, 1997.

SCHWARTZ, Stuart B. A historiografia dos primeiros tempos do Brasil Moderno.: Tendências e desafios das duas últimas décadas. **História: Questões e Debates.**, Curitiba, v. 50, p.175-216, jun. 2009.

STUDART, Barão de - "O padre Martin de Nantes e o Coronel Francisco Dias d'Ávila", In **Revista Trimestral do Instituto do Ceará**, Fortaleza, Tomo XLV, 1931, p. 37-57.

VIANNA, Urbino. **Bandeiras e sertanistas bahianos**. São Paulo: Nacional, 1935.

CONSELHOS PROVINCIAIS: A CONSTRUÇÃO DE ESPAÇOS DE PODER NA PROVÍNCIA DA BAHIA (1824-1834)

*NORA DE CASSIA GOMES DE OLIVEIRA*¹

Resumo: A formação do Estado Nacional ainda permanece como um tema caro à história política do Brasil. A estrutura do Estado, definida na Constituição de 1824 e sediado na Corte está amplamente discutida pela historiografia, mas, não podemos dizer o mesmo em relação às províncias. Ainda são poucos os estudos publicados que tem como foco de discussão outros espaços de poder que não sejam as Câmaras Municipais ou as Assembleias Provinciais. É nesse vazio historiográfico, que compreende o período de 1824, quando foi outorgada a Constituição, até 1834, com a realização da reforma dessa mesma Constituição, que se insere essa comunicação que tem como objetivo discutir a organização dos Conselhos Provinciais: o Conselho de Governo e o Conselho Geral de Província.

Palavras-chave: Bahia; Província; Conselhos Provinciais; Império

Abstract: The formation of the National State still remains as an expensive theme to the political history of Brazil. The structure of the State, defined in the Constitution of 1824 and based in the Court is widely discussed by historiography, but we can not say the same in relation to the provinces. There are still few published studies that focus on other areas of power other than the City Councils or Provincial Assemblies. It is in this historiographical vacuum, which includes the period of 1824, when the Constitution was granted, until 1834, with the realization of the reform of that same Constitution, which inserts this communication that aims to discuss the organization of Provincial Councils: the Governing Council and the Province General Council.

Keywords: Bahia; Province; Provincial Councils; Empire

No Brasil, a condição de país recém-independente não promoveu mudanças estruturais radicais, mas, do ponto de vista da organização política, novas instituições apareceram, principalmente em relação à administração provincial. Ainda são poucos os estudos publicados que têm como foco de discussão outras instituições de poder nas províncias que não sejam as Câmaras Municipais ou as Assembleias Provinciais. É nesse vazio historiográfico, que compreende o período de 1824, quando foi outorgada a Constituição, até 1834, com a realização da reforma dessa mesma Constituição, que

¹ Professora Assistente da Universidade do Estado da Bahia (UNEB- CAMPUS V). Doutora em História pela Universidade Federal Fluminense. E-mail: noradecassia@hotmail.com.

se inserem os trabalhos que discutem a participação das províncias na construção do Estado Nacional, tendo como objeto de estudo os Conselhos Provinciais.²

Nesse artigo, nos propomos a analisar a organização do Conselho de Governo e do Conselho Geral da Província da Bahia, suas características e âmbito de atuação. Usaremos as iniciais CG e CGP, respectivamente, para a eles nos referirmos ao longo do texto.

Na estrutura de Estado proposta pelos dirigentes políticos do novo império, a nomeação de parte dos cargos políticos-administrativos era da prerrogativa do Imperador, como, por exemplo, os ministros de Estado e presidentes de província; a outra parte era resultado das urnas: os deputados gerais e os membros dos conselhos provinciais.

Esses conselhos foram instituídos em tempos e legislações diferentes e têm especificidades de composição, atribuições e atuação política distintas. Sua organização e funcionamento garantiram às elites políticas das províncias a possibilidade de interferir em decisões de âmbito provincial e, mais tarde, chamar para si a responsabilidade de tomar as próprias decisões de forma autônoma e independente, guardados os limites definidos na legislação.

O Conselho de Governo foi instituído pela Lei de 20 de outubro de 1823, portanto, antes da aprovação da Constituição de 1824.³ Era um órgão consultivo do presidente da província e, por isso mesmo, também referenciado como Conselho da Presidência. O outro era o Conselho Geral da Província ou Conselho Provincial, definido na Constituição, com regulamento próprio e independente do presidente da província e que, a partir do Ato Adicional de 1834, daria origem às Assembleias

² Sobre os Conselhos provinciais ver SLEMIAN, Andréa. **Sob o império das leis: Constituição e unidade nacional na formação do Brasil (1824-1834)**. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo. São Paulo, 2006, LEME, Mariza Saenz. São Paulo no I Império: poderes locais e governo central. In: OLIVEIRA, Cecília H. de Salles, COELHO, M^a Lúgia, JANOTTI, M^a de Lourdes M.(orgs). **A história na política e a política na história**. São Paulo: alameda, 2006, FRANÇA, Carlos Eduardo de Oliveira. *Poder Local e palavra escrita: São Paulo 1824-1834*. Annablume/Fapesp, 2011; _____. *Construtores do Império, defensores da província: São Paulo e Minas Gerais na formação do Estado Nacional e dos poderes locais, 1823-1834*. Tese (Doutorado em História Social) Universidade de São Paulo, 2014, 416f. SILVA, Sandra Oenning da. **Estado Monárquico (des) centralizado: a dinâmica política em torno da formação dos conselhos provinciais de Santa Catarina (1824-1834)**, Dissertação (Mestrado em História Social), Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2013, 173f. MACHADO, André Roberto de A. O Conselho da Província do Pará e a definição da política indigenista no Império do Brasil (1829-31). **Revista Almanack**, nº 10, agosto de 2015, p. 237-246, OLIVEIRA, Nora de Cassia Gomes de. O Conselho Geral de Província: espaço de experiência política na Bahia 1828-1834. Tese (Doutorado em História) Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2017, 282f.

³ Coleção das Leis do Império do Brasil. 1823, 1^a parte. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1887.

Provinciais. Essa distinção é importante porque, não raras vezes, essas instituições são referenciadas de forma que dá margem a alguma confusão.

O Conselho de Governo - CG - era formado por seis membros eleitos nos moldes das eleições para deputados, incluindo-se o critério de terem 30 anos e residido na província por, no mínimo, seis anos. Seus membros não recebiam ordenados fixos, mas uma gratificação, de acordo com a importância da província, estipulada em 3\$200 por dia para as maiores, entre as quais se incluía a Bahia.

Sobre o seu funcionamento, está claro que devia se reunir uma vez por ano, mas não se especificava quando, ficando na dependência das "circunstancias locais" (art.13º), a não ser a sua primeira reunião, prevista para logo após a sua eleição. A vigência do mandato seria igual à do Legislativo Nacional e suas sessões tinham duração de dois meses, prorrogável por mais um. Podia ser convocado extraordinariamente pelo presidente, em parte ou no todo, de preferência, aqueles conselheiros a quem o comparecimento não fosse incomodar. Não raras vezes, os conselheiros foram convocados praticamente às vésperas de reuniões extraordinárias, como podemos verificar os avisos expedidos no ano de 1833.⁴

Na reunião anual, o presidente se ocupava dos assuntos especificados na lei, que estavam diretamente relacionados ao desenvolvimento da província e a sua organização político-administrativa, e, portanto, sujeitos às pressões dos interesses locais.

As atribuições e os assuntos administrativos que deviam ser tratados e deliberados pelo presidente, na presença ou não do Conselho, foram especificados no artigo 24, em 16 itens que podem ser agrupados da seguinte forma: aqueles relacionados ao desenvolvimento econômico da província, que compreendiam o incentivo à agricultura, ao comércio, indústria, artes, obras, com atenção especial para a conservação e abertura de novas estradas; medidas de segurança, como o estabelecimento de prisões, casas de correção e caridade e, também, de conhecimento da província através da promoção de censo e estatísticas; medidas relacionadas à educação, à catequese dos índios e à colonização de estrangeiros; no campo das finanças, era sua responsabilidade evitar e comunicar ao Governo Central os abusos de arrecadação de rendas, fiscalizar as contas de receitas e despesas dos Conselhos e

⁴ Anais da Biblioteca Nacional, V. 68. Setor de Microfilmagem. Ofícios do presidente Barros Paim dirigidos a várias autoridades. MS 512 (81)

da própria presidência, decidir sobre conflitos de jurisprudência entre autoridades, menos naqueles em que estivesse diretamente envolvido, que ficava a cargo da Relação do Distrito.

Cabia, ainda, ao presidente, comunicar à Assembleia sobre infrações e/ou sucessos das leis nas províncias e, ao Imperador, enviar queixas acatadas contra funcionários públicos e, quando fosse parte envolvida, a comunicação devia ser feita pelo vice-presidente. E mais, promover “o bom tratamento dos escravos, e propor árbitros para facilitar a sua lenta emancipação”.

Essas atribuições deviam ser discutidas com o Conselho de Governo, mas não necessariamente só com este órgão. Ao presidente, era facultado amplo poder de ação e decisão, mas, ao mesmo tempo, o Conselho não podia ser ignorado. Ao contrário, ele precisava ser devidamente comunicado das decisões quando estas tivessem que ser tomadas fora do período de suas reuniões.

Dentre as atribuições do Presidente em Conselho, duas delas não podiam ser deliberadas sem que, para isso, obrigatoriamente fosse convocado o Conselho de Governo. Essa medida dizia respeito aos itens 13 e 14 do artigo 24 e foi reafirmada no artigo 26: a suspensão de magistrados e do comando das armas na província. Esses artigos colocam uma questão importante: a relação do Governo com outras autoridades provinciais, especialmente as da área militar, com mudanças significativas do ponto de vista da hierarquia, o que manteve as tensões já existentes na província.

A legislação, ao garantir a participação do Conselho nessa decisão, procurava evitar ou repetir os conflitos ocorridos nas províncias, e o caso da Bahia teve grande repercussão em 1822, quando a elite provincial não foi ouvida em relação à designação do Comando das Armas.⁵ A nomeação continuou sendo prerrogativa do Governo Central, mas, de acordo com os artigos 29 e 30, estava sujeita à autoridade do Poder Executivo na província, ou seja, as tropas de 1ª e 2ª Linhas sob o governo do Comando Militar, não poderiam ser mobilizadas internamente ou para fora da província, sem a expressa ordem e conhecimento do presidente, que, por seu turno, podia sofrer as pressões da elite provincial através do Conselho de Governo.

⁵ A designação, pelas Cortes Portuguesas, de Madeira de Melo para assumir o Comando das Armas na Bahia, sem consultar a Junta de Governo ou à Câmara Municipal descontentou boa parte da elite política baiana, notadamente aqueles concentrados na capital, que se mobilizaram no início de 1821 para formar um governo que apoiasse o movimento revolucionário em Portugal. A tomada do poder à força por Madeira de Melo semeou a desconfiança e decepção em relação às Cortes e, de certa forma, contribuiu para a aproximação da Bahia com o governo de D. Pedro no Rio de Janeiro.

Mesmo se entendendo que a reunião do Conselho estava diretamente ligada à decisão do presidente da província em convocá-lo, o órgão não podia deixar de ser ouvido, como se subentende a partir do artigo 27, que especifica a forma de publicação das resoluções: “ o presidente temporariamente ordena”, para os casos de ter tomado alguma decisão sem a deliberação do Conselho, que seria imediatamente convocado; “ o presidente, ouvido o Conselho, resolveo...”, para os casos em que houvesse consulta ao Conselho; e “o Presidente ordena...” para os casos em que não precisasse do Conselho.

O CG constituiu-se em espaço político que garantiu a participação da elite provincial; era *locus* de pressão e decisão, e ganhou maior relevo pelo fato de ser o seu conselheiro mais votado o vice-presidente da província. Esse tinha efetivas possibilidades de ascender ao poder, considerando as constantes ausências dos titulares e as demoras da chegada dos substitutos.⁶

Os vice-presidentes que assumiram o poder, no período de 1824 a 1834, foram homens de grande prestígio local, alicerçados numa posição de destaque pelas suas condições econômicas e participação na vida política baiana. A condição de assumirem o governo, como representantes eleitos pela elite provincial, não significou discordância com o Governo Central, ao contrário, foram também elementos que contribuíram para a implementação do projeto político centralizado na Corte, e o seu reconhecimento pode ser verificado, também, na obtenção das honras, mercês e títulos de nobreza.

Durante o Primeiro Reinado, aconteceram três eleições para o Conselho de Governo, especificadas no quadro 1, com as respectivas composições. O primeiro Conselho de Governo, eleito na Bahia, foi instalado em outubro de 1824, portanto, um ano depois de publicada a lei de 20 de outubro, e tinha a seguinte composição: tenente-coronel Manoel Ignácio da Cunha Menezes, Capitão-mor Francisco Elesbão Pires de Carvalho e Albuquerque, Pe. José Cardoso de Melo, Desembargador Antonio da Silva Teles, Desembargador Antonio Augusto da Silva, João Ladislau de Figueredo

⁶ Sobre os presidentes e vice-presidentes da província da Bahia no Primeiro Reinado ver OLIVEIRA, Nora de Cassia Gomes. **“Os ilustres, prudentes e zelosos cidadãos bahianos” e a construção do Estado nacional (1824-1831)**. Dissertação (Mestrado em História). João Pessoa PPGH- UFPB, 2007.

e Melo. Por se achar ausente o capitão-mor Francisco Elesbão Pires de Carvalho foi chamado para suprir seu lugar o comendador Antonio Vaz de Carvalho.⁷

O segundo Conselho, eleito em 1829, e de acordo com a Ata da eleição, foi composto pelo comendador Pedro Rodrigues Bandeira, João Gonçalves Cezimbra, Luis dos Santos Lima, o deão Manuel José Gonçalves Pereira, Justino Nunes de Sento Sé e, mais uma vez, João Ladislau de Figueiredo e Melo.⁸ No entanto, as atas desse Conselho, para os anos de 1832 e 1833, trazem as assinaturas de Vicente Ferreira de Oliveira, Antonio Joaquim Alvares do Amaral e Antonio Rebouças, convocados para assumirem seus lugares, na condição de suplentes.⁹ Em 1833, segundo a publicação do Jornal da Bahia, foram eleitos, Antonio Augusto da Silva, Antonio Joaquim Alvares do Amaral, João Ladislau de Figueredo e Mello, Arcebispo da Bahia, João Gonçalves Cezimbra e Francisco Antonio de Souza Uzel.¹⁰ Porém, no termo de juramento e posse, consta os nomes de Manuel José Gonçalves Pereira, Joaquim Antonio Moutinho e Inocência José de Castro, convocados como suplentes.¹¹

Esses conselheiros haviam assumido a luta de independência na Bahia e permaneceram na cena política provincial, demonstrando o quanto a elite econômica e também política, representados por proprietários de terra, grandes negociantes, clérigos e militares, que se afirmaram no decorrer da guerra contra a ex-metrópole, foi importante na aliança com o poder central para a construção do Estado no Brasil. Dentre os componentes dos Conselhos, Manoel Ignácio da Cunha Menezes, João Gonçalves Cezimbra e Luis dos Santos Lima foram aqueles que assumiram como vice-presidentes, o governo da Bahia, em algumas ocasiões por mais de uma vez, como os dois primeiros, e por tempo relativamente curto.¹²

⁷ Ofício de 30 de outubro de 1824, do presidente Francisco Vicente Viana encaminhado ao Ministro do Império João Severiano Maciel da Costa. In: CASTRO, Berbert Renato de. **Os vice-presidentes da província da Bahia**. Salvador: Fundação Cultural do Estado da Bahia, 1978.

⁸ Arquivo Nacional do Rio de Janeiro, Série Interior IJJ9-336, **Correspondência de Presidente de Província**, 1831-1832, v.21.

⁹ Arquivo Nacional do Rio de Janeiro. **Anais do Arquivo da Bahia**. V. 16, 1929, p.1 a 108. Atas do Conselho de Governo, 1832-1833. Pasta 1

¹⁰ **Jornal Diário da Bahia**, nº34, 30 de maio de 1833. (Documento microfilmado- Cedic- Ufba)

¹¹ O Termo de Juramento e posse do Conselho de Governo da Bahia, de 13 de agosto de 1833, consta em: CASTRO, Berbert Renato de. **Os vice-presidentes da província da Bahia**. Salvador: Fundação Cultural do Estado da Bahia, 1978, p. 25.

¹² Manoel Ignácio da Cunha Menezes assumiu o governo da província por três vezes: de 7 de julho de 1826 a 17 de março de 1827; de 20 de abril a 11 de outubro de 1827; de 11 de setembro a 1º de novembro de 1828; João Gonçalves Cezimbra, de 1º de março a 13 de abril de 1830 e de 07 de abril a 15 de maio de 1831, e Luis dos Lima, de 15 de maio a 21 de junho de 1831.

Quadro I- Composição do Conselho de Governo da Província da Bahia 1824-1833, com efetivos e suplentes

Conselheiros	1824	1829	1833
Manoel Ignacio da Cunha e Menezes	x		
Francisco Elesbão Pires de Carvalho e Albuquerque,	x		
José Cardoso Pereira de Melo	x		
Antonio da Silva Teles	x		
Antonio Augusto da Silva	x		x
João Ladislau de Figueredo e Melo	x	x	x
Antonio Vaz de Carvalho	xS		
Pedro Rodrigues Bandeira		x	
João Gonçalves Cezimbra		x	x
Luis dos Santos Lima		x S	
Manuel José Gonçalves Pereira		x	x
Justino Nunes de Sento Sé		x	
Vicente Ferreira de Oliveira		x S	
Antonio Pereira Rebouças		x S	
Antonio Joaquim Alvares do Amaral		x S	x
Arcebispo da Bahia			x
Francisco Antonio de Souza Uzel			x
Joaquim Antonio Moutinho			x S
Inocência José de Castro			x S

Fonte: Ofício de 30 de outubro de 1824, do presidente Francisco Vicente Viana encaminhado ao Ministro do Império João Severiano Maciel da Costa. In: CASTRO, Berbert Renato de. *Os vice-presidentes da província da Bahia*. Salvador: Fundação Cultural do Estado da Bahia, 1978. Arquivo Nacional do Rio de Janeiro, Série Interior IJJ9-336, Correspondência de Presidente de Província, 1831-1832, v.21. Jornal Diário da Bahia, nº34, 30 de abril de 1833. (Documento microfilmado- Cedic- Ufba). Arquivo Nacional do Rio de Janeiro. Anais do Arquivo da Bahia. V. 16, 1929, p.1 a 108. Atas do Conselho de Governo, 1832-1833. S- Suplente

O Conselho Geral de Província – CGP -, definido na Constituição de 1824, foi uma forma de “reconhecimento e garantia do direito do cidadão intervir nos negócios da sua Província, e que são imediatamente relativos a seus interesses peculiares”.¹³ Essa decisão criou a oportunidade de estabelecimento da esfera provincial, como espaço político intermediário entre o Poder Central, representado pelo Governo e Assembleia Legislativa, e o poder local, constituído pelas Câmaras Municipais. Talvez,

¹³ **Constituição Política do Império do Brasil** (de 25 de março de 1824). Capítulo V – Dos Conselhos Gerais e suas atribuições. Disponível na Internet via: <[www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituição/Constituição 24.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituição/Constituição%2024.htm)>. Acesso em 30/04/2016.

por isso, sua composição guardasse alguma similitude com a da Assembleia Geral, enquanto espaço de decisão, capaz de contemplar representação política mais ampla do que se tinha até então nas províncias. Nas mais populosas, era composto por vinte e um membros, nas demais, por treze.¹⁴ Essa formação se diferenciava bastante dos órgãos que existiam até então, como as Câmaras municipais e o Conselho de Governo e até mesmo as bancadas de Deputados Gerais.¹⁵ A eleição de seus membros era realizada no mesmo período da dos Representantes da Nação, pelo tempo de quatro anos. Para fazer parte do CGP era exigida idade mínima de vinte e cinco anos, “probidade” e decente subsistência.

A reunião dos Conselheiros acontecia todos os anos, em primeiro de dezembro, na capital, com duração de dois meses, podendo ser prorrogada por mais um. Suas sessões não podiam ser realizadas com menos da metade de seus membros. Estava vetada a eleição do Presidente, Secretário e Comandante das Armas como membros do CGP. Mas, o presidente da província participava da instalação dos trabalhos e, na ocasião, expunha sua *Falla* ao Conselho, “instruindo-o do estado dos negócios públicos, e das providencias que a mesma Província mais precisava para seu melhoramento”.¹⁶

A natureza da instituição era propositiva, no entanto, constituiu-se como lugar de discussão e deliberação dos interesses da Província, que não podem ser desconsiderados no conjunto da organização do Estado, pela importância que assumiu ao se firmar como instância política capaz de contribuir para a consolidação do projeto de unidade nacional. Suas resoluções, apesar de precisarem ser aprovadas pela Assembleia Geral, não podiam ser alteradas por ela, o que garantia aos conselheiros provinciais espaço na discussão política e possibilidades de exercer pressão para aprovação de medidas que diziam respeito às especificidades provinciais. As propostas eram remetidas diretamente ao Poder Executivo, por intermédio do Presidente da

¹⁴ Entre as províncias mais populosas a Constituição de 1824 especificou: Pará, Maranhão, Ceará, Pernambuco, Bahia, Minas Gerais, S. Paulo e Rio Grande do Sul.

¹⁵ Na *Instrução* para as primeiras eleições gerais de 1824, a maior bancada da Assembleia Geral era a de Minas Gerais com 20 deputados, depois Bahia e Pernambuco com 13. As demais tinham menos de 10 deputados. As Câmaras municipais tinham três vereadores, um Procurador e o Presidente que podia ser o Juiz de Fora ou Ouvidor da Comarca. O Conselho de Governo era composto por seis membros. Para a composição dos Conselhos Provinciais e Câmaras Municipais ver CASTRO, Renato Berbert de. **Conselho Geral da Província da Bahia 1824-1834**. Salvador: Assembleia Legislativa, 1984.p.21-31; SOUSA, Avanete Pereira. **Poder Político Local e Vida Cotidiana: A Câmara Municipal da Cidade de Salvador no Século XVIII**. Vitória da Conquista: Edições UESB, 2013, p. 29-30 As Câmaras Municipais e a Independência. Conselho Federal de Cultura. Rio de Janeiro, Arquivo Nacional, 1973.v. I

¹⁶ Artigo 81 da Constituição Brasileira de 1824.

Província. Àquele cabia o encaminhamento à Assembleia Geral para serem propostas como Projeto de Lei, e obter a aprovação por única discussão, em cada Câmara, sem emendas. Caso não estivesse reunida, o Imperador poderia ou não mandar executar as propostas, provisoriamente, de acordo com a *utilidade para o bem geral da Província*. Mas, assim que voltasse a se reunir, a Assembleia precisava se posicionar em relação às resoluções que estavam em execução, como àquelas que foram suspensas pelo Imperador.

Ao CGP era vedada qualquer proposta ou deliberação que dissesse respeito aos interesses gerais da Nação: os ajustes entre províncias e imposições ou execução de leis. No entanto, sobre esses aspectos era possível remeter *representações motivadas* à Assembleia Geral e ao Poder Executivo conjuntamente. Dessa forma, a possibilidade de emitir sua posição, formalizada em propostas em relação à província e representações dirigidas aos deputados, deu aos membros do CGP a ampliação da experiência legislativa, até aquele momento vivenciada nas Câmaras Municipais, e fortaleceu paulatinamente a nova instituição.

Apesar de instituído em 1824, o Conselho Geral de Província não foi instalado imediatamente. Na Bahia, passou a existir, na prática, a partir de 1828, quando a Assembleia Geral aprovou o Regimento, através da Lei de 27 de agosto de 1828, que definiu minuciosamente sua estrutura, funcionamento e atribuição. Sua primeira reunião aconteceu em 1º de dezembro de 1828.¹⁷

Antes da primeira instalação do CGP, o Regimento determinava que a sessão preparatória acontecesse em dois dias.¹⁸ Na primeira, as pessoas eleitas deviam apresentar seus diplomas, ata geral da eleição expedida pela Câmara de Salvador, e nomear, por aclamação, o presidente e secretário. Feito isso, definiam-se duas comissões compostas por três membros para examinar a legalidade dos diplomas.

¹⁷ Da mesma forma no Pará e em São Paulo. O CGP de Santa Catarina teve sua primeira reunião em 1º de dezembro de 1829. Para o CGP nessas províncias ver: MACHADO, André Roberto de A. O Conselho da Província do Pará e a definição da política indigenista no Império do Brasil (1829-31). **Revista Almanack**, nº 10, agosto de 2015, p. 237-246; OLIVEIRA, Carlos Eduardo França. **Poder local e palavra impressa: São Paulo, 1824-1834**. São Paulo: Annablume; Fapesp, 2011; SILVA, Sandra Oenning da. **Estado Monárquico (des) centralizado: a dinâmica política em torno da formação dos conselhos provinciais de Santa Catarina (1824-1834)**, Dissertação (Mestrado em História Social), Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2013, 173f.

¹⁸ A transcrição do Regimento do Conselho Geral analisado neste estudo consta no trabalho de Renato Berbert de Castro, publicado em 1984. Pode também ser encontrado em Coleção das Leis do Império do Brasil. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1878, p. 10 a 23. Disponível em <http://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/legislacao/ublicacoes/doimperio/colecao2.html>. Acesso em 2018.

Comprovada a veracidade dos eleitos, o presidente levantaria a sessão, definindo a hora em que, no dia seguinte, se reuniria o Conselho para prestar o juramento.

Na sessão seguinte, os membros reunidos na sala designada se dirigiriam à Catedral, ou igreja principal, para participar da missa solene e prestar o juramento ao Bispo ou à primeira dignidade eclesiástica. De volta à sala, seria lida e aprovada a ata anterior, e o presidente do CGP nomearia uma deputação de três membros para receber o Presidente da província na próxima sessão. Esses procedimentos seguiram as orientações anteriormente determinadas pela antiga metrópole, no momento em que foram estabelecidas as normas que deveriam ser adotadas para as eleições dos deputados às Cortes, nos domínios portugueses. O Repertório foi o documento que definiu os deveres do presidente e as pessoas envolvidas nos serviços das eleições das paróquias, que incluía o pároco, o presidente, secretário, escrutinadores e demais cidadãos. Portanto, do ponto de vista regimental, a novidade era pequena, pois continuavam adotando antigas práticas.¹⁹

Atendidas as providências regimentais, a sessão de instalação tinha início com a *Falla* do Presidente. Naquele momento, os Conselheiros passavam a conhecer de forma pormenorizada a situação da província e a partir dela orientavam parte de suas discussões e encaminhamento de propostas. Finda a participação da primeira autoridade provincial, era realizada a eleição do Presidente e Vice-Presidente do Conselho por escrutínio e a pluralidade absoluta de votos, e à do Secretário e Suplente por escrutínio e a pluralidade relativa de votos.

Nos quatro anos seguintes, a sessão preparatória aconteceria em apenas um dia, anterior ao da instalação, e seria presidida pelo presidente, vice e secretário da sessão ordinária anterior. Os mesmos procedimentos se repetiriam, sem a necessidade do juramento.

As sessões do CGP aconteciam de forma sucessiva, excluindo-se domingos e dias santos, durante os dois meses previstos. Iniciavam às nove horas da manhã e não duravam mais que quatro horas, mas podiam acabar antes do tempo se não houvesse matéria a tratar, ou prorrogar-se, caso algum Conselheiro estivesse falando ou acontecendo votação. O regimento não previa a realização de sessões fora do período definido por lei, exceto aquelas que acontecessem no período de

¹⁹ B. M Porto.C-B-454(27) - Correio do Porto. **Repertório: dos deveres do presidente, e mais pessoas ocupadas no serviço das eleições da Paróquia.** Agradeço a professora Lúcia M^a Bastos Pereira das Neves pela gentileza em me ceder uma cópia desse documento.

um mês de prorrogação do Conselho. As reuniões jamais podiam ser secretas e eram abertas ao público.

A disposição das pessoas e objetos na sala das reuniões revela o papel político ocupado pelos seus membros. O retrato do Imperador, ordinariamente coberto com cortinas, era exposto nos dias solenes de abertura e encerramento do Conselho. Durante as sessões, os conselheiros se sentavam em forma circular, indistintamente, e sem preferência. O Presidente e o Secretário tinham lugar diferenciado. Ocupavam a mesa com cadeiras de espaldar, no topo da sala. Eles eram os responsáveis pela condução dos trabalhos. Ao presidente, cabia manter a ordem no Conselho, fazer observar o seu regimento e a Constituição, dirigir a sequência dos trabalhos, e evitar que durante as discussões os demais membros se afastassem da questão principal.

Era responsabilidade de o Secretário redigir as atas e assiná-las junto com o Presidente, fazer a leitura dos ofícios e demais papéis recebidos, contar os votos, registrar em livro próprio as propostas e resoluções, proceder à chamada dos Conselheiros e cuidar da correspondência. Do seu material constava o exemplar da Constituição, outra do regimento, a lista dos Conselheiros e mais objetos necessários para se escrever.

O comportamento dos Conselheiros e do público também foi matéria de atenção no regimento. Nenhum Conselheiro falava sem antes ter pedido a palavra. O pronunciamento acontecia do lugar e de pé, à exceção do Presidente, ou de quem estivesse enfermo e obtivesse permissão para falar sentado. Toda fala era dirigida ao Conselho ou ao Presidente, e não à pessoa específica. Quando alguém se referia a algum conselheiro, este devia ser tratado pelo sobrenome. A falta de decoro, que incluía palavras desatenciosas e excessos, dava ao presidente a faculdade de chamar à atenção dos Conselheiros, mandá-los se retirarem da sala e, até mesmo, suspender a sessão.

Os espectadores assistiam às reuniões sem se misturarem com os Conselheiros ou a eles se dirigirem durante a sessão. Precisavam ficar em silêncio, podendo ser colocado para fora da sala àqueles que perturbassem o andamento dos trabalhos. Para isso, o presidente contava, quando requisitado, com um guarda militar colocado à porta da casa do Conselho.

No quadro 2 apresentamos a relação de todos os conselheiros que assumiram, quer como efetivos ou suplentes, seus lugares em algum momento da vigência do CGP, durante o período de 1828 a 1834.

QUADRO 2 - PRESENÇA DOS MEMBROS DO CONSELHO GERAL DA PROVÍNCIA DA BAHIA, NAS SESSÕES. 1828-1834.

Nº	Condição eleitoral	CONSELHEIRO	1ª sessão 1828-29	2ª sessão fev. a maio 1830	3ª sessão nov. a fev. 1830 - 1831	4ª sessão nov. a fev. 1831-32	5ª sessão nov. a fev. 1832-33	6ª sessão nov. a fev. 1833-1834
1	Supl.	Antonio Augusto da Silva		x				
2	Efet.	Antonio Calmon Du Pin de Almeida	x	x				
3	Supl.	Antonio Pacheco de Almeida Ceslau		x				
4	Efet.	Antonio Pereira Rebouças			x	x		
5	Supl.	Antonio Policarpo Cabral		x	x Efet.	x Efet.	x Efet.	x Efet.
6	Supl.	Antonio da Silva Teles		x				
7	Supl.	Antonio Teixeira de Freitas Barbosa	x	x				
8	Efet.	Antonio Vaz de Carvalho	x	x				
9	Supl.	Bento de Araújo Vilas Boas		x				
10	Efet.	Cristovão Pessoa da Silva			x	x	x	x
11	Supl.	Felipe Manuel de Castro			x	x	x	x
12	Efet.	Francisco Antonio de Souza Uzel	x		x	x	x	
13	Efet.	Francisco Elesbão Pires de Carvalho e Albuquerque		x				
14	Efet.	Francisco José Lisboa	x	x				
15	Supl.	Francisco Marcelino Gesteira			x	x	x	x
16	Efet.	Francisco Ribeiro Pessoa				x	x	
17	Efet.	Francisco de Paula Araujo e Almeida			x	x	x	
18	Supl.	Honorato José de Barros Paim						x
19	Efet.	Inocência Jose de Castro			x			
20	Supl.	Inocência José Galvão			x	x	x	x
21	Supl.	Joaquim Carneiro de Campos				x	x	x
22	Efet.	Joaquim Inácio da Silva Pereira			x	x	x	x
23	Efet.	Joaquim Inácio Siqueira Bulcão	x					
24	Efet.	Joaquim José Pinheiro Vasconcelos	x			x		
25	Efet.	João Carneiro da Silva Rego	x	x	x		x	x
26	Supl.	João Duarte da Silva Uzel (Pe.)		x	x Efet.	x Efet.	x Efet.	x Efet.
27	Supl.	João Francisco de Oliveira e Almeida			x	x	x	
28	Efet.	João Gonçalves Cezimbra			x			
29	Efet.	João Ladislau de Figueiredo e Melo	x	x	x	x		
30	Supl.	João Quirino Gomes (Pe.)				x	x	x
31	Efet.	João Ricardo da Costa Dormund	x	x				
32	Supl.	José de Barros Reis			x	x	x	x
33	Efet.	José Cardoso Pereira de Melo (Pe.)		x				
34	Supl.	José Joaquim Moniz Barreto de Aragão e Menezes		x				
35	Supl.	José Maria Brayner (Pe.)				x	x Efet.	
36	Efet.	José Ribeiro Soares da Rocha (Pe)	x	x	x		x	x

37	Supl.	José Rodrigues de Figueredo				x	x	
38	Efet.	Justino Nunes Sento Sé			x			
39	Supl.	Lázaro Manuel Muniz de Medeiros		x				
40	Efet.	Lourenço da Silva Magalhães Cardoso (Pe)	x	x	x	x	x	x
41	Efet.	Luis dos Santos Lima			x			
43	Supl.	Manuel Gonçalves Maia Bitencourt	x	x				
44	Efet.	Manuel José Gonçalves Pereira (Pe)			x			
45	Efet.	Pedro Ferreira Bandeira	x	x				
46	Supl.	Simão Gomes Ferreira Veloso						x
47	Efet.	Vicente Ferreira de Oliveira (Pe)	x	x	x	x		

Fonte: CASTRO, Renato Berbet de. - *História do Conselho Geral da Província da Bahia*, 1824- 1834. Assembleia Legislativa do Estado da Bahia, 1984; BULCÃO SOBRINHO, Antonio de Araujo de Aragão. Conselho Geral de Província. *Revista do Instituto Genealógico da Bahia*. Salvador, Bahia, 1954, Ano 9, Nº 9, p.113-146

Efet. – efetivo **Supl.** - suplente.

O CGP, pela composição numérica e relativa independência, se comparada ao CG, que se reunia a depender da vontade do presidente e a ele estava subordinado, congregou um grupo de homens bem formados intelectualmente e socialmente privilegiados, quer por propriedades ou empregos público, que se não assumiu integralmente o poder, dele participou, através de suas intervenções junto às autoridades e instituições constituídas na província e no país. Através dele, seus membros foram, paulatinamente, ampliando sua experiência legislativa e se assenhorando dos “negócios de seus interesses”, em uma esfera de poder nova, que começava a se construir e se fortaleceu quando foi substituído pela Assembleia Provincial.

Portanto, os Conselhos Provinciais foram definidos na legislação que resultou do debate em torno da organização do Estado, e não podem ser ignorados por aqueles que se interessam em discutir o papel das províncias no jogo político do Império brasileiro. Como instituições políticas, esses conselhos foram instâncias de atuação das elites provinciais e constituem-se em objetos de estudo relevantes para compreendermos o funcionamento da administração provincial e as relações estabelecidas entre as províncias e o governo central, especialmente nos primeiros anos após a independência, na Bahia.

Referências

BULCÃO SOBRINHO, Antonio de Araujo de Aragão. Conselho Geral de Província. **Revista do Instituto Genealógico da Bahia**. Salvador, Bahia, 1954, Ano 9, Nº 9, p. 113-146.

As Câmaras Municipais e a Independência. Conselho Federal de Cultura. Rio de Janeiro, Arquivo Nacional, 1973.v. I

CASTRO, Renato Berbert de. **Conselho Geral da Província da Bahia 1824-1834.** Salvador: Assembleia Legislativa, 1984.

_____. **Os vice-presidentes da província da Bahia.** Salvador: Fundação Cultural do Estado da Bahia, 1978.

FRANÇA, Carlos Eduardo de Oliveira. **Poder Local e palavra escrita:** São Paulo 1824-1834. Annablume/Fapesp, 2011.

LEME, Marisa Säenz. São Paulo no I Império: poderes locais e governo central In: OLIVEIRA, Cecília H. de Salles, PRADO, M^a L. C. e JANOTTI, M^a de Lourdes M. (orgs). **A história na política, a política na história.** São Paulo: Alameda, 2006, p. 59-80.

MACHADO, André Roberto de A. O Conselho da Província do Pará e a definição da política indigenista no Império do Brasil (1829-31). **Revista Almanack**, nº 10, agosto de 2015, p. 237-246;

OLIVEIRA, Carlos Eduardo França de. **Poder local e palavra impressa:** São Paulo, 1824-1834. São Paulo: Annablume; Fapesp, 2011

OLIVEIRA, Nora de Cassia Gomes. **“Os ilustres, prudentes e zelosos cidadãos bahianos” e a construção do Estado nacional (1824-1831).** Dissertação (Mestrado em História). João Pessoa PPGH- UFPB, 2007.

SILVA, Sandra Oenning da. **Estado Monárquico (des) centralizado:** a dinâmica política em torno da formação dos conselhos provinciais de Santa Catarina (1824-1834), Dissertação (Mestrado em História Social), Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2013, 173f.

SOUSA, Avanete Pereira. **Poder Político Local e Vida Cotidiana:** A Câmara Municipal da Cidade de Salvador no Século XVIII. Vitória da Conquista: Edições UESB, 2013.

CHUMBO QUENTE, FANTASMAS E PORÕES: PRODUÇÕES TELEVISIVAS E A MEMÓRIA DA DITADURA MILITAR NO BRASIL (2010-2015)

POLLIANA MORENO DOS SANTOS¹

Resumo: Nesse trabalho apresentamos a pesquisa que está em fase inicial no PPGH-UFBA, cujo objetivo é investigar as memórias mediatizadas e históricas, acerca da Ditadura Militar no Brasil (1964-1985), presentes em séries jornalísticas da TV aberta, de canais públicos e privados, produzidas entre 2010 a 2015, considerando as políticas de memória promovidas pelo Estado brasileiro e o contexto da Justiça de Transição. Esses gêneros, em maioria, abordam as difíceis experiências dos anos de Ditadura no Brasil a partir dos relatos de militantes, advogados, jornalistas, parentes de desaparecidos, pessoas que tiveram sua infância afetada, grupos indígenas, outros segmentos e dos próprios militares.

Palavras-chave: Televisão; Memória; Ditadura Militar

Abstract: In this work we present the research that is in the initial phase in the PPGH-UFBA, whose objective is to investigate the mediated and historical memories about the Military Dictatorship in Brazil (1964-1985), present in journalistic series of open TV, public channels and private, produced between 2010 and 2015, considering the policies of memory promoted by the Brazilian State and the context of the Transitional Justice. These genres mostly address the difficult experiences of the dictatorship years in Brazil from the reports of militants, lawyers, journalists, relatives of the disappeared, people who had their childhood affected, indigenous groups, other segments and the military itself.

Keywords: Television; Memory; Military Dictation

Introdução

Este ano, 2015, teremos os cinquenta anos do Ato Institucional nº.2 quando a ditadura começou a avançar. Em 2016 vamos lembrar os cinquenta anos da falhada Frente Ampla que poderia ter reestabelecido o estado de direito. Em 2018 será a vez de lembrar meio século do famigerado AI 5. Se nossos encontros com o passado só ocorrem com a ajuda de efemérides, temos um estoque suficiente delas para nos transformar em cultores da História. Só quem conhece a História pode escapar da tentação de repeti-la, só quem percebe os contornos das tragédias tem condições de evitá-las. Nunca mais, é um desejo que se materializa apenas quando há consenso. Uma boa noite. (Alberto Dines, jornalista)²

Essas palavras foram proferidas quando do encerramento do último episódio do Especial “Chumbo Quente” (exibido em 2014 e rerepresentado em 2015 na TV

¹ Doutoranda pelo PPGH-UFBA. E-mail: pollisan1@yahoo.com.br.

² Editor e apresentador do Programa *Observatório da Imprensa* (TV Brasil).

Cultura) que abordou os 50 anos do Golpe Militar no Brasil³ e a atuação da imprensa brasileira nesse período. Problematisa o apoio de vários jornais ao golpe, passando à censura e a oposição. Nesse contexto várias foram às tentativas de lembrar e compreender o fato, diversos foram os atos e manifestações no sentido de elucidação da verdade. Ainda assim, houve as manifestações obtusas pedindo a volta dos militares, na tentativa de reerguer uma suposta ordem que nunca existiu. Como exemplo podemos citar as manifestações do ano passado contra a então Presidente Dilma Roussef, no qual faixas eram erguidas com os seguintes dizeres: “Intervenção militar já”, “Queremos os militares novamente no poder”, “SOS Forças Armadas: nossa última chance”⁴, e mais adiante, já este ano, quando um deputado federal proferiu em rede nacional as seguintes palavras:

Perderam em 64, perderam em 2016, pela família e pela inocência as crianças das crianças em sala de aula, que o PT nunca teve, contra o comunismo, pela nossa liberdade, contra o Foro de São Paulo, *‘pela memória do Coronel Carlos Alberto Brilhante Ustra, o pavor de Dilma Roussef’*, pelo exército de Caxias, pelas nossas Forças Armadas, pelo Brasil acima de tudo e por Deus acima de tudo, meu voto é sim. (grifo nosso).⁵

Essas manifestações, mais do que nos chocar, demonstram a página aberta e em disputa desse período da nossa história recente.

Dentre as muitas iniciativas de problematizar o período histórico da “Ditadura Militar”, para além dos eventos acadêmicos que ocorreram em todo o país, específicos para este fim, destacamos o papel da mídia nesse processo, especialmente a mídia televisiva. Os canais de televisão do Brasil, principalmente os públicos, tiveram destaque na produção de gêneros televisivos que versaram sobre esse período de diversas maneiras: problematizando o fato e suas possibilidades; evidenciando e eternizando o testemunho de sujeitos que vivenciaram o fato e podem não estar mais aqui pra contar essa história; criando uma narrativa temporal

³ Embora haja uma discussão historiográfica polêmica em torno da aceção dos termos “*Golpe Civil-Militar*” e “*Ditadura Civil-Militar*” na qual participam historiadores do regime de 1964 como Daniel Arão Reis (2010), Denise RoleMBERG (2010) e Carlos Fico para os quais há a necessidade de enfatizar a participação civil no Golpe e instauração do regime autoritário, optamos, por enquanto, em utilizar o conceito Ditadura Militar, mais em conformidade com a historiografia tradicional do período.

⁴ O enunciado da primeira foi recorrente nas diversas manifestações por todo o país, a segunda e a terceira em São Paulo, mas de modo geral faixas com esse teor aparecem em todos os lugares.

⁵ Deputado Jair Bolsonaro, por ocasião da votação do Impeachment (2016) evoca a memória do coronel Carlos Alberto Brilhante Ustra, torturador de Dilma Roussef. Lamentavelmente o Deputado foi inocentado pela comissão de ética da Câmara.

coesa que facilita o entendimento do processo. À medida que esses fatos são rememorados por meio da mídia, no nosso caso da imagem televisiva, uma memória “mediatizada” e também histórica é constituída. No entanto, quais seriam as implicações de uma memória mediatizada pela televisão para o conhecimento histórico desse período? Como estariam imbricadas História e Memória nesse processo?

A televisão representou uma revolução cultural por seu grande alcance, sua capacidade de transmitir informações, de divertir, de usar a linguagem da emoção. A mídia televisiva, não excluindo as outras formas de comunicação, tem uma presença muito forte nas sociedades modernas, e participa, inclusive, como apontam muitos estudos, da formação de adultos, crianças e adolescentes que estão diariamente em contato com esse meio midiático. Entretanto, a TV transmite um saber prático, acessível, rápido, organizado e relacionado com o aqui e o agora e, em geral, não faculta pensar sobre a origem, a arqueologia, o passado do fato e sua repercussão no presente. É uma fonte de verdade que, nas palavras de Bourdieu (1997) “favorece uma espécie de amnésia permanente que é o avesso negativo da exaltação da novidade e também uma propensão a julgar os produtores e os produtos segundo a oposição do 'novo' e do 'ultrapassado' ”(p.107).

No entanto, há uma associação da memória aos conteúdos da imagem televisiva que pode acontecer de várias maneiras. Num primeiro sentido, dizemos que a televisão pode ser ela própria um veículo de preservação da memória na medida em que armazena imagens e é um arquivo infinito por meio do qual essas imagens podem ser acessadas a qualquer momento. Outro sentido da relação entre a memória e imagem televisiva que nos interessa nesse estudo é o de que a televisão promove a “educação da memória” (COUTINHO, 2003), a educação do olhar, aspecto que diz respeito também a características cognitivas. Ao mesmo tempo, ela não é só receptora, mas “produtora” à medida que as imagens transmitidas passam por uma seleção. Assim sendo, a imagem televisiva pode interferir ou mudar nosso entendimento da História? Quais são as possibilidades de memória, uma vez que recebemos uma alta carga de estímulos que nos é enviada pela televisão, como produto da indústria de massa?

Umberto Eco (1993) situou a preocupação com a “futura” padronização de valores e o esvaziamento da História, trazidos pelo imediatismo da informação

mediática. Por sua vez, autores como Michel de Certeau (1994) procuraram relativizar os estudos anteriores e investigar o que os telespectadores conseguem “fabricar” nas horas em que assistem à TV. Em outros termos, os telespectadores não seriam tão teleguiados assim, existindo um meio termo entre a mensagem e o receptor que as Ciências Sociais, tão preocupadas com os grandes fenômenos, esquecem de procurar no cotidiano.

Martim-Barbero (1995) aponta como elemento importante de análise o pólo do receptor da mensagem televisiva, o qual, para ele, não tem a sua cultura completamente “destruída” pela alienação da TV, existindo uma espécie de “negociação de sentido” entre o receptor e o emissor que varia no tempo e no espaço. Entre os vários aspectos do seu estudo sobre a recepção na América Latina, ele aponta alguns equívocos cometidos, como por exemplo, o de atribuir total poder ideológico aos produtores de TV, o de tratar o receptor como uma vítima, e, às vezes, o de considerar uma autonomia exagerada dos consumidores.

Esses autores, intrigados com a recusa do passado, nos levam a pensar em elementos dialéticos que podem nortear um estudo sobre a televisão, ou seja, algo também é reconstruído na relação entre o telespectador e esse veículo. Seus estudos proporcionam, também, a reflexão sobre a condição da memória e o papel da história. Ou seja, elas são destruídas ou ressignificadas pela cultura de massa, no nosso caso, pela imagem televisiva?

Bourdieu (1997), em obra polêmica sobre a televisão na qual analisa principalmente a produção jornalística, assinala os elementos que incidem sobre esse meio midiático, bem como sobre o poder exercido pelo mesmo. O poder econômico, a luta pela concorrência, pelo atendimento ao mercado, acaba por determinar a padronização dos programas exibidos, numa pauta que é determinada, primeiro, aos produtores, que seguidamente a impõem aos telespectadores. Assim a televisão aparece como construtora de uma opressão simbólica:

Desejaria então desmontar uma série de mecanismos que fazem com que a televisão exerça uma forma particularmente perniciosa de violência simbólica. A violência simbólica é uma violência que se exerce com a cumplicidade tácita dos que a sofrem e também, com frequência dos que a exercem, na medida em que uns e outros são inconscientes de exercê-la ou de sofrê-la[...]. (BOURDIEU, 1997, p.22).

Na luta desenfreada pelos índices de audiência, comparece a relação da televisão com o tempo, já que tudo precisa ser pautado rapidamente. Há também a espetacularização, a dramatização, a transformação dos fatos em coisas sensacionais, há a escolha das palavras, já que as notícias precisam ser transmitidas de maneira a despertar o constante interesse do telespectador. Contraditoriamente, a concorrência entre os canais, em busca do extraordinário acaba trazendo a padronização dos programas, pois as fórmulas “inéditas” acabam sendo reeditadas, de modo que acabamos por não perceber muitas diferenças de uma programação para outra, com exceção das TV’s públicas.

Em se tratando de temas cujo teor versa sobre fatos políticos da atualidade ou que remetem a fatos históricos, ainda que pertencentes a nossa história recente, essas mesmas coberturas podem se apoiar ou confrontar-se com as mobilizações reais de movimentos reivindicatórios que lutam pela memória. Podemos citar, como exemplo, os diferentes enfoques de cobertura dos canais abertos e fechados sobre os trabalhos da Comissão da Verdade, sobre os 50 anos do Golpe Militar, o debate entre defensores do regime Militar, ex-torturadores e suas vítimas que lutam hoje por justiça. E mais recentemente as mobilizações pró e contra o Governo Dilma Rouseff até desembocar no processo de Impeachment. Nesse último caso, os canais públicos tenderam a abranger lados diversos do debate, enquanto os canais privados optaram por uma “pseudo-parcialidade”, mas dando ênfase clara na cobertura às manifestações contrárias a presidente.

Embora toda narrativa televisiva sobre o passado seja pautada num presente “contínuo” ou marcada por um “presentismo”, intrínseco à linguagem desse meio midiático, em se tratando de produções televisivas sobre Ditadura Militar no Brasil estariam sendo propagadoras de uma “memória mediatizada” (SAMPREDRO, BAER, 2010)? Embora sejam conceitos diferentes, em ambos os casos se pressupõe que há narrativas que corroboram para a constituição de memórias sobre o período, diversificando e ampliando a compreensão sobre o fato.

Há uma quantidade razoável de produções televisivas sobre o período em canais abertos e fechados da década de 1990 pra cá e uma variedade de gêneros: telenovelas, minisséries, séries jornalísticas (especiais), programas de debates, reportagens que versam sobre o período em canais abertos e fechados.

Esse trabalho pretende investigar e analisar a “memória mediatizada” e também histórica sobre a Ditadura Militar no Brasil (1964-1985) presente em dez produções televisivas, mais especificamente pertencentes às séries do gênero jornalístico de canais abertos, públicos e privados da TV brasileira produzidos entre 2010 a 2015, a saber: *Os Advogados contra a Ditadura (TV Brasil)*; *Chumbo quente (TV Brasil)*; *Crimes da Ditadura (TV Brasil)*; *Ditadura – História em revisão (TV Brasil)*; *A Pátria Armada (TV Cultura)*; *50 anos do golpe (Rede Record)*; *“Silêncios da Ditadura” (SBT)*; *Os Porões da Tortura (SBT)*; *Memórias: Agentes da Repressão (SBT)* e *Fantasmas da Ditadura (SBT)*.

A nossa escolha por séries da TV aberta se deve ao fato de que, mesmo com a inserção gradual da TV paga nos lares brasileiros, a primeira ainda tem uma preponderância e abrangência em relação à segunda, podendo até afirmar que os canais da TV aberta obtiveram, inclusive este ano, um relativo crescimento em percentuais de aparelhos ligados em determinadas faixas de horário⁶. Esse contato cotidiano torna a TV aberta, não descartando outros meios, responsável pela formação da opinião pública, sobre diversos assuntos, especialmente na repercussão de fatos políticos para uma parcela considerável da população. Algumas das séries analisadas, inclusive, foram exibidas em horário nobre pelos telejornais, momento em que pessoas de diversos segmentos, ou seja, trabalhadores, desempregados, estudantes, profissionais do setor público e liberais, mães e pais de família estão no seu momento de “descanso” ou cuidando das atividades domésticas acompanhando as notícias.

O recorte escolhido se refere ao ano de produção dos gêneros, entre 2010 e 2015, mas essencialmente coincide com as últimas etapas da “Justiça de Transição” no Brasil, se relacionando a dois mecanismos específicos: a criação da *Comissão da Verdade* (Lei de nº. 12.528/2011) e a nova *Lei de Acesso a Informações* (Lei de nº. 12.527/2011)⁷. Tomando a definição da ONU, o documento intitulado “Justiça de

⁶ Embora seja uma constatação, por enquanto, baseada somente em números, este não aponta ainda os motivos. Segundo dados do Ibope, houve um crescimento da ordem de 8% do consumo da TV aberta nos nove primeiros meses desse ano, comparando os dados de 2015. Esse crescimento se registra em todas as emissoras e em horários distintos. Vide: <https://www.kantaribopemedia.com/telexpansao-a-proliferao-da-televisao/>

⁷ Ambos antecedidos pela criação em 2009 do Centro de Referência das Lutas Políticas no Brasil (1964-1985): Memórias Reveladas, cuja gestão coube ao Arquivo Nacional.

Transição: Manual para a América Latina(2011)” publicado pelo Ministério da Justiça explica o conceito e demarca uma posição:

Para a família da ONU, justiça de transição é o conjunto de mecanismos usados para tratar o legado histórico da violência dos regimes autoritários. Em seus elementos centrais estão a verdade e a memória, através do conhecimento dos fatos e do resgate da história. Se o Desenvolvimento Humano só existe de fato quando abrange também o reconhecimento dos direitos das pessoas, podemos dizer que temos a obrigação moral de apoiar a criação de mecanismos e processos que promovam a justiça e a reconciliação. No Brasil, tanto a Comissão de Anistia quanto a Comissão da Verdade configuram-se como ferramentas vitais para o processo histórico de resgate e reparação, capazes de garantir procedimentos mais transparentes e eficazes. (p.16)

Embora haja certa conformidade sobre os aspectos preponderantes no funcionamento da Justiça de Transição, há também o consenso de que a mesma é condicionada aos processos históricos vividos por diversos países e pelos regimes vigentes no presente, sendo possível dizer que não há um modelo único a ser seguido:

Em síntese verifica-se convergência nas análises: justiça de transição é o conjunto de medidas destinadas a lidar com o legado de violações aos direitos fundamentais perpetrados por agentes estatais, nos regimes autoritários. Nesse sentido, sobressai o entrelaçamento jurídico e político que perpassam experiências de justiça de transição. Assim, as estruturas de poder que sustentavam o regime anterior e remanescem no regime posterior e influem sobre o tipo de justiça de transição que será implementada por cada sociedade conforme suas peculiaridades históricas. (LIMA, 2012, p.6)

O Brasil é um exemplo dessa distinção comparado aos vizinhos da América Latina como Argentina, Chile e Uruguai que também passaram por processos ditatoriais. No caso brasileiro pode-se dizer que houve a implantação de uma Justiça de Transição bem peculiar já que esta operou primeiro, com a Lei da Anistia (1979) que ainda no regime autoritário, anistiava vítimas e torturadores e ao mesmo tempo a revisão dos crimes acontece apenas quase trinta anos após o fim da Ditadura Militar, diferentemente da Argentina, por exemplo, que já começa logo após o final do período ditatorial (1983).

Ainda de forma tímida e em processo de construção, tanto as ações de criação e os trabalhos da Comissão Nacional da Verdade quanto a Lei de Acesso à

Informação, no caso do Brasil evidenciaram uma “política de memória” do Estado brasileiro, apoiada, sobretudo, pelo penúltimo governo, ambas:

[...] têm vinculação direta com a efetivação do direito à memória e à verdade, no sentido de garantir, em primeiro lugar que a verdade sobre as violações sistemáticas dos direitos humanos venha à tona, e em sequência que os fatos relacionados a essas violações não sejam esquecidos para que não se repitam o que pressupõe a adoção de uma série de iniciativas destinadas a garantir a preservação dessa memória. (BOLONHA, RODRIGUES, 2013, p.4)

A questão é que da instalação da comissão, publicação dos resultados e abertura parcial dos arquivos, os fatos e personagens relacionados à Ditadura Militar vieram à tona no cenário público até a comemoração dos 50 anos do golpe em 2014, mobilizando movimentos sociais, prós e contra os militares, associações de parentes de vítimas, historiadores. Por sua vez, não passaram despercebidos pela grande mídia, e nem pelas emissoras de televisão tornando a “Ditadura” como um produto passível de ser lembrado, historicizado à “maneira midiática”, problematizado e porque não, vendável em termos de audiência. É nesse contexto, que foram criadas as produções que pretendemos analisar, entre 2010 e 2015. Necessário se faz enfatizar que mais do que abordar o tema, essas produções articulam um discurso e uma compreensão histórica sobre a Ditadura Militar.

Com o advento dos 50 anos do golpe de 1964 muitas obras foram produzidas com o caráter de comemoração. Mesmo havendo uma historiografia já consistente sobre o tema, o passado recente é campo de construção onde Memória e História, lembrança, esquecimento e silenciamentos se interpõem. Para os pesquisadores da história recente, estas questões aparecem intrínsecas e desafiadoras como atestam Motta, Reis e Ridenti (2014, p.5):

Entretanto, tema como este não mobiliza apenas o dever (e a paixão) do conhecimento, que tem certas regras e padrões ético-científicos a serem observados. Ele implica também responsabilidade cívica da parte de quem escreve, pois as representações construídas e divulgadas sobre o passado recente podem influenciar as escolhas atuais dos cidadãos. Por isso é tão importante pesquisar a ditadura, assim como divulgar o conhecimento produzido e enfrentar as polêmicas que ele inexoravelmente provoca. Além das disputas inerentes à lógica do conhecimento acadêmico, está em jogo a formação política dos cidadãos brasileiros. Tal aspecto da questão é

em particular significativo entre nós porque, no Brasil, é muito numeroso o grupo de pessoas que desconhece o passado recente.

Sendo assim, a ditadura militar brasileira, constitui-se em campo de pesquisa ainda em construção no debate historiográfico. No entanto, discursos históricos sobre o período são deflagrados e difundidos num alcance maior ao grande público, pelas mídias impressas, televisão e internet propiciando uma determinada compreensão histórica. Em se tratando das novas produções televisivas, estas vêm no sentido de esclarecer as lacunas e imprecisões existentes sobre os anos desse regime, capazes de ressignificar sentidos e construir memória sobre um passado não tão distante.

Ampliando o conceito de memória histórica associando-o a mídia televisiva aproximamo-nos da problematização apresentada por Sá (2007) quando conceituou *memórias comuns e memória de massa*⁸, já que elas correspondem à atuação dos meios de comunicação de massa na organização da memória social, comparecendo para a edificação ou esquecimento de determinados eventos. Também reportamos ao conceito de memória mediatizada, que pressupõe a “representação simbólica e narrativa sobre o passado, difundida pela mídia” (SAMPEDRO, BAER, 2003). Este conceito auxilia-nos a pensar na relação contraditória entre memória e a imagem televisiva, uma vez que a mídia televisiva ajuda a propagar memórias sobre fatos de interesse amplo da sociedade, mas, também tem inerente a si, a instantaneidade, o que a faz com que repetidamente lide com o passado superficialmente, postergando-o da relação com o presente.

Portanto, independente do discurso propagado, temos que ressaltar a grande importância que os meios de comunicação de massa, especialmente a televisão, têm na problematização dos fatos da história recente. Pretende-se nesse trabalho investigar e questionar quais memórias são difundidas por esses gêneros. Estariam elas impregnadas por um certo presentismo?

O termo “Presentismo” é uma das categorias centrais que nos permite pensar o fenômeno, está no trabalho como um dos efeitos transmitidos pelo imediatismo da imagem televisiva e implica também em atitudes e determinadas formas de lidar com a temporalidade, especialmente com a relação entre presente e passado. Caracteriza-se por uma concepção imediatista que percebe os fatos e os fenômenos

⁸ Esta guarda uma afinidade com as memórias públicas e é proposta por Denise Jodelet (SÁ, 2007).

deslocados de uma temporalidade histórica, na qual possamos identificar suas origens, um presente sem passado, onipresente. Ele revela um aspecto epistemológico que recai numa postura do homem contemporâneo em relação à realidade, supervalorizando o transitório, conforme Santiago (2008):

Os novos estilos de vida que se caracterizam pelo culto do excesso hedonista não provocam apenas um crescimento do individualismo, mas uma dissolução das esperanças em um futuro promissor, com uma visível diminuição das ideais éticos, sócio-culturais e políticos. O entusiasmo com o progresso histórico dá lugar aos horizontes em que prevalece uma experiência com o tempo dominada pela idéia de que o usufruto de um bem é sempre precário e efêmero. Confundindo-se com a queda das construções voluntaristas do futuro e com o triunfo concomitante das normas consumistas centradas sobre a vida no presente, a civilização atual assiste o advento de uma temporalidade marcada pelo primado do “aqui e agora”. (SANTIAGO, 2008, p.91).

Significa dizer que a rapidez e a velocidade ditam o cotidiano, fazendo com que o próprio presente possa parecer como “onipresente”, sem relação ao passado. Este contexto pode ser agravado pela forma como a mídia televisiva, com sua mensagem imediatista trata os acontecimentos, as informações que transmite. Retomando o processo da compreensão histórica, a memória exerce um papel fundamental, cognitivamente e socialmente na apreensão do histórico, porém, ela própria pode estar sentindo a repercussão do presentismo propagado pela mensagem televisiva, uma vez que a presença da mídia é muito evidente na vida dos sujeitos e também comparece na construção da memória social.

Ressaltamos que metade das séries que serão analisadas, foram produzidas/exibidas por emissoras públicas/estatais, destacando a TV Brasil com quatro: *Os advogados contra a ditadura*, *Chumbo Quente*, *Crimes da Ditadura*, *Ditadura- história em revisão*, entre outras reportagens menores e a TV Cultura com uma: *A Pátria Armada*. Entre as consideradas grandes emissoras das TVs privadas, analisaremos as seguintes séries da Rede Record e o SBT, visto que estas têm uma maior produção sobre a rememoração dos eventos e fatos dos “anos de chumbo”. Na lista da Record temos: *50 anos de Golpe (Vozes Caladas)* e *Porões da Tortura*

(*Séries*). No SBT: *Silêncios da Ditadura e Fantasmas da Ditadura (Série) e Memórias: Agentes da Repressão (Reportagem Especial)*⁹.

Esses gêneros, em maioria, abordam as difíceis experiências dos anos de chumbo no Brasil. São discussões feitas a partir das experiências diretas e indiretas proporcionadas por agentes militares, militantes, advogados, jornalistas, parentes de desaparecidos, pessoas que tiveram sua infância afetada, grupos indígenas e outros também afetados, enfim. As memórias antes silenciadas, hoje se mostram como principal combustível para se pensar esse período traumático na história brasileira. Ao fazer uma análise prévia sobre as produções encontradas, percebemos que os principais destaques decorrem das fortes lembranças e a busca de explicações: de famílias que até hoje vivem a dor de não enterrarem ou não saberem o paradeiro dos seus familiares; de presos políticos que foram torturados tanto física quanto psicologicamente que não puderam ver seus algozes presos e de pesquisadores que tentam caracterizar esse período.

Considerando a complexidade já abordada sobre a relação entre história, memória e imagem televisiva, uma aproximação com essas categorias pode auxiliar-nos na investigação da repercussão da imagem televisiva na propagação de uma memória histórica sobre a Ditadura Militar no Brasil. Para isso, tomaremos os gêneros televisivos produzidos como fontes históricas, realizando análise de conteúdo dos mesmos. Essa técnica considera a vinculação e emissão de mensagens, que ocorrem sempre contextualizadas. Segundo Franco (2008):

Condições contextuais que envolvem a evolução histórica da humanidade, as situações econômicas e sócio culturais nas quais os emissores estão inseridos, o acesso aos códigos linguísticos, o grau de competência para saber decodificá-los, o que resulta em expressões verbais (ou mensagens) carregadas de componentes cognitivos, afetivos, valorativos e historicamente mutáveis. Sem contar com os componentes ideológicos impregnados nas mensagens socialmente construídas, via *objetivação* do discurso, mas com a possibilidade de serem ultrapassadas, ou “desconstruídas” mediante um processo trabalhoso (mas, não impossível) e dialético, tendo em vista a explicitação do processo de *ancoragem* e estabelecendo como meta final o desenvolvimento da consciência. (FRANCO, 2008, p.20)

⁹Não faremos análise de produções da “maior” emissora do país, a Rede Globo, já que as produções do canal aberto são da década de 1990: a minissérie *Anos rebeldes* (1992) e uma reportagem, *Vala Clandestina de Perus* (1995). Há algumas produções do canal fechado, mas esse não é o foco da pesquisa.

Tomando os elementos citados pela autora acima, reiteramos que será necessário, portanto, uma minuciosa análise de conteúdo das produções, considerando as especificidades das séries pertencentes ao gênero jornalístico e sua linguagem. Tomamos emprestado de Gomes (2011) a definição dos conceitos de “*gênero televisivo*” e “*modos de endereçamento*”:

[...] A adoção do conceito de gênero televisivo deve possibilitar ao analista o reconhecimento da existência de relações sociais e históricas entre determinadas formas culturais_ no nosso caso os programas jornalísticos televisivos_e as sociedades e períodos no quais essas formas são praticas. Ele permite compreender as regularidades e especificidades em produtos que se configuram historicamente_ ele permite dizer tanto do jornalismo como ideologia, valores, normas, quanto das formas culturais historicamente dadas – e, sobretudo, vincular nosso objeto de análise ao processo comunicacional – gênero televisivo é uma estratégia de comunicabilidade. Modo de endereçamento, na medida em que diz do modo como um determinado programa se relaciona com sua audiência a partir da construção de um estilo, deverá permitir ao analista compreender como estas questões são atualizadas em produto específico, objeto de análise[...] (2011, p.29)

Tudo isso nos ajudará a investigar o fenômeno pelos pressupostos de uma concepção dialética que busque compreendê-lo na relação entre todo e partes, sem perder de vista os elementos de contradição que pertencem e determinam o objeto. Em se tratando dos gêneros televisivos, apreendê-los na sua materialidade, como artefatos culturais, produzidos num dado contexto histórico e social, mas igualmente tentar perceber sua possível interferência nesse mesmo meio como criador de um discurso histórico.

É importante realizar entrevistas com pessoas envolvidas na idealização e produção, como diretores, editores, jornalistas, procurando entender suas motivações, envolvimento com o tema na relação com a pós-memória e também verificar aspectos econômicos como patrocínio e investimento na criação dos mesmos.

Quanto aos conteúdos das produções pretendemos analisar as diferenças/semelhanças das concepções de canais públicos e privados sobre o evento “Ditadura”, considerando a Justiça de Transição e ainda evidenciar as diferentes percepções do mesmo fato por distintos sujeitos históricos: militares,

militantes de esquerda, advogados, jornalistas, familiares dos desaparecidos, artistas, historiadores e cientistas políticos.

Na fase inicial em que se encontra a pesquisa, realizamos um levantamento descritivo dos conteúdos abordados pelos gêneros, embora entre todos eles hajam vários elementos de interseção, nos foi permitido dividi-los em dois grupos. No primeiro, estão as produções que enfatizam a questão da tortura, o aparato militar, o confronto entre ex-militantes, torturadores e torturados, depoimentos das famílias de desaparecidos políticos, os trabalhos da Comissão Nacional da Verdade, o debate passado/presente e a demanda por justiça. São elas: *Crimes da Ditadura* (TV Brasil); *Os Porões da Tortura* (Record); *Fantasmas da Ditadura* (SBT); *A Pátria Armada* (TV Cultura); *Memórias de um agente da Repressão* (SBT).

Um exemplo dessas séries é o especial *Memórias de um Agente de Repressão* exibida em 2011 no Programa Conexão Repórter com Roberto Cabrini (SBT). Trás o confronto entre memórias dos agentes policiais, militares e também ex-torturados, mescladas com cenas da novela "Amor e Revolução (SBT)". O jornalista Roberto Cabrini questiona os militares, que alegavam estar no cumprimento do dever. Para a produção desse especial, segundo o jornalista, houve uma investigação da equipe de reportagem por três meses em vários estados procurando "agentes repressivos". Ao final, Cabrini fala da necessidade de questionarmos as feridas do passado para que possamos abrir projeções para o futuro.

No segundo grupo estão as séries jornalísticas cuja ênfase está na temporalidade histórica e teórica sobre o Golpe e a Ditadura, os 50 anos do Golpe, a questão Civil-Militar da Ditadura ou assuntos mais silenciados, que não são de conhecimento amplo¹⁰. Algumas dessas produções trazem em si um discurso temporal, com começo, meio e fim, que permitem ao grande público acessar o conhecimento histórico do período, ainda que de forma genérica, trazendo fatos como a saída de Jango, o AI5, o Milagre Econômico, a Anistia indo até as Diretas Já. São elas: No segundo grupo de produções estão, *Chumbo quente* (TV Brasil), *Ditadura – História em revisão* (TV Brasil), *"Silêncios da Ditadura"* (Record), *Os Advogados contra a Ditadura* (TV Brasil) e *50 anos do Golpe- vozes caladas* (Record).

¹⁰ Como o caso da política de extermínio indígena dos povos Krenak, as séries que trabalham com recortes específicos como a participação da Imprensa e dos advogados antes, durante ou depois do Golpe.

O especial *Chumbo Quente* (TV Brasil) foi ao ar em 2014 no programa Observatório da Imprensa, este apresentado por Alberto Dines. Mostra o papel da imprensa desde os anos antecedentes ao Golpe, os jornais que apoiavam e os que faziam oposição ao Governo João Goulart. Como se posicionaram nos dias do Golpe, nos dias posteriores e durante os 21 anos de Ditadura até a reabertura. Retrata como alguns sucumbiram, outros prosperaram, os que passaram de apoiadores a críticos, a censura, a autocensura, a perseguição, prisão e morte de jornalistas. Durante essa narrativa, uma série de fatos são evidenciados, ligados numa linha histórica temporal, por meio de entrevistas com jornalistas, historiadores que pesquisam Ditadura Militar, contemporâneos aos fatos, políticos, advogados, parentes dos desaparecidos, funcionários públicos de alto escalão, etc. Utiliza uma trilha sonora enfática, com músicas, sons das vozes de personagens, documentos históricos como: fotografias da época e principalmente dos recortes de jornais, com destaque para as manchetes. As informações, documentos também são fornecidas por várias instituições: Acervo da Biblioteca Mario de Andrade, Arquivo Nacional, CPDOC-JB, Editora Civilização Brasileira, Fundação Biblioteca Nacional, Instituto João Goulart, Instituto Miguel Arraes, Instituto Vladimir Herzog, Zuzu Angel.

Considerações finais

O que apresentamos até aqui, por enquanto, é uma descrição de pelo menos duas das produções televisivas que são fontes para a pesquisa que está no seu primeiro ano. Há que se aplicar profundamente o método de Análise de Conteúdo considerando seus modos de Endereçamento, bem como uma profunda triagem dos mesmos, levantando os personagens, os aspectos técnicos de fotografia, trilha sonora, entre outros. Pretendemos, se possível, verificar, a recepção a esses gêneros por parte do público. O que podemos perceber, por enquanto, entre pontos de convergência na produção de sentidos é a utilização na trilha sonora de canções da época, ou músicas que dão sentido a uma narrativa tensa e muitas vezes emocionante, a utilização de fotografias, manchetes ou vídeos da época para dar o sentido de verdade e a recorrência a efeitos que lembram máquinas de datilografar, ou as cores verde e amarelo e o brasão nacional embutidos em logotipos que lembram documentos de arquivos para anunciar os personagens, dando um feito de

arquivo. Ainda, várias das séries também se utilizam de vídeos ficcionais como filmes e até cenas de telenovelas.

Referências

BOLONHA, Carlos; RODRIGUES, Vicente. **Justiça de Transição no Brasil: Dilemas da Comissão Nacional da Verdade e da Lei de Acesso a Informações**. p.392-419. **Anais do XXII Encontro Nacional do CONPEDI/UNINOVE**. São Paulo: **SP.2013**. Disponível

em: <<http://www.publicadireito.com.br/artigos/?cod=d0aae9539e4dd0bd>>. Acesso em: 18/07/2016.

COUTINHO, Laura Maria. **O estúdio de televisão e a educação da memória**. Brasília: Plano, 2003.

DE CERTEAU, Michel. Fazer com: usos e táticas. In: **A invenção do cotidiano**. Petrópolis: Vozes, 1994.p.91-106.

JUSTIÇA DE TRANSIÇÃO: **manual para a América Latina** / coordenação de Félix Reátegui. – Brasília : Comissão de Anistia, Ministério da Justiça ; Nova Iorque : Centro Internacional para a Justiça de Transição , 2011. 576 p. Disponível em: http://www.dhnet.org.br/verdade/resistencia/a_pdf/manual_justica_transicao_america_latina.pdf. Acesso em: 01/09/2016.

LIMA, Jozely Tostes. O que é justiça de transição? **Revista Projeção, Direito e Sociedade**. Dezembro de 2012.vol.3, nº2. Disponível em: <<http://revista.faculdadeprojecao.edu.br/index.php/Projecao2/article/viewFile/277/206>>. Acesso em: 10/03/2016.

MARTIM-BARBERO, Jesus. A América Latina e os anos recentes: os estudos da recepção em comunicação social. In: SOUSA, M.W. (Org). **Sujeito: o lado oculto do receptor**. São Paulo: Brasiliense/ECA-USP, 1995, p.39-68.

_____. Medios: olvidos y desmemorias. Debilitan el pasado y diluyen la necesidad de futuro. **Revista Etcétera**, 2001. Disponível em: <www.etcetera.com.mx/pag54>. Acesso em: 13/03/2010.

REIS, Daniel A.; RIDENTI, Marcelo.; MOTTA, Rodrigo P.S. **A Ditadura que mudou o Brasil 50 anos depois do Golpe de 1964**. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.

SÁ, Celso Pereira. **Sobre o campo de estudo da memória social: uma Perspectiva Psicossocial**. In. **Psicologia: Reflexão e Crítica**, 2007. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-79722007000200015>. Acesso em: 10.05.2010.

SAMPEDRO, Víctor. BAER, Alejandro. El recuerdo como olvido y el pasado extranjero. Padres e hijos ante la memoria histórica mediatizada. In: **Revista de Estudios de Juventud**. "Número especial: Jóvenes, Constitución y cultura democrática", Espanha, 2003. p.93-108. Disponível em: <<http://www.injuve.mtas.es/injuve/contenidos.downloadatt.action?id=1712679829>>. Acesso: 17/01/2010.

SANTIAGO, Jesús. Presentismo e novos modos de relato: efeitos sobre o sujeito suposto saber. In: **Revista Asephallus**, nov. 2007 a abr. 2008. Volume III – n. 5p.89-

96. Disponível em: <http://www.nucleosephora.com/asephallus/numero_05/clinica.htm> .
Acesso: 23/11/2009.

RELAÇÕES COMERCIAIS ENTRE O BRASIL E OS ESTADOS UNIDOS A PARTIR DA IMPRENSA BAIANA (1942 -1945)

RAQUEL OLIVEIRA SILVA¹

Resumo: Durante a Segunda Guerra Mundial, as apreciações da imprensa da Bahia assumiram um discurso favorável à organização política, econômica e social dos Estados Unidos. Esses elementos argumentativos foram recrudescidos nos periódicos baianos a partir do ano de 1942, quando o Brasil definiu seu alinhamento aos Aliados diante do conflito, acarretando no rompimento das suas relações diplomáticas com os países do Eixo, em janeiro, e sua entrada na guerra contra Alemanha, Itália e Japão, em agosto do mesmo ano. Assim, o objetivo desta comunicação é levantar aspectos referentes às relações comerciais entre o Brasil e os Estados Unidos a partir dos jornais baianos, nos anos de participação do nosso país na Segunda Guerra.

Palavras-chave: Segunda Guerra Mundial; Estados Unidos; Brasil; Relações comerciais.

Abstract: During World War II, Bahia press reviews took a favorable view of the political, economic and social organization of the United States. These argumentative elements were recrudesced in the Bahian periodicals from 1942, when Brazil defined its alignment with the Allies in the conflict, leading to the breakup of its diplomatic relations with the Axis countries in January and its entry into the war against Germany, Italy and Japan in August of the same year. Thus, the purpose of this communication is to raise issues related to trade relations between Brazil and the United States from Bahian newspapers in the years of our country's participation in World War II.

Keywords: Second World War; U.S; Brazil; Comercial relations.

Na Segunda Guerra Mundial, o país norte-americano conseguiu submeter à sua hegemonia as nações mais fracas, pois entrou no conflito com o mercado interno em relativo equilíbrio e não sofreu, diretamente, os danos causados pelos confrontos. Já o Brasil, como um país capitalista em desenvolvimento, precisava buscar capitais estrangeiros privados para seu crescimento e, nesse sentido, sentiu fortemente a influência estadunidense (BANDEIRA, 1982, p. 309). Até meados da década de 1930, as relações entre o Brasil e os Estados Unidos não eram prioritárias para nenhum dos dois países, embora houvesse cordialidade entre eles. Foi a partir do presidente Franklin Roosevelt que passou a existir uma preocupação do governo norte-americano em

¹Doutoranda em História Social pela Universidade Federal da Bahia. Bolsista da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado da Bahia (FAPESB). E-mail: raquel.olsilva@gmail.com.

promover uma aproximação dos Estados Unidos com o Brasil, devido à inclinação de Getúlio Vargas ao nazifascismo (SILVA, 1991, p. 44).

O contexto de conflito mundial foi o momento de cooperação interamericana mais intensa. Contra a ameaça do Eixo, interna e externa, os Estados Unidos e a América Latina (exceto a Argentina) estreitaram seus laços econômicos e militares. De acordo com Bethell e Roxborough,

E a guerra, se trouxe devastação e deslocamento econômico à Europa e à Ásia, gerou expansão econômica nos Estados Unidos. A produção industrial dobrou e o PNB cresceu 80% - de 91 para 166 bilhões de dólares. No fim da guerra, diversos governos latino-americanos esperavam que os Estados Unidos preservassem ou mesmo ampliassem o papel que haviam desempenhado durante o conflito, fornecendo-lhes capital a longo prazo para seu desenvolvimento (BETHELL; ROXBOROUGH, 1996, p. 43).

Dessa forma, em 16 de agosto de 1940, foi criado o Office for Coordination of Commercial and Cultural Relations between the Americas, que era formado por três divisões: Divisão Comercial e Financeira, Divisão de Comunicações e Divisão de Relações Culturais. Com sedes em Nova York e em Washington, a Divisão de Imprensa e Publicações era liderada por John M. Clark, editorialista do *Washington Post*, substituído depois por Francis A. Jamieson, da Associated Press. Logo, todos eram "oriundos do mundo dos grandes jornais e das agências noticiosas dos Estados Unidos" (TOTA, 2000, pp. 49-55). No dia 30 de julho de 1941, enquanto as tropas nazistas invadiam a União Soviética, a agência dirigida por Rockefeller passou a se chamar Agência do Coordenador dos Assuntos Inter-Americanos (Office of the Coordinator of Inter-American Affairs), também conhecido pela sigla OCIAA, denotando o aumento da autoridade de Nelson, pois o escritório deixou de ser "da coordenação" para tornar-se "do coordenador" (TOTA, 2000, p. 50).

Em relação à América Latina, Washington pôs em ação uma ofensiva diplomática e ideológica para eliminar a presença alemã e impedir movimentos nacionalistas, pois era imperativo ao comando norte-americano garantir a unidade hemisférica para a sua liderança (MOURA, 1980, p. 144). Nesse sentido, a Política de Boa Vizinhança foi obra do governo de Franklin Delano Roosevelt, embora fosse uma ideia pensada alguns anos antes, durante o governo do republicano Herbert Hoover. Eleito em 1928, Hoover viajou pela América Latina, visando alterar elementos da

política externa norte-americana. Em Amapala, Honduras, “fez um discurso no qual usou a expressão *good neighbor*, que adotada por Roosevelt em 1933” (TOTA, 2000, p. 28).

O objetivo da Política de Boa Vizinhança era diminuir a influência europeia no subcontinente através da preservação da liderança dos Estados Unidos no hemisfério, procurando conservar a estabilidade política nos vizinhos do sul (MOURA, 2012, p. 40). De acordo com Roberto Gambini, a Política de Boa Vizinhança foi implementada a partir da Conferência de Havana (1940), cujas negociações diplomáticas objetivavam o estabelecimento “de um sistema continental pan-americano para anular o projetado sistema pan-germânico” (GAMBINI, 1977, p. 43). As negociações para a implantação desse novo sistema foram gestadas nas conferências pan-americanas anteriores, ocorridas ao longo da década de 1930, inaugurando um padrão segundo o qual os Estados Unidos conseguiriam angariar o apoio dos países latino-americanos, à medida que a nação ianque se mostrasse capaz de substituir a Alemanha no papel de compradores de produtos de exportação e fornecedores de manufaturas e equipamentos (GAMBINI, 1977, p.43).

Dentre os principais objetivos do OCIAA, Gerson Moura cita: convencer as nações latino-americanas a aceitar a liderança estadunidense, opondo-se ao Eixo, realizar uma integração entre as economias das Américas, impedir revoluções no continente e lutar contra os agentes nazifascistas, sem dar a impressão de que estavam desafiando a soberania dos países latinos (MOURA, 1980, p. 140). De acordo com a agência, era preciso transmitir à América Latina a ideia de que os Estados Unidos eram um exemplo a ser seguido, e que estavam dispostos a compartilhar seu modelo de progresso com o Brasil (TOTA, 2000, p. 180).

Segundo Antonio Pedro Tota, a ação do Office era centrada principalmente na situação econômica e financeira do Brasil. Para o autor:

Os projetos econômicos passavam pelo crivo de uma comissão de especialistas, que examinava cuidadosamente as condições de desenvolvimento do projeto, avaliava o potencial da nossa grande produção mineral, estudava os problemas de extração de outros ricos materiais estratégicos necessários ao esforço de guerra e ao planejamento de um Brasil mais organizado no pós-guerra. o governo brasileiro, segundo um documento, acompanhava com satisfação os trabalhos da comissão econômica do Office. (TOTA, 2000, p. 123)

No contexto dos empréstimos para o desenvolvimento da indústria siderúrgica brasileira e aquisição de armamentos, também foram assinados acordos comerciais entre o Brasil e os Estados Unidos referentes a diversos produtos. Em julho de 1942, foram realizados tratados de exportação de aniagem, mamona, ipecacunha, timbó, babaçu, borracha e algodão. Segundo Francisco Luiz Corsi, esses tratados continham cláusulas que reservavam aos Estados Unidos o controle das exportações e dos preços. Além disso, alguns acordos determinavam as quantidades a serem colocadas no mercado brasileiro, “como no caso do babaçu, cujo o consumo interno não poderia ultrapassar 25% da produção.” (CORSI, 1997, p. 300).

Na sua edição de 03 de agosto de 1942, o jornal *Estado da Bahia* noticiou a presença do embaixador norte-americano Jefferson Caffery, no Brasil, para firmar acordos comerciais entre os governos dos dois países. A folha jornalística ressalta que a partida do diplomata de volta a Washington atraiu, para o aeroporto Santos Dumont, no Rio de Janeiro, um representante da Federação dos Estudantes, “o qual salientou os laços que unem o Brasil e os Estados Unidos.” A reportagem é ilustrada com uma fotografia desse membro da Federação dos Estudantes, entregando a Caffery “uma mensagem da juventude carioca ao presidente Roosevelt.” Ainda segundo a matéria, os acordos comerciais entre os vizinhos americanos tinham o objetivo de trazer “enormes benefícios mútuos, de vez que facilitando aos Estados Unidos a aquisição de materiais de que aquele país necessita no momento”, ao mesmo tempo, promoviam “um natural desenvolvimento da vida econômica brasileira”. Caffery declarou que tais convênios garantiam para o Brasil um mercado favorável nos Estados Unidos para o óleo e as sementes de babaçu e de mamona. Esses insumos eram necessários ao esforço de guerra norte-americano. Consta ainda que o comércio da mamona previa a compra de duzentas mil toneladas da semente ou seu equivalente em óleo durante o ano fiscal de 1942-43, beneficiando a Bahia e demais estados, como São Paulo, Minas Gerais, Rio de Janeiro, Pernambuco, Paraíba e Ceará (*Estado da Bahia*, 03 de agosto de 1942).

.No mês seguinte, segundo a edição de 09 de setembro de 1942 do jornal *A Tarde*, Nelson Rockefeller veio ao Brasil, a convite do governo local, tendo sido recebido pelo embaixador estadunidense, Jefferson Caffery, e sua esposa. O periódico

deu destaque a declarações do Coordenador dos Assuntos Inter-Americanos a respeito da convergência de interesses entre os dois países:

Os Estados Unidos podem fornecer ao Brasil o de que este necessitar para se armar para esta luta, com o desenvolvimento de suas indústrias de guerra essenciais. O de que os Estados Unidos necessitem para suprir seus recursos locais, o Brasil pode fornecer. Os Estados Unidos possuem capital, perícia técnica, a maior capacidade do mundo para fabricar ferramentas e máquinas, seja para a paz ou para a guerra. O Brasil possui os gigantescos recursos da mão-de-obra, os metais estratégicos, produtos tropicais, como o café ou a borracha, e capacidade industrial que se desenvolve rapidamente a fim de fornecer o que os Estados Unidos não podem produzir dentro do seu território. Não há, certamente, no mundo inteiro, dois grandes mercados que sejam mais destinados a um comércio mutuamente benéfico no seu trabalho conjunto na batalha de produção, do que os Estados Unidos e o Brasil. (...) Em outra parte do mundo poderiam o café, a borracha e os óleos vegetais do Brasil, encontrar um único mercado assim tão propício às trocas? Onde, numa proporção semelhante, é o comércio tão natural entre um país tão altamente produtor da zona temperada e outro país tão altamente produtor vivendo em sua maior parte, nos climas tropical e sub-tropical? (*A Tarde*, 09 de setembro de 1942)

Dessa forma, geólogos norte-americanos foram enviados ao Brasil “para prospectar o nosso solo e avaliar as potencialidades dos nossos recursos naturais.”(TOTA, 2000, pp. 81-2). Segundo Antonio Pedro Tota, havia em território brasileiro materiais estratégicos fundamentais à indústria estadunidense. Em setembro de 1941, o Office, aliado ao Board of Economic Warfare (BEW), organismo que coordenava a economia de guerra, sob direção do vice-presidente, levantou “todas as fontes possíveis de materiais considerados vitais para a segurança dos Estados Unidos e do continente.” (TOTA, 2000, pp. 81-2).

Para Tota, a presença dos técnicos estrangeiros no Brasil não significava uma renúncia do governo aos interesses nacionais. Em 1938, foi criado o Conselho Nacional do Petróleo e, no ano seguinte, foi encontrado petróleo em Lobato, bairro de Salvador. Então, o Conselho decidiu incluir a participação de grupos privados, tanto nacionais como estrangeiros. Nos dois primeiros anos da década de 1940, tanto a Standard Oil²

² Sobre a Standard Oil, Antonio Pedro Tota diz: “No Brasil, por exemplo, o nome da mitológica empresa ficou associado à palavra Esso, grafada dentro de um oval azul. “Esso” vem da grafia fonética, em inglês, das duas primeiras letras das palavras “Standard” e “oil”: S e O. A marca chegou aqui em 1912, como Standard Oil of Brazil. O nome logo se tornou popular e estava sempre relacionado aos derivados do

quanto os interventores do Rio de Janeiro e da Bahia propuseram a instalação de companhia de capital misto pra pesquisa e extração, com apoio da maior parte do governo varguista. Contudo, a oposição partiu dos militares e setores do Ministério da Fazenda, por motivos de segurança nacional, financeiros e burocráticos. A exploração do petróleo passou a se tornar uma questão de viés nacionalista apenas na década de 1950, com a famosa campanha “O petróleo é nosso” (TOTA, 2014, p. 76).

Logo, notícias sobre o petróleo nacional apareceram na imprensa baiana. Em 1942, o jornalista brasileiro Samuel Wainer realizou para a sua revista, a *Diretrizes*, uma entrevista com o geólogo norte-americano Glenn Rugby. Em sua autobiografia, Wainer afirma:

No início de 1940, passou pelo Brasil um geólogo americano chamado Glenn Rugby (...). Ele me contou que, um tempo antes, estivera na Bahia, e fez declarações que tiveram muita ressonância. Afirmou, em tom categórico, que o Brasil era um país petrolífero. Mais: sustentou que havia na Bahia mais petróleo que no Texas. O DIP apressou-se em proibir a publicação de novas declarações de Glenn Rugby. (WAINER, 1988, p. 62)

No entanto, a entrevista com o geólogo estadunidense foi entusiasticamente publicada pelo jornal *O Imparcial*, em 17 de novembro de 1942. De acordo com Glen Ruby³, o Brasil tinha petróleo comercialmente explorável, embora não dispusesse dos mecanismos necessários para extraí-lo e industrializá-lo. Questionado por Wainer, o técnico norte-americano afirmou ser surpreendente que os brasileiros ainda desconhecessem a existência de petróleo em território nacional, especificamente na Bahia:

Já não é segredo para ninguém que ali foram descobertos alguns campos petrolíferos que, sob um ponto de vista praticamente geológico, podem ser classificados como campos comerciais. O óleo dali extraído é magnífico e em nada difere dos melhores tipos americanos. Os campos descobertos em Candeias, Aratu e na Ilha de Itaparica, para só falar nos principais, podem desde já ser explorados comercialmente. Por outro lado, a Bahia deve considerar-se muito feliz, pois os seus campos petrolíferos estão localizados próximo ao mar e

petróleo, especialmente ao querosene, vendido em latas e tambores”. TOTA, Antonio Pedro. **O amigo americano**, op.cit., p. 32.

³ A partir daqui, o nome do geólogo norte-americano Glen Ruby será escrito como apareceu nos jornais.

outras vias de comunicação, como estradas de ferro e rodagem em magníficas condições para escoar o produto para o interior. Essa proximidade das vias de comunicação dispensa a necessidade de grandes "pipe-lines", agora quase impossíveis de construir devido a falta de aço.

De acordo com Glen Ruby, além do petróleo, também foi encontrada imensa quantidade de gás em Aratu, cuja exploração comercial, segundo ele, era fácil e já podia ser utilizada para fornecer energia para as perfurações dos campos petrolíferos. Entretanto, Samuel Wainer quis saber quais as possibilidades do governo norte-americano em cooperar com o Brasil para a obtenção das máquinas necessárias à extração e conversão do petróleo em "gasolina, lubrificantes, óleo Diesel, combustível, enfim nesses mil derivados que tornam o petróleo um dos produtos mais nobres da economia mundial." A isso, Glen Ruby respondeu:

O governo de Washington está seriamente interessado na solução do problema petrolífero dos seus vizinhos latino-americanos. Harold Ickes, secretário do Interior e Coordenador Nacional do Petróleo, está convencido que seria grandemente vantajoso para os Estados Unidos que os países sul-americanos alcançassem sua auto-suficiência petrolífera, desde que a sua autarquia não fosse pura matéria de especulação, isto é, não exigisse equipamentos exagerados. O ponto de vista oficial de nosso governo é que alcançado esse objetivo, os países da América Latina poderiam contribuir melhor para o esforço comum de guerra, além de libertarem-nos de um encargo pesado.

Dessa forma, Samuel Wainer conclui que, "com imenso poder de síntese Glen Ruby acabava de definir os verdadeiros fundamentos da política de boa vizinhança em face da guerra", enfatizando que o governo norte-americano estava "muito mais interessado no fortalecimento econômico e político dos seus aliados do que no enriquecimento de algumas centenas de acionistas de grandes empresas particulares." (*O Imparcial*, 17 de novembro de 1942).

Ainda na mesma edição de *O Imparcial*, foram publicados telegramas de algumas entidades estudantis da Bahia, como uma manifestação do "mais vivo interesse no seio da classe estudantil às honestas declarações do geólogo americano Glen Ruby sobre os vastos lençóis petrolíferos da Bahia". Segundo o jornal, toda a classe estudantil estava engajada na luta contra o fascismo:

Toda a classe, agora, mais do que nunca mobilizada pela Liberdade e Independência da Pátria, acompanha de perto todos os problemas ligados ao aceleração do esforço de guerra do Brasil, ao lado das Nações Unidas, contra o fascismo, tanto mais que a exploração do petróleo baiano, além de constituir uma ajuda inestimável ao esforço de guerra, significa a própria independência do mercado brasileiro, em face das importações de combustíveis.

Em seguida, o periódico reproduziu os telegramas das entidades estudantis, começando pelo da União dos Estudantes da Bahia, destinada ao general Horta Barbosa, responsável pela política petrolífera no Brasil:

União Estudantes Bahia dirige-se vossência continuador obra libertação nacional solicitando seu apoio medidas imediata industrialização petróleo Bahia, provadamente comerciável segundo demonstração grande geólogo americano Glen Ruby através entrevista concedida Diretrizes 12 corrente. Saudações (a.) Álvaro Pinho, presidente.

Os estudantes de Direito também de pronunciaram:

Nome estudantes Faculdades Direito Bahia apelo eminente chefe governo sentido pronta solução problema petróleo Bahia único caminho conduzirá Brasil vitória final nações unidas nossa libertação econômica reforçando termos entrevista concedida "Diretrizes". Respeitosos cumprimentos. (a.) Campos França, presidente Diretório Acadêmico.

Também foram enviados telegramas para o jornalista Samuel Wainer: "União Estudantes Bahia transmite ilustre jornalista democrata congratulações brilhante entrevista sentido patriótico obtida eminente geólogo Glen Ruby. (a.) Álvaro Pinho, presidente." Os estudantes da Escola Politécnica e da Faculdade de Direito seguiram o exemplo: "Diretório Acadêmico Politécnica Bahia felicita 'Diretrizes' sua patriótica entrevista problema petróleo nacional. (a.) Fernando Sant'Ana, presidente."; "nome estudantes Direito Bahia congratulo ilustre jornalista magnífica reportagem referente solução problema petróleo Bahia entrevista concedida Glen Ruby. (a.) Campos França, presidente Diretório." (*O Imparcial*, 17 de novembro de 1942).

Todas essas entidades estudantis contavam com representantes progressistas, antifascistas em geral e comunistas, como Fernando Sant'Ana, presidente do Diretório Acadêmico da Escola Politécnica. Assim, esses telegramas demonstravam a adesão

dessas forças políticas ao alinhamento do governo brasileiro na guerra e à utilização do petróleo nacional no esforço contra o nazifascismo. E *O Imparcial* noticiava esse apoio como forma de divulgar que o posicionamento do presidente Vargas mediante o conflito mundial encontrava ressonância junto a grupamentos sociais, como os estudantes.

Em outra edição do jornal da família Lins de Albuquerque, considerava-se que o petróleo de Aratu não só era uma realidade, como era o melhor do mundo, conforme dizia o título de uma reportagem. Duvidar da existência do material orgânico, de acordo com o periódico, significava falta de patriotismo e, inclusive, “caráter pouco nobre de contradizer a evidência dos fatos”. Dessa forma, parecia haver uma descrença quanto à existência ou à qualidade do petróleo encontrado na Bahia, a qual o jornal buscava combater:

Quando dezenas de carros do CNP [Conselho Nacional do Petróleo] rodam celeremente pelas nossas ruas, pelos nossos campos, queimando gasolina fabricada em Aratu? Será necessário que se ponha na traseira dos referidos carros: “Esta gasolina é de Aratu”? Enfim, esse pessimismo não é de hoje. Não podemos, porém, deixar de observar que a atitude de descrédito é antipatriótica. E os nossos leitores, que estão habituados a nos ver aparar, sempre, os grandes empreendimentos, estarão do nosso lado.

Entretanto, ao mesmo tempo em que se festejava a descoberta de petróleo na Bahia, revelavam-se indícios de que as perspectivas ainda não eram tão animadoras. Na mesma reportagem, consta que o general Horta Barbosa, presidente do Conselho Nacional do Petróleo (CNP), os técnicos da referida entidade e o enviado da Missão Técnica Americana, William Kennitzer, visitaram Aratu para examinar o andamento dos trabalhos. Nessa expedição, foi constatado que um dos últimos poços, o B-35, com centenas de metros de profundidade já perfurados, ainda não dera petróleo, embora a expectativa fosse de que desse “dentro em breve”. Segundo a matéria, esta “quase certeza” era consequência “dos acurados estudos na região”, realizados pelo geólogo estadunidense Glen Ruby, que identificara que a zona petrolífera suportaria 100 poços com uma produção mínima, cada um, de 50 barris, sendo, portanto, obtidos 5000 barris diários. Porém, o próprio texto reconhece a possibilidade de essa estimativa ser

superestimada, pois estudos posteriormente empreendidos verificaram serem possíveis cerca de 20 poços em Aratu.

Em contrapartida, houve uma preocupação em não frustrar o entusiasmo do leitor quanto ao potencial de Aratu, pois a reportagem, em seguida, tratou de destacar que a região também era rica em gás, explicando em quais setores da economia o mesmo poderia ser utilizado: “o gás tem enorme aplicação industrial. Nos Estados Unidos, na Argentina, companhias comerciais há que só exploram poços de gás.” A comitiva ainda visitou poços em Candeias e Itaparica, que apresentavam indícios de petróleo, apesar de que, nessas localidades, a matéria-prima não fosse tão abundante quanto em Aratu.

Ainda havia um grande problema: a falta de infraestrutura para a extração do petróleo. Contudo, de acordo com *O Imparcial*, esse empecilho seria vencido devido ao apoio dos Estados Unidos:

O CNP tem feito repetidos pedidos nos Estados Unidos, mas, como trazê-los? Como revestir os poços se falta tubulação? Justamente na hora em que todas as dificuldades naturais foram vencidas e que se encontrou petróleo em abundância; quando somente nos falta material para arrancá-lo das entranhas e enriquecer este torrão sacrossanto, eis que nos falta a maquinaria, por motivo contrário à nossa vontade. Conseguimos dominar a natureza, roubando à terra o petróleo e temos de lutar, presentemente, contra uma dificuldade acidental: a falta de material, em consequência da guerra. Estamos certos, porém, que esta dificuldade será também vencida e confiamos, para tal, nos nossos grandes amigos da América do Norte. Os Estados Unidos se interessam pelos progressos dos países da América, hoje tão irmanados na luta de morte contra o nazismo desumano. Justamente, para que nos seja enviado grande porção de material petrolífero é que veio à Bahia, com o general Horta Barbosa, o Sr. William E. Kennitzer. (*O Imparcial*, 21 de novembro de 1942)

Essa ajuda dos Estados Unidos foi reafirmada pelo jornalista Samuel Wainer, em depoimento ao jornal *A Tarde*. Wainer entrevistara o geólogo Glen Ruby e acompanhara os trabalhos de exploração das jazidas de petróleo em andamento no Recôncavo. Assim, dizia estar convencido de que o petróleo baiano era uma realidade, e também procurava persuadir os leitores:

Eu vi, toquei com minhas mãos, cheirei petróleo baiano. Isso, porém, não teria maior significação, pois não sou técnico e sim jornalista.

Diante, porém, das afirmações que me fez há duas semanas o famoso geólogo Glen Ruby, e depois de conhecer mais de perto a opinião desse outro notável especialista, Mr. Kennitzer, para aqui enviado diretamente pelo governo norte-americano a fim de estudar o petróleo da Bahia, posso reafirmar tudo o que já tenho dito e escrito e que agora vi com meus próprios olhos.

Diante da falta de combustíveis para a indústria e do querosene para a população, Samuel Wainer afirmava que os brasileiros vinham recebendo alguns estoques dos Estados Unidos, mas isso sobrecarregava “os nossos grandes aliados norte-americanos”, além de desviar em parte o auxílio que eles podiam prestar aos fronts das Nações Unidas, necessitados de petróleo. Segundo o jornalista, o Eixo concentrara quase toda a sua capacidade de guerra submarina no ataque aos navios ianques, desorganizando a rede de distribuição de combustíveis entre os países aliados. Por conta desse quadro, o Brasil tinha um papel a cumprir: “Daí o dever que temos agora em desobrigar os Estados Unidos dessa gigantesca tarefa que sobre ele caiu, por ser o único distribuidor de petróleo. (...) A nossa melhor maneira de auxiliar o esforço de guerra da América do Norte é pedir-lhe o menos possível.” Nesse sentido, os Estados Unidos estariam dispostos a cooperar com o Brasil, estimulando a extração do material orgânico neste país:

É lógico que em vez de nos mandar navios ianques carregados com o precioso líquido, e expostos aos maiores riscos, ele prefira remeter-nos as máquinas que nos são indispensáveis para o aproveitamento local das nossas riquezas. (...) Ajudando o Brasil a emancipar-se industrialmente estará o governo americano não só consolidando a política de boa vizinhança, como estará contribuindo para aumentar a nossa capacidade aquisitiva. Aliás, homens esclarecidos como Henry Wallace, vice-presidente da grande república de Roosevelt, tem defendido esse ponto de vista, que representa o ponto de vista não só das elites progressistas americanas como das suas grandes massas, cada vez mais politizadas por essa guerra eminentemente política. (*A Tarde*, 27 de novembro de 1942, p. 2)

Assim, a imprensa baiana procurou disseminar uma ideia de que os acordos comerciais entre o Brasil e os Estados Unidos eram benéficos ao país latino-americano, num contexto em que as matérias-primas dele provenientes eram fundamentais ao esforço de guerra dos Aliados.

Referências

BANDEIRA, Moniz. **Presença dos Estados Unidos no Brasil – dois séculos de história.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1982.

BETHELL, Leslie; ROXBOROUGH, Ian (orgs.). **A América Latina entre a Segunda Guerra Mundial e a Guerra Fria.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.

CORSI, Francisco Luiz. **Estado Novo: política externa e projeto nacional.** Tese (Doutorado em Ciências Sociais). Campinas: UNICAMP, 1997.

GAMBINI, Roberto. **O duplo jogo de Getúlio Vargas:** influência americana e alemã no Estado Novo. São Paulo: Símbolo, 1977.

MOURA, Gerson. **Autonomia na dependência:** a política externa brasileira de 1935 a 1942. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980.

_____. **Relações exteriores do Brasil: 1939-1950:** mudanças na natureza das relações Brasil – Estados Unidos durante e após a Segunda Guerra Mundial. Brasília: FUNAG, 2012.

SILVA, Carlos Eduardo Lins da. **O adiantado da hora:** a influência americana sobre o jornalismo brasileiro. São Paulo: Summus, 1991.

TOTA, Antonio Pedro. **O amigo americano:** Nelson Rockefeller e o Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.

_____. **O imperialismo sedutor:** a americanização do Brasil na época da Segunda Guerra. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

WAINER, Samuel. **Minha razão de viver:** memórias de um repórter. Rio de Janeiro: Record, 1988.

HERANÇA CULTURAL JUDAICA NA ASTRONOMIA NO PERÍODO DOS GRANDES DESCOBRIMENTOS

RITA DE CÁSSIA DE OLIVEIRA LIMA PEREIRA¹
ANTÔNIO DELSON C. DE JESUS²

Resumo: Esta comunicação apresenta uma discussão sobre a participação dos astrônomos judeus na época dos grandes descobrimentos, resultante da pesquisa da autora no Mestrado Profissional em Ensino de Astronomia – UEFS. Objetiva fazer uma análise de forma interdisciplinar da participação dos judeus nos estudos astronômicos dos séculos XV e XVI que produziu a revolução científica em Portugal e alavancou as grandes navegações e a “descoberta” do Brasil. Fundamenta-se no método compreensivo de Max Weber. É realizada a partir de uma revisão bibliográfica sobre o tema e resulta em atividades e produtos: textos, mesas redondas, jogos educativos, sequência didática e paradidáticos escritos pela autora.

Palavras-chave: Descobrimientos; Judeus; Astronomia; Inquisição; Ensino

Abstract: This paper presents a discussion about the participation of Jewish astronomers in the time of the great discoveries, resulting from the author's research in the Professional Master's Degree in Astronomy Teaching - UEFS. It aims to make an interdisciplinary analysis of the participation of the Jews in the astronomical studies of the fifteenth and sixteenth centuries that produced the scientific revolution in Portugal and leveraged the great navigations and the "discovery" of Brazil. It is based on the comprehensive method of Max Weber. It is based on a bibliographic review on the theme and results in activities and products: texts, round tables, educational games, didactic sequence and paradidáticos written by the author.

Keywords: Discoveries; Jews; Astronomy; Inquisition; Teaching.

Introdução

O presente trabalho trata da participação dos astrônomos judeus na época dos grandes descobrimentos. A pesquisa é fruto de pesquisa da autora no Mestrado Profissional em Ensino de Astronomia – UEFS, na área de História da Astronomia. O objetivo geral desta investigação é realizar uma análise histórico e historiográfico da participação dos judeus nos estudos astronômicos dos

¹ Graduada em Licenciatura em História pela UEFS. Especialista em História da Cultura Afro-brasileira. Mestre Profissional em Astronomia, pela UEFS. Professora da rede pública do Estado. E-mail: cassia_shalon@hotmail.com.

² Professor Pleno do DFIS, UEFS. Mestre em Mecânica Estatística, Doutor em Dinâmica Orbital. Programa Mestrado Profissional em Astronomia, Programa Mestrado em Computação Aplicada. E-mail: a1d1j1@uefs.br.

séculos XV e XVI que desencadearam na revolução científica moderna, alavancando as grandes navegações e a “descoberta” do Brasil.

A minha pesquisa de mestrado tem como objetivo principal resgatar a participação dos astrônomos judeus na época dos grandes descobrimentos, e ao mesmo tempo difundir a Astronomia na educação básica. O mestrado profissional na área de ensino tem como requisito básico a realização de atividades em sala de aula e a produção de produtos educacionais que possam ser trabalhados por outros profissionais na área de ensino. O projeto foi desenvolvido em três etapas: a primeira, que é uma revisão bibliográfica sobre o tema da minha pesquisa; a segunda, que é a realização das atividades em sala de aula e o desenvolvimento dos produtos educacionais e a terceira etapa, a produção da dissertação. As duas primeiras etapas já foram cumpridas e a última está em processo de construção. A metodologia de ensino segue os parâmetros da Teoria das Inteligências Múltiplas e da educação científica, valorizando e respeitando as inteligências individuais de cada estudante e com objetivo de trazer a linguagem e métodos científicos para a escola básica.

A análise historiográfica fundamenta-se no método compreensivo de Max Weber apresentado na obra *A ética protestante e o espírito do capitalismo*, um clássico da historiografia mundial. A problemática que deu início a essa pesquisa tem um enfoque interdisciplinar, logo envolve diversas áreas do conhecimento e da sociedade. Essa pesquisa mantém o diálogo constante entre a Astronomia e a História, e acrescenta os dados coletados por estudiosos da religião, da geografia, da economia e da política. De fato, como propõe Weber (1985), a construção histórica se dá a partir da relação de todos os campos que envolve a sociedade, tanto a economia como a religião. As sociedades são um complexo de acontecimentos sociais, e estudá-los separadamente levará a um conhecimento repartido. Esse estudo perpassa algumas áreas do conhecimento, seguindo a linha teórica de Weber de que a formação da sociedade se fundamenta a partir das várias áreas que a compõem.

Os astrônomos judeus e os descobrimentos

A História do mundo ocidental mudou drasticamente na virada do século XV para o século XVI, sendo o descobrimento das Américas o apogeu desse período. A dinâmica daquela sociedade estava concentrada na Europa e em parte da África, aliada com as relações comerciais com algumas nações do Oriente. O renascimento do comércio e das cidades nos finais da Idade Média trouxe consigo um avanço significativo no desenvolvimento das técnicas de produção científica. O conhecimento floresceu em toda Europa, principalmente na Itália e na Península Ibérica. A ciência que estava restrita a alguns mosteiros e a um pequeno número de cortes reapareceu na Europa. Esta foi coadjuvante no surgimento dos Estados Nacionais europeus, tendo Portugal e Espanha como principais atores.

Os países ibéricos foram os pioneiros na era moderna. A eles coube a ousadia de se aventurar no temido Oceano Atlântico, logrando êxito nas suas viagens em busca de novas terras. Curiosamente o território que hoje pertence a esses dois países, estava em mãos dos árabes. Estes desenvolveram a Península Ibérica nos oito séculos em que a dominaram, com a habilidosa ajuda dos judeus na administração, como tradutores e em diversas artes: ferreiros, ourives, dentre outros. Os reinos cristãos conseguem vencer os mouros na Guerra de Reconquista, concedem aos judeus a permissão de continuarem habitando a península sob pesados tributos, mas continuam usando seus serviços e logo em seguida partem para a expansão dos seus impérios através das conquistas ultramarinas. Portugal é o país pioneiro e consegue se organizar internamente. Foi o primeiro Estado Nacional europeu a resolver seus problemas internos, saindo na frente dos outros estados nas conquistas além mar.

As pesquisas na área são uma continuidade do trabalho pioneiro de Meyer Kayserling - um judeu alemão que viveu no século XIX e resolveu reescrever a verdadeira história do seu povo na Península Ibérica, a partir dos documentos judaicos preservados pelo seu povo. A tradução da sua obra *A história dos judeus em Portugal* foi o trabalho de doutorado de Anita Novinsky e colaborou para o entendimento dos povos e da comunidade portuguesas, bem como para a história e historiografia brasileira.

Em sua obra Kayserling faz um estudo dos judeus na Península Ibérica, desde o período visigótico à cruel expulsão deste povo das terras portuguesas, em 1498. Ele apresenta de maneira detalhada a importância e as contribuições judaicas em todos os âmbitos sociais, do comércio às atividades administrativas, políticas e culturais. O que a torna a sua leitura imprescindível para o entendimento da participação judaica na expansão portuguesa no século XVI.

Portugal foi o pioneiro nas grandes navegações e seu sucesso não teria acontecido sem a maciça colaboração dos cientistas judeus. A sua contribuição formou a base da economia, da administração e do comércio na Península Ibérica e corroborou para o Descobrimento do Brasil. Os estudos desenvolvidos pela historiografia tradicional e os livros didáticos encontrados no mercado acerca da temática abordada, não demonstram tais influências e é imperativa a busca de evidências que justifiquem essa lacuna na nossa história, que de acordo com Anita Novinsky et. al (Novinsky, 2015) está ligada ao Tribunal da Inquisição e à perseguição que ele impôs aos judeus.

Decerto, o avanço marítimo de Portugal não teria acontecido sem as descobertas e aperfeiçoamentos científicos, principalmente na área da Astronomia e da Cartografia, os quais precederam o grande triunfo das conquistas ultramarinas, e no qual tiveram papel de suma relevância os sábios da época, em sua grande maioria judeus e cristãos-novos, que eram os judeus convertidos ao catolicismo. As pesquisadoras Elvira Mea e Anita Novinsky são unânimes em afirmar que foram os judeus os principais homens das ciências nesse período na Península Ibérica. Para Novinsky a primazia que teve Portugal nos descobrimentos se deve em grande parte a uma sistemática atividade intelectual desenvolvida pelos judeus na Península Ibérica, e que essa tradição era uma herança cultural desse povo (NOVINSKY, 1991).

De acordo com MEA (1974), os judeus ibéricos exerceram um papel importantíssimo no renascer do conhecimento na Europa devido a sua cultura, destacando-se nos domínios da Matemática, Astronomia e Cartografia, ciências imprescindíveis para a arte náutica, especialmente para a navegação oceânica. Através dos sábios judeus, instrumentos náuticos foram surgindo como o Mappa Mundī e as Cartas Náuticas e outros como a bússola e o astrolábio foram

aperfeiçoados. O número de cientistas judeus trabalhando na corte era bastante significativo.

Os monarcas portugueses não possuíam entre os seus pares pessoas capacitadas para realizarem todo o projeto do descobrimento das rotas oceânicas para as Índias. Contrataram então os experientes astrônomos, cartógrafos e matemáticos judeus para desenvolverem o ousado projeto. De acordo com Novinsky et al. (2015), a moderna ciência da navegação estava intimamente ligada aos judeus que tinham experiência como homens do mar e pilotos de navios. A navegação informal, sem bases científicas, foi transformada em um processo preciso com a elaboração de equações matemáticas complexas e instrumentos inovadores. Em 1500, podiam-se encontrar nas embarcações aparelhos capazes de medir localizações de maneira precisa, além de mapas quase perfeitos.

Para se chegar a esse nível de desenvolvimento/conhecimento houve uma sucessão de estudos e investimentos ao longo de três séculos. Mas foi com D. João I, Mestre de Avis (1357-1433) e com seu filho o príncipe Henrique, o Navegador (1394-1460), que as navegações começam a avançar. O príncipe Henrique atraiu os cientistas judeus para a sua corte, formando um grupo de estudiosos conhecido como Escola de Sagres, a qual contribuiu decisivamente para as navegações ultramarinas. Seu pai estendeu numerosos privilégios aos estudiosos judeus, principalmente a família Cresques. A mesma havia gerações que se destacavam como excelentes cartógrafos.

Os judeus de renome científico prestaram sua colaboração à Escola de Sagres, fundada em Portugal pelo Príncipe Henrique, o Navegador, com a finalidade de alavancar o projeto português de navegação oceânica e à Comissão de Matemática, fundada por D. João II. A iniciativa dos monarcas de Portugal durante todo o século XV foi uma mola propulsora para o desenvolvimento científico que antecedeu os descobrimentos. Os reis cristãos cultivaram o costume dos árabes de contratarem os judeus para sua administração. Alguns deles convidavam judeus de outras localidades para trabalharem no seu reino, como Abraão Cresques, que criou o Atlas Catalão (1375) ou Mappa Mundi, e foi

convidado por D. João I, o pai do Príncipe Henrique, para compor o seu grupo de cientistas.

Abraão Cresques recebeu o título de “mestre de mapas e compasso”, pois desenvolveu o *Atlas Catalão* (1375), conhecido como o primeiro *Mapa-mundi*. Cresques passou anos elaborando esse mapa com seu filho Jafudà. Este apresentava uma maior quantidade de informações do que qualquer outro mapa já produzido. Eles representaram no mapa os 39 mil quilômetros de circunferência do planeta. Apresentaram também a história de nações e reinos conhecidos na época com extraordinários detalhes, certamente fornecidos pelos séculos de andanças dos seus pares judeus pelo globo. Segundo Schama, 2015, “Pela primeira vez na história, a bússola é representada num Mappa Mundi: a rosa dos ventos, pintada no limite aliciante do oceano ocidental, 32 direções do vento que se projetavam das oito principais”. Interessante que aparece no mapa uma ilha de nome Brazil, a ilha do fogo, ao longo da Costa da Guiné. Uma verdadeira obra de arte exposta atualmente na Biblioteca Nacional da França.

A Ilha de Maiorca foi um celeiro da cultura judaica. Ela recebeu judeus de várias partes do Mediterrâneo, tornando-se um centro científico-cultural judaico. De acordo com SCHAMA (2015), os judeus estavam aqui, ali, em todas as partes, e embora muitos tivessem aportado em Maiorca no século XIII, junto com seus conquistadores cristãos. Muito do valor deles para os governantes, estava exatamente em servirem como intermediários junto aos muçulmanos. Os judeus eram letrados não apenas no latim, grego e hebraico, falavam e liam o árabe, e traziam para o mundo cristão conhecimentos de astronomia, medicina e filosofia adquiridos aos árabes, e mais importante, podiam negociar com as potências e os portos do Magreb, no norte da África, e com o Egito.

Durante o século XIV viviam mais de mil famílias na ilha e houve um florescimento significativo entre eles, exemplo disso, eram as diversas ocupações com que ganhavam a vida. Cresques assim como um grupo seleta de judeus gozava de privilégios junto ao monarca. Na ilha “havia interpretes refinados das ciências, em especial da matemática e da astronomia... Rabinos dedicados à astrofísica, como Leão Mosconi, Efraim Gerondi e Isaac Niffocci, que faziam para

a corte relógios e astrolábios, além de quadrantes e sextantes, desfrutavam de posição especial como, portar espada ou punhal” (SCHAMA, 2015).

Esse cenário durou pouco e logo a perseguição chegou à ilha. Alguns judeus espalharam por ilhas menores, aldeias e matas. Jafudá Cresques, filho de Abraão Cresques, e Isaac Nifoci, estavam entre os cem que aceitaram o batismo ao invés da morte. Jafudá, que passou a se chamar Jaume Ribes, pode continuar seu trabalho de elaborar mapas e iluminúrias junto com seu ex-aprendiz Samuel Corcós, chamado de Mecia de Viladesters. Eles elaboraram em 1399 um grandioso *mappa mundi*.

As viagens pela costa africana começam no reinado de D. João I. Portugal estabeleceu feitorias passando a comercializar com os africanos além do Saara. Portugal vive um período glorioso cientificamente, que determinará o sucesso vindouro. Com os estudos e dos astrônomos e investimentos financeiros dos judeus ele lograva êxito nas viagens, chegando paulatinamente ao temido Cabo das Tormentasⁱ. Os astrônomos judeus viveram um tempo de paz em Portugal com os privilégios concedidos por D. João I. Em tempos de calma puderam dedicar-se a ciência náutica. De acordo com Novinsky et al (2015), os estudos desenvolvidos na Escola de Sagres “contribuiu decisivamente para as aventuras marítimas portuguesas”. O príncipe Henrique consolida o trabalho pioneiro com o pai, mantendo os astrônomos judeus em Sagres. O espírito aventureiro e os feitos do príncipe Henrique concedem-lhe o título de o Navegador.

Ao lado de Cresques, muitos outros nomes compõem a galeria dos sábios judeus que contribuíram cientificamente para as grandes descobertas do Renascimento. D. João II continua o projeto do descobrimento, fundando a Comissão de Matemática. O rei convida os astrônomos e matemáticos judeus para a sua equipe. Dentre eles o que mais se destacou foi Abraão Zacuto (1450-1510), médico, astrônomo, matemático e rabino. Zacuto nasceu e viveu em Salamanca, até 1492, quando então do Édito de expulsão dos judeus de todo o território espanhol ou conversão ao catolicismo, ele migra para a nação vizinha. Acolhido em Portugal, recebido com honras em Portugal, devido ao seu saber, foi contratado pelo rei. Alcançou confiança e prestígio de tal forma que passou a ser chamado “O astrônomo do rei João”.

Zacuto foi uma mente brilhante e recebeu o título de maior influência nas decisões que diziam respeito aos interesses do reino, inclusive as decisões que levaram Portugal às expedições oceânicas, uma das quais - a bem-sucedida viagem de Vasco da Gama que trouxe a descoberta do caminho marítimo para a Índia que foi planejada por ele. Ele escreveu o *Almanaque Perpetuum*

3. Este não é um livro de astronomia, mas reproduz o movimento dos astros por referência às coordenadas astronômicas e foi de grande importância para a náutica portuguesa, sendo usado por Vasco da Gama, traduzido pelo mestre cristão-novo José Vicianho.

Abraão Zacuto já era conhecido por desenvolver um astrolábio de cobre ou astrolábio náutico, que permitia leituras mais estáveis no mar. Quando foi acolhido em Portugal estava traduzindo sua obra *Hajibbur Haganol, Almanaque Perpétuo*, para o latim. Novinsky (2015) afirma que "O *Almanaque Perpétuo* foi de grande importância para a náutica portuguesa, foi usado por Vasco da Gama e reeditado em Leiria em 1496, traduzido pelo mestre cristão-novo José Vicianho". Zacuto foi instalado no imenso mosteiro-palácio dos Templários em Tomar, pôde trabalhar em seus estudos em paz. De acordo com Schama (2015), o *Almanaque* de Zacuto em castelhano foi um dos primeiros manuais científicos impressos na Península Ibérica. Colombo usou o mesmo na sua viagem em 1492. Essa viagem também foi apoiada por judeus: Isaac de Abravanel e do converso Luis de Santángel

O "astrônomo do rei João" colabora com a ciência em Portugal nos breves quatro anos que ali viveu. Sai do país, com o Édito de expulsão dos judeus de Portugal ou conversão, em 1498 migrando para o mundo muçulmano. Zacuto era um homem letrado e carregava com sua família a expulsão da França, Espanha e Portugal. Ele já sabia o sofrimento que estava por vir ao seu povo. Ele e muitos intelectuais e pessoas de posses conseguem sair do território português antes que a situação piorasse. E, realmente piorou, muitos judeus foram obrigados a se converterem ao catolicismo no dia em que poderiam sair de Portugal em navios prometidos pelo rei, pois D. Manuel surpreso com o número de judeus que decidiram deixar o paísⁱⁱ, ao invés de enviar os navios ao porto enviou os clérigos da igreja para batizar os milhares de judeus, dia que ficou

conhecido como o “dia do batismo forçado” e que gerou o adágio popular “a ver navios”, pois assim os judeus ficaram.

Após 1498 só podia permanecer em Portugal os judeus batizados, os cristãos-novos, em referência aos católicos que eram os cristãos-velhos. Sofrendo todo tipo de perseguição, alguns cientistas ficaram acreditando que não seriam perseguidos por estarem servindo ao rei. Schama (2015), afirma que “os judeus, assim que transmutados em cristãos, eram úteis em duas atividades importantes para a ambiciosa monarquia lusitana: ciência náutica e comércio”. O nome mais expressivo de astrônomo judeu converso foi José Vizinho.

Na Comissão de Matemática encontravam-se os cientistas Martin Behaim, judeu alemão; mestre Rodrigo, cristão-novo e cosmógrafo do rei; e Pedro Nunes, uma das mentes mais brilhantes de Portugal na época. “Pedro Nunes foi cosmógrafo e trabalhou em vários problemas práticos de navegação relacionados à correção de rotas. Dedicou-se ao aperfeiçoamento do astrolábio, criando o nônio e ampliando sua precisão”. (NOVINSKY, 2015).

No reinado de D. Manuel ocorre a tão sonhada e planejada viagem oficial de descobrimento do Brasil e da rota marítima às Índias, pois até 1500 tudo era feito em sigilo absoluto. Uma equipe de cientistas programou a viagem que teve Pedro Álvares Cabral como capitão-mor. Essa viagem só foi possível com a revolução técnica científica que aconteceu no século XV e a colaboração dos cientistas. Graças a estes fatores os navegadores puderam realizar as viagens sem se perderem em alto mar.

No entanto, toda a habilidade e talento dos judeus para as ciências e sua engenhosa colaboração para o avanço dos reinos ibéricos não foram suficientes para barrarem o antissemitismo que se alastrava pelos reinos que hoje compõem os países europeus.

Durante a Idade Média, no seio da Igreja Católica, surgiu uma pregação antijudaica, baseada na ideia de os judeus terem sido os culpados pela morte de Jesus Cristo. O crescente antissemitismo resultou: nas Cruzadas, nos pogroms, na expulsão dos judeus da Espanha em 1492 e de Portugal em 1498, além de outros países europeus e na criação do Tribunal do Santo Ofício. De acordo com Novinsky, este tribunal também conhecido como Tribunal da Inquisição, foi

estabelecido tanto em Portugal como na Espanha, por questões de centralização de poder. Este mesmo tribunal foi para ela o motivo de Portugal não ter se industrializado, nem ter acompanhado o progresso das nações europeias, sendo o responsável pela fuga de gentes e capitais para o norte da Europa e para o Novo Mundo (NOVINKY, 2012). O mesmo justifica o Brasil não ter se desenvolvido cultural e cientificamente no período colonial.

Segundo a autora, os judeus foram o único povo a ter um tribunal específico para os vigiar e punir. Como o Édito de Expulsão dos judeus, primeiro na Espanha, depois em Portugal, aos judeus foi dada a opção de sair do país ou se converter ao catolicismo. Muitos judeus alcançaram uma posição significativa na elite econômica nesses dois países, alguns deles mantinham uma relação social com os cristãos. Com a opção de sair ou se converter para o catolicismo, alguns judeus optaram por ficar e depois de batizados ficaram conhecidos como cristãos-novos, para os distinguir dos cristãos-velhos. Parte deles, convertidos por conveniência, parte convertidos genuinamente, o fato é que sofreram o preconceito na pele. Depois, muitos desses cristãos-novos foram investigados, presos, perderam suas riquezas, e alguns condenados à fogueira.

Os cristãos-novos foram perseguidos em Portugal e no Brasil com a acusação de violarem a religião romana, apesar de todos eles serem alfabetizados e exercerem funções econômicas e administrativas. Mas a história que vem sendo construída pelos pesquisadores que se dedicam ao estudo dos processos inquisitórios liberados recentemente pela Igreja Católica, é que o motivo de tanta perseguição foi econômico. Anita Novinsky, juntamente com suas orientandas do Núcleo de Estudos Judaicos da USP, publicou um livro analisando a participação dos judeus que ajudaram a construir o Brasil. Segundo as autoras, os cristãos-novos declaravam nos autos dos processos que tinham plena consciência de que eram presos por causa das suas riquezas, visto que a elite burguesa que emergia tanto na metrópole, quanto na colônia eram judeus e cristãos-novos (NOVINSKY et al., 2015). Essa elite enriqueceu com o renascimento do comércio na Europa, e foram sócios de Portugal nas viagens ultramarinas. Grande parte do dinheiro que patrocinou os descobrimentos veio dos cofres do povo judeu.

A intelectualidade que habitava a Península Ibérica antes de 1500 era predominantemente de origem judaica de acordo com Tavares (1982). Eles melhoraram e desenvolveram instrumentos imprescindíveis para as conquistas ultramarinas: os relógios, a bússola, a balestilha, o astrolábio, o quadrante, as tábuas astronômicas, almanaques, mapas, caravelas, naus e a teoria astronômica.

Desse modo, fica evidente que, a cooperação econômica e científica dos judeus, principalmente os astrônomos do século XV, tornou possível as viagens transoceânicas e as grandes descobertas realizadas pelos portugueses, as quais mudaram completamente a cosmovisão de mundo dos europeus, e paulatinamente seu modo de viver. Sem a ajuda dos astrônomos judeus talvez os portugueses não chegassem tão longe nas navegações oceânicas, ou elas nem teriam acontecido. Certo também que se Portugal não tivesse expulsado os judeus da sua terra, não só teriam sido os pioneiros, mas teriam permanecido na era das revoluções modernas.

Considerações finais

Os estudos desenvolvidos pela historiografia tradicional e dos livros didáticos encontrados no mercado acerca da temática abordada, não demonstram as influências dos judeus na história de Portugal e do Brasil. É imperativa a busca de evidências que justifiquem essa lacuna na nossa história. Com este embasamento será possível o estabelecimento de um diálogo entre as Ciências, Astronomia e História, produzindo resultados inéditos na pesquisa da área.

Por conta de o programa do mestrado ser profissional, a pesquisa resulta em atividades e produtos: textos, mesas redondas, seminários interdisciplinares, produção de jogos educativos pelos alunos, sequência didática (SD) e paradidáticos produzidos pela autora. As atividades desenvolvidas objetivam produzir junto aos alunos um saber interdisciplinar e que atenda as exigências da educação atualmente: educação para a ciência, olhando as necessidades do mundo atual e estimulando o protagonismo juvenil.

O trabalho de resgate do papel que os cientistas judeus tiveram para a História do Brasil e as influências deixadas por eles na sociedade colonial

brasileira, foi realizado através de produtos educacionais, sendo um deles o paradidático, escrito pela autora: *As Aventuras de Zacuto*. São dois volumes pensados no público infanto-juvenil. O primeiro se passa em Portugal e o segundo no Brasil, em 1500. Escrito baseado na história como ela aconteceu, mas com um implemento para chamar a atenção do público leitor: viagem no tempo, supermáquinas e personagens infantis. A ficção é um instrumento pedagógico para estimular o interesse do estudante por temas científicos. Estudando o papel do livro infantil na alfabetização de crianças Luis Paulo Piassi e Paula Teixeira Araújo (2002), analisam a literatura ficcional usada como recurso didático. Para eles esse tipo de literatura trabalha a alfabetização científica nas crianças e traz benefícios como: estimulam a participação dos estudantes; incentivam o interesse por ciência; facilita o aprendizado, pois o mesmo vem contextualizado; favorece a prática da leitura e da escrita por parte dos estudantes e facilita a abordagem de temas sociais, políticos e culturais conexos com a ciência. Os livros, bem como todo o trabalho de pesquisa, apontam para a importância que o conhecimento científico tem para o desenvolvimento dos processos históricos.

Referências

- KAYSERLING, Meyer. **História dos judeus em Portugal**. 2ª Ed. São Paulo: Perspectiva, 2009.
- MEA, Elvira Azevedo. **O sefardismo na cultura portuguesa**. Porto: Paisagem, 1974.
- NOVINKY, Anita. **O papel dos judeus nos grandes descobrimentos**. Revista Brasileira de História. São Paulo, 1991.
- NOVINKY, Anita; LEVY, Daniela; RIBEIRO, Eneida e GORENSTEIN, Lina. **Os judeus que construíram o Brasil: fontes inéditas para uma nova visão da história**. São Paulo. Planeta do Brasil, 2015.
- SCHAMA, Simon. **A história dos judeus: a procura das palavras - 1000 d.C.- 1492 d.C.** São Paulo. Companhia das Letras. 2015.
- TAVARES, Maria Pimenta Ferro. **Os judeus em Portugal no século XIV**. Lisboa. Editora: Universidade de Lisboa. 1982.

AMAZONAS, CIBORGUES E OUTROS GÊNEROS: PROPOSTAS EDUCATIVAS AOS ESTUDOS DE GÊNERO E HISTÓRIA ATRAVÉS DA FICÇÃO (HISTÓRIAS EM QUADRINHOS E CINEMA)

SAVIO QUEIROZ LIMA¹

Resumo: O trabalho faz uma proposta de uso das discussões produzidas para o site Plano Infalível como instrumentos pedagógicos no ensino de História e Gênero para o ensino superior. Com o intuito de produzir diálogos socialmente acessíveis sobre estudos de gênero através de leituras críticas de histórias em quadrinhos, os artigos selecionados no site Plano Infalível tratam temas diversos dentro dos estudos sobre gênero e sexualidade: Feminismo, Performance de Gênero, Pornografia, Matriarcado, Irmandade, Transgênero, entre outros. Cada artigo trata de um ou mais temas, fazendo uso de histórias em quadrinhos ou outros suportes midiáticos da ficção de entretenimento enquanto ponto de discussão e diálogo sobre temas relevantes sobre gênero e sexualidade na atualidade. Neste artigo, os textos escolhidos são sugeridos enquanto propostas educativas (com o uso das fontes primárias indicadas) para uma educação mais democrática no ensino de história.

Palavras-Chave: Estudos de Gênero, Ensino de História, História das Mulheres.

Abstract: The paper makes a proposal to use the discussions produced for the Plano Infalível site as pedagogical instruments in the teaching of History and Gender for higher education. In order to produce socially accessible dialogues on gender studies through critical readings of comics, the articles selected on the Plano Infalível website address various themes within the studies on gender and sexuality: Feminism, Gender Performance, Pornography, Matriarchy, Brotherhood, Transgender, among others. Each article deals with one or more themes, making use of comic books or other media of entertainment fiction as a point of discussion and dialogue on relevant themes on gender and sexuality in the present time. In this article, the chosen texts are suggested as educational proposals (using the indicated primary sources) for a more democratic education in the teaching of history.

Keywords: Gender Studies, History Teaching, Women's History.

Introdução

Há uma enorme dificuldade em se fazer escolhas e se apreender métodos para o ensino de história tendo as diversidades sexuais e de gênero enquanto temas relevantes. Há, também, uma enorme emergência em se tratar de diversos temas que, quando ignorados, produzem malefícios sociais desastrosos. O *bullying*, por exemplo, precisa ser colocado enquanto problema a ser resolvido através do debate pedagógico, do combate ativo e contínuo, fazendo uso dos saberes possíveis sobre sua origem e manutenção.

¹ Mestre em História pela Universidade Salgado de Oliveira (UNIVERSO) sob orientação da professora doutora Mary Del Priore. E-mail: savio_roz@yahoo.com.br.

A Indústria Cultural, através do suporte histórias em quadrinhos, abarca um amplo universo de produções de ficção que dialogam com a realidade. Em diversos momentos, surgiram propostas do uso desse suporte narrativo, bastante atrativo por sua competente junção entre textos e imagens, para o ensino primário e médio, mas é sabido que tal instrumento também tem utilidade no trato de saberes para o ensino superior.

O uso de histórias em quadrinhos enquanto instrumentos pedagógicos não é nem de longe, mais, uma novidade. A Escola de Comunicação e Artes da USP já produziu, através de pesquisadores, um generoso punhado de textos que podem ser encontrados com facilidade, tratando das diversas possibilidades dos usos das histórias em quadrinhos enquanto instrumentos pedagógicos. Superada essa questão, da possibilidade de seu uso, faz-se interessante seguir a estrada dos saberes com o objetivo de inserir em estudos, como o histórico, os conhecimentos sobre sexualidade e gênero para promover uma escola inclusiva.

Os estudos sobre gênero e sexualidades dialogam saberes sobre sexo, gênero, orientação sexual, atividade sexual e sexualidades. Fruto, de todo modo, de uma construção educativa promovida em curso pela Universidade dos Andes, Colômbia, através da modalidade de Educação à Distância e aberta MOOC (*Massive Open Online Course*), elaborado pelas professoras Angela Maria Rojas Martinez, Elvia Vargas Trujillo, Marta Carolina Ibarra e o professor Carlos Hermosa Bosano. Ao findar do curso, é proposto que os saberes e conhecimentos dialogados e apreciados possam seguir através de outros métodos e procedimentos, o que deu origem ao intento textual do Plano Infalível.

O site Plano Infalível comportou em seu material publicado diversos textos que pretendem-se pontes entre os estudos de gênero e a sociedade. Entretanto, esse material está também disponível em site autoral, o que assegura possibilidades de atualizações e um processo de conservação do material e seu acesso contínuo². O repositório de textos serve como laboratório de construção de diálogos possíveis e sugestivos sobre os temas que transpassam os estudos de gênero e sexualidade e periódico de exposição da análise textual crítica sobre os mesmos em um espaço

² O site www.savioroz.wordpress.com, em formato de blog, tem o acervo textual completo e devidamente datado para com sua publicação original no site Plano Infalível. Seu acesso ainda dinâmico lhe faz a melhor escolha para análise do material aqui citado, por isso os links em notas de rodapés são para esse domínio.

digital/virtual dinâmico e acessível. Desta forma, sugere-se, nesta reflexão textual, seu uso como meio de construções de saberes sobre gênero, história e sexualidades.

Tecendo Saberes de Gênero, História e Sexualidades

No uso de possibilidades de instrumentos pedagógicos no ensino de história, sexualidades e gênero, surgem opções já pretensivas. Os temas úteis ao combate de ignorâncias, discriminações, machismo, homofobia, entre outros males, são trabalhados num formato leve, dinâmico, dentro de uma proposta de reflexão e entretenimento em site especializado no diálogo com o público consumidor de ficção em literatura, quadrinhos e cinema.

A narrativa ficcional em histórias em quadrinhos e outros suportes, principalmente nas produções da cultura pop, estão carregadas de imaginários e discursos. Muitas vezes seu uso se dá por meio da metáfora, alusões diretas ou indiretas às questões pertinentes às inquietações sobre política, sociedade, história. Um ponto específico dessas representações está centrado nas dinâmicas sexuais e de gênero, principalmente em espaços sociais onde os saberes sobre gênero e sexualidades estão claramente limitados às genitalidades e suas reduções, e onde as discussões sobre sexualidades esbarra em receios e tabus gerados pela ignorância e medo.

Para tal, uma série de textos sobre os temas ligados a esse ponto central se fazem úteis nas discussões. Textos que partem de releituras (ou leituras criteriosas, partidas de uma base de conhecimentos mais sólidas) sobre narrativas ficcionais presentes em histórias em quadrinhos e os suportes que com este dialogam, como literatura e cinema. Possibilitando, de tal forma, clarear conceitos básicos, fazer a devida diferenciação entre conceitos e saberes, protegendo a diversidade no que diz respeito às relações afetivas e sexuais, promovendo o bem-estar e o combate aos preconceitos. Assim são pensados os textos feitos para o site-blog Plano Infalível e aqui selecionados e sugeridos.

Os participantes do site Plano Infalível elaboraram a divisão de tarefas pensando uma produção diferente da comumente usada em sites de mesma tipologia. Existem inúmeros sites que tratam de temas relacionados à chamada cultura pop, com ênfase nas produções e comercializações de histórias em quadrinhos. Quando fui convidado a compor o corpo editorial do site, em formato de blog, foi por conta de minha

experiência com o uso desse singular material na produção de reflexões acadêmicas sobre temas diversos em minha formação em história.

Desta maneira, os textos produzidos com essa proposta metodológica e com tal intento educativo foram sendo construídos paulatinamente. Promovendo, dessa forma, uma rede interligável de temas pertencentes aos estudos de sexualidades e gênero, legitimando sua condição de crítica historiográfica e perspectiva inter-relacional e intercultural (BORTOLINI, 2008, p.32). Os textos produzidos para o Plano Infalível e presentes no seu formato blog fazem uso dessa rede interligável de saberes, com temas e assuntos abordados e retomados quando oportunos.

Ainda que os textos possam ser acompanhados separadamente e de forma aleatória, já que tratam os temas de forma fechada, existem ligações úteis. Muitos dos textos fazem tais sugestões através de acessibilidades por hiperlinks durante a construção textual, havendo sempre uma indicação de uma reflexão anterior num texto já existente e postado no mesmo site. De todo modo, faz-se aqui interessante tratar os textos e ofertar as possibilidades de seus usos através de uma cronologia coerente, afim de construir uma narrativa linear da construção do pensamento. Entretanto, convém deixar claro, que os textos e temas podem ser abordados dentro das expectativas dos interessados.

Tomemos por ponto de partida o texto *TANK GIRL: Manda Arquivar essa M&*d@!!^β*, publicado em 30 de agosto de 2016. Através de uma contextualização histórica sobre movimentos sociais representados em histórias em quadrinhos *underground* do cenário britânico dos anos de 1980. Tank Girl, a protagonista dessa produção, confronta os pudores e conservadorismos que tinham por farol o governo da primeira-ministra do Reino Unido, Margareth Thatcher, entre 1979 e 1990. No texto, se sugere uma reflexão sobre seu possível feminismo, mas confirma que, em todo caso, Tank Girl confronta os lugares impostos às mulheres, confronta as performances de gênero que lhes possam ser atribuídas.

O texto seguinte, publicado em 6 de setembro de 2016, faz parte de uma proposta mais elaborada envolvendo estudos sobre erotismo e pornografia⁴. Trata-se de entrevista objetivando sorve saberes sobre tais conceitos e discursos através do ponto de vista da artista Giovanna Casotto, famosa autora italiana de produção

³ Disponível em: <https://savioroz.wordpress.com/2017/11/09/tank-girl-manda-arquivar-essa-md/>.

⁴ Disponível em: <https://savioroz.wordpress.com/2017/11/09/erotismo-ou-pornografia-giovannissima-resposta/>.

erótico-pornográfica. Complexo tema, a sua discussão enriquece os saberes sobre as representações das sexualidades, inclusive das sexualidades abjetas ou tratadas por dissidentes, das violências diversas da indústria pornográfica, mas, também, das possibilidades de vivências de expressões sexuais sócio-eróticas despatologizadas.

Este trabalho supracitado corrobora com as investigações e construções reflexivas que dividi com a historiadora e pesquisadora Saoara Sotero em diversas oportunidades. Reflexões produzidas em formato de minicurso, de título *Erotismo ou Pornografia? Discursos e Representações das Sexualidades*, ministrado e ampliado desde a *II Semana de História da UNEB*, na cidade de Itaberaba, em novembro de 2014, no ano seguinte na Biblioteca Pública do Estado da Bahia, em janeiro de 2015 e setembro de 2016 em eventos abertos no Colégio Acadêmico, em Salvador. Mais recentemente, em artigo de título feito para o *V Seminário Internacional Enlaçando Sexualidades*, ocorrido na capital baiana em setembro de 2017.

A Mulher Maravilha está presente enquanto personagem-produto inquerido em muitos dos textos no site-blog. Por serem de minha autoria, estão em consonância com a produção intelectual que elaborei, em formato de dissertação, para a conclusão de curso de pós-graduação em História, com o tema do feminismo como ponto principal. Por conta disso, muitas reflexões serão transcrições das reflexões de textos mais densos dentro do ambiente acadêmico para o formato mais acessível e palatável do site-blog.

O primeiro deles, *Irmandade e Matriarcado na Mulher Maravilha*, publicado em 26 de setembro de 2016, faz uso da análise da mitologia da Mulher Maravilha para se pensar conceitos⁵. Dois conceitos caros às reflexões feministas, a Irmandade foi uma concepção fundamental às elaborações de grupos de mulheres, que depois foi racionalizado e ampliado para o conceito de sororidade. O texto, também, pondera sobre a concepção de matriarcado, hipótese de organização social elaborada em meados do século XIX em contraposição ao regime patriarcal tanto enaltecido.

No texto seguinte, *Mulher Maravilha: Embaixadora da ONU*, os temas são representação feminina e política feminista⁶. Publicado em 17 de outubro de 2016, reflete a escolha da *Organização das Nações Unidas* (ONU) da personagem Mulher Maravilha enquanto símbolo da campanha de combate à violência de gênero. A

⁵ Disponível em: <https://savioroz.wordpress.com/2017/11/10/irmandade-e-matriarcado-na-mulher-maravilha/>.

⁶ Disponível em: <https://savioroz.wordpress.com/2017/11/10/mulher-maravilha-embaixadora-da-onu/>.

relação, aparentemente fugaz, demonstra a importante relação entre símbolos, ícones, dentro dos imaginários representativos dos movimentos das mulheres. A relevância dessa apropriação simbólica de uma super-heroína de histórias em quadrinhos como ícone representativo para mulheres e para o feminismo não se limitam a este episódio, mas são, neste, bastante significativas.

Seguindo uma reflexão sobre os sintomas históricos diante de duas narrativas em quadrinhos que apresentaram nudez e violência. Publicado em 24 de outubro de 2016, como segunda parte, o texto *Lavando as Páginas dos Quadrinhos* apresenta duas posturas moralistas diante de liberdades criativas e a diagnose de um retrocesso⁷. Se há um assunto que, até na atualidade, causa desconforto numa sociedade inebriada de uma moralidade construída e carregada de uma ignorância assumida, é a nudez. Por conta disso, a reflexão sobre a relação forçosa e reducionista entre nudez – sexualidade – pornografia irá imperar enquanto não for sanada pelo conhecimento sobre os conceitos tidos por sinônimos.

A representação da mulher negra como protagonista de uma história em quadrinhos é tema central do artigo seguinte. Com o título de *Onde Está Martha Washington?*⁸, o texto, publicado em 14 de novembro de 2016, coloca sobre a mesa da reflexão o cruzado de gênero e raça na definição das hierarquias socialmente imposta no fortalecimento de uma categoria mais fragilizada. Além disso, toda a carga reacionária e conservadora, criticada na narrativa dos anos 1990, carrega a obra de uma amplitude e diversidade de questionamentos. As fontes primárias, as histórias em quadrinhos, aqui sugeridas são de grande enriquecimento nos tratos sobre representações de posturas políticas autoritárias e sociedade hierarquizada em gênero e raça.

Quando Acordei Mulher, texto publicado em 21 de novembro de 2016, debruça interesse sobre a transgeneridade⁹. Faz o mapeamento, leve, das produções ficcionais nos quadrinhos que personagens transgênero se destacam. Polêmico, o texto chegou a provocar um leitor que trouxe em carga discursiva uma gama de preconceitos e transfobias, registrando que persiste um processo de exclusão e violência principalmente quando o modo de existência é inferiorizado em discursos sobre a

⁷ Disponível em: <https://savioroz.wordpress.com/2017/11/10/lavando-as-paginas-dos-quadrinhos-2/>.

⁸ Disponível em: <https://savioroz.wordpress.com/2017/11/10/onde-esta-martha-washington/>.

⁹ Disponível em: <https://savioroz.wordpress.com/2017/11/10/quando-acordei-mulher/>.

materialidade naturalizada. Tais vivências sexuais e de gênero rompem com a lógica dicotômica, por isso tão incômodos.

Novamente os temas se cruzam, mostrando que a dinâmica social é feita pela Interseccionalidade. A inexistência de uma feminilidade universal, ainda que possibilite a sororidade, não dá conta de questões de pertencimento ou representatividades. Em *A Mulher Maravilha Negra!*¹⁰, com data de postagem em 05 de dezembro de 2016, a visibilidade da mulher negra é pretendida através de uma pesquisa qualitativa sobre a personagem Núbia, desde sua criação em 1973 até a atualidade, com seu uso enquanto tema para cosplayers (pessoas que se vestem de personagens em eventos da cultura pop). Não à toa seja um dos mais bem aceitos textos, obtido *feedback* positivo através do instrumento “curtir” em redes sociais.

O cinema de terror construiu uma narrativa singular para se trabalhar feminismo e violência sexual. Trata-se da franquia *Alien*, com seu primeiro filme em 1979, com destaque para a protagonista, Ellen Ripley, interpretada pela atriz Sigourney Weaver. Seus idealizadores, roteiro e direção, pretenderam uma narrativa de suspense de ficção científica onde a personagem principal confrontasse posturas sexistas e que a violência da criatura alienígena fosse uma referência direta à violência sexual, porém, contra homens. O texto *Corajosa Ripley: Feminismo & a metáfora do Estupro Masculino na Franquia ALIEN*¹¹, publicado em 12 de dezembro de 2016, faz uma pesquisa histórica e uma análise crítica sobre tais temas, podendo corroborar com a apreciação da produção supracitada.

A crítica ao essencialismo baseado na biologia e na morfologia, bem como meios possíveis a se pensar as ideias de diferença e desigualdade estão em postagem de 06 de março de 2017. Com o título *É Virtual a Alma da Ciborgue?*¹², o texto apresenta a Major Kusanagi, protagonista do quadrinho *Ghost in the Shell*, da animação de mesmo nome e do filme lançado no Brasil no mesmo ano da postagem, vivente de um futuro otimista onde a composição física humana é transformável em nível até então não atingido em nossa realidade. O diálogo com o tratado *Manifesto Ciborgue*, da bióloga e feminista Donna Haraway, surge imensamente oportuno para se pensar o corpo enquanto essência e a construção interpretativa de gênero.

¹⁰ Disponível em: <https://savioroz.wordpress.com/2017/11/10/a-mulher-maravilha-negra/>.

¹¹ Disponível em: <https://savioroz.wordpress.com/2017/11/10/corajosa-ripley-feminismo-a-metaphora-do-estupro-masculino-na-franquia-alien/>.

¹² Disponível em: <https://savioroz.wordpress.com/2017/11/10/e-virtual-a-alma-da-ciborgue/>.

Dando seguimento à produção asiática de cultura pop, na história em quadrinhos *Crying Freeman*¹³, de 1986 a 1988, novamente gênero e sexualidade são pontos de destaque. Com estereótipos e exageros narrativos que beiram ao preconceito, porém, o próprio texto faz uma abordagem crítica sobre as representações de corpos indóceis, de fugas de padrões de beleza, de uma diversidade para muitos incômoda. A publicação com o título *A Bela e a Fera? Não! A virgem e o Assassino!*, postada no site-blog em 20 de março de 2017, também faz menção de uma relação afetiva e sexual bastante destoante de um imaginário romântico sempre valorizando, por isso a clara provocação presente no título do texto.

Na maior parte dos textos a personagem Mulher Maravilha volta a se destacar como ponto de partida de leituras e reflexões. Frutos do comprometimento ocorrido com a produção da reflexão intelectual acadêmica da dissertação, os traços de discursos feministas aparecem em postagens como: *Reimaginando as Raízes da Mulher Maravilha*¹⁴, de 17 de janeiro de 2017; *A Mulher Maravilha na Primeira Guerra Mundial*¹⁵, de 30 de maio de 2017; *Cadê a Mulher Maravilha nas bancas e livrarias?*¹⁶, de 15 de agosto de 2017; *Mulher Maravilha: A Atlas Feminina Segurando o Mundo da DC-Warner nos Cinemas*¹⁷, de 06 de junho de 2017; entre outras postagens.

Um texto que se destaca pelo conteúdo crítico é o de título *A Estética Histórica da Mulher Maravilha*¹⁸, publicado em 04 de maio de 2017. Neste texto, as mudanças na aparência da Mulher Maravilha, inclusive suas vestimentas, e a utilidade dessas contextualizações históricas para a crítica sobre padrões de beleza e estética, construções sociais que regulam corpos de mulheres, condenando-as às rejeições quando não atendem regimes e regras. A História e as mudanças nas marés culturais do mundo ocidental foram cruciais para construir, transformar e desconstruir as concepções de feminilidade, frutos de hábitos e costumes naturalizados sobre a imagem da mulher.

¹³ Disponível em: <https://savioroz.wordpress.com/2017/11/10/a-bela-e-a-fera-nao-a-irgem-e-o-assassino/>.

¹⁴ Disponível em: <https://savioroz.wordpress.com/2017/11/10/reimaginando-as-raizes-da-mulher-maravilha/>.

¹⁵ Disponível em: <https://savioroz.wordpress.com/2017/11/12/a-mulher-maravilha-na-primeira-guerra-mundial/>.

¹⁶ Disponível em: <https://savioroz.wordpress.com/2017/11/12/cade-a-mulher-maravilha-nas-bancas-e-livrarias/>.

¹⁷ Disponível em: <https://savioroz.wordpress.com/2017/11/12/mulher-maravilha-a-atlas-feminina-segurando-o-mundo-da-dc-warner-nos-cinemas/>.

¹⁸ Disponível em: <https://savioroz.wordpress.com/2017/11/10/a-estetica-historica-da-mulher-maravilha/>.

*As Amazonas Africanas: As Mulheres Maravilhas do Daomé*¹⁹ é um dos textos mais apreciados e compartilhado. Publicado em 27 de junho de 2017, trata das guerreiras do reino africano do Daomé em diálogo com o mito das amazonas, dos registros gregos antigos até a ficção da Mulher Maravilha. Atribuições militares que geralmente não são permissíveis às mulheres, fazendo com que o mito das amazonas seja ressignificado, para contemplar uma nova vivência historicamente contemplada. As diferenças entre os sexos não são lógicas plausíveis para justificar as desigualdades impostas em nossa sociedade com hierarquia entre homens e mulheres, esta é a crítica proposta no texto.

Obviamente o espaço textual de artigo não se permite contemplar todas as potencialidades possíveis. Para isso é mais que ideal que a sensibilidade do pesquisador e educador sintonize com os tratos produzidos no site-blog supracitado, as leituras criteriosas e críticas dos textos e a sintonia (ou não) com os saberes, conhecimentos e discussões propostos. Inserir gênero e sexualidades nas diversas discussões sobre história contemplam o intento democrático de valorização da diversidade dentro dos ambientes de construções dos saberes. Oferto, dessa forma, os trabalhos realizados em suportes digitais, para público não especializado e amplo, como propostas didáticas de ensino de gênero e sexualidades, dialogando com produções de entretenimento, como cinema e histórias em quadrinhos.

Tais discussões, transitadas à possibilidade de instrumentos pedagógicos, leituras complementares, são pontos de partidas e ofertas de diálogos. Não contemplam todos os conceitos, todas as ideias e necessidades dos estudos de gênero e sexualidades, mas podem ser um interessante ponto de partida aos educadores que querem abranger seus saberes e ampliar suas práticas de ensino. Como o meio digital ainda permite o feedback, ainda é oportuna a disponibilidade de diálogo desta proposta educativa.

Conclusão

Os estudos de gênero e sexualidades, protegidos por lei federal, são atualmente agredidos por uma onda reacionária. Desde que foram contemplados enquanto temas transversais pelos Parâmetros Curriculares Nacionais em 1998, a educação sexual surge

¹⁹ Disponível em: <https://savioroz.wordpress.com/2017/11/12/as-amazonas-africanas-as-mulheres-maravilhas-do-daome/>.

como proposta de política pública no combate de doenças e violências. As produções intelectuais e artísticas, como as aqui sugeridas, comungam com a razão da escola (e outros espaços de saberes) como provedores de saberes e vivências humanas, o patrimônio cultural que nos enriquece (PILETTI *apud* BORTOLINI, 2008, p.95).

Não apenas as histórias em quadrinhos são úteis instrumentos auxiliares nas construções dos saberes como as produções críticas sobre os mesmos servem de exemplos e pontos de partida. Desta forma, a análise crítica e as exposições de propostas educativas de uso dos suportes de ficção de entretenimento são ofertas de usos de diálogos e discussões contextualizadas e comungadas com uma diversidade de produções intelectuais. São histórias em quadrinhos e filmes que surgem oportunos aos estudos de gênero e sexualidade, onde o site-blog Plano Infalível surge como repositório de algumas reflexões úteis.

As sugestões de material auxiliar na construção de saberes sobre gênero e sexualidades surgem oportunas. Os textos, construídos com dedicação aos estudos supracitados, estão carregados de conceitos e discussões pertinentes sobre as tensões que atingem nossa sociedade, principalmente com perceptíveis reações de setores ignorantes e carregados de preconceitos. No intuito de um caminho de felicidade, faz-se mister defender a qualidade de vida dos indivíduos, e isso só pode ser garantido através do bem-estar fruto de uma dinâmica inclusiva e democrática.

A valorização da pessoa individual, protegida pelos direitos humanos, abarca as múltiplas dimensões do bem-estar. Para que se conquiste o bem-estar físico, é preciso que as condições como alimentação e saúde possam ser contempladas, e não há quem questione tais condições. Para desfrutar do bem-estar psicológico, são necessárias seguridades e atitudes positivas em prol da participação coletiva, relações construtivas e a capacidade decisória sobre sua própria vida. Para uma participação plena e inclusão nos espaços sociais, sem que sofra exclusão ou preconceito.

Dentre os princípios basilares dos Direitos Humanos, o que se refere à Igualdade e Não Discriminação nos é mais caro. Seu custo está diretamente ligado às perpetrções de práticas e discursos segregadores, incentivados, através do medo e da perversão, por grupos diversos que atacam as minorias políticas representadas pelas desigualdades de gênero (as mulheres) e de sexualidades (as sexualidades dissidentes). A democracia e a justiça exigem que tais grupos sejam protegidos e que a educação seja o meio necessário para que a mentalidade retrógrada seja combatida.

As postagens, ainda que rapidamente apresentadas neste texto, são práticas analíticas com base nos estudos de gênero e sexualidade. Práticas realizadas através de leituras críticas das fontes primárias, histórias em quadrinhos e filmes, devidamente contextualizadas, localizadas no espaço e no tempo, ficções carregadas de valores e ideias de nossa realidade. As desigualdades sociais que se valem de naturalizações de gênero e condenações de práticas sexuais “anormalizadas”, reconhecíveis em agressões como *bullying*, homofobia, machismo, etc, precisam ser combatidas para que se possam atingir a maior proximidade da sociedade com a democracia e a justiça social.

Em tal corrente possível de construções de saberes, além dos usos de suportes como cinema e histórias em quadrinhos, as produções críticas sobre as mesmas surgem como mais um elo. Por esta razão, os temas abordados nas postagens sugeridas estão, em sua maior parte, devidamente referenciados de outras leituras, outros materiais, confirmando pesquisas fortuitas de cruzamentos de fontes, abordagens teórico-metodológicas, aplicação de bagagens de saberes. E numa visão democrática e justa diante do conhecimento, seu compartilhamento é um ato de justiça social em prol do combate das mazelas morais que atingem a sociedade.

Referências

BORTOLINI, Alexandre. **Diversidade Sexual e de Gênero na Escola – Uma Perspectiva Inter-relacional e Intercultural.** In: BORTOLINI, Alexandre (Org). *Diversidade Sexual e de Gênero na Escola – Educação, Cultura, Violência, Ética.* Pró-Reitoria de Extensão da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Rio de Janeiro, 2008.

HARAWAY, Donna. **Manifesto ciborgue. Ciência, tecnologia e feminismo-socialista no final do século XX.** In: HARAWAY, D.; KUNZRU, H.; TADEU, T. *Antropologia do ciborgue: as vertigens do pós-humano.* Belo Horizonte: Autêntica, 2009, p. 33-118.

ENTRE A TEORIA E A PRÁXIS- O PROGRAMA REVOLUCIONÁRIO E A EXPERIÊNCIA POLÍTICA DO MR-8 NA BAHIA (1969-1971)

TAYLAN SANTANA SANTOS¹

Resumo: O objeto de estudo do presente trabalho consiste na história do Movimento Revolucionário Oito de Outubro (MR-8): o programa para a Revolução brasileira e a resistência armada da organização na Bahia nos anos de 1969-1971, durante a ditadura civil-militar. Em sua trajetória, o MR-8, organização revolucionária da esquerda armada, foi responsável pela formação de uma base em Salvador, além do desenvolvimento de uma experiência política no campo em Brotas de Macaúbas, sertão baiano, durante o referido período. Diante desse contexto visamos estabelecer uma análise histórica acerca da correlação entre a práxis revolucionária desencadeada pela organização na Bahia e sua teoria política. Nesse sentido, buscamos compreender qual plano tático/estratégico circunscreveu a atuação do MR-8 durante o processo político de luta armada no Brasil. O referencial desta pesquisa concentra-se no campo da história política, cuja metodologia consiste no estudo dos documentos programáticos do MR-8, atrelado ao método da história oral realizado com ex-militantes da organização. Vale ressaltar que esta pesquisa segue em curso no mestrado em História (PPGHIS/UNEB).

Palavras-Chave: Ditadura; Luta Armada; MR-8; Resistência; Revolução.

Abstract: The aim of this study is to study the history of the Revolutionary Movement Eight of October (MR-8): the program for the Brazilian Revolution and the armed resistance of the organization in Bahia in the years 1969-1971 during the civil- military. In its trajectory, the MR-8, a revolutionary organization of the armed left, was responsible for the formation of a base in Salvador, as well as the development of a political experience in the field in Brotas de Macaúbas, in the sertão of Bahia, during that period. Given this context we intend to establish a historical analysis about the correlation between the revolutionary praxis unleashed by the organization in Bahia and its political theory. In this sense, we seek to understand which tactical / strategic plan circumscribed the MR-8's performance during the political process of armed struggle in Brazil. The reference of this research is focused on the field of political history, whose methodology consists of the study of the MR-8 program documents, linked to the method of oral history performed with ex-militants of the organization. It is worth mentioning that this research is still underway in the Masters in History (PPGHIS / UNEB).

Keywords: Dictatorship; Armed struggle; MR-8; Resistance; Revolution.

Introdução

Durante a ditadura civil-militar no Brasil (1964-1985), o conjunto das esquerdas brasileiras resistiram sob o propósito da derrubada do regime de

¹ Mestrando em História (PPGHIS/UNEB). Email: taylansantos@hotmail.com

exceção que durou ao longo de vinte e um anos, período constituído pela centralização política dos governos militares e o cerceamento das liberdades políticas e democráticas. O Estado autocrático e militarizado consolidou a associação entre o desenvolvimento do capitalismo dependente no Brasil e o uso sistemático da repressão anticomunista enquanto política institucional. Tais condições históricas estimularam a formação das esquerdas revolucionárias no país: trata-se de diversas organizações clandestinas que por meio da luta armada apontavam o fim da ditadura e o caminho da revolução no Brasil.

Como parte desse processo, destacamos o Movimento Revolucionário-Oito de Outubro, organização política de esquerda armada e clandestina. A história do MR-8 durante a ditadura evidencia aspectos importantes para as esquerdas ao longo do período: a crise de paradigma do PCB e suas cisões, a repressão, a imersão da clandestinidade e a deflagração da luta armada como a opção política para o fim da ditadura e a conquista da revolução no Brasil. Em peculiar, o MR-8 foi uma organização revolucionária de origem na Guanabara, que se expandiu para a formação de uma base clandestina em Salvador. Ademais, destacou-se como a única organização da luta armada que conseguiu estabelecer um processo político de inserção e experiência no campo na Bahia no povoado rural de Buriti Cristalino, na região de Brotas de Macaúbas, sertão baiano. Entre os militantes vale salientar a presença de Zequinha Barreto e o capitão Carlos Lamarca, considerado naquele momento "o homem mais procurado pela ditadura". A atuação desse "setor de campo" foi interrompida pela Operação Pajuçara, uma missão militar que desencadeou uma intensa repressão ao MR-8 na Bahia em 1971.

Visamos apresentar uma análise acerca da estratégia revolucionária do MR-8 e a sua experiência política no campo na Bahia. Nesse sentido, o nosso trabalho consiste em um estudo do programa político da organização, através dos documentos "Linha Política" e "Orientação para a Prática", correlacionado a práxis política do MR-8 durante o processo de luta armada na Bahia. Em curso, a presente pesquisa visa apresentar neste artigo alguns apontamentos, em síntese, acerca da teoria revolucionária e a experiência política do MR-8 na Bahia.

Breve história do MR-8: Da origem dissidente ao rapto do embaixador

O Movimento Revolucionário Oito de Outubro (MR-8) foi uma organização clandestina de esquerda que nasceu no estado da Guanabara (hoje Rio de Janeiro) em 1969, após a famosa captura do embaixador norte-americano. Suas origens de formação estão diretamente relacionadas a algumas questões que transcorreram ainda ao longo dos anos 60. Assim, a história do MR-8 se inicia como produto da crise de paradigma do PCB que se agravou e proporcionou a organização de frações no próprio partido.² Por sua vez, estes grupos representaram alternativas internas ao PCB para a construção de um novo projeto político no movimento de resistência à ditadura. No bojo da insurgência destas frações do PCB, foram articuladas a partir de 1965, as dissidências universitárias em diversos estados do Brasil. As chamadas "DIs", dissidências internas que atuavam de maneira duplamente clandestina: tanto do ponto de vista da repressão, como no âmbito do comitê central do PCB.

Nos estados do Rio de Janeiro e da Guanabara ocorreram a formação de dissidências universitárias que atuaram distintamente nos respectivos estados. Em 1966, após cruciais divergências no debate acerca do apoio às eleições parlamentares no referido ano, a DI-Guanabara, que na contramão do comitê central defendia o boicote eleitoral, "rachou" com o partido e se comportou de modo independente do PCB. Desde então, a Dissidência Comunista da Guanabara (DI-GB), organização marxista revolucionária, se consolidou de maneira significativa no ano de 1968 como uma vanguarda na mobilização do movimento estudantil contra a ditadura, mediante o ingresso de quadros da organização em centros estudantis que deflagraram diversos atos de rua no período. Assim, a referida dissidência se fortaleceu politicamente articulando-se com demais dissidências estaduais, o que garantiu uma significativa projeção nacional.³

No final de 1968, o decreto do Ato Institucional nº 05 intensificou o processo de recrudescimento da ditadura mediante a institucionalização da

² Uma fração corresponde a um determinado grupo político existente no próprio partido. A função deste grupo é organizar uma disputa interna visando encaminhar a sua linha política para o partido.

³ CAMURÇA, Marcelo Ayres; FILHO, Reis Aarão Daniel. O Movimento Revolucionário Oito de Outubro (MR-8): da luta armada contra a Ditadura à luta eleitoral no PMDB. In: **As esquerdas no Brasil: revolução e democracia – 1964**. Civilização Brasileira, 2007.

repressão. Nesse contexto histórico de refluxo das grandes manifestações no Brasil por conta do endurecimento do regime de exceção, a DI-GB optou pela adoção de uma política radicalizada com a promoção de ações armadas a exemplo de captura de armas, expropriações de fundos econômicos e a formação de “aparelhos urbanos”.⁴ Não obstante, predominava a avaliação de que ainda era necessário a realização de uma grande ação de resistência capaz de superar o bloqueio da censura e arrancar conquistas políticas para o movimento revolucionário de combate à ditadura.

Diante dessa perspectiva, em setembro de 1969, a referida organização realizou o famoso “sequestro” do embaixador estadunidense- o primeiro embaixador raptado no Brasil, uma ação planejada pelos militantes Cid Benjamin e Franklin Martins. Autointitulado durante a operação como “Movimento Revolucionário- Oito de Outubro”, a organização assumiu publicamente esse nome em menção a Dissidência Comunista do RJ (DI-RJ), nomeada desde então pela própria repressão como MR-8. Nos meses anteriores ao rapto de Charles Elbrick, a repressão militar havia desbaratado a DI-RJ, que possuía um periódico chamado “Oito de Outubro”, em referência a data histórica de captura do guerrilheiro Ernesto Che Guevara, expoente inspirador das esquerdas revolucionárias no Brasil. Sob efeito midiático, o próprio regime anunciou o fim do MR-8, o que motivou a DI-GB adotar publicamente o nome de MR-8 a fim de confundir e desmoralizar a ditadura. Assim, para a sua surpresa e confusão da repressão, o MR-8 (DI-GB) foi responsável pela maior ação da luta armada no Brasil: a captura do embaixador dos EUA, denunciando o regime de exceção e conquistando a liberdade de prisioneiros políticos.⁵

Através do impactante manifesto revolucionário difundido pelos principais canais de comunicação do país, o MR-8 tencionava a ditadura e propagandeava a luta armada como a saída política que a esquerda brasileira possuía naquele momento em um cenário de extrema repressão e cerco do regime. Logo em seu início, a organização anuncia:

Grupos revolucionários detiveram hoje o Sr. Charles Burke Elbrick, embaixador dos Estados Unidos, levando-o para algum lugar do país,

⁴ Locais designados como base para as organizações clandestinas do período, onde se faziam reuniões políticas e planejamento dos militantes.

⁵ PIMENTA, Isabel. Os filhos rebeldes de um velho camarada: a trajetória da dissidência comunista e do movimento revolucionário 8 de outubro. In: SALES, Rodrigues Jean. **Guerrilha e revolução: a luta armada contra a ditadura militar no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora Lamparina, 2015.

onde o mantêm preso. Este ato não é um episódio isolado. Ele se soma aos inúmeros atos revolucionários já levados a cabo: assaltos a bancos, nos quais se arrecadam fundos para a revolução, tomando de volta o que os banqueiros tomam do povo e de seus empregados; ocupação de quartéis e delegacias, onde se conseguem armas e munições para a luta pela derrubada da ditadura; invasões de presídios, quando se libertam revolucionários, para devolvê-los à luta do povo; explosões de prédios que simbolizam a opressão; e o justicamento de carrascos e torturadores.⁶

Vale ressaltar que o MR-8 apresentava o fato do rapto do embaixador como um “ato revolucionário”, dissociado, portanto, de qualquer noção legalista que associa tal prática como crime. Nesse sentido, o propósito da organização era divulgar perante a sociedade brasileira que se tratava de uma ação política com um fim político: denunciar os crimes desde então cometidos pelo Estado ditatorial e garantir a libertação de prisioneiros políticos que padeciam nas prisões. A partir desse manifesto, o MR-8 apresentava em linhas gerais a situação crítica da conjuntura brasileira daquele período, defendendo perante a sociedade um horizonte muito além do fim da ditadura civil-militar, caracterizada pela conquista do socialismo para a transformação da realidade. Para tanto, o MR-8 respaldou a sua trajetória política, a partir de um programa político para a revolução brasileira, sintetizado nos documentos clandestinos “Linha Política” e “Orientação para a Prática”.

“Linha política”: por uma interpretação marxista da realidade brasileira

Ao longo dos anos 60, as esquerdas brasileiras apresentaram distintas leituras teóricas acerca da realidade brasileira visando sua transformação social. No contexto de colapso do populismo, deflagração do Golpe de Estado em 1964 e instauração de uma ditadura civil-militar, era imprescindível a fundamentação de uma visão sistemática da conjuntura brasileira, na proposição de uma linha política que norteasse a práxis das esquerdas no Brasil. Referenciados pelo marxismo, grande parte das organizações políticas adotaram a concepção materialista e dialética da história enquanto um método científico para a interpretação da realidade.

Por sua vez, as formulações teóricas concebidas no âmago das esquerdas estimularam o debate sobre a revolução no Brasil. Quanto a DI-GB/MR-8, a

⁶ “Manifesto da ALN e do MR-8”. In: REIS FILHO, Daniel Aarão. **Versões e ficções**: o seqüestro da história. São Paulo, Ed. Fundação Perseu Abramo, 1997, p. 227.

referida organização apresentou em seu conteúdo programático uma nova alternativa de leitura teórica para o processo de revolução no Brasil. Enquanto uma organização marxista clandestina, o seu projeto para a revolução brasileira possuiu um caráter essencialmente socialista. Ou seja, a organização assimilava o movimento contra a ditadura como uma tarefa inicial da luta revolucionária, na qual, a etapa histórica subsequente deveria ser a construção imediata e direta do socialismo no Brasil. Tal perspectiva se difere dos grupos que defendiam com diferentes ênfases o estabelecimento de um “governo popular revolucionário” para cumprir a etapa nacionalista-burguesa da revolução brasileira, entre as quais podemos citar as organizações armadas como ALN e o PCBR que defendiam a respectiva tese.⁷

No que tange ao MR-8, o documento clandestino “Linha Política”, formulado em abril de 1969, visa situar aquela conjuntura histórica, mediante uma interpretação marxista sob a realidade. Quanto a natureza econômica da realidade brasileira, o MR-8 apresenta a seguinte perspectiva analítica:

Os maiores obstáculos ao desenvolvimento das forças produtivas na sociedade provém das condições do capitalismo dependente, incapaz de liberar a sociedade do atraso em que ela se encontra e da exploração imperialista que a domina. O imperialismo no processo do capitalismo dependente não é um elemento externo à nação brasileira, existe no interior da nossa sociedade e o setor dos grandes patrões nacionais identificam-se com ele.⁸

Tal postulado se contrapunha diretamente com o “mito da feudalização” do PCB, que por sua vez concebia um capitalismo tardio no Brasil, cujo processo revolucionário requeria a efetivação de uma revolução burguesa como etapa inicial da revolução brasileira. Como antítese, o MR-8 defendia que as condições da revolução burguesa já estavam consolidadas mediante a estrutura do capitalismo dependente no Brasil. O exemplo substancial deste processo foi o

⁷ RIDENTI, Marcelo. A constelação da esquerda brasileira nos anos 60 e 70. **O fantasma da revolução brasileira**. 2. ed. rev. e ampliada. São Paulo: Editora da UNESP, 2010.

⁸ REIS FILHO, Daniel Aarão, SÁ, Jair F. de. **Imagens da revolução: documentos políticos das organizações clandestinas de esquerda dos anos 1961 -1971**. 2.ed. São Paulo: Expressão Popular, 2006, p. 343.

golpe de 64, cujo caráter foi representado por um golpe de classe da burguesia brasileira associada ao capital estrangeiro.⁹

Interseccionando a realidade no Brasil com a conjuntura internacional, o MR-8 através da “Linha Política”, interpreta como o imperialismo, protagonizado pelos EUA, promoveu uma integração dependente entre as economias no mundo, cujos países subdesenvolvidos a exemplo do Brasil se integravam, dependentemente, ao bloco de hegemonia norte-americana. Nessa perspectiva, “as empresas multinacionais monopolistas constituem o motor e a burguesia norte-americana a vanguarda”. Este processo gerava inúmeros entraves econômicos, assim como o acirramento das contradições existentes na relação “capital x trabalho.”¹⁰ Como consequência, as classes exploradas dos países dependentes eram dominadas por uma estrutura de Estado burguês-militar, sintetizada pelo aparato ditatorial do regime de exceção em vigor no Brasil.

Em sua tese a respeito das forças revolucionárias no Brasil, o MR-8 atribui que “a contradição principal na sociedade brasileira é a que opõe o proletariado à burguesia, compreendendo-se esta como resultante de um processo de integração/dependência entre o imperialismo e a burguesia local”. Nesta concepção, o proletariado deveria assumir o caráter de vanguarda revolucionária no combate à ditadura e na luta pela construção da revolução socialista. Ao reafirmar o papel dirigente da classe operária na revolução brasileira pelo fato da referida classe corresponder “ao interesse objetivo das outras classes exploradas da sociedade”, o MR-8 se contrapõe com a tese do PCB, que assinalava que aquele era o momento de uma necessária aliança entre o proletariado com a burguesia nacional.¹¹

Por fim, através de sua linha política, o MR-8 apresentou um conjunto de proposições táticas e estratégicas para a luta armada no caminho da revolução no Brasil. Nosso objetivo será discutir os aspectos pertinentes a estratégia do campo no curso da resistência armada do MR-8 contra a ditadura civil-militar.

⁹ Para uma melhor compreensão indicamos o estudo do cientista político René Armand Dreifuss em: DREIFUSS, René Armand. **1964: A Conquista do Estado – Ação Política, Poder e Golpe de Classe**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1981.

¹⁰ “Linha Política” (MR-8). In: REIS FILHO, Daniel Aarão, SÁ, Jair F. de. **Imagens da revolução: documentos políticos das organizações clandestinas de esquerda dos anos 1961 -1971**. 2.ed. São Paulo: Expressão Popular, 2006, p. 345.

¹¹ *Ibidem*, p. 346.

“Orientação para a prática”: a guerra revolucionária e a estratégia do campo

Em seu documento interno denominado “Orientação para a prática” (janeiro de 1971), o MR-8 adota uma concepção em que concebe o processo de enfrentamento ao regime de exceção enquanto uma “Guerra Revolucionária”, caracterizada pelo conjunto de formas de luta armada ou não-armadas, de caráter socialista e conduzida pela vanguarda proletária. Sobre esse aspecto, eis a seguinte definição:

A guerra revolucionária deve ser compreendida como um processo político e não como uma explicitação militar da luta política. A guerra revolucionária é assim o conjunto das formas de luta, inseridas no contexto de processo armado; a combinação das forças armadas e não armadas de luta se manifesta no decorrer do processo, embora as formas não-armadas permaneçam submetidas em sua dinâmica à direção e ao sentido da preparação ou das práticas das formas armadas de luta.¹²

Em sua perspectiva analítica acerca da estratégia da “guerra revolucionária” no Brasil, o MR-8 salienta em seu documento os principais aspectos da luta armada. entre os quais, destacamos a “importância política-ideológica do proletariado urbano” - diante dos fatores de escolarização dos trabalhadores urbanos e a cultura política das escolas e universidades nas cidades. Nesse sentido, o papel da vanguarda seria agremiar quadros militantes para a composição da organização. Outro aspecto concatenado seria o fato das cidades serem “o ponto forte militar da burguesia” - deste modo, a cidade seria o lócus mais favorável para a dinâmica da repressão diante do aparelhamento policial e militar do Estado, ao invés da resistência revolucionária. Por conseguinte, estava estabelecido o fundamental papel estratégico do campo enquanto terreno central de formação dos “contingentes mais importantes do exército revolucionário”.¹³

Ademais, o documento expressa o caráter de vanguarda político-militar da organização, sendo responsável pela formação e direção do exército revolucionário. No que tange ao processo de estruturação do exército revolucionário, o mesmo perpassava pela: 1. formação no campo das “guerrilhas

¹² “Orientação para a prática” (MR-8). In: REIS FILHO, Daniel Aarão; SÁ, Jair F. de. **Imagens da revolução:** documentos políticos das organizações clandestinas de esquerda dos anos 1961 - 1971. 2.ed. São Paulo: Expressão Popular, 2006, pp. 347.

¹³ REIS FILHO, Daniel Aarão; SÁ, Jair F. de. (orgs.). **Op. cit.** p. 349.

táticas regulares (permanentes); guerrilhas táticas irregulares (combatentes integrados na produção). 2. Guerrilhas estratégicas- “colunas permanentes com capacidade de incorporação de novas forças”. Nas cidades seriam formados os grupos políticos-militares capazes de reunir “os quadros de vanguarda e os mais conscientes das classes exploradas”. Aqui ressaltamos o seguinte aspecto presente na organização: apesar do MR-8 defender o equilíbrio da combinação da luta armada, percebe-se uma distinção entre as forças revolucionárias entre o campo e a cidade. Enquanto no campo estariam os principais combatentes da guerrilha rural, componentes do exército revolucionário, as cidades seriam o espaço político de adesão e direção dos quadros militantes da vanguarda política.¹⁴

Através dessa fonte histórica, o MR-8 já expunha uma avaliação de conjuntura, revelando a necessidade de retomada da ofensiva na luta armada no Brasil, aprofundando a intensificação do trabalho de “estruturação de grupos políticos-militares nas principais cidades e grupos de guerrilhas regulares e irregulares”, preparando desde já as guerrilhas estratégicas no campo. Diante desse contexto, o MR-8 vai iniciar um processo cada vez mais urgente de inserção no campo, seja por conta do recrudescimento da repressão nas cidades, assim como a necessidade de desenvolver a estratégia da organização no âmbito rural.

A experiência política na Bahia: entre limites e avanços, o MR-8 e a resistência política no campo

Durante o processo de luta armada na Bahia, o MR-8 foi responsável pela formação de uma base da organização na cidade de Salvador em 1969, a partir de uma fusão entre a DI-GB e a dissidência comunista da Bahia (DI-BA). Sobre a experiência histórica de tal dissidência e sua integração com o MR-8, entrevistamos José Carlos Souza, ex-presos político e sobrevivente do período, atualmente professor de história na cidade de Salvador.¹⁵ Um dos principais protagonistas do movimento estudantil no Colégio Central, o então estudante José Carlos Souza, fez parte da DI-BA e depois contribuiu para a formação do MR-8 na Bahia. Em Salvador, o MR-8 passou a adotar uma defesa da neutralidade armada da cidade. Ou seja, a cidade do Salvador não deveria ser alvo de ações

¹⁴ *Ibidem*, p. 350.

¹⁵ SOUZA, Carlos José. Entrevista concedida para esta pesquisa em Salvador, 08/09/2017.

armadas urbanas de alta complexidade e impacto, haja vista que a mesma deveria ser uma área estratégica para a inserção da organização nos diversos setores da sociedade - as camadas médias, o proletariado urbano, o setor estudantil, assim como no âmbito rural. Salientamos que a tática da neutralização de Salvador não deve ser confundida como a adoção da cidade como uma mera área de recuo apta apenas para a imigração de militantes “queimados” no eixo Rio-São Paulo.¹⁶ A posição do MR-8 era da não execução de ações armadas de grande impacto- expropriações e capturas- para assim minimizar os efeitos da repressão e viabilizar o trabalho político da organização frente aos amplos setores sociais.

Simultaneamente, fazia parte da estratégia política da organização o desenvolvimento do trabalho rural mediante a ação do “setor de campo” do MR-8. Trata-se de um núcleo de militantes responsáveis pela inserção da organização no campo e o desenvolvimento do trabalho estratégico da organização frente aos camponeses. Nesse sentido, percebe-se uma iniciativa de articulação da luta armada pelo MR-8 na Bahia através da tentativa de combinação entre a luta política nas cidades e no campo. Suscitado pela necessidade do trabalho político rural, o MR-8 constituiu-se como a única organização armada na Bahia que atingiu o campo, estabelecendo um processo de experiência política junto aos camponeses. O referido trabalho foi desenvolvido pelo seu setor de campo inserido em um povoado rural de Buriti Cristalino na região de Brotas de Macaúbas, entre o período de 1969 até a repressão militar exercida pela “Operação Pajuçara” em 1971 na Bahia. Em se tratando de uma localidade sertaneja, cuja vegetação dominante é a caatinga, a região de Brotas de Macaúbas não foi planejada inicialmente como uma zona de preparação e desenvolvimento da guerrilha rural. Não obstante, foi no povoado de Buriti Cristalino que surgiu a oportunidade de experiência e ação política do MR-8 no campo, proporcionado pelo fato da organização já possuir militantes oriundos e integrados ao povoado. Sendo assim, o trabalho político da organização seria facilitado, viabilizando uma real possibilidade de atuação política no local. Ademais, a inserção do MR-8 nesta região seria uma forma de desviar os militantes mais procurados do cerco repressivo nas cidades, assim como garantir

¹⁶ Para uma análise crítica acerca da tese de que Salvador, e/ou outras cidades da Bahia, foi uma área de recuo, ver: SILVA, Sandra Regina Barbosa da. **Ousar lutar, ousar vencer: histórias da luta armada em Salvador (1969-1971)**. Salvador: EDUFBA, 2013.

o exercício do trabalho político da militância cada vez mais clandestina e restrita nos “aparelhos urbanos”.¹⁷

O setor de campo do MR-8 na Bahia contava com a presença dos irmãos José Campos Barreto (Zequinha) e Olderico Campos Barreto, militantes políticos que ao ingressarem no MR-8 ao final de 69, apresentaram as possibilidades de inserção da organização no povoado de Buriti Cristalino em Brotas de Macaúbas. Zequinha Barreto foi um histórico militante político contra a ditadura, um revolucionário que lutou nas mobilizações de 68, na grande greve de Osasco enquanto um dos líderes operários. Ao fim da greve, foi preso, torturado e fichado pelo DOPS/SP, sendo submetido a total clandestinidade da luta política.¹⁸ Junto com seu irmão Olderico Barreto, Zequinha ingressa no MR-8, oferecendo a sua região natal como uma área de campo propício para a execução de um trabalho político da organização na luta contra a ditadura. No contexto das “celebrações aos mártires” em setembro de 2017, entrevistamos Olderico Campos Barreto, ex-militante do MR-8 e sobrevivente da repressão perpetrada pelo regime de exceção na Operação Pajuçara na referida região.¹⁹ Sua entrevista tem sido fundamental para o desenvolvimento da presente pesquisa.

Brotas de Macaúbas encontra-se situada no oeste do estado da Bahia, com proximidade da bacia hidrográfica do Rio São Francisco e da Chapada Diamantina. Essa região é bastante conhecida pelo clima árido e de poucas chuvas. Durante as décadas de 60, 70, a região enfrentou sérias dificuldades com relação aos serviços básicos como educação, transporte, mobilidade, saúde, dentre outras questões. Por sua vez, a família dos militantes Zequinha e Olderico Barreto destacava-se no povoado de Buriti, sendo seus pais a principal referência comunitária da população. A partir do importante papel social desempenhado por seus pais, a família Barreto era dotada de grande popularidade em toda região circunvizinha. Assim, todos reconheciam a importância dos “Barretos” no cotidiano da comunidade sertaneja. Nesse sentido, o patriarca José de Araújo

¹⁷ SOUZA, Carlos José. Entrevista concedida para esta pesquisa em Salvador, 08/09/2017.

¹⁸ Para uma análise mais completa da biografia política de Zequinha Barreto, recomendamos a seguinte leitura: OLIVEIRA, de Amêndola Márcio. **Zequinha Barreto** – um jovem revolucionário na guerra contra a ditadura. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

¹⁹ Desde 2001, a região circunvizinha de Brotas de Macaúbas tem sido palco de um conjunto de políticas de memórias a respeito da ditadura civil-militar na Bahia. Trata-se da “Celebração aos Mártires”, evento que rememora o massacre realizado pelos órgãos da repressão durante a Operação Pajuçara na Bahia (1971).

Barreto, mais conhecido como “velho Barreto”, comerciante local, abastecia o povoado com tecidos e outros gêneros. Tornou-se um líder comunitário identificado como um “juiz de lei”, expressão usada entre os populares da região para referir-se a um líder comunitário responsável por coordenar as questões sociais do povoado, sendo sua esposa, Adelaide Campos Barreto, dona Nair, uma grande educadora, enfermeira, líder religiosa e assistente social voluntária na região. Ambos desempenharam um importante papel social na comunidade ao longo de toda sua vida, zelando e preservando todos os moradores.²⁰ Portanto, foi através dessa formação humana, solidária e comunitária presente na família Barreto, que os militantes Olderico, Zequinha e seu irmão Otoniel tiveram seu viés político forjado na luta em defesa do seu povo.

A inserção do MR-8 no campo se deu a partir da fixação dos irmãos José Campos Barreto (Zequinha), Olderico Campos Barreto, Otoniel Campos Barreto, e o deslocamento do então militante Luis Antonio Santa Bárbara para a região. Tais militantes foram agregados na propriedade rural da família Barreto, espaço de infraestrutura dos militantes (alimentação, alojamento e reuniões internas). João Lopes Salgado, então dirigente do MR-8, foi o responsável pela coordenação do setor de campo, sendo direcionado para a interlocução entre a direção da organização e o núcleo de militantes inseridos no campo. O militante José Carlos Souza, foi destacado para ser um elo assistente do setor rural da organização, facilitando demandas como transporte, contato pessoal, correspondências e troca de informações. A partir desta estrutura, o MR-8 iniciou sua experiência política no campo mediante a atuação dos militantes inseridos no Buriti.

Apesar dos limites como a clandestinidade e as dificuldades de mobilidades dos militantes, o MR-8 conseguiu desenvolver uma atuação política entre os camponeses capaz de gerar, ainda que de modo incipiente, um trabalho de conscientização e engajamento político. Com o “compromisso de trabalhar a população”, o setor de campo do MR-8 buscou nas aulas do “professor Roberto”, pseudônimo de Luis Antonio Santa Bárbara, uma ação política para a conscientização dos camponeses e seus filhos. Paralelamente, havia a

²⁰ BARRETO, Campos Olderico. Entrevista concedida para esta pesquisa em Brotas de Macaúbas, 18/09/2017.

necessidade de integrar o então professor naquele contexto rural em face do seu desconhecimento perante a população. Por conseguinte, os militantes utilizaram os jogos de futebol, um atrativo importante da região, como elemento de interação entre o ex-militante de Feira de Santana, Santa Bárbara, e os moradores locais. Sobre a integração de Santa Bárbara no povoado, Olderico rememora os seguintes aspectos:

Ele passou a ter uma profunda admiração pela atuação em todos os sentidos. Primeiro não tinha professor no Buriti, ele começou a dar aula e quando começou a correr atrás de bola era uma alegria geral. Era um craque! Baixinho que dava um drible, puxava. Sabia muito, ele jogava no juvenil de Feira, era um cara de destaque no juvenil e além do Buriti passou então a todo mundo adorar ele e a gostar. Então, foi uma implantação rápida, muito bonita, gostosa e todo mundo adorava.²¹

Nesse sentido, Santa Bárbara tornou-se muito querido entre os camponeses por conta de suas aulas de alfabetização com as crianças e o seu envolvimento com a juventude local através dos jogos de futebol. Sobre as aulas, as mesmas aconteciam ora na casa de Zé Barreto, ora na igreja do povoado, e todas as crianças e adolescentes eram convidadas. Ressaltamos as atividades lúdicas realizadas pelo professor, assim como os meios de aprendizagem mediante uma cartilha semelhante ao “método Paulo Freire”, que concebia o processo de educação a partir das experiências históricas dos sujeitos. Os demais militantes atuavam na integração junto ao trabalho agrário dos camponeses, ressaltando a ação de conscientização popular desenvolvido por Zequinha Barreto junto a juventude e trabalhadores da região. Ademais, seu irmão Olderico Barreto foi responsável por ser o “braço legal” de Zequinha, visando garantir a segurança do irmão em meio a clandestinidade. Frequentemente João Lopes Salgado visitava a área de campo realizando diversas reuniões políticas com os militantes do setor de campo.

Após os militantes assegurarem uma certa segurança e estabilidade no cotidiano rural, a organização avançava na proposição de deslocar alguns quadros “queimados” para aquele sertão baiano, distanciado dos cercos repressivos e da perseguição anticomunista tão presente nas cidades. Outrossim, a fraterna e calorosa recepção dos camponeses aos militantes clandestinos já

²¹ BARRETO, Campos Olderico. Entrevista concedida para esta pesquisa em Brotas de Macaúbas, 18/09/2017.

inseridos estimulava agregar outros nomes importantes da militância do MR-8 que pudesse contribuir com o desenvolvimento do trabalho político em marcha. Nessa perspectiva, Olderico nos conta que o ano de 1971 foi crucial para o ingresso de outros militantes no setor de campo. Naquele contexto, o nome do então capitão Carlos Lamarca, “o homem mais procurado pela ditadura” naquela conjuntura surgia como mais um integrante da área de campo, após sua transferência do Rio de Janeiro para a Bahia, realizada pelo MR-8. Sobre a relação desenvolvida entre os militantes, Olderico Barreto nos salienta que:

Então era uma coisa assim, um convívio muito humano, muito de pessoa humilde. Isso nos levava a ter uma relação humana. Muito, muito, eu diria, de uma coisa que mexia com a nossa alma. Saímos do comum, rapaz! Uma relação de altíssimo nível. De uma preocupação humana muito grande onde a gente via que era um por todos, todos por um. A gente sentia isso no dia a dia de cada um. E uma coisa, muitíssimo interessante. Eu não conheço nenhum momento de tensão dentro da vida desse grupo. Eu não conheci nenhum momento de tensão. Em nenhum momento.²²

Através dessa integração, o referido núcleo político realizou um trabalho político de base junto aos moradores do povoado de Buriti Cristalino e toda região circunvizinha, mediante ações comunitárias, assembleias populares, jogos regionais de futebol, além de um plano de educação popular. Nesse contexto, a tarefa revolucionária consistia no processo de engajamento da população camponesa através do trabalho do então “professor Roberto” (Luiz Antônio Santa Bárbara), além de atividades lúdicas como os saraus entoados pelo violão de Zequinha Barreto acompanhado da população. Ademais, o trabalho consistia na ação política de denúncia dos problemas sociais da região. Entre os quais, a cobrança abusiva dos impostos pela ditadura foi encenada criticamente pelos militantes sob o viés do teatro do oprimido, conforme nos apresenta Olderico Barreto:

Conseguimos realizar uma peça teatral, se eu não me engano, em quatorze de agosto. Faltando apenas quatorze dias para chegar a repressão a gente realizou uma peça teatral onde a gente abordava em grandes linhas os grandes problemas da população. Essa peça foi exibida no sábado com os atores locais. Zequinha, inclusive, participando. Eu me lembro de ter

²² BARRETO, Olderico. Entrevista concedida para esta pesquisa em Brotas de Macaúbas, 18/09/2017.

contracenado com ele, de ver crianças contracenando com outras crianças cantando. Eu me lembro que a avaliação no outro dia, no acampamento, é de que nenhuma daquelas peças censura liberária. Até uma menininha cantou uma musiquinha. Eu me lembro que a música que era “uma vez uma baratinha que queria, que queria se casar saiu voando procurando um barato, mas o barato tá custoso de achar”. Ou seja, estava denunciando o custo de vida naquela musiquinha daquela menina e nem isso, segundo Cirilo que era Lamarca, passava pela censura nas circunstâncias que estava o país. Então, o teatro foi abordando a violência policial, a violência da cobrança de impostos. Inclusive o grupo de ACM cobrava imposto com metralhadora e a gente denunciava isso no teatro.²³

Dias após a realização dessa peça teatral pelos militantes do MR-8, a repressão militar perpetrou um forte aparato de guerra, cujo objetivo era “capturar e exterminar o grupo de Carlos Lamarca”. Através da Operação Pajuçara deflagrada em 28 de agosto na região, a ditadura instaurou um terrorismo de Estado no povoado por meio da perseguição aos militantes, culminando no “Massacre de Buriti” com as mortes de Otoniel Barreto, Santa Bárbara, e a prisão sob bárbaras torturas de Olderico Barreto. Ademais, a população foi cercada e compelida a informar o paradeiro de Zequinha Barreto e Carlos Lamarca. Nessa missão militar, o pai de Zequinha, o “velho” Barreto foi torturado, pendurado sob um pau-de-arara durante dias. Após intensa perseguição, em 17 de setembro de 1971, tanto Carlos Lamarca como Zequinha Barreto foram executados sem qualquer tipo de direito a defesa. Vale ressaltar que a referida repressão deu início ao processo de desmonte do MR-8 na Bahia.²⁴

Considerações finais

Em síntese, constatamos um trabalho tático na região tendo em vista a estratégia revolucionária no campo. Conforme analisamos, a práxis militante foi caracterizada por um embrionário, mas promissor trabalho político de base junto aos camponeses da região. Para tanto, foram utilizados os subsídios da propaganda política da organização além de atividades de integração entre os militantes e os camponeses como as peças de teatro, a educação popular e o futebol. O conjunto dessas ações cumpriam o papel tático de conscientização e

²³ *Idem.*

²⁴ JOSÉ, Emiliano, MIRANDA, Oldack. **Lamarca**, o capitão da guerrilha. São Paulo: Global, 2015, p. 230-235.

engajamento dos camponeses para um possível enraizamento da organização revolucionária no campo, a partir das “massas camponesas” e não a partir necessariamente das vanguardas urbanas. Nesse caso, o Buriti seria um “celeiro de combatentes”, de militantes engajados para a luta política, cujo trabalho foi findado pela força militar.²⁵ Apontamos ainda que, embora precocemente reprimida, a experiência política do MR-8 na área de campo da Bahia se constituiu como uma resistência revolucionária contra a ditadura. Pois, as atividades políticas cumpriam o papel de resistência política, seja na organização comunitária, como também na denúncia da ditadura e os problemas socioeconômicas na região. Apesar de não ocorrer conflitos armados, apesar dos militantes se utilizarem de armas como autodefesa, o setor de campo empenhou-se na execução de ações políticas no caráter de luta política no campo.

Após apresentarmos um breve histórico do MR-8, assim como um síntese das principais notas teóricas contidas nos documentos programáticos da organização, a presente pesquisa histórica, ainda em desenvolvimento, visa ampliar e aperfeiçoar o processo de sistematização entre a teoria e a práxis da resistência política do MR-8 na Bahia, buscando compreender como a experiência política do setor de campo se inseriu na estratégia revolucionária da organização durante a luta armada no Brasil.

Fontes

BARRETO, Olderico. **Entrevista concedida a Taylan Santana Santos**. Brotas de Macaúbas, 18/09/2017.

“Linha Política” (MR-8). In: REIS FILHO, Daniel Aarão, SÁ, Jair F. de. **Imagens da revolução**: documentos políticos das organizações clandestinas de esquerda dos anos 1961 -1971. 2.ed. São Paulo: Expressão Popular, 2006.

“Manifesto da ALN e do MR-8”. In: REIS FILHO, Daniel Aarão. **Versões e ficções**: o seqüestro da história. São Paulo, Ed. Fundação Perseu Abramo, 1997.

“Orientação para a prática” (MR-8). In: REIS FILHO, Daniel Aarão, SÁ, Jair F. de. **Imagens da revolução**: documentos políticos das organizações clandestinas de esquerda dos anos 1961 -1971. 2.ed. São Paulo: Expressão Popular, 2006.

²⁵ Em entrevista realizada a historiadora Sandra Regina Barbosa da Silva, o coordenador do setor de campo João Lopes Salgado, concebe o Buriti como uma área de campo de preparação de um “celeiro de militantes”. Ver em: SILVA, Sandra Regina Barbosa da. **Op. cit**, p. 92.

SOUZA, Carlos José. **Entrevista concedida a Taylan Santana Santos**. Salvador, 08/09/2017.

Referências

CAMURÇA, Marcelo Ayres; FILHO, Reis Aarão Daniel. O Movimento Revolucionário Oito de Outubro (MR-8): da luta armada contra a Ditadura à luta eleitoral no PMDB. In: **As esquerdas no Brasil: revolução e democracia – 1964**. Civilização Brasileira, 2007.

CARDOSO, Lucileide. **Revolução e resistência**: historiografia e luta armada na História do Brasil. Revista da FLUP, Porto, IV série, v. 4, 2014.

DREIFUSS, René Armand. **1964: A Conquista do Estado – Ação Política, Poder e Golpe de Classe**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1981.

GORENDER, Jacob. **Combate nas Trevas**. A esquerda brasileira: das ilusões perdidas à luta armada. São Paulo: Ática, 1987.

JOSÉ, Emilianio, MIRANDA, Oldack. **Lamarca**, o capitão da guerrilha. São Paulo: Global, 2015.

OLIVEIRA, de Amêndola Márcio. **Zequinha Barreto** – um jovem revolucionário na guerra contra a ditadura. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

PIMENTA, Isabel. Os filhos rebeldes de um velho camarada: a trajetória da dissidência comunista e do movimento revolucionário 8 de outubro. In: SALES, Rodrigues Jean. **Guerrilha e revolução**: a luta armada contra a ditadura militar no Brasil. Rio de Janeiro: Editora Lamparina, 2015.

RIDENTI, Marcelo. **O fantasma da revolução brasileira**. 2. ed. rev. e ampliada. São Paulo: Editora da UNESP, 2010.

SILVA, Sandra Regina Barbosa da. **Ousar lutar, ousar vencer**: histórias da luta armada em Salvador (1969-1971). Salvador: EDUFBA, 2013.

INDÍCIOS DE UMA FALTA: CULTURA MATERIAL, FAMÍLIA E PODER NA BAHIA OITOCENTISTA¹

TELMA FERREIRA DE CARVALHO²

Resumo: Este texto objetiva discutir, a partir do ponto de vista do estudo da cultura material baiana do século XIX, o apreço das elites da Bahia oitocentista pelos elementos de distinção, material e simbólica, para demarcar fronteiras sociais. Além disso, foi possível evidenciar, através da análise das mudanças ocorridas nas representações, na materialidade e nos significados sociais desses artefatos ao longo do século XIX, uma leitura do posicionamento estético e político das redes familiares da Bahia oitocentista.

Palavras-chave: Bahia oitocentista; cultura material; família; poder.

Abstract: This text aims to discuss, from the point of view of the study of Bahian material culture of the nineteenth century, the appreciation of the elites of the 19th century Bahia for the elements of distinction, material and symbolic, to demarcate social boundaries. Moreover, through the analysis of the changes occurring in the representations, in the materiality and in the social meanings of these artifacts throughout the nineteenth century, a reading of the aesthetic and political position of the nineteenth century Bahia family networks was possible.

Keywords: Nineteenth-century Bahia; material culture; family; power.

O campo da História da Cultura Material estuda a relação dos objetos com a sociedade, com a cultura que o produziu, situando-os no tempo e espaço. Portanto, o estudo da vida social dos artefatos possibilita verificar, através da leitura dos seus signos, sua materialidade e sua historicidade, como determinados valores são produzidos e legitimados socialmente. A proposta desse texto é fazer algumas colocações anunciadas no seu título e verificar em que medida a análise dos artefatos tridimensionais aliada a leituras de outras fontes possibilitam uma interlocução com os debates no campo da história política. Esse texto se articula com os objetivos do SEHPOLIS (Seminário de História Política: diálogos históricos e historiográficos) na

¹Este texto é resultado da comunicação de mesmo título, socializada no **V Seminário de História Política: diálogos históricos e historiográficos (V SEHPOLIS)** realizado nos dias 21, 22 e 23 de novembro de 2017. Essa produção discutiu algumas questões que estão sendo trabalhadas na pesquisa em desenvolvimento para o Projeto de Mestrado “**Na casa e na mesa: cultura material e sociabilidade na Bahia do Segundo Reinado**”, submetido à seleção do programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal da Bahia para a Linha de pesquisa Cultura e Sociedade (PPGH/UFBA 2017). O referido projeto é orientado pela Prof^a Dr^a Marina Regis Cavicchioli e financiado pelo CNPq, Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico- Brasil. E-mail: bvt.carvalho@gmail.com.

² Mestranda em História (2017) - Programa de Pós-Graduação em História – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas - Universidade Federal da Bahia (UFBA/BA). Possui graduação em História (2016), licenciatura e bacharelado - Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas - Universidade Federal da Bahia (UFBA/BA). Graduada em Museologia (2011), com habilitação em Museu de Arte e Museu de História- Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas – UFBA/BA.

medida em que compreende o político como práticas sociais. Em conformidade com René Rémond (RÉMOND, 2003, p.444), o político não se reduz apenas à relação com o Estado e a sociedade global, se estende às coletividades territoriais e a outros setores por um movimento que ora encolhe ora dilata o campo político. Portanto, tendo em vista a elasticidade da prática política é possível depreender que o político pode ser definido, ainda que de forma abstrata, conforme sinaliza Rémond, pela sua relação com o poder.

As fontes tridimensionais em questão apresentam uma especificidade que vale destacar. São artefatos musealizados que pertencem a coleções específicas e estão acondicionados em pontos de memória distintos: no Museu de Arte da Bahia (MAB), no Museu Carlos Costa Pinto (MCCP) e na Academia Baiana de Letras (ABL). São objetos oriundos das elites³ da Bahia do século XIX e, portanto, sinalizam, de saída, um lugar social muito particular. Dito isso, é preciso mencionar algumas hipóteses que estão sendo analisadas na pesquisa do mestrado e que aparecerão de forma sinuosa neste texto. Uma delas, que contribui para esse debate, é a de que os membros das elites da Bahia, sobretudo da Cidade do Salvador e Recôncavo baiano, mobilizaram a cultura material e os diversos signos de poder associados a ela, para criarem uma “auto-imagem”⁴ distinta, no cenário político-social do Segundo Reinado (1840-1889). Além disso, busca-se problematizar como os hábitos e práticas de sociabilidade dessas elites funcionaram como dispositivos para o fortalecimento e ampliação dos tentáculos das redes familiares objetivando a manutenção do *status quo*.

Essas questões suscitam outros questionamentos, quais sejam: como o estudo dessa cultura material, que sobreviveu ao tempo e se encontra, de forma fragmentada, nas instituições culturais da Cidade do Salvador e Recôncavo baiano, contribui para o debate sobre as faces das relações sociais e de poder no Brasil oitocentista? Em que medida o estudo dos artefatos das elites da Bahia possibilita pensar questões sobre os “silêncios da história” (LE GOFF, 2005)? Como se pode notar, são questões complexas e uma análise detalhada excederia os limites desta comunicação, o que não impede um movimento no sentido de propor algumas reflexões.

A vida social desses objetos, que serão analisados neste texto e, com maior zelo na pesquisa de mestrado, são fontes úteis para pensar essas questões, uma vez que

³ A utilização do conceito “elites”, no plural, segue a leitura de Antônio Manuel Hespanha (2007, p. 44).

⁴ O conceito “auto-imagem” utilizado neste texto foi tomado de empréstimo da historiadora Ana Maria Mauad (1997).

pertenceram a famílias que gozavam de poder e prestígio social, político, econômico e jurídico no cenário do Brasil oitocentista e que conformaram a face político-social do país para além do império.

Indícios de uma falta: objetos entre o público e o privado

A dinâmica do comércio resultante do processo de industrialização, após meados do século XVIII e XIX, na Europa, possibilitou a diversificação e difusão de diversos produtos e materiais. O fascínio pela louça de mesa na Europa e o prestígio social que ela conferia aos proprietários fizeram esses objetos serem desejados pelos mais variados grupos sociais. Em virtude da demanda, o comércio passa a produzir produtos com estilos e material semelhantes (o exemplo da faiança) intuindo atender as mais variadas camadas sociais (LIMA, 1995:164).

Com a chegada da Família Real no Brasil (1808) houve um aumento significativo das louças⁵ das Companhias das Índias no Brasil. Além de trazer peças em porcelana chinesa, a Coroa encomendou grandes serviços de louça. De acordo com Leite (1986:157), muitos portugueses radicados na “metrópole interiorizada”⁶, e mesmo uma boa parte da velha aristocracia, na tentativa de imitar os membros da Família Real, recém-chegados, encomendaram serviços à China. Apesar dessa valorização da louça de importação chinesa, é pertinente enfatizar que, após 1814, quando Napoleão deixa de ser um empecilho ao comércio com a antiga colônia, os comerciantes ingleses e franceses intensificam a disputa pelo comércio nas praças da dita metrópole. É nesse contexto que se inserem em grande número, no comércio do Rio de Janeiro, as louças de origem inglesa e francesa que vão ganhar a preferência das elites carioca e, por extensão, a baiana.

Teixeira Leite identifica uma preferência pela louça europeia no Segundo Reinado. Inclusive, a maior parte das louças adquiridas por Dom Pedro II era porcelana europeia (LEITE 1986:166). O autor afirma que as peças oriundas da China, encontradas no acervo pessoal do monarca, foram herdadas. Isso significa dizer que, ao mesmo tempo em que ocorre uma mudança no cenário político e econômico do Império - e

⁵ O termo “louça”, utilizado neste texto, refere-se a “todos os produtos manufaturados de cerâmica, composto de substâncias minerais, sujeitas a uma ou mais queimas” (ATHAYDE: 89).

⁶ Conceito criado na década de 70 por Maria Odila no texto de título **A interiorização da Metrópole e outros estudos**. São Paulo: Alameda, 2005.

a emergência de uma nova elite cafeicultora -, há também uma mudança no gosto das elites a partir de 1850.

No que tange a essa nova elite econômica e política, Sylvia Athayde (2000) lembra os estudos dos pesquisadores Lucia Neves e Humberto Machado, que se referem a esse grupo de elites, nos seguintes termos:

[...] a opulência e o fausto caracterizavam as sedes das fazendas, e seus proprietários cercaram-se de toda a pompa que a época podia lhes proporcionar para demonstrar a grandeza e prestígio, obtidos através dos títulos de nobreza que conseguiram através de serviços prestados ao Estado imperial. Todos os objetos que ornavam as casas vinham da Europa: delicadas porcelanas, pratarias, móveis e cristais. (ATHAYDE, 2000:07).

A cultura material foi utilizada por essa nova burguesia proveniente do novo cenário econômico, com a finalidade de legitimação de poder através dos símbolos diversos. O gosto europeu se faz presente não apenas na escolha dos objetos do cotidiano, no estilo e nos elementos iconográficos presente nos mesmos, mas nos usos que fizeram desses artefatos obedecendo à cartilha, na medida do possível, do estilo europeu. Ou seja, esta burguesia queria associar a sua auto-imagem à imagem dos europeus.

Essa mudança nos hábitos também é verificada na Bahia, uma vez que o Rio de Janeiro, enquanto novo centro econômico e cultural, torna-se uma referência a ser seguida pelas demais províncias. A partir da metade do século XIX, emergem novos grupos sociais que passam a participar da economia e da política, que corroboram com esse modelo. Assim, os objetos de uso doméstico eram adquiridos e mobilizados obedecendo a esse gosto externo, com a finalidade de aproximação e/ou distanciamento social.

No conjunto das louças contempladas nesta pesquisa, poucas são da "Companhia das Índias", há uma quantidade relevante de fabricação e/ou origem inglesa, entretanto, a maioria delas é de origem francesa. Sabe-se que a presença da Corte no Brasil significou a importação de novos modelos de sociabilidade e civilidade e os mecanismos de imitação de um padrão europeu, sobretudo o francês e inglês, foram ferramentas eficientes para diferenciação social no Brasil.

Na busca pelos elementos de distinção social, as elites objetivavam dominar e atualizar os códigos de civilidade da Europa. Os manuais de etiqueta eram leituras

obrigatórias para adultos e crianças, e tinham a função de difundir os códigos de bom tom, insígnias de classe distinta, no seio da família brasileira. No Brasil do século XIX dois manuais de civilidade foram amplamente lidos: o “Código de Bom-Tom”, de autoria do cônego português J. I. Roquette, publicado em Portugal em 1834, e a “Carta sobre a educação de Cora”, de autoria de Lino Coutinho, que ganhou edição em 1849 na Província da Bahia. O domínio dos códigos de civilidade “fazia com que a ‘boa sociedade’ exteriorizasse o lugar que ocupa na sociedade” (RAINHO, 1993: 152)⁷. Outra orientação recorrente nos manuais de boa conduta circulados no Brasil do século XIX é a questão da racionalidade econômica. De acordo com Anne Martin-Fugier, esses manuais são herdeiros dos antigos manuais de economia doméstica. “Essas obras explicam como organizar os momentos da existência, e como ter sucesso neles” (MARTIN-FUGIER, 1991: 200).

A sedução pelos signos de distinção social do Antigo Regime, verificado nas fontes em estudo, permaneceu no horizonte das elites do Brasil para além do Império. A antropóloga Lília Moritz Schwarcz em sua obra “As Barbas do Imperado: D. Pedro II, um monarca nos trópicos” (2016:194), menciona uma carta escrita por Floriano Peixoto e direcionada ao Barão do Rio Branco, o senhor José Maria da Silva Paranhos Junior, em 24 de fevereiro de 1891, onde comunica ao Barão sobre a abolição do uso dos títulos honoríficos vinculados ao império. O interessante é que, de acordo com Schwarcz, José Paranhos Junior teria respondido com um “Ciente” e, traiçoeiramente, assinado “Barão do Rio Branco”, o que indica uma estratégia de afirmação de poder e prestígio social.

Analisando as porcelanas, que compõe o conjunto de artefatos dessa pesquisa, foi verificado, curiosamente, que as louças atribuídas ao pai do Barão do Rio Branco, o senhor José Maria da Silva Paranhos, possuem monogramas referentes ao seu título (“B” e “R”) sobrepostos ou apenas a inicial do seu sobrenome “P” (de Paranhos) com coroa correspondente ao seu título. Já as porcelanas que pertenceram ao seu filho, o Barão do Rio Branco, um homem que atuou politicamente no Império e na República fazia questão de ostentar o seu título, materializado com o uso do brasão, nos objetos de uso pessoal, inclusive nas louças.

⁷ Sobre o surgimento dos manuais de etiqueta: Aries, Philippe. **História social da criança e da família**. 2. ed. Rio de Janeiro, RJ, 1981. P.68.

Além destes exemplos, sabe-se que ao longo da República os velhos titulares do Império continuaram assinando de acordo com o seu título adquirido no Antigo Regime. A sobrevivência desses vestígios materiais e as narrativas que lhes acompanham nas instituições que detêm a sua guarda, é, ao mesmo tempo, um indício da vida social da Bahia oitocentista e uma falta de “tudo aquilo que não deixou lembrança e pura e simplesmente desapareceu [...]” (ROUSSO, 1996:90). Em virtude disso, para uma melhor leitura situada dos artefatos, do ponto de vista da cultura material, é pertinente relacioná-los com outras fontes escritas (inventários *post-mortem*, inventários dos museus, manuais de etiqueta, literatura, e relatos de viajantes) para melhor contextualizá-los no tempo e espaço. Os artefatos de uso doméstico, sejam eles brasonados, monogramados ou não personalizados, são fontes potenciais para uma leitura dos seus usos e significados na sociedade baiana do Segundo Reinado.

As análises dos elementos iconográficos e da materialidade dos artefatos, que pertenceram as elites da Bahia do século XIX, têm revelado uma estética que contribui para a compreensão da dinâmica socioeconômica e, por sua vez, do gosto dessas elites na construção de uma auto-imagem que nega determinados aspectos sociais como, por exemplo, as referências ao escravismo. Os elementos iconográficos verificados nos objetos analisados revelam uma série de referências ao gosto europeu, à produção econômica brasileira como o fumo e o café e, para o caso de objetos do início do século XIX, herdados dos patriarcas das famílias, alusões à produção açucareira. Mas silencia quanto às referências a outros extratos da sociedade e nega os conflitos diversos que movimentaram o território brasileiro que se desenhava.

A propósito das insígnias das armas do Império, a historiadora Ana Maria Mauad (1997:223) traz um trecho de um canto português que fazia “troça” da independência ligando-a ao café:

Cabra gente brasileira
Do gentio de Guiné
Que deixou as Cinco Chagas
Pelos Ramos de café.

Esse canto contribui para esse texto na medida em que explicita outros aspectos da sociedade brasileira, e aponta para a diversidade étnica e cultural possibilitada pela especificidade colonial brasileira. Faz referência a economia cafeeira e aponta para conflitos sócio-políticos que não aparecem na iconografia dos objetos

em estudo. As representações de ramos de fumo e café são recorrentes nos objetos tridimensionais de uso doméstico e dos serviços institucionais analisados nessa pesquisa.

Uma análise minuciosa da materialidade dos artefatos e dos símbolos que eles possuem muito nos informa não apenas sobre o gosto e as condições e/ou pretensões econômicas do seu proprietário, como também da sociedade do seu tempo. O uso da faiança, por exemplo, por ser de produção mais barata, surge como alternativa para atender aos extratos sociais mais baixos. Esses produtos industrializados ganharam espaço na indústria europeia e foram inseridos no Brasil, sobretudo após a Abertura dos Portos. A faiança fina entrou em decadência em meados do século XIX, na Europa, em virtude da saturação do mercado. O novo contexto coincidiu com a preferência pelos serviços brancos “com discreto relevo ou filete em suas bordas”. A louça, assim como a faiança ganha outra face em meados do século XIX; uma face mais discreta, pouco espaço para decorações, apenas um leve arremate nas bordas e mais espaço para os alimentos.

Apesar da limpeza na composição dos recipientes havia, quase sempre, um espaço para a marca do proprietário. Uma tendência europeia que também foi acompanhada pelo comércio do Brasil. Os exemplares de louças que os museus e demais centros de memória da Bahia possuem, refletem essa atualização desses estilos pelas elites do Brasil. As coleções do MCCP, do MAB e da ABL parecem compactuar com esses referenciais. Há, nessas instituições, porcelanas e faianças dos séculos XVIII e XIX com estilos variados. Alguns padrões decorativos correspondem aos tipos produzidos por manufatura inglesa. Em geral os artefatos do Segundo Reinado apresentam pouca decoração, o que difere dos recipientes da primeira metade do século XIX, que são carregados em elementos decorativos.

As louças inglesas e francesas foram aos poucos substituindo a louça da Índia nas mesas brasileiras. As mudanças nos estilos representativos e no próprio material utilizado para esses objetos interessa à pesquisa histórica, pois explicitam a dinâmica dos hábitos e práticas dessa sociedade para acompanhar as novas tendências da cultura europeia.

O jantar, por exemplo, um dos rituais da vida privada burguesa, tornou-se cada vez mais complexo no século XIX e assumiu grande importância não só para as elites tradicionais como também para a nova burguesia que assumia, cada vez mais, posições

diferenciadas no novo cenário nacional. Portanto, o jantar é um espaço de extrema relevância para negociações, assimilação e demarcação de limites sociais. Um exemplo da atualização dos hábitos da corte foi a inserção, no Brasil, em meados do XIX, do serviço *à la russe*, um formato com regras que indicava as habilidades dos anfitriões com os novos códigos do jantar, uma nova linguagem simbólica intrínseca que demarcava limites sociais.

A propósito do uso da cultura material como meio de construção de vínculos sociais e, ao mesmo tempo, de demarcação do espaço social, Pierre Bourdieu sinaliza que:

Os bens e os modos pelos quais eles são consumidos atuam como marcas simbólicas de distinção, apontando quem é quem. Por meio delas, os sujeitos sociais se exprimem e ao mesmo tempo constituem para si mesmos e para os outros sua posição na estrutura social (BOURDIEU, 1974: 14).

A cultura material do século XIX, portanto, serve de suporte e instrumento simbólico de distinção que conduz a alianças diversas. Liderando a dinâmica da sala de jantar, um espaço onde são expostas as alfaias da família, o senhor da casa assegura o seu poder diante dos ilustres convidados e da própria família. Os objetos e a própria ritualização do ambiente do jantar são repletos de representações de símbolos de poder masculino. Os artefatos com brasões e monogramas que compõem as coleções em estudo refletem essa conjuntura. De acordo com Vânia Carvalho de Carvalho, o ritual de comer é, antes de mais nada, uma forma de atualização do poder social e econômico do provedor da casa (CARVALHO, 2008:190).

Apesar da percepção da proeminência masculina no momento da refeição/recepção mais importante do dia, o jantar, não exclui a relevância do papel da mulher no lar e sua influência nas negociações políticas. Tânia Andrade Lima sinaliza a importância da atuação feminina no que se refere à nutrição e porto seguro da família (LIMA, 1995: 137). A autora verifica uma divisão de gênero no espaço da casa no Rio de Janeiro do século XIX. De acordo com ela, a cozinha, espaço privado, era reservada às mulheres, enquanto as salas, espaço público, aos homens. Sabe-se que esse espaço de manifestação da relação de poder, que configura a sala de jantar onde são realizados os rituais público e privado da casa, beneficiou por bastante tempo muito mais os homens do que as mulheres⁸. Entretanto, para o caso da Bahia do

⁸ Sobre as mudanças nos nomes e horários das refeições. MARTIN-FURGIER, Anne. **Os ritos da vida privada burguesa**. In: História da Vida Privada. Vol. 4. São Paulo: Companhia das letras, 199: 202.

Segundo Reinado há uma movimentação social diferenciada de modo que essa leitura precisa ser analisada com cautela.

A propósito da inserção e atuação das mulheres das elites nos espaços públicos da casa, por exemplo, Wanderley Pinho lembra as décadas de 1850 e 1860 como o período em que algumas mulheres das elites da Bahia destacaram-se politicamente nas recepções dos salões. Aqui vale citar dois exemplos emblemáticos apontados por Pinho. O primeiro destaque é para a filha do Conde de Passé, mais tarde Baronesa de Cotegipe, quem fazia as honras das casas nas recepções e festas. O Conde de Passé, além das festas religiosas promovidas nos seus engenhos do Recôncavo baiano, dava bailes opulentos em suas casas na Cidade do Salvador – no Largo do Teatro (Atual Praça Castro Alves) e no Bomfim. O outro exemplo diz respeito à atuação pública de Adelaide de Castro Alves Guimarães, poetisa e irmã do poeta Castro Alves. Muito admirada entre os seus pares pela sua sensibilidade poética e atuação política, era vista como “uma das damas que honrava a cultura social das côrtes antigas” (PINHO,1959: 55).

As casas das elites brasileiras funcionaram, em ocasiões específicas, como palco de representação da vida social sendo, com o tempo, transformadas em um espaço de exibição de opulência e os artefatos ocuparam, muitas vezes, a função de criar uma imagem de si e fortalecer os mecanismos de hierarquização das diferenças sociais. Esses artefatos que compõem a coleção do MAB, do MCCC e da ABL são vestígios desse palco do cotidiano, público e privado, mobilizados no sentido de criar e assegurar distinções sociais das mais variadas maneiras.

A sociedade baiana do século XIX gira em torno de laços familiares e, portanto, de uma rede de parentela e outras formações complexas que dão sustentação a uma estrutura construída ao longo dos três primeiros séculos de colonização. Uma rede montada, em sua grande maioria, a partir de uniões matrimoniais arranjadas, com não raros casos de endogamia familiar e social, como estratégia para a proteção do patrimônio e manutenção dos laços espirituais (memória e matéria) que garantem a permanência dos privilégios da linhagem. “O patrimônio é, a um só tempo, necessidade econômica e afirmação simbólica” (PERROT, 1991:94).

No Brasil, foi através do jogo de alianças matrimoniais que muitas famílias de pouca relevância social e política ganharam status e somaram seu patrimônio ao se tornarem parentes de muitos senhores de propriedades, principalmente entre os

séculos XVIII e XIX. A endogamia familiar e social foi uma constante na formação da sociedade brasileira. Para o caso da Bahia, a endogamia familiar é recorrente, mas não com tanta proeminência quanto a social. A historiadora Katia Mattoso (1992: 178-187), intuindo investigar a origem e alianças através do matrimônio, analisou algumas famílias centenárias da Bahia. Dentre elas encontram-se: a Borges de Barros, Argolo Meneses, Araújo Góis, Aragão, Bulcão e Costa Pinto. Nessas famílias a autora verificou que a endogamia social é predominante. De acordo com sua tese, apenas o caso da família Costa Pinto (que possuía onze engenhos no Recôncavo) excede em números os casamentos entre primos-irmãos. Ou seja, entre as famílias pesquisadas o percentual da endogamia familiar foi relativamente baixo, entretanto, o casamento entre primos-irmãos e entre tios e sobrinhas aumentou ao longo do século XIX.

A despeito das constatações de Mattoso, no que tange à questão, foi possível identificar muitos outros casos de endogamia familiar na Bahia. Recorrendo a árvore genealógica dos Rocha Pita, por exemplo, foi identificado, sem dificuldades, que a família utilizou da estratégia de endogamia familiar com muita frequência ao longo de três gerações. A propósito da família Rocha Pita, Wanderlei Pinho em "*História de um Engenho do Recôncavo*", de 1982, fez um estudo da trajetória, tendo como fio condutor o "Engenho Freguesia", de propriedade da mesma. A partir dessa obra, verifica-se que o patriarca Antônio da Rocha Pita, o Velho, através de dois casamentos, conseguiu, em três gerações, criar laços de parentesco com quase todas as famílias fundadoras e de influência da Bahia. Nesse trabalho, Pinho afirma que, "Do seu primeiro casamento com Maria da Rocha Pita nasceu um filho cuja prole compreendia Falcões, Marinhos, Gomes de Sá, Araújo, Azevedos, Limas, Brandões, Argolos e Fiúzas" (PINHO, 1982:148).

Essas estratégias matrimoniais tinham a função de conservar e/ou agregar bens, prestígio social e moral às famílias. Não obstante o redirecionamento econômico de meados do oitocentos, a conservação de terras e das grandes propriedades de engenhos de açúcar na Bahia possibilitou a aquisição de títulos de nobreza e prestígio social e, portanto, poder local.

A família do Conde de Passé é um dos troncos familiares que, provavelmente, chegara à província da Bahia no final do século XVII e que nos legou muitos vestígios materiais que corroboram para o estudo das relações familiares e de poder na sociedade baiana do século XIX. É mais uma vez, Wanderley Pinho que, na obra

“História de um Engenho no Recôncavo” de sua autoria, lista uma série de artefatos e serviços completos, todos com estampa de brasão, que figura no inventário da família de 1877 e que compõe o quadro da cultura material aqui estudada. De acordo com Pinho, brasonar a casa e objetos de uso pessoal era um tipo de homenagem que fazia parte da tradição das famílias de prestígio da Bahia para receber o Imperador.

A dimensão do poder econômico e do capital social e simbólico dessas famílias da Bahia do século XIX, pode ser verificada através do estudo da cultura material preservada à posteridade nas instituições culturais da Cidade do Salvador.⁹

Para Vânia Carneiro de Carvalho “o uso de estampas de brasões nos aparelhos do jantar, no mobiliário, em objetos de uso pessoal e na decoração dos ambientes da casa, por exemplo, aponta para a perpetuação do prestígio social e econômico além de demonstrar uma espécie de vínculo extramuros com o Imperador” (Carvalho, 2008).



Figura 1- Aparelho de chá e café do Conde de Passé.
Fonte: ATHAYDE, 2000:46 e 54.

A tentativa de criar uma imagem associada à imagem do monarca pode ser lida como uma das estratégias para os senhores de posses adquirirem mais prestígio social e pleitearem benesses. A visita dos imperadores às províncias funcionava como uma estratégia para assegurar a aproximação das elites com a finalidade de garantir o seu apoio para as demandas do Império. A distribuição de títulos e outras estratégias, como almoçar na casa de um proprietário local, obedecia a esse propósito. Portanto, a visita de um imperador configurava-se em verdadeira comoção dos senhores e, mesmo, da população local. Era, afinal, a presença de um “líder-pai” que antes do século XIX seria impossível imaginar.

A visita do imperador Dom Pedro II à Bahia na década de 50, foi marcada por uma grande agitação, principalmente entre os senhores de engenho e outras autoridades que desejavam uma aproximação com o monarca. Na corrida pelo

⁹ MAB, M CCP, ABL, Palácio da Aclamação e outros lugares de memória de Salvador.

prestígio e mobilização do poder social e simbólico, alguns senhores de engenho encomendaram louças e outros objetos de uso pessoal com as armas imperiais. Foi o caso do citado Conde de Passé, Antônio da Rocha Pita e Argolo, que, além de reformar e brasonar um de seus engenhos, encomendou, em 1858, um serviço de jantar de porcelana francesa brasonada com as armas imperiais. Não sabia ele que o seu engenho não faria parte do roteiro de viagem do Imperador, que visitaria apenas duas residências onde almoçara: o Engenho Novo de Geremoabo, no Paraguaçu e o de Francisco Gonçalves Martins, em Santo Amaro. Na imagem acima (figura 01) há peças do aparelho de chá e café em porcelana francesa branca com bordas e frisos dourados e decoradas com cenas que remetem ao gosto oriental selado pelo brasão do Conde de Passé¹⁰. Esse exemplar que figura no inventário procedido no Engenho Freguesia em 1877, juntamente com uma lista sem fim de bens de uso do cotidiano, inclusive um número assustador de escravos¹¹, são fontes que, lidas tendo em conta a sua simbiose com a sociedade baiana oitocentista, permitem uma análise das relações sociais e de poder das famílias de hábito burguês da sociedade baiana.

A propósito do brasão da família Pitta, o historiador Wanderley Pinho (1982) diz tratar-se de uma insígnia de família que “desde menino vira aberto no pórtico do sobrado de Cinco Rios e nos sinetes e selos do pai, e bordado nos librés dos lacaios de sua casa”. Esses brasões afixados na louça, no salão de visitas, nas roupas de cama e mesa, foram elementos que, no período da reforma do Engenho Freguesia (1854-1857), teve a pretensão de marcar uma tradição de nobreza salvaguardada pela parentela, um exemplo do uso de signos para a legitimação do poder familiar.

Considerações finais

A historicidade do patrimônio material das famílias citadas nessa pesquisa, analisada do ponto de vista do estudo da cultura material, contribui para pensar na forma como os antigos senhores de engenhos e seus herdeiros, ligados ao tronco dos chamados “homens bons”, fincaram raízes no solo brasileiro desde o século XVIII e conseguiram inventar e manter o seu “lugar social” no cenário brasileiro. Guardando

¹⁰ Sobre os rituais do chá no Brasil: LIMA, Tânia Andrade. Chá e simpatia: Uma estratégia de gênero no Rio de Janeiro oitocentista. *Anais do Museu Paulista*, São Paulo, v.5, p.93-127; jan./dez.1997. **Disponível em:** http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S010147141997000100003&script=sci_abstract&tlng=pt. **Acesso em 30 de setembro de 2017.**

¹¹ No inventário do Conde de Passé, datado de 1877, os escravos do Engenho Freguesia eram 121 (PINHO, 1982: 254).

as devidas proporções, pode se inferir que os “homens bons” de outrora se fizeram notáveis do Brasil oitocentista e perpetuaram seu poder e prestígio para além do Império.

Esses artefatos, indícios da falta de elementos representativos de outros extratos sociais do seu tempo, e os discursos que lhes são associados, camuflam a sua real conexão com uma sociedade escravista e hierarquizada que legou uma grande sedução pelos elementos de distinção social. Uma sociedade que soube inventar técnicas de mobilização de poder e afetos, sobretudo o “medo e a esperança, afetos paralisantes SAFATLE (2015),” a fim de assegurar e manter o *status quo* social.

Referências

ALENCASTRO, Luiz Felipe de. **Vida privada e ordem privada no império**. In: NOVAIS A. Fernando e, ALENCASTRO, Luis Felipe de. História da vida privada no Brasil: Império. Vol. 2: São Paulo; Companhia das Letras, 1997: 53-59.

ATHAYDE, Sylvia Meneses de. **Louça Histórica: Museu de Arte da Bahia**. Salvador: MAB, 2000.

BOURDIEU, Pierre. **Gostos de classe e estilos de vida**. In: ORTIZ, Renato (Org.); FERNANDES, Florestan (Coord.), Pierre Bourdieu. São Paulo: Ática, 1983. p.82-121. (Grandes Cientistas Sociais, 39).

CARVALHO, Vânia Carneiro de. **Gênero e Artefato; o Sistema Doméstico na Perspectiva da Cultura Material- São Paulo, 1870-1920**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2008.

CARVALHO, José Murilo de. **A construção da ordem: a elite política imperial**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014.

FERNANDES, Lia Silvia Peres; TOSTES, Vera Lúcia Bottrel. **Um Novo mundo, um novo império: a corte portuguesa no Brasil, 1808-1822**. Rio de Janeiro: Museu Histórico Nacional, 2008.

HESPANHA, António Manuel. **Governo, elites e competência social: sugestões para um entendimento renovado da história das elites**. In: BICALHO, Fernanda; FERLINI, Vera Lúcia Amaral; BICALHO, Maria Fernanda. Modos de governar: ideias e práticas políticas no império português, séculos XVI-XIX. 2ª ed. São Paulo, SP: Alameda, 2007.

MARTIN-FURGIER, Anne. **Os ritos da vida privada burguesa**. In: História da Vida Privada. Vol. 4. São Paulo: Companhia das letras, 1991.

LEITE, José Roberto Teixeira. **As Companhias das Índias e a Porcelana Chinesa de Encomenda**. Fundação Cultural da Bahia, 1986.

LE GOFF, Jacques. **A história nova**. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

MATTOSO, Katia M. de Queiros. **Bahia, século XIX: uma província no Império**. Rio de Janeiro, RJ: Nova Fronteira, 1992.

MAUAD, Ana Maria. **Imagem e auto-imagem do segundo reinado**. In: NOVAIS A. Fernando e, ALENCASTRO, Luis Felipe de. *Historia da vida privada no Brasil: Império*. Vol. 2: São Paulo; Companhia das Letras, 1997: 182-231.

NOVAIS A. Fernando e, ALENCASTRO, Luis Felipe de. **História da vida privada no Brasil: Império**. Vol. 2: São Paulo; Companhia das Letras, 1997.

PERROT, Michelle. **A família triunfante**. In: *História da Vida Privada*. Vol. 4. São Paulo: Companhia das letras, 1991.

PINHO, Wanderley. **Salões e damas do segundo reinado**. 3. ed. São Paulo, SP: Martins, 1959.

_____. **História de um Engenho do Recôncavo: Matoim, Novo Caboto, Freguesia: 1552-1944**. São Paulo, 2 ed.: Edição Nacional; Brasília. Fundação Nacional Pró-memória, 1982.

RAINHO, Maria do Carmo Teixeira. **A distinção e suas normas: leituras e leitores dos manuais de etiqueta e civilidade – Rio de Janeiro, século XIX**. Rio de Janeiro, vol.8, nº1-2; p. 153, jan/dez. 1993.

Rémond, René. **Por uma história política**. ROCHA, Dora (tradução); 2ª ed. Rio de Janeiro: FGV, 2003.

ROUSSO, Henry. **O Arquivo ou o indício de uma falta**. Estudos históricos, 1996.

SAFATLE, Vladimir. **O circuito dos afetos; corpos políticos, desamparo e o fim do indivíduo**. Autêntica, 2ª ed, 2015.

TOSTES, Vera Lucia Bottrel. **O Rio de Janeiro no tempo de D. Joao VI**. In: FERNANDES, Lia Silvia Peres; TOSTES, Vera Lúcia Bottrel. *Um Novo mundo, um novo império: a corte portuguesa no Brasil, 1808-1822*. Rio de Janeiro: Museu Histórico Nacional, 2008: 41-47.

LIMA, Tânia Andrade. **Pratos e mais pratos: louças domesticas, divisões culturais e limites sociais no Rio de Janeiro, século XIX**.

Anais do Museu Paulista. São Paulo. n. ser. v.3 p.129-191 jan./dez. 1995. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/anaismp/v3n1/a17v3n1.pdf>. Acesso em 20 de Novembro de 2014.

INSPETORIA DE MONUMENTOS NACIONAIS DO ESTADO DA BAHIA (1927 – 1967): UM ÓRGÃO DEDICADO AO PATRIMÔNIO NACIONAL

VANESSA DE ALMEIDA DÓCIO¹
SUELY M. CERAVOLO²

Resumo: No início do século XX, o processo de reformas urbanas empreendidas pelo Governador J.J. Seabra (1912 a 1916) em Salvador/Bahia, promoveria a destruição de parte do acervo de imóveis históricos. Nesse contexto, intelectuais e políticos se empenhariam em requerer a preservação desses bens buscando para tanto delimitar o conceito de “patrimônio nacional”, concebido como parte de uma ação política que visava à construção da memória nacional e regional, por meio da seleção dos objetos considerados representativos da sociedade baiana. As primeiras solicitações de preservação partiriam, em 1917, do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia (IGHB), tendo em José Wanderley de Araújo Pinho o principal defensor, processo que culminou na criação da Inspetoria de Monumentos Nacionais do Estado da Bahia (1927 a 1967).

Palavras-chaves: patrimônio nacional, memória, preservação

Abstract: At the beginning of the 20th century, the process of urban reforms undertaken by Governor J.J. Seabra (1912-1916) in Salvador / Bahia, would promote the destruction of part of the historical real estate collection. In this context, intellectuals and politicians would endeavor to preserve these assets in order to delimit the concept of "national patrimony", conceived as part of a political action that aimed at the construction of national and regional memory, through the selection of objects considered representative of Bahian society. The first requests for preservation were made in 1917 by the Geographic and Historical Institute of Bahia (IGHB), with José Wanderley de Araújo Pinho as the main defender, a process that culminated in the creation of the Inspection of National Monuments of the State of Bahia (1927 to 1967).

Key-words: national patrimony, memory, preservation

Na Bahia do início do século XX, os elementos representativos do patrimônio histórico e arquitetônico foram considerados patrimônio nacional passando a dispor de medidas protecionistas por parte do Governo do Estado, na década de 1920. Período marcado pelo nascimento de uma cultura técnica no Estado da Bahia que tem na salvaguarda dos bens históricos arquitetônicos e no desenvolvimento de uma política de preservação, o seu caráter mais específico.

¹ Graduada em História; especialização em História do Brasil pela Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC); Mestre em História/FFCH/UFBA; doutoranda do PPG História/FFCH/UFBA.

² Orientadora. Profa. Dra. PPG História/FFCH/UFBA.

As discussões que deram origem à noção de patrimônio histórico e arquitetônico no Estado da Bahia foram iniciadas no bojo dos acontecimentos que marcaram o processo de reformas urbanas na Cidade de Salvador, capital do Estado. A demolição sistemática das edificações antigas motivou o início dos debates acerca da sua preservação e, ao mesmo tempo, deu margem a elaboração de um discurso calcado no por que preservar.

As intervenções no tecido urbano de Salvador aconteceram de forma intensa no primeiro governo de José Joaquim Seabra, popularmente conhecido como J. J. Seabra (1912 – 1916), que buscou reurbanizar a Capital do Estado, destruindo construções coloniais, em nome do progresso. Trata-se de intervenções denominadas “urbanismo demolidor”, onde conjuntos urbanos monumentais que caracterizavam a área foram derrubados (PINHEIRO, 2011).

O projeto executado por J. J. Seabra insere-se no plano das reformas urbanas empreendido no Brasil em princípios do século XX, e faz parte de um projeto nacional de modernização, segundo o qual muitas cidades brasileiras tiveram sua aparência estética modificada, reformando as estruturas viárias, sob um novo modelo ideológico e cultural, vindo da Europa – mais especificamente da França –, a exemplo da Capital Federal, o Rio de Janeiro, em 1904, seguida pelas reformas de Recife e de Belém, entre 1909 e 1913, a de Porto Alegre, em 1914, e as de Salvador, entre 1912 e 1916 (SILVA, 2006).

O projeto de reforma urbana executado destruiu uma parte significativa do acervo construído na Capital da Bahia. Para alargar as ruas foram derrubados exemplares da arquitetura dos séculos XVIII e XIX. Para abertura da avenida principal – a Avenida Sete de Setembro – foram demolidas igrejas inteiras e parte de outras, uma ala do Senado do Estado e muitas residências do centro histórico da cidade. A demolição e a substituição das velhas estruturas por novas era o mesmo que negar o passado colonial de Salvador no intento de modernizá-la, adequando-a aos padrões europeus de remodelação de cidade, considerados como ideais no período, ou seja, uma cidade limpa, higienizada, salubre, bonita, burguesa e digna de ser uma capital estadual (PINHEIRO, 2011).

A modernização da cidade também irá exercer o papel de produzir os debates acerca da necessidade de se preservarem algumas das antigas edificações coloniais, em um processo marcado pela busca da monumentalidade, no qual, em meio à derrubada dos prédios antigos tem-se a seleção de edificações específicas permanecendo como monumentos isolados. A questão da monumentalidade teria como suporte as teorias francesas sobre a preservação dos bens históricos e arquitetônicos. Dessa forma, a

cultura francesa, no tocante as antigas edificações de Salvador, exercia a dupla função de justificar a sua destruição, em nome da modernização da cidade e, ao mesmo tempo, fundamentar a preservação, em nome da história, da memória-pátria. Logo, a noção de bens históricos arquitetônicos no Estado da Bahia foi desenvolvida seguindo os caminhos concebidos em França.

Aqui vale destacar que, a ideia de patrimônio nacional ainda não havia se consolidado nesse início do século XX, período em que a noção de patrimônio histórico e arquitetônico no Brasil estava para ser plenamente elaborada. Portanto, na Bahia de J. J. Seabra, o valor simbólico capaz de justificar a manutenção das edificações era desconsiderado. Nesse sentido, faltava tudo, inclusive a elaboração de leis e órgãos oficiais de proteção, pois ainda não haviam sido concebidas as leis e instalados os órgãos.

O Instituto Geográfico e Histórico da Bahia (IGHB) e a construção do conceito de patrimônio histórico no Estado da Bahia

As primeiras reflexões sobre o que seria o patrimônio baiano (em sentido amplo), seus significados, sua representação e a justificativa do por que se preservar determinado elemento começaram a ser elaboradas nas últimas duas décadas do século XIX, obra direta da elite intelectual e política do período que, apoiada na noção de uma História de cunho historicista, passou a engendrar a formação de órgãos específicos para selecionar e armazenar documentos considerados relevantes para a história nacional e a história da Bahia. Assim, em 1890, foi fundado o Arquivo Público e, apenas quatro anos mais tarde, o Instituto Geográfico e Histórico da Bahia (IGHB), em 1894, agremiação privada cuja atuação se caracterizou por alimentar o repertório para uma história regional assentada em valores locais a serem transmitidos para as gerações futuras³.

Dentro do IGHB – ou sob a sua influência – se formou um grupo preservacionista, composto por políticos e intelectuais que iriam se opor de forma sistemática, ao comércio de antiguidades e às demolições de edifícios considerados históricos do Estado. Ao analisar os discursos proferidos por membros do IGHB, nas primeiras décadas do século XX, Suely M. Ceravolo (2012) demonstra que, para os membros do Instituto

³ Aldo José Morais Silva (2006, pág. 82) destaca que o Instituto Histórico e Geográfico da Bahia teve por precursor o Instituto Histórico da Bahia (IHB), agremiação fundada em 03 de maio de 1856, como resultado da iniciativa particular de um pequeno número de integrantes das elites locais. Contudo, o Instituto Histórico Provincial só conseguiu estender sua existência até 1877, após anos de funcionamento incerto e de atividades exíguas. E, ao fim de suas atividades, o IHB deixou poucos registros documentais de sua existência.

baiano, os monumentos – templos, casas antigas, os antigos objetos de arte –, detinham a capacidade de difundir o patriotismo e o civismo, elementos que encontravam na Bahia, região tradicional brasileira, um nicho a ser preservado. Assim, o cuidado com a preservação desses bens significava ensino e orientação, para incutir no povo o que era visto como ‘instinto’ do passado.

No IGHB, o discurso da preservação era elaborado em oposição à evasão de objetos históricos e artísticos que saíam do Estado, principalmente da região de Santo Amaro, para serem vendidos a colecionadores do Brasil e do exterior. Por outro lado, esse discurso também encontra fundamentação no contexto político e econômico do período, que tinha no choque promovido pelo processo de modernização iniciado no Estado da Bahia, a partir da Primeira República, seu principal fator motivador.

Todavia, segundo Fernando da Rocha Peres (1974), nos anos iniciais das reformas urbanas o IGHB, a princípio, não expressava reação contra a destruição dos imóveis coloniais, fato que iria colaborar com o sucesso da escalada dos demolidores. A nosso ver, esse fato pode ser observado como elemento denunciador dos valores atribuídos as edificações históricas no período. Além disso, os membros do Instituto ou parte dos membros agremiados também compartilhavam da noção de reformas urbanas, encabeçando a defesa da remodelação da cidade. Nesse ponto, vale destacar que o olhar do Instituto estava voltado para a proteção dos bens móveis, objetos históricos e obras de arte presentes no interior dos imóveis a serem demolidos. Desta feita, a ideia de preservação limitava-se a promover o debate sobre a seleção e retirada desses objetos.

Entretanto, aos poucos, dos próprios membros associados iria partir as principais iniciativas preservacionistas das edificações inclusive a proposta de formulação de órgãos específicos para a defesa dos bens históricos, em reação à onda de demolições que apagaria igrejas centenárias do cenário da cidade de Salvador.

José Wanderley de Araújo Pinho, popularmente conhecido por Wanderley Pinho, foi o responsável pela primeira proposta de criação de um órgão dedicado ao cuidado do patrimônio histórico no Estado, elaborada em 1917. A proposta formulada nos limites do IGHB visava a um sistema capaz de garantir a integridade dos bens arquitetônicos de valor histórico e, segundo Peres (1974), marca na Bahia o IGHB como o local do despertar da primeira ideia referente à necessidade de chegar a medidas concretas para a salvaguarda do passado histórico estadual.

No discurso intitulado *Proteção dos Monumentos Públicos e Objetos Históricos* (1917)⁴, Wanderley Pinho destacou, em tom de denúncia, que as demolições alimentavam o comércio de antiguidades, pois das edificações a serem derrubadas eram retirados todos os objetos que pudessem ser vendidos a colecionadores do Brasil e do exterior, sem que o governo baiano tomasse conhecimento do fato.

A noção de preservação expressa por Wanderley Pinho ainda não abarcava a conservação da edificação. Apenas previa o registro das suas características arquitetônicas, por meio de fotografias e descrição. No mesmo discurso W. Pinho assinalou que as demolições e descaracterização das edificações históricas também ocorriam no interior do Estado da Bahia, a exemplo da cidade de Santo Amaro, no Recôncavo, onde o Palácio Municipal – construído na segunda metade do século XVIII – fora destruído para alargar a praça contígua. Ainda em Santo Amaro, a Igreja Matriz sofria reformas caracterizadas pela remoção e substituição de elementos decorativos por peças contemporâneas.

É ainda em 1917 que Wanderley Pinho, com a intenção de buscar um meio de evitar ou coibir os atentados contra os monumentos históricos, propõe a criação de um grupo específico para cuidar do acervo histórico e artístico do Estado: a Comissão dos Monumentos e das Artes, iniciativa que se configura na primeira intenção – até onde se tem conhecimento –, de se legislar em defesa do patrimônio em nível estadual. A sugestão estava ancorada na Constituição Federal de 1891, vigente no período, e que, segundo Silvana Rubino (1991, pág. 34) permitia a emergência de propostas estaduais para defesa do patrimônio nacional, realizadas de forma independente do governo federal. A Constituição assegurava aos estados um forte grau de autonomia, marca do período republicano, permitindo legislação local em assuntos de interesse regional.

Segundo Ceravolo (2012), W. Pinho para justificar a proposta de criação da comissão, construiu argumentos fortemente ancorados na tensão entre o passado e o presente – com ênfase discursiva pautada na perda do patrimônio colonial edificado –, colocando a salvação dos monumentos como missão a ser cumprida por todos os seus companheiros do IGHB. O discurso partia do impacto provocado pelas reformas urbanas que, em nome do progresso, vinham remodelando a capital baiana, trazendo consigo o risco de destruição do passado, bem como do antigo, relegando as tradições ao abandono. A conservação dos bens patrimoniais se fazia necessária pela capacidade de ensino e orientação que possuíam. Encravados nos vestígios – monumentos, templos,

⁴ PINHO, José Wanderley de Araújo. *Proteção dos monumentos públicos e objetos históricos*. In: RIGHB. nº 43. Bahia: Imprensa Oficial, 1917.

casas antigas, tradições, objetos etc.– residiam noções de patriotismo, civismo, carregados de aura e esplendor, que encontravam na Bahia, região tradicional brasileira, um nicho significativo de preservação.

A proposta de 1917 não previa a proteção legal do Estado. A tarefa de preservação pela Comissão ficaria a cargo de 11 membros do próprio Instituto, com as funções de apresentar relatório anual do trabalho desenvolvido e organizar o programa de ação bem como, no prazo de um ano, elaborar um minucioso catálogo ou inventário de tudo o que constituía o patrimônio histórico-artístico da Bahia. Não obstante, o caráter possivelmente inédito e benéfico da proposta para a Bahia em termos de preservação do patrimônio, a ideia não alavancou, deixando de produzir os resultados planejados para o agir da Comissão (FERNANDES, 2010). Contudo, tem-se na proposta o marco oficioso, advindo da agremiação de peso cultural na sociedade baiana, para a valorização e conservação de bens vistos como significativos para a história regional, logo seguido de movimentação legislativa oficial, orientada para criar um sistema jurídico capaz de protegê-los. Início de uma tendência, expressa por uma elite, uma minoria de historiadores e políticos, para criar um *corpus* de leis que permitissem a salvaguarda da arquitetura e objetos de arte em geral (PERES, 1974).

Na década de 1920, seguindo os passos de W. Pinho, dentro do IGHB ouviram-se comunicações inflamadas sobre o tema das demolições, levando os associados a se reunirem num protesto registrado em abaixo-assinado contra a derrubada da Igreja da Sé – proposta no governo de J. J. Seabra e concretizada, posteriormente, na década de 1930 (PERTES, 1974; CERAVOLO, 2012). No ano de 1927, os membros do IGHB viriam a se opor, de forma sistemática, contra a derrubada das edificações históricas, defendendo a integridade de bens arquitetônicos, tendo em vista o seu valor histórico e artístico, organizando uma frente para esclarecer e ou comover a população da Cidade do Salvador quanto à necessidade de preservar determinadas edificações, a exemplo da Sé, cujas discussões para demolição já vinham se arrastando há anos. Para tanto, fez publicar, na imprensa e na revista do Instituto⁵, inúmeros artigos e depoimentos em defesa dos monumentos (PERES, 1974).

Os sócios da agremiação baiana, desde os últimos anos do século XIX, vinham desenvolvendo estudos sobre a origem e trajetória histórica das antigas edificações baianas, cujo resultado era apresentado em Plenária e, posteriormente, publicado na

⁵ A exemplo dos artigos: BARROS, Domingos Borges. Protesto Contra a Demolição da Igreja da Sé. In. *RIGHB*, nº 54, 1928; LIMA, Hermes. Attentado á Tradição. In. *RIGHB*, nº 54, 1928; SOUZA, Bernadino José de. Em torno da demolição da Igreja da Sé o meu voto. In. *RIGHB*, nº 54, 1928, dentre outros.

revista do Instituto⁶. Já nos anos de 1920, dentro do Instituto, a questão da preservação era alvo de intensos debates. Os sócios consideravam dever pessoal zelar pela conservação das obras de arte, chamando a atenção do governo do Estado para esse fim, fato que fica explícito na comunicação intitulada *Protecção do Estado às Obras de Arte e Monumentos Históricos* (1927) proferida pelo Frei Pedro Thomaz Magallo, na cidade de Cachoeira/Ba, em julho de 1927.

A proposta do Frei Pedro Thomaz Magallo seria uma das últimas a colocar a preservação como atividade a ser realizada dentro do IGHB em parceria com o governo do Estado, pois, ainda no ano de 1927, em nível legislativo, se organizou o movimento para institucionalizar o trabalho de salvaguarda, e o governo estadual, desconsiderando os apelos em prol da parceria com o Instituto, optou pela criação de um órgão próprio de preservação fato que, muito provavelmente, contribuiu para levar os sócios dessa agremiação a silenciarem sobre a questão.

O surgimento da Inspeção de Monumentos Nacionais do Estado da Bahia: Lei nº 2.032/1927 e do Decreto nº 5.339/1927

Francisco Marques de Góes Calmon – popularmente conhecido como Góes Calmon –, Governador da Bahia no período de 1924 a 1928, não estimulou as demolições dos urbanistas durante o seu governo, não só por falta de recursos financeiros para os melhoramentos da cidade, mas também por convicção própria de que certos bens arquitetônicos deviam ser protegidos, preservados, restaurados para isso criando, em 1927, um órgão destinado a cadastrar os monumentos de valor histórico e artístico existentes no Estado da Bahia: a Inspeção Estadual de Monumentos Nacionais, tomando a iniciativa pioneira de engendrar um esquema legal, para defender o conjunto de monumentos existentes no Estado na Bahia.

A iniciativa formal de criar um órgão estadual para cuidar do patrimônio baiano partiu do deputado Pedro Calmon que encaminhou ao Plenário da Assembleia Geral do Estado da Bahia o Projeto de Lei Estadual nº 03. O texto visava a autorizar o Governo do Estado a criar a *Inspeção dos Documentos Nacionais*, que se incumbiria da coordenação e execução das medidas de proteção e conservação do patrimônio artístico e histórico da Bahia (CALMON, 19/06/1927). O termo “patrimônio” aparece com o significado de conjunto de bens de valor histórico e artístico do Estado, compreendidos

⁶ Via de regra sócios do IGHB a exemplo de: Braz Amaral, Sílio Boccanera Junior, Christiano Muller, A. I. de Oliveira Rocha dentre outros.

como documentos relevantes para a história nacional, concepção expressa no próprio nome sugerido para o futuro órgão e destacada pelo autor no discurso de apresentação do Projeto de Lei.

Encaminhado para votação em 19 de junho de 1927, o Projeto de Lei nº 03 foi aprovado, resultando na promulgação, em 08 de agosto de 1927 da Lei Estadual nº 2.032⁷, sancionada pelo Governador do Estado, o Sr. Góes Calmon. Contudo, o nome proposto para o órgão seria alterado para Inspetoria de Monumentos Nacionais do Estado da Bahia. A promulgação da Lei nº 2.032/1927 foi o primeiro passo dado pelo Governo do Estado para a construção de uma política oficial de preservação que, alicerçada no conceito de patrimônio nacional elaborado nos anos anteriores, teria por objetivo principal a salvaguarda dos bens tidos como representativos da elite da Bahia do período, ou seja, um patrimônio urbano edificado, ligado à origem europeia, católica e rica da sociedade nacional. Portanto, na Bahia da década de 1920, a criação da Inspetoria Estadual de Monumentos Nacionais caracteriza-se como uma ação de construção da memória oficial do Estado, tendo nos bens móveis e imóveis os elementos portadores dos significados capazes de representá-la, apagando, por outro lado, possíveis contradições e conflitos internos.

A Inspetoria iria se destacar pela função fiscalizadora, dotada de respaldo legal para coibir o comércio de antiguidades, barrando a evasão dos bens móveis. Além disso, propunha-se a impedir a destruição dos bens imóveis, ameaçados pela modernização do tecido urbano, especialmente o da capital, a cidade do Salvador.

O Regulamento da Inspetoria só ficaria finalizado três meses depois aprovado pelo Governador Góes Calmon e publicado no Diário Oficial do Estado, na forma do Decreto nº 5.339, de 06 de dezembro de 1927⁸. Na prática, o Decreto constituiu-se no primeiro instrumento legal do Estado a trazer em seu texto a definição do que seria “patrimônio”, conceito articulado em torno da noção de monumento nacional e delimitado por meio de exemplos.

Compreende-se por monumento nacional não só as obras coloniais que foram inventariadas como de algum interesse e notável significação histórica, existentes no município da Capital, Santo Amaro, Cachoeira, Vila São Francisco, Nazaré, Jacobina, Minas do Rio de Contas, Maragogipe e Itaparica,

⁷ BAHIA. Lei nº 2.032, de 08 de agosto de 1927. *Diário Oficial Estado da Bahia*. Salvador. Ano XIII – 38 da República – Nº 216. Seção 01. 10 de agosto de 1927.

⁸ BAHIA. Decreto nº 5.339 de 06 de dezembro de 1927. *Diário Oficial Estado da Bahia*. Salvador. Ano XIII – 38 da República. Seção 01. p. 08 – 10. Salvador, 10 de dezembro de 1927.

como também as pertencentes ou sob a guarda dos arcebispados da Bahia (Decreto nº 5.339/1927).

O texto do Decreto evidencia que o legislador tinha conhecimento prévio sobre quais bens eram considerados detentores de valor histórico e artístico, bem como da sua localização dentro do território estadual, sendo citados os municípios localizados na Região do Recôncavo e as zonas mineradoras da Chapada Diamantina, de algum modo referendando dois grandes ciclos de riqueza do Estado: o da cana-de-açúcar e o do diamante. O mesmo texto permanece restrito aos bens edificados, considerando monumento de arte toda edificação existente em qualquer município do Estado à qual fosse atribuído valor histórico ou artístico, assim como as edificações subterrâneas que tivessem também o mesmo valor (Decreto nº 5.339/1927, Cap. II, Art. V, § I e II).

O texto da Lei nº 2.032/1927 e do Decreto nº 5.339/1927, de uma forma geral, colocam como função básica da Inspetoria a proteção – contra a evasão, particularmente – dos bens móveis e imóveis tidos como patrimônio do Estado. Para tanto, estabelece a fiscalização da exportação de obras de arte coloniais de origem baiana e a realização do inventário geral das obras de arte e edificações históricas do Estado, fatores que iria nortear a atuação desse órgão. Portanto, a promulgação dessa legislação também representa um marco no processo de seleção e proteção dos bens, móveis e imóveis, considerados de valor histórico e artístico, caracterizando-se como o começo do procedimento de monumentalização no Estado da Bahia.

A partir da promulgação da legislação de fundação e regulamentação da Inspetoria Estadual dos Monumentos Nacionais, firmou-se uma série de regras para administrar, proteger e vigiar o patrimônio artístico e histórico da Bahia. Era o início das ações de transformação dos bens históricos arquitetônicos em monumentos históricos. As edificações que em sua origem não tiveram a finalidade de estimular uma lembrança, passaram a ser priorizadas, por serem consideradas testemunhas de um passado revisitado pela história ou por terem em seu estilo artístico e arquitetônico elementos que pudessem revelar algo sobre esse passado. E aqui tocamos num ponto fundamental para a formação do monumento histórico: a conservação incondicional do bem selecionado, cuja preservação se fez necessária no presente, não apenas lembrando o passado, mas, primordialmente, por conferir autenticidade ao discurso produzido pelos historiadores, arquitetos, dentre outros. (MAGALHÃES, 2004). Nesse ponto a Lei nº 2.032 estabeleceu que:

Os monumentos nacionais, (...), sujeitos a inspeção do Estado, para os fins de uma constante proteção não poderão sofrer modificações, melhoramentos ou quaisquer reparos sem prévia licença do Inspector Estadual. (Lei nº 2.032/1927, Art. 5)

No texto do Regulamento da Inspetoria, constava que o Governo da Bahia se esforçaria por fazer conservar, na melhor condição, todos os monumentos históricos existentes no Estado, utilizando para isso as autorizações e as facilidades determinadas em leis federais e estaduais. Contudo, a preservação não era função exclusiva do Estado, era também responsabilidade da sociedade. Como destaca Ceravolo (2012) recorrendo ao Regulamento, os cidadãos tinham a obrigação de comunicar à Inspetoria, por meio das autoridades municipais ou judiciárias, a localização dos monumentos, bem como os atos de vandalismo, destruição ou descaracterização a eles infligidas. A Inspetoria estava resguardada pela força da lei para punir as agressões aos monumentos cuja penalidade, na forma de multas, teria seu produto revertido em benefício da conservação.

Os Inventários da Inspetoria Estadual de Monumentos Nacionais (1927 a 1936)

A proteção dos monumentos nacionais realizada por meio da Inspetoria dependia do conhecimento prévio de sua quantificação, da localização no território estadual e das condições de preservação. Por isso, uma das primeiras atividades desenvolvidas pela Inspetoria foi a realização das vistorias dos imóveis históricos com o objetivo principal de verificar as condições de preservação das edificações. E a confecção do Índice Geral dos Monumentos Nacionais formulado no cadastro das edificações históricas presentes no território baiano, cujas informações serviram de base para a composição do Inventário dos Monumentos Nacionais do Estado da Bahia. O registro encontrava respaldo legal no Decreto nº 5.339/1927 que, em seu Art. XVIII, previa a realização do inventário geral dos bens históricos que, basicamente, se constituiria na relação dos edifícios, campos históricos e relíquias “verdadeiramente notáveis e dignas de perpetuação” que se achassem no território do Estado. Destaca-se que, por meio do inventário, se promovia a seleção do bem, dando-lhe o atributo de importância e a condição para ser preservado de forma permanente.

Segundo Francisco Borges de Barros – diretor do Arquivo Público, sócio do IGHB e historiador –, no texto *A Inspetoria Estadual dos Monumentos Nacionais e a sua Finalidade (1931)*, a ordem para iniciar o inventário partiu da Secretaria do Interior, Justiça e Instruções Públicas, quando o Secretário Braúlio Xavier da Silva Pereira, por carta enviada, em 19 de dezembro de 1927, recomendou o início do cadastro, com a

publicação no Diário Oficial do Estado da Bahia das cópias dos livros de registro e inventário das fábricas, igrejas e conventos que se achavam no Arquivo. A determinação foi cumprida por Borges de Barros que providenciou a publicação, no Diário Oficial, da relação de todos os bens inventariados até então: igrejas, mosteiros, conventos com todos os seus patrimônios móveis (BARROS, 1931).

Em janeiro de 1928, a Inspetoria começou a publicar no D.O do Estado da Bahia, o resultado dos estudos sistemáticos sobre as edificações históricas estaduais. São exemplos os textos: *Fabrica das Igrejas e Tombo das Irmandades* (16/01/1928); *Egreja matriz de Nossa senhora da Conceição da Praia* (24/01/1928); e *Egreja da Ajuda* (28/12/1928). Os textos apresentam a descrição da trajetória histórica das ordens ou irmandades religiosas proprietárias dos imóveis, prolongando-se desde a fundação até o início do século XX, se encerrando com a lista dos bens edificados, objetos de arte colonial pertencentes a cada ordem. Destaca-se que, os textos ficavam restritos a imóveis específicos, não apresentando um panorama geral dos bens inventariados no Estado como um todo.

A listagem completa dos bens inventariados foi publicada também no ano de 1928, nos Annaes do Arquivo Público da Bahia⁹. A primeira relação trazia um total de 182 bens, distribuídos entre a Capital e o Interior do Estado, classificando-os em: Templos Religiosos: 61 bens; Edifícios: 39; Monumentos: 18 bens; Fontes: 02; Subterrâneos: 03; Fortalezas: 11 bens; Praças e Lagos: 15, e Campos Históricos: 33. A Capital Estadual foi o município com maior número de bens inventariados, num total de 134. No interior do Estado, Santo Amaro contou com um total de 08 bens, seguido por Cachoeira, com 07 bens. Essa listagem abarcou as diversas regiões do Estado constando, inclusive, os municípios de Porto Seguro e Ilhéus, localizados no Sul e no Extremo Sul do Estado da Bahia.

Dois anos mais tarde, em 1930, nova versão do Inventário foi publicada nos Annaes do Arquivo Público da Bahia. Nessa publicação, os monumentos foram agrupados em seis classificações distintas: a) monumentos religiosos: igrejas e conventos; b) monumentos de arte profana: prédio da administração estadual e casas ligadas a personagens ilustres; c) campos históricos: lugares que foram cenários de acontecimentos marcantes para a história regional e do Brasil; d) subterrâneos: galerias subterrâneas cuja construção ligava-se ao abastecimento de água da cidade e/ou a

⁹ BAHIA, INSPECTORIA ESTADUAL DOS MONUMENTOS NACIONAIS. Relação dos monumentos históricos. I – Templos religiosos da capital. In. *Annais do Archivo Público e Museus do Estado da Bahia*. Bahia: IOE, 1928.

túneis de interligação entre imóveis; e) monumentos e estatuas: estatuas e bustos; f) fortalezas coloniais: fortificações etc. A nova listagem dos monumentos inventariados apresentou-se como sendo uma revisão da lista de 1928, sendo adicionados apenas 22 novos bens. Atendo-nos apenas aos novos bens registrados percebe-se que a nova listagem seguiu o padrão da anterior, selecionando bens localizados, majoritariamente, na Capital do Estado.

A primeira listagem dos edifícios significativos, realizada pela Inspetoria Estadual dos Monumentos Nacionais do Estado da Bahia, em 1928, continha inúmeros templos, inclusive a Igreja da Sé, cuja demolição estava em debate público. Contudo, o fato de ser inventariado não era suficiente para que o bem fosse considerado monumento nacional, pois o inventário se constituía em um levantamento, não lhes garantindo a proteção do Estado. Segundo o texto da Lei nº 2.032/ 1927, caberia ao Governador do Estado declarar que bens deveriam ser considerados monumentos nacionais, dentre as obras coloniais inventariadas, nos termos do Artigo III.

Fernando da Rocha Peres (1974), comenta que ao tudo indica, o Governador Góes Calmon, durante a sua gestão, chegou a declarar a Igreja da Sé monumento nacional, como sugere um telegrama de 20 de outubro de 1928, expedido ao ex-governador da Bahia, então em Paris. Nesse documento, Alberto Catharino Bernardino de Sousa Pirajá da Silva, integrante do Movimento de Preservação da Igreja, afirmara com preocupação, a continuação da demolição do "templo por vossa excia patrioticamente considerado monumento nacional" (BAHIA, 20/11/1928).

Desse episódio, infere-se que, no período, o patrimônio era tido em função dos usos da política e da economia local. O decreto que erigia a Igreja da Sé a monumento nacional foi simplesmente revogado pelo Conselho Consultivo do Estado, que emitiu resolução sobre o assunto para que o Executivo, no momento um Interventor, pudesse baixar o decreto finalizando o ato jurídico de cessão do imóvel pertencente ao patrimônio nacional (PERES, 1974, p. 143). Portanto, a proteção legal não impedia a demolição dos bens inventariados. É exemplar o caso da Igreja da Sé, inventariada em 1931 como monumento religioso e demolida em 07 de agosto de 1933, sendo a derrubada facilitada pelo Governo do Estado.

Essa questão encontra-se expressa no contexto político e econômico do período, pois, se Goés Calmon buscou valorizar e proteger os bens históricos e arquitetônicos, o seu substituto declinou desse papel. Nas eleições de 1928, Vital Henrique Batista Soares foi eleito Governador da Bahia e, em sua plataforma de governo, havia se comprometido

a manter intacto o acervo de bens históricos e arquitetônicos. Porém, no mesmo ano, muda de posição, declinando a ideia de preservação dos imóveis atendo-se à conservação de elementos móveis que, segundo o governador, deveriam ser retirados do interior dos imóveis a serem demolidos para, depois, serem respeitosamente guardados (PERES, 1974). Essa posição representa um retrocesso no processo de preservação do patrimônio no Estado, deixando fragilizada a atuação da Inspetoria baiana.

Outro fator que pode ter contribuído para a fragilização da atuação da Inspetoria foi a mudança nos quadros políticos locais ocasionada pela Revolução de 1930, com a transferência do poder para Juracy Magalhães que assumiu o governo como Interventor, no primeiro governo de Getúlio Vargas, em 19 de setembro de 1931. Nesse sentido, Fernando da Rocha Peres (1974) comenta que o novo governo removeu as lideranças tradicionais, fato que pode ter provocado uma ruptura nas relações de poder desenvolvidas pela Inspetoria com diversas instâncias do governo.

Dentre os fatores que explicam a ineficiência da Inspetoria também figura a falta de condições objetivas para agir com firmeza, colocando em prática o poder coercitivo do Estado contra as autoridades eclesiásticas, contra os particulares e, até mesmo, contra a demolição daqueles imóveis que foram simplesmente arrolados no Inventário. A saída encontrada para esse problema foi a reformulação do Regimento da Inspetoria, medida proposta em 1935, no bojo da realização de um novo inventário.

Em 1935, o novo Diretor do Arquivo Público e Inspetor de Monumentos, Alfredo Vieira Pimentel, considerava que o cadastro dos monumentos nacionais realizado nos anos anteriores não foi elaborado de maneira correta, pois os bens não foram registrados em tomo especial como exigia o Art. XXXIII do Regulamento da Inspetoria. Na tentativa de corrigir as falhas dos levantamentos anteriores, determinou que fosse realizado um novo levantamento das edificações consideradas monumentos de arte ou históricos existentes no território de Salvador, a cidade sediando a capital do Estado. Segundo os dados do relatório apresentado os trabalhos de confecção do novo inventário foram iniciados em outubro de 1935, prolongando-se até dezembro de 1936, restrito à zona urbana de Salvador e imediações.

Para a classificação dos edifícios considerados monumentos nacionais e monumentos de arte, adotaram-se então três categorias básicas: a) igrejas e edifícios religiosos: construídos antes de 1823; b) imóveis pertencentes à União, Estado e Municípios: prédios administrativos, fortalezas e fortes; c) prédios particulares: imóveis habitados por personalidades ilustres da história nacional. A atividade de Inventário

resultou no registro de 112 bens imóveis, muitos dos quais já abordados nos inventários anteriores. Também foram listados bens móveis, a exemplos de canhões, estátuas e bustos.

O relatório apresentado por Alfredo Vieira Pimentel e Manoel de Aquino Barbosa demonstra que estavam cientes dos entraves legais que restringiam a atuação da Inspetoria. Por isso, procuraram sugerir medidas a serem adotadas pelo Governo Estadual para a proteção e conservação dos monumentos. Assim, a lista de bens inventariados – publicada, em 1938, nos Anais do Arquivo Público – foi acompanhada das normas a vigorarem para sua conservação, pois, na compreensão do Inspetor de Monumentos, uma simples relação não poderia favorecer a precisa fiscalização (BARBOSA, 1938, p. 540).

Segundo Alfredo Vieira Pimentel, a realização do novo Inventário era o primeiro passo para que as finalidades da Inspetoria Estadual de Monumentos Nacionais pudessem ser atingidas, salvaguardando o opulento patrimônio histórico e artístico do Estado. Entretanto, a proteção dos monumentos necessitava da organização conjunta de lei e de técnicas protecionistas específicas.

A proteção dos monumentos necessita mais ainda do que a dos documentos escriptos e figurados, organização simultaneamente legislativa e technica. Um edifício não se conserva como um manuscrito ou um objeto e arte que basta rotular nas prateleiras de uma Biblioteca ou nas galerias de um collecção; é organismo vivo. Serve a determinado uso, entregue a occupantes que tentam adaptal-o as suas precisões e o sujeitam aos maiores riscos de alteração, dahi a necessidade de legislação especial que, restrictiva dos direitos do proprietário, colloca sob a tutela do Estado os momentos de interesse nacional (PIMENTEL, 1938, p. 455 – 456).

O Inspetor, tendo em vista o Regulamento da Inspetoria e o direito de propriedade garantido no texto da Constituição Federal de 1934, sugeriu quinze medidas a serem adotadas pelo Governo Estadual, para melhorar os serviços da Inspetoria, entre as quais figurava no tocante ao patrimônio arquitetônico: registro fotográfico das ruas, fontes, prédios antigos, entre outros elementos considerados monumentos; criação de taxas especiais cobradas sobre as licenças concedidas pela Inspetoria para reforma de prédios coloniais; impedimento da destruição dos azulejos existentes nas fachadas e no interior de vários edifícios e, ainda, a assinatura de termo de responsabilidade no qual os proprietários de edifícios considerados monumentos cuidariam da conservação, sem alteração dos prédios (PIMENTEL, 1938, p. 57–58). Outra medida previa a atualização das

leis que davam suporte à atuação da Inspetoria, em especial pela reformulação do seu Regulamento, a ser organizada pelo Padre Manoel de Aquino Barbosa. Contudo, tal reformulação, assim como as demais medidas sugeridas, não chegaria a ser realizada.

Considerações Finais

Na Bahia, assim como no Brasil do início do século XX, o conceito de “patrimônio” surgiu alimentado pela História Positivista, engendrado sob a ótica do político destacando fatos memoráveis da trajetória histórica da Nação, razão para considerar os bens relativos aos grandes acontecimentos da história nacional, conceito elaborado nos limites do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia (IGHB) e fruto de um movimento motivado, em parte, pelo contexto político e econômico vivido pela Bahia do início do século XX, período marcado pelas reformas urbanas empreendidas pelo Governador J.J. Seabra, em Salvador, Capital do Estado.

Na escolha do que seria representativo da sociedade baiana, os bens patrimoniais selecionados foram basicamente os urbanos edificados, relacionados aos primeiros séculos de colonização do território brasileiro (arquitetura civil, religiosa e governamental). Eleição ou preferência inserida no processo de construção da memória estadual seguindo os interesses da elite política e intelectual do período em busca por formular uma imagem de Bahia valorizando os elementos representativos do branco europeu e negando a presença da população de origem africana na sociedade. Em meio à seleção dos bens patrimoniais se promoveu o enquadramento da memória estadual, homogeneizando e reduzindo-a a um grupo específico; o da elite.

A criação da Inspetoria Estadual de Monumentos Nacionais caracteriza-se como parte do processo de seleção de uma memória para o Estado, pois o seu trabalho seria dedicado a cuidar dos bens previamente apontados como patrimônio, encarregando-se de identificá-los nas diversas regiões do território baiano, atividade desenvolvida já nos primeiros meses de atuação e concretizada pela realização dos três inventários dos monumentos nacionais, produzidos em 1928, 1930 e 1936, respectivamente. Não obstante as dificuldades, a Inspetoria se esforçaria em barrar a saída de bens móveis do território estadual, atividade que desempenhou com sucesso, principalmente a partir da gestão de José Valladares como Inspetor de Monumentos (1939 – 1959). Ao promover os inventários dos bens edificados e fiscalizar as exportações de bens móveis, a Inspetoria se orientou pela noção de patrimônio vigente na época, ou seja, os bens móveis salvos

do desaparecimento eram sempre aqueles ligados à religião católica e ao universo doméstico da elite econômica da sociedade baiana.

As primeiras duas décadas de funcionamento da Inspetoria foram marcadas pela realização de pesquisas documentais acerca das origens dos bens históricos e arquitetônicos do Estado, estudos que se constituem nos primeiros dados organizados de forma sistemática sobre o patrimônio baiano. Todavia, no tocante à preservação dos bens edificados, a Inspetoria não obteve o mesmo êxito, pela inconstitucionalidade de muitas das disposições do Regulamento que dispunha das normas a seguir. Aparentemente, a solução desse problema parecia relativamente simples bastando reformular o Regulamento, adequando-o aos preceitos constitucionais. Ao que tudo indica, acompanhando-se as fontes elencadas faltou vontade política por parte do governante estadual em promulgar um novo regulamento. Da ausência de atitude ou, talvez, dos entraves políticos que a reformulação poderia ocasionar criou-se a situação-problema com que a Inspetoria teve que conviver ao longo da sua trajetória.

O Estado da Bahia, no tocante à salvaguarda do seu patrimônio histórico e artístico, ficou dependente da atuação do órgão federal, tendo o tombamento como principal quando não único, instrumento legal de preservação. Entretanto, deve-se considerar que o trabalho desenvolvido pela Inspetoria colaborou para identificar (e conhecer) as duas categorias de patrimônio (histórica e artística) do Estado. Os inventários elaborados promoveram o mapeamento da localização dos bens, apontando a região do Recôncavo Baiano e as zonas mineradoras da Chapada Diamantina como principais detentoras dos bens representantes do patrimônio edificado estadual.

Destaca-se que não há ainda informações concretas sobre o final da Inspetoria de Museu e Monumentos, denominação alterada posteriormente. No entanto, os dados dos documentos levantados no arquivo do Museu de Arte da Bahia indicam que, no início do ano de 1967, a Inspetoria ainda realizava a fiscalização para impedir a saída de bens móveis de origem colonial do Estado da Bahia. Além disso, suas atividades também se concentravam nos trabalhos ligados ao funcionamento cotidiano do Museu. A partir do mês de março de 1967, as informações acerca das fiscalizações ficam cada vez mais raras e, em dezembro do mesmo ano, já haviam desaparecido por completo, deixando em aberto outro viés de pesquisa.

Referências

- AZEVEDO, Paulo Ormino de. Por um inventário do patrimônio cultural brasileiro. In. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**. nº 22. Rio de Janeiro: SPHAN, 1987.
- BARBOSA, Manoel de Aquino. **Retalhos de um arquivo**. Salvador: Academia de Letras da Bahia, 1972.
- CALMON, Pedro. Discursos, proferido pelo deputado Pedro Calmon em 24 de maio, justificando o seu projeto de lei de defesa do patrimônio artístico do Estado. In. **Diário Oficial da Assembleia Geral do Estado da Bahia**. Ano XII. nº 67. Salvador, 19 de junho de 1927.
- CERAVOLO, Suely Moraes. **Cultura baiana em exposição: José Antônio do Prado Valadares 'um homem de museu'**. Anais do II ENECULT – Encontro de Estudos Multidisciplinares em Cultura, Salvador/Ba, maio de 2007. 09 p. Disponível em: <http://www.cult.ufba.br/enecult2007/SuelyMoraesCarvalho.pdf>. Acesso em 20 outubro de 2013.
- _____. **Criando um passado e musealizando um patrimônio: o Museu do Estado da Bahia (1918 - 1959)**. Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH. São Paulo, julho 2011. 19p. Disponível em: http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/14/1300532884_ARQUIVO_MATERIALIZA_CAOPATRIMONIOANPUHSP2011.pdf. Acessado em 30 de maio de 2012.
- _____. O Museu do Estado da Bahia, entre ideais e realidades (1918 a 1959). In. *Anais do Museu Paulista*. São Paulo. N. Sér. v.19. n.1. p. 189-243. jan.- jun. 2011.
- _____. **A Inspetoria Estadual de Monumentos Nacionais do Estado da Bahia: do discurso à ação (1927-1938)**. Apresentado no Seminário Internacional 90 Anos do Museu Histórico Nacional em Debate (1922-2012) - Mesa-redonda "Primeiras iniciativas de preservação do patrimônio" (2 de outubro 2012 - Rio de Janeiro). Texto entregue para publicação outubro 2012.
- FERNANDES, José Ricardo Oriá. Muito antes do SPHAN: a política de patrimônio histórico no Brasil (1838-1937). **Anais do Seminário Internacional de Políticas Culturais**. 2010. Disponível em: <http://culturadigital.br/politicaculturalcasaderuibarbosa/files/2010/09/18-JOS%C3%89-RICARDO-ORI%C3%81-FERNANDES.1.pdf>. Acessado em 11 de março de 2012.
- FILHO, Godofredo. A Torre e o Castelo de Garcia D'Ávila. **Revista do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**. Nº 3. Rio de Janeiro: Imprensa Oficial, 1939.
- MAGALHÃES, Aline Montenegro. **Colecionando relíquias... Um estudo sobre a Inspetoria de Monumentos Nacionais (1934-1937)**. Rio de Janeiro, UFRJ, 2004. Dissertação (Mestrado em História Social) – Instituto de Filosofia e Ciências Sociais/ Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Rio de Janeiro, 2004.
- PERES, Fernando da Rocha. **Memória da Sé**. Salvador: Macunaíma, 1974.
- PINHEIRO, Eloisa Petti. **Europa, França e Bahia: difusão e adaptação de modelos urbanos (Paris, Rio e Salvador)**. E. ed. Salvador: EDUFBA, 2011.
- PIMENTEL, Alfredo Vieira. Inspetoria de monumentos. **Anais do Arquivo Público da Bahia**. vol. 26. Bahia: Imprensa Oficial, 1938.
- RUBINO, Silvana. **As fachadas da história: os antecedentes, a criação e os trabalhos do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (1937-1968)**. Campinas:

UNICAMP, 1992. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), 1992.

SILVA, Aldo José Morais. **Instituto Geográfico e Histórico da Bahia. Origem e estratégias de consolidação institucional (1894-1930)**. Salvador: UFBA, 2006. Tese (Doutorado em História) - Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal da Bahia (UFBA). Salvador, 2006.

UZÊDA, Jorge Almeida. **O aguaceiro da modernidade na cidade de Salvador (1935 – 1945)**. Salvador: UFBA, 2006. Tese (Doutorado em História Social) – Programa de Pós-graduação em História Social, Brasil da Universidade Federal da Bahia (UFBA). Salvador, 2006.

EXERCÍCIO COMPARATIVO DE NOMES, DESCRIÇÕES E LOCALIZAÇÕES DE SERGIPE NOS ESCRITOS HISTÓRICOS DE LUIZ DOS SANTOS VILHENA E FELISBELO FREIRE, DE 1802 A 1969

WILIAN SIQUEIRA SANTOS GOMES¹

Este artigo teve sua origem durante os estudos de duas disciplinas isoladas do Mestrado em História da Universidade Federal de Sergipe, Tópicos Especiais em História do Nordeste e Tópicos Especiais em Cultura, Memória e Identidade. Na primeira, entre outras obras, foram estudadas duas de Felisbello Freire: *História de Sergipe* (FREIRE, 1891) e *História Territorial do Brasil* (FREIRE, 1906). Já na segunda disciplina, dentre as obras de diversos autores, foi lida a *Recopilação de Notícias Soteropolitanas e Brasília*,² de Luiz dos Santos Vilhena, conhecida também no meio historiográfico como “as cartas de Vilhena”. Entre as vinte cartas dessa publicação, a de número XVI trata de Sergipe, Bahia e Espírito Santo, exatamente como uma das obras de Freire aqui citadas. Esse foi o mote para o surgimento da proposta desse exercício de cruzamento de informações históricas entre textos com assuntos e intenções semelhantes, mas com a diferença de praticamente um século entre seu surgimento.

A proposta desse trabalho, dividido em tópicos, é fazer análises pontuais de informações apresentadas pelos dois autores, considerando encontros e desencontros textuais que possam revelar mudanças e permanências na grafia de lugares e elementos da natureza na capitania, depois província, depois estado de Sergipe. A busca por diferenças e semelhanças quanto à sua descrição no que tange ao aspecto geográfico faz parte também dessa proposta. Serão comparados para isso, os textos da carta XVI de Luiz dos Santos Vilhena, em três versões, sendo elas o manuscrito, de 1802 e as edições transcritas de 1921 e 1969; e as duas obras de Felisbello Freire já citadas, sendo elas respectivamente de 1891 e de 1906. Vale frisar que as partes dessas obras utilizadas aqui, são as que tratam especificamente de Sergipe e de suas fronteiras.

¹ Mestrando em História pela Universidade Federal de Sergipe. E-mail: wiliansiq@hotmail.com

² Conjunto de vinte cartas escritas por Luiz dos Santos Vilhena em 1802 com transcrições editadas em 1921 e 1969.

Os textos e seus autores

Luiz dos Santos Vilhena, ex-militar português, radicou-se na Bahia como professor do idioma grego a partir de 1787 e foi jubilado em 1801. Faleceu nessa localidade em 1814. (RODRIGUES, 1979, p.503-504) A carta número dezesseis de Vilhena da qual trataremos especificamente aqui, faz parte do conjunto de vinte que constam como manuscrito em três tomos disponíveis no acervo digital da Biblioteca Nacional sob o título de “Recopilação de Notícias Soteropolitanas e Brasíliaas contidas em XX cartas”, datadas de 1802. Essas foram base para as edições comentadas publicadas em 1921 e 1969. Vilhena deixou ainda uma obra complementar às cartas, com mapas e plantas, que nos serão úteis na análise aqui proposta.³

O Felisbello Firmo de Oliveira Freire (1858-1916), sergipano, filho de um senhor de engenho da região de Itaporanga, foi médico, jornalista e político, sendo o primeiro governador de Sergipe no período republicano e chegando a ser ministro de estado. Dedicou boa parte de sua vida à pesquisa histórica, deixando vasta obra nessa área. Neste trabalho trataremos de partes de duas obras suas, com temática semelhante. Em relação à *História de Sergipe*, optamos por utilizar a edição original, em detrimento de outras posteriores, visando apreender a linguagem da época, fugindo assim de suas atualizações. No caso de *História Territorial do Brasil*, vale acrescentar como curiosidade que estamos utilizando também a publicação original, classificada como “volume Iº”, mas que acabou sendo o único publicado. O autor não conseguiu concretizar sua intenção de publicar os outros volumes da obra que cobririam todo o território nacional.

As obras aqui em pauta são marcadas pelo cuidado dos autores em tentar descrever o mais detalhadamente possível a geografia das localidades abordadas, mesclando informações históricas e econômicas e não deixando de fora aspectos sociais e políticos. Alguns aspectos filológicos que aparecem nelas podem ser trabalhados nesse exercício, como forma de ajudar no entendimento de quem tiver acesso a ele, em relação às origens de nomes e à localização de rios, serras, cidades entre outros lugares dentro do estado, principalmente tratando das diferenças e semelhanças existentes entre as edições das cartas de Vilhena e os textos de Freire. Dentro de cada tópico do corpo do artigo será sempre chamada a atenção para esses detalhes.

³ Coleção de Plantas Geograficas Ydrograficas, Planos e Prospectos Relativos a algumas das Cartas de Notícias Soteropolitanas e Brasíliaas.

A divisa de Sergipe com a Bahia, pelo litoral

O território onde hoje é Sergipe, na primeira divisão territorial da colônia portuguesa na América em regime de capitanias hereditárias (1534), estava contido na porção que fora cedida a Francisco Pereira Coutinho, em conjunto com o que hoje é o litoral norte da Bahia. O fracasso desse modelo, fez com que a metrópole tentasse outras formas de ocupar e tirar proveito de suas possessões. Segundo Freire (1906, p,9), a adoção de uma colonização política com administração local centralizada inicialmente na Bahia, não acabou de imediato com o modelo de donatarias antes instituído, mas gerou o fenômeno da criação de pequenas capitanias, dentre as quais, Sergipe.

No século XVI, quando se deram esses fatos, não houve a preocupação em estabelecer limites entre as capitanias, principalmente em terras distantes do litoral. A doação de sesmarias era a forma de, aos poucos, os territórios passarem a ser ocupados e a deles se tirarem as riquezas esperadas pela coroa portuguesa. Assim, apesar de já em 1573, haver registros de concessões de sesmarias na margem norte do rio Real (que hoje marca a divisa entre Bahia e Sergipe na região litorânea), a preocupação com a exatidão desses limites só começa a aparecer após a conquista militar do território sergipano, comandada por Cristóvão de Barros em 1590 e chega à seu ápice quando ganham força as ideias de emancipação de Sergipe em relação à Bahia, no final do século XVIII e início do XIX.

É dessa época que datam as cartas de Vilhena. Na de número dezesseis, ele aponta dúvidas sobre o nome do rio que marcaria essa divisa. Segundo o manuscrito (fig.1), "Pella margem do rio Itapicurú divide esta capitania com a commarca da Bahia [...]" (VILHENA, 1802, f.326).

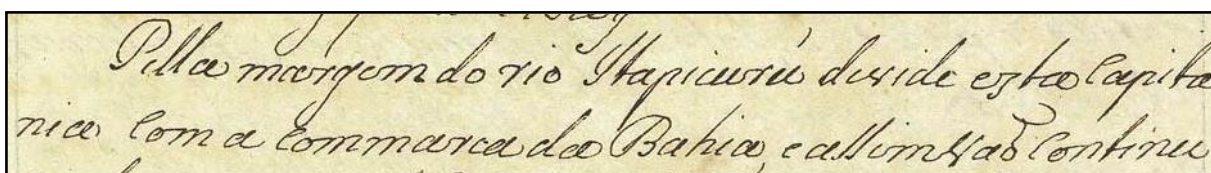


Figura 1: Recorte de trecho da folha 326 do manuscrito de Vilhena

Na primeira edição transcrita desta carta, com texto de apresentação e comentários de Braz do Amaral,⁴ o texto já traz uma diferença fundamental. Ele diz que

⁴ Braz Hermenegildo do Amaral (1861-1949), médico e professor baiano, foi sócio-fundador e presidente do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia e filiado ao Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.

“Pella margem do rio Real divide esta capitania com a comarca da Bahia [...]” (id.,1921, p.602). Porém passados mais 48 anos, surge uma nova edição das mesmas cartas em que os responsáveis optam por atualizar a escrita, mas retomar a versão original com relação às informações. Assim, reaparece a duplicidade duvidosa quanto ao nome do referido rio (id.,1969, p. 562-563).

Vale a ressalva de que, entre a escrita original e a publicação da primeira transcrição, se passaram quase 120 anos, período suficiente para gerar alterações na forma de escrever de algumas palavras, como também nas informações ali passadas. Essas informações foram provavelmente geradas por textos publicados derivados de pesquisas realizadas nesse período, como os dois de Freire que estão também sendo objetos deste artigo. Vejamos que esse autor, já em 1891, diz que,

Logo, a extensão de Sergipe, de sul a norte, desde o começo do seculo 17, era de vinte e cinco leguas que deveriam ser contadas da margem meridional do rio São Francisco, até o rio Real, entre o quaes existe mais ou menos esta distância. (p. 335)

Em seu texto de 1906, Freire vai mais fundo ao citar diplomas legais para dirimir qualquer possível dúvida:

Mas, pela fronteira meridional suscitara-se dúvidas entre os dois Estados de hoje, desde o século XVIII, [...] sendo resolvida pelo Decreto n. 323 de 23 de Setembro de 1843: “a parte da freguesia de Abbadia, na província da Bahia, que passa além do rio Real, fique pertencendo á Provincia de Sergipe, servindo o dito rio Real de linha divisória entre as duas mencionadas provincias [...]”. (p. 421)

O mapa que Vilhena apresentou como sendo relativo a essa carta de número dezesseis,⁵ apresenta visualmente a mesma incerteza levantada na carta original (fig.2):

⁵ Vilhena descreve na folha 3 da introdução de sua coleção de mapas e plantas, que a origem desse mapa é baseada em uma cópia do mapa do padre Jaques Cocleo (1628-1710), jesuíta francês que esteve em missão no Brasil e confeccionou um mapa do país no final do século VXII (CINTRA, COSTA, OLIVEIRA, s.d, p.2)



Figura 2: recorte do mapa de Vilhena, com indicação do Rio

A localização original da cidade de São Cristóvão

São Cristóvão é popularmente conhecida em Sergipe como “a quarta cidade mais antiga do Brasil”. Se quisermos usar da devida clareza que é recomendada quando se pratica a ciência histórica, mesmo correndo o risco de levarmos a pecha de “estraga prazer”, podemos utilizar os textos e mapas aqui estudados para colocar um pouco de dúvida nesse título. A não ser que seja considerado que, uma cidade, por ter sido mudada de lugar, não deixou de ser aquela mesma cidade. Isso por que, assim que as tropas comandadas por Cristóvão de Barros adentraram boa parte do hoje território sergipano, vencendo a “guerra justa” na qual mataram ou capturaram milhares de membros dos povos que já nela habitavam, trataram de fundar uma cidade onde o poder político pudesse ser centralizado. (FREIRE, 1891, p.20-21) Mas aqui começam as divergências quanto à sua localização. Freire (1891, p.25) apresenta duas versões. Na primeira, que seria baseada em Varnhagen,⁶ a cidade teria sido fundada no local onde o rio Poxim desagua no Sergipe, próximo à sua barra. Na mesma página, traz a versão de Barleus (mostrando crer mais nela),⁷ de que a cidade fora fundada na margem esquerda do rio Sergipe, ou seja, na região que hoje forma o município de Barra dos Coqueiros, tendo um forte na margem direita. Apesar de Vilhena não tocar diretamente nessa questão na carta dezesseis, o mapa que ele apresenta como se fosse um anexo desta, parece mostrar São Cristóvão justamente nessa localização (fig.3).

⁶ Francisco Adolfo de Varnhagen, o Visconde de Porto Seguro (1816-1878), diplomata e historiador, autor de História geral do Brasil.

⁷ Gaspar Barleus ou Caspar Barlaeus (1584-1648), teólogo, poeta e historiador holandês, a História dos feitos recentemente praticados durante oito anos no Brasil, publicado em 1647, referente ao período de administração de Maurício de Nassau nos domínios holandeses em terras brasileiras.



Figura 3 – Detalhe do mapa de Vilhena com indicação nossa da localização de São Cristóvão

Confirmada, essa imprecisão seria um erro grave, tendo em vista que o mapa foi produzido em 1801 época em que a cidade já havia sido mudada para o local atual, tendo antes “passado uma temporada” em outra localização, como mostra Freire:

As condições topographicas da cidade não permitiam que os seus habitantes se prevenissem dos assaltos [...], em vista da posição insular, por isso que não podiam presenciar a entrada de flotilhas, pelas barras dos rios navegaveis. Em vista disto, talvez, convenceu-se o governo da necessidade de mudar a cidade para uma eminencia, donde se pudesse presenciar qualquer movimento maritimo. Foi escolhido um oiteiro escalvado que fica junto á barra do rio Poxim, para sede da nova S. Christovão [...] (1891, p.31)

Isso se deu entre 1595 ou 96, segundo ele. O mesmo autor (1906, p.286) registra que em 1601, a então capital foi finalmente transferida para o local onde está hoje. O próprio Vilhena era ciente disso, como mostra a seguinte descrição:

Na distância de 7, ou 8 léguas ao Norte [da barra do Real] faz barra na costa o rio Vasa-Barris [...]; sobe esta por mais 2 léguas, admitindo a navegação de sumacas, que sobem a tomar carga dos gêneros referidos, e courama na cidade de S. Cristóvão, distante 3 léguas da ponta de Santa Maria que fica na entrada da barra pelo Norte. (1969, p.570)

Cabe aqui frisar que seria salutar um aprofundamento nessa questão, pois o mapa ao qual o autor deste artigo teve acesso foi uma cópia digitalizada, talvez não adequada para a total confirmação dessa possível imprecisão.

O rio Sergipe

Os nomes usados pelos portugueses no início da colonização para batizar suas

novas possessões, parecem predominantemente ter seguido as seguintes influências: da religião; da natureza; e do idioma dos povos nativos. Em Sergipe podemos observar essas três vertentes: Seu principal rio e sua primeira cidade receberam nomes de figuras consideradas santas pela religião católica, respectivamente São Francisco e São Cristóvão; a sua capitania-mãe, acabou ficando conhecida como Bahia, derivando esse termo do acidente geográfico onde foi fundada a cidade que seria a sua origem; e, finalmente, na terceira categoria, podemos encaixar o seu próprio nome, derivado da denominação nativa de um dos seus principais rios.

Sem nos aprofundarmos aqui na questão do significado, vamos falar um pouco sobre como os autores aqui estudados (e, por que não, seus editores) grafaram o nome do rio e, conseqüentemente, do hoje estado de Sergipe. Dentro desse nosso exercício de comparação, nos debruçaremos também sobre o próprio rio, falando de seu percurso e seus afluentes.

Começando pelo manuscrito de Vilhena, nota-se que, ainda em 1802, ele trazia, em relação ao rio, a grafia Cariji, bem como deixava no ar a indefinição sobre o qual rio predomina sobre o outro: Sergipe (Cariji) ou Cotinguiba: "Na distância de sete para oito legoas ao Norte da barra do rio Vasabarris fica aquella do rio Cariji, ou barra dos Coqueiros, conhecida vulgarmente por barra da Cotinguiba" (p.327). O mesmo trecho, na versão transcrita e publicada em 1921, o nome do rio aparece como Cerigi (p. 604). Já em relação à capitania, ele apresenta a grafia atual, acrescida do indicativo d'El Rey. Freire apresenta em *História de Sergipe*, a transcrição de um documento datado de 1603, segundo ele com preservação da grafia original, onde aparece escrito "Seregipe" (1891, p.32). Mas essa falta de unificação nomenclatural sobre Sergipe é gritante em Vilhena. Vale notar que, além do que já foi relatado, ele apresenta em seu mapa três outras formas de escrita (fig.4). Quando se refere à comarca, ele grafa "Cirgipe del Rey". Já o rio aparece como "Ciriji". E em outra parte, às margens do rio Real, aparece Cirigipe. O estudante ou pesquisador desavisado pode até por conta dessa confusão dentro de um mesmo documento ou da obra de um mesmo autor, passar por mentiroso ou por descuidado ao apresentar um texto ou responder uma prova baseado nessas informações.

política e eclesiástica” (ibid.).

Ele já havia tocado nesse assunto em *História de Sergipe*. Segundo seu entendimento, os limites deveriam se estender até onde a colonização fora promovida pelos governantes sergipanos. Por isso ele defendeu que:

(...) onde está edificada hoje a villa do *Coité* ou Malhada Vermelha, por onde a Bahia quer que passe a linha divisoria, pertencia á doacção de Simão Dias Fontes, que, se estendia mais duas leguas para o occidente, e por conseguinte deve pertencer a Sergipe. (1891, p.343)

Outro exemplo desse entendimento é a afirmação de que “Por estas doações vê-se que a colonização de Sergipe chegou até as imediações de Geremoabo, onde completam-se as trinta leguas, junto ás nascenças do rio Vaza Barris.” (ibid., p.343)”. Os conhecedores de Sergipe nos dias atuais, sabem que as alegações de Freire acabaram não vingando, sendo sobrepujadas por outros argumentos, muito provavelmente políticos. Mas, para este artigo, o que está sendo levado em conta é o exercício de comparação e descoberta de semelhanças e diferenças e não a resolução do problema.

Conclusão

Os autores cujas obras foram alvo de análises nesse texto, mostraram estilos diversos para tratar de assuntos semelhantes, utilizando em medidas diferentes os elementos citados por Ginzburg na obra *O fio e os rastros*. (GINZBURG, 2007, p. 17-40)

Vilhena, autor que pode ser classificado mais como cronista, tem como característica de sua escrita a predominância do uso da *enargeia*.⁸ Isso por que não prioriza a apresentação de provas documentais, utilizando mais da retórica para fazer com que o leitor acredite em sua narrativa como se ele tivesse dando um testemunho de coisas que presenciou. Um dos principais elementos que apontam isso está no próprio nome escolhido por ele para assinar as cartas, Amador Verissimo de Aleteya – “alusão explícita à verdade grega, *Alétheia*” (LAGES, 2013, p.108). Coincidência ou não, ele era especialista na cultura da Grécia, local onde Ginzburg aponta que, na antiguidade, era praticada nesses moldes a História.

Já Felisbelo Freire, muito dedicado em indicar suas fontes, chegando até a transcrever textos inteiros em sua narrativa, é um historiador, com influência da escola

⁸ Palavra derivada do grego, que significa clareza, vividez..Seria algo como uma “garantia da verdade”. (GINZBURG, 2007, p.20)

positivista. Ele se baseia muito mais em documentos. Talvez por isso acabe, aos nossos olhos, conseguindo mais credibilidade, se for levado em conta que, segundo Ginzburg (2003, p. 38), “a prova documental (*evidence*) impôs-se sobre a *enargeia* (*evidentia in narratione*)”. O mesmo autor chamou a atenção para isso, quando disse que:

(...) o nosso conceito de história e o dos antigos se resumiria da seguinte forma: para gregos e romanos a verdadeira história se fundava na *evidentia* (o equivalente latino da *enargeia* proposta por Quintiliano; para nós, nos documentos (em inglês, *evidence*). (ibid., p.24)

Este trabalho, se feito de forma mais aprofundada, poderia render muito mais conteúdo envolvendo até a análise de outros autores. Mas esperamos que o exercício de comparação aqui proposto, tenha conseguido expor detalhes, como a diferença que a distância temporal de um século faz quanto à exatidão das informações apresentadas e as alterações sofridas nesse espaço de tempo pelo idioma, no nosso caso, a Língua Portuguesa.

Fica a mensagem que pesquisa histórica e a escrita dela derivada, podem ser utilizadas como exercício lúdico por aqueles que as fazem pelo prazer de saber um pouco mais e que tem a intenção de que sua leitura possa, além de formativa e informativa, também ser divertida.

Referências bibliográficas

CINTRA, Jorge Pimentel. COSTA, Antônio Gilberto. OLIVEIRA, Rafael Henrique. **O mapa do Padre Cocleo: uma análise cartográfica**. [S.l.: s.n, 201?], Disponível em http://www.cartografia.org.br/vslbch/trabalhos/73/87/O-mapa-do-padre-Cocleo_0936.pdf. Acesso em 05/01/2017.

FREIRE, Felisbello. **História de Sergipe (1575-1855)**. Rio de Janeiro: 1891, Typografia Perseversança, 1891.

FREIRE, Felisbello. **História Territorial do Brasil (Bahia, Sergipe e Espírito Santo)**. Rio de Janeiro: Typografia do Jornal do Commercio, 1906.

GINZBURG, Carlo. Descrição e citação. In **O fio e os rastros: verdadeiro, falso, fictício**. São Paulo: Companhia das Letras, 2007, p.17-40.

LAGES, Luciene. As notícias soteropolitanas e brasílicas de Vilhena e a Educação no Brasil do século XVIII. **Estudos linguísticos e literários**: Salvador, n. 48, p.106-119, 2013. Disponível em <https://portalseer.ufba.br/index.php/estudos/article/download/14538/9995>. Acesso em 06 jan. 2017.

LEITE, Rinaldo Cesar do Nascimento. **Braz do Amaral, o historiador da Bahia**: sua

concepção de história e engajamento político-social na Primeira República. Natal: [s.n], 2013. Disponível em http://www.snh2013.anpuh.org/resources/anais/27/1364926209_ARQUIVO_BrazdoAmaral,ohistoriadordaBahia_TextoXXVIIISimp.ANPUH.pdf. Acesso em 05 jan. 2017.

LUCIANI, Fernanda Trindade. **Barleus**: Oito anos de Nassau no Brasil. [São Paulo: s.n., 201?]. Disponível em <https://www.bbm.usp.br/node/97>. Acesso em 06/01/2017.

RODRIGUES, José Honório. **História da História do Brasil**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1979. v.1, p. 503-509.

SANTOS, Evandro. **História geral do Brasil, de Francisco Adolfo de Varnhagen**: apontamentos sobre o gênero biográfico na escrita da história Oitocentista. [Ouro Preto: s.n., 2012]. Disponível em <https://www.historiadahistoriografia.com.br/revista/article/view/366/301>. Aceso em 07 jan. 2017.

VILHENA, Luiz dos Santos. **Recopilação de Notícias Soteropolitanas e Brasílicas Contidas em XX cartas**. Bahia: s. n., 1802. 3 v. Manuscrito.

VILHENA, Luiz dos Santos. **A Bahia no século XVIII**. Apresentação de Edson Carneiro, notas e comentários de Braz do Amaral. Salvador: Editora Itapuã, 1969.

VILHENA, Luiz dos Santos. **Recopilação de Notícias Soteropolitanas e Brasílicas**. Apresentação, notas e comentários de Braz do Amaral. Bahia: Imprensa Oficial do Estado, 1921.

AQUISIÇÃO DE MERCÊS NO ANTIGO REGIME TARDIO (1808-1820)

ZEZITO RODRIGUES DA SILVA¹

Resumo: Proponho elementos para uma reflexão sobre o Antigo Regime português em seu período tardio (1808-1820) que - ao transferir a sede de decisões e os aparelhos institucionais de governança para o Rio de Janeiro, fugia da devastadora expansão liberal napoleônica sobre a Europa. Esse estudo nos ajuda a compreender as relações entre os reinóis que, em terras tão distantes da corte portuguesa europeia, demandava por mercês como estratégia do melhor posicionamento social para si e seus descendentes, através do mergulho em fronteiras da América portuguesa, envolvidos em missões de grande risco, utilizando investimentos parcos, mas muito caros a quem os arriscava.

Palavras-chave: Antigo Regime Tardio; Mercês; Monarquia portuguesa

Abstract: I propose elements for a reflection on the Portuguese Old Regime in its late period (1808-1820) that - by transferring the seat of decisions and the institutional apparatuses of governance to Rio de Janeiro, it fled from the devastating Napoleonic liberal expansion on Europe . This study helps us to understand the relations between the reigns who, in lands so far removed from the European Portuguese court, demanded for mercy as strategy of the best social position for themselves and their descendants, through the diving in Portuguese America borders, involved in missions of great risk, using meager investments, but very expensive to those who risked them.

Keywords: Late Late Regime; Mercês; Portuguese monarchy

Tendo por certo que os meus Reynos, e povos serãõ governados e regidos por maneira que a minha consciencia seja descarregada; e elles Governadores cumpram inteiramente a sua obrigação, em quanto Deus permittir que Eu esteja ausente desta Capital, administrando a Justiça com imparcialidade, **distribuindo os premios e castigos conforme os merecimentos de cada um.** ² (Grifos meus)

O período proposto para reflexão neste estudo – denominado aqui de Antigo Regime tardio (1808-1820) - é compreendido num contexto de profundo anacronismo,

¹ Doutorando pelo PPGH da Universidade Federal Fluminense (PPGH-UFF). E-mail: zezitor@hotmail.com.

² CORREIO BRAZILIENSE. DECRETO. **Do Príncipe Regente de Portugal pelo qual declara a sua intenção de mudar a corte para o Brazil, e erige uma Regencia, para governar em sua ausencia.** Collecção de Documentos Officiaes relativos a Portugal. Arquivo de coleções impressas da Biblioteca Nacional: Rio de Janeiro. Versão fac similar em pdf. Junho, 1808. Consultado em julho / 2017.

considerando o pós-revolução liberal na Europa e a superação dos modelos de monarquias do antigo regime em outros impérios europeus. A sobrevivência da monarquia portuguesa deveu-se graças à transferência de sua sede de poder que, na América portuguesa, provocou um processo de recrudescimento ao associar-se à pequena nobreza da terra e fidalguia cabocla, concedendo-lhes espaço para emancipação social na sociedade corporativa estamental. Esse movimento promovia o fortalecimento e concepção de novas redes sociais e novos arranjos econômicos.

Os estudos recentes sobre a monarquia portuguesa, iniciados no final do século XX, tendo como pioneiros os trabalhos do historiador português António Manuel Hespanha que contribui para a melhor compreensão do império português, entre os séculos XVII e XVIII, superando as antigas abordagens pautadas no conceito de absolutismo, corrobora a visão de que,

Ao contrário da Monarquia dos Áustrias espanhóis, nas terras lusas dos Avis – depois dos Bragança – existia apenas um reino e várias conquistas disseminadas pela América, África e Ásia. Nas terras portuguesas o rei era, como na monarquia hispânica, cabeça do corpo social e também não se confundia com ele. Leia-se: a exemplo de outras arquiteturas políticas da Europa moderna, a portuguesa era polissinodal e corporativa, portanto havia concorrência e negociação entre seus poderes. Entretanto, apesar desta semelhança, devemos atentar para as diferenças entre a Coroa lusitana e suas contrapartes europeias. Na monarquia brigantina existiam as conquistas no além-mar e a organização destas últimas era feita pela administração periférica da Coroa e, em especial, pelos municípios. Ou ainda, entre a Coroa e as elites locais situadas nos municípios das conquistas existiam negociações e pactos políticos.³

Essa estrutura política de natureza corporativa era lastreada por uma concepção jurídico-política católica ou jusdicialista, baseada no tomismo da segunda escolástica que concebiam as relações entre a Coroa e o corpo social pautadas pelos vínculos do amor e obediência, homenagem e graça.

Para melhor compreendermos essa sociedade e as relações estabelecidas entre a Coroa como cabeça de um corpo social composto de uma sociedade corporativa, baseada na manutenção de privilégios, tomamos três casos sintomáticos e elucidativos dessas relações sociais durante o Antigo Regime Tardio.

³ FRAGOSO, João; GUEDES, Roberto; KRAUSE, Thiago. **A América portuguesa e os sistemas atlânticos na época moderna: monarquia pluricontinental e antigo regime**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2013.

O primeiro deles, refere-se a petição que fez Antonio Queiroz Ozório, membro do Senado da Câmara da Villa Nova do Principe e Santa Anna Caetite⁴, que buscava ampliar privilégios a partir do acúmulo de nova condição no ofício que já exercia. Em sua petição, ele assim expressa:

Diz Antonio Queiroz Ozorio, Procurador da Villa Nova do Principe e Santa Anna de Caitete que elle foi promovido na Cadeira Regia de Professor da Gramatica Latina novamente creada naquella Villa por Provisão temporaria do Dezembargado do Paço em conformidade das Ordens Regias, recebendo-o ordenado de trezentos mil reis annuaes.⁵

Para justificar, ele argumenta, sempre lastreado por um conjunto de certificados, atestados e outros comprovantes assinados por funcionários em igual condição.

O Supplicante Senhor tem a honra de demonstrar nos Documentos juntos não so a inteireza da sua conducta debaixo da responsabilidade d'aquelle emprego publico como Mestreda Mocidade, mais ainda o serviço feito a Nação por haver preparado na sua Aula ministrar capazes de seremuteis ao Estado, ea Igreja, inspirando lhes por seus exemplos os principios da boa Morál, emostrando lhes, como fez n'Aclamação, e Sagração de V. M. I. em cujos Actos segundo prova a Attestação do Senado, o Supplicante sedistinguio sensivelmente, concorrendo com seo zelo para maior lustre de taõ grandes dias, como os seus Discipulos se deverão conduzir todas as vezes q a Gloria dos Imperantes for o digno objecto do entusiasmo Nacional. Naõ so como Professor publico, mas igualmente como Vereador e Juiz Ordinario pela Ley o Supplicante tem feito asuamoderação providenciando, oq mostrano Documento junto, os meios necessarios paraaconservação da tranquillidade, e perfeita harmonia entre os seus Concidadaons, empreza sempre dificultosa pela falsa de polidez, q se encontra nos povos centraes privados daquelles conhecimentos q tanto concorre para a civilização dos Individuos.⁶

O suplicante Antonio Ozório, desfia aqui suas qualidades fazendo-se perceber como sujeito alinhado com o *ethos* aristocrático e, por isso, merecedor da graça para a qual concorreu com seus serviços, a sua fidelidade à causa real, portanto, aos valores por ela defendidas e promovidas. O seu ofício de professor de gramática latina da

⁴ Atual cidade de Caetité-Bahia, essa vila foi emancipada oficialmente em 1810, embora desde 1803, já houvesse determinação do Conselho Ultramarino que autorizava sua emancipação da Vila de Rio de Contas, à qual pertencia.

⁵ Requerimento ao Ministério do Império solicitando a propriedade vitalícia da cadeira de Gramática da Villa Nova do Príncipe depositada na BIBLIOTECA NACIONAL do Rio de Janeiro, registrada sob o código c – 0449, 013, Ano: 1817-1823 de autoria de: Antônio Queiróz Ozório.

⁶ Idem, Ibidem.

referida vila o dotava de responsabilidades que transbordava o que se pensava ser atribuição estrita de tal profissão. Assim, convicto da legitimidade de sua demanda, mira em sua petição, particularmente, a vitaliciedade do ofício que já exercia há alguns anos.

Sendo pois, Senhor, reconhecida a probidade do Supplicante, emanifestos os serviços, q tem feito a este Império já como fiel Cidadão, já como mestre da Mocidade, espera q. V. M. Imperial lhe faça agração de lhe dar a propriedade vitalicia da Cadeira de Gramatica Latina da sobredita Villa de cujo emprego já o Supplicante esta de posse há annos provisoriamente, Mandando oassinarlhe por estipendio annual o salario de quatrocentos mil reis, como tem todos os Professores de Latinidade, ficando por esta Graça dispensado do recurso denovas Provizoens⁷ trienaes, emq o Supplicante faz despêzas acima de suas muiacanhadas possibilidades: portanto

A. a V. M. I. que attendida a justiça, eaverdade do que o Supplicante expõem com o testemunho dos documentos juntos se Digne fazerlhe a graça, q humilde, erespeitozam.te Requer
E. R. M.⁸

O seu ofício de professor de gramática latina da referida vila o qualificava, na sua visão, como elemento fundamental na manutenção da ordem social vigente, uma vez que acreditava estar garantindo a “boa moral dos moços”, qualidade imprescindível na melhor qualificação do corpo social e sua consequente fidelidade à cabeça condutora desse corpo, expressa pela coroa. Assim, convicto da legitimidade de sua demanda, particularmente a vitaliciedade do ofício que já exercia há alguns anos, confirmado por provisão de D. João, Príncipe Real, autorizada em agosto de 1814 e renovada em de outubro de 1817:

Faço saber aos que esta Provisaó virem: Que Antonio de Queiroz Ozorio Me Representou que na Conformidade das Minhas Reaes Ordens fora servido na Cadeira de Grammatica Latina novamente creada na Villa Nova do Príncipe e Santa Anna do Caeteté da Comarca da Jacobina, como fez ver pelo respectivo Provimento o qual Me pedia Houvesse por bem de Confirmar Ao

⁷ Segundo António Manuel Hespanha (As Vésperas do Leviathan, p. 48), O imposto de meias anatas incidia sobre os rendimentos efectivos dos ofícios, benefícios e outras mercês (v.g., títulos, tença, padrões, comendas). Para os ofícios, ele consistia, por regra, no pagamento na altura do provimento, de metade do rendimento anual do cargo, sendo estra percentagem reduzida para os ofícios de provimento anual (era, então, de 1/10), bienal (de 1/8 ou 2/10) ou trienal (1/4). Se os ordenados, emolumentos, aposentadorias ou outros rendimentos não tivessem ordenados ou proventos monetários efectivos, dever-se-ia avaliar a “honra” (v. *infra*) desses cargos e fazer incidir as meias anatas sobre esse valor. No caso dos ofícios providos por menos de um ano, como os amotacés, o imposto seria computado *pro rata temporis* (para todo este regime, cf. os regimentos antes citados).

⁸ Requerimento ao Ministério do Império Antonio Queiróz Ozório.

que Attendendo e ao dito Provimento, Hei por bem confirmar-lhe a Concessão da mencionada Cadeira, aqual regerà por tempo de trez annos havendo com ella o Ordenado que já percebe, e todas as honras, liberdades, hizenções que em razão da mesma lhe competirem. Pelo que Mando ao governador e Capitaó General da Capitania da Bahia o deixe exercer a mencionada Cadeira pelo referido tempo na forma que dito hé, debaixo das (...) juramento, que já prestou.⁹

Destaco aqui o sentido do privilégio concedido em forma de ofício de professor de Gramática Latina da Vila de Caetité, com “todas as honras, liberdades, hizenções que em razão da mesma lhe competirem”. A esses privilégios, pois, vinham se somar a condição de vitaliciedade do ofício, o que significava a definitiva distinção social que o condicionava a integrar uma pequena casta de elite desta “república”.

O segundo caso apresentado neste estudo, refere-se a Innocencio Soares de Aguiar Montalvão, tenente coronel de milícias da Villa de Nossa Senhora de Bonsucesso das Minas Novas da Comarca de Serro do Frio da Capitania das Minas Gerais, fez requerimento à Sua Alteza Real o príncipe D. João, suplicando a graça “da propriedade dos Officios de Tabelião e Escrivão de Órfãos da Villa Nova do Príncipe de Sta. Anna de Caetaté, Comarca de Jacobina, Capitania da Bahia”.

A petição do Coronel Innocencio que suplicava mercê para o ofício na Vila de Caetité estava “fundando asua Supplica nos relevantes serviços, que tem prestado aV. A. R. no decurso de mais de vinte edous annos nas Capitancias de Goyaz, e Minas Geraes”¹⁰. Movido pelo sentimento de que tudo fizera por amor ao rei e entregue ao seu serviço do bem comum, o Coronel Innocencio acreditava ter correspondido em sua fidelidade que cimentava a relação do corpo social com a cabeça representada pela figura do rei e seus assessores e, por isso, merecia como recompensa a graça real do reconhecimento dos seus serviços e o cargo almejado em caráter vitalício e hereditário.

No início do século XIX o coronel Innocencio Montalvão argumentava em seu favor como elemento de legitimação da sua demanda pela mercê de tabelião e escrivão de órfãos da Vila Nova do Príncipe e Santana do Caitaté, buscando alinhar-se às “regras de acesso e de prova”, o seu papel na condução e controle de reduções de

⁹ Idem, Ibidem.

¹⁰ Petição depositada na BIBLIOTECA NACIONAL... Innocencio Soares de Aguiar Montalvão, consultada em junho de 2017.

“índios bravos” nos sertões das Minas Gerais, muito embora o Diretório dos Índios instituído ao final do século XVIII no governo de D. José I, buscava garantir a essas “gentes” do império a “dignidade de vassallos da coroa”, preservando-os da escravidão e outras formas de atentado à liberdade.

Diz o coronel Innocencio Montalvão em sua petição, ressaltando a importância e esforço de suas ações, os riscos que correria e os desafios que enfrentaria, que:

(...) tendo de baixo de seu Commando cinco Aldeias com mais de mil, eduzentos Índios bravos, emansos, nas quaes graçavão effectivamente as maiores intrigas, etemiveis sublevações consequentes das mesmas, por estarem situadas em lugares quase desertos na estrada de S. Paulo mais decento, evinte legoas de distancia à Capital sem q. podesse obstar, acontecer as ditas, sendo apequena guarda do Registo com incomparavel despropoção de indevidos, e por isso com muito risco, vendo-se o supp.e na justa precisão de prestar activas, e promptas providencias, já para desterrar a intriga do mesmo Registo pacificar os Índios e comtellos em boa paz, e fazellos instruir na Religião, cobstar vigilante as ostilidades do Gentio dos Mattos (...).¹¹

Na sequência, utilizando a retórica comum às petições com elementos de humildade, simplicidade e divina proteção, enaltecia modestamente seus resultados a serviço dos interesses da coroa, tudo fazendo para a melhor solução aos desafios apresentados, demonstrando que, mesmo distante da vigilância e instrução das instituições régias, tudo fez em devoção dos interesses reinóis, fiel que estivera ao ideário da coroa, fugindo das tentações dos desvios e descaminhos tão comuns e:

(...) de q. tudo fez conceituar o Supp.e tendo afelicidade, q. em todo o tempo de sua Administração, e inspecção interessou o Registo, muito à Real Fazenda pelo grande rendimento, q. deo por fazer o Supp.e sem violencias fiscalizar, não só os direitos Regios, como os estravios, q. fazem adecadencia dos ditos, eos mais contrabandos, de Ouro e Diamantes, q. os dezertos, e longas Campinas propocionão aos contrabandistas os meios de os fazerem, dando prompto, e exato expediente aos Commerciantes, fazendo escripturar os Livros percizos pondo em melhor ordem a confuzão em q. acha os assuntos emethodo de passar as guias de hum Registo de tanta consequencia aos interesses Regios.¹²

Por tudo isso, o suplicante requeria e aguardava a mercê indicada que, pela natureza vitalícia dos cargos, sugeria uma forma de ampará-lo a si e aos seus até o fim dos dias e, quiçá, incorporá-la a seus descendentes que, certamente, apresentaria nova petição invocando os mesmos serviços já prestados pelo patriarca.

¹¹ Idem, Ibidem.

¹² Idem, Ibidem.

Para dar legitimidade aos argumentos que trazia na petição, o coronel Innocencio Montalvão anexou um conjunto de documentos, como de praxe, que atestavam toda a sua trajetória a serviço da coroa, sua conduta e índole, tudo no perfeito alinhamento com o que se espera dos vassallos reais, atestando sua devoção e amor à monarquia. Tudo é registrado pelas as instâncias responsáveis pelo trâmite da petição que argui em favor do peticionante.

Tudo consta dos documentos N° 1° até N° 4 sem receber interesse mais, q. os por cento da contage, esem embargo destes relevantes serviços e outros, q. o Supp. e tem feito a V. A. R., pedio a Propriedade dos ditos Officios em razão de serem de huma Villa Criada denovo, q. ainda nem está dividida o termo, q. lhe deve ser relativo, não tendo por nova, Cartorio q. possa promover interesse.¹³

Incisiva, a secretaria ainda faz correções sobre mercê já concedida, requerendo correções nas remunerações a que julgava ter direito o suplicante, justificando sua ausência do cargo pretendido por estar a serviço dos interesses da coroa e outra região.

(...) porem V. A. R. apenas lhe fez mercê da Serventia Vitalicia do Officio de Tabelião da dita Villa, pagando a Real Fazenda o Donativo, e mais Direitos Impostos no dito Officio, e por Decreto devinte, etrez de Março, foi V. A. R. servido Decretar lhe o poder nomear Serventuario, em attenção a nao poder servillo, por se achar empregado no Real Serviço actualmente em diversa Capitania em longetude demais de cem legoas, e o seu Corpo por Ordem pozetiva de V. A. R. alli destacado para impedir aostelidades, q. o Gentio Botecudo costuma fazer aos moradores vizinhos ás Mattas, e novos Colonos, fornecer e auxiliar adivizão, q. V. A. R. Foi servido mandar criar para se poder povoar as ditas Mattas, abrir a Estrada, como setem aberto á Costa do Mar na Villa do Belmonte, e conquistar o dito Gentio.¹⁴

Adiante, apresenta os rendimentos relacionados ao cargo petitionado, sublinhando a necessidade de garantia de renda líquida suficiente para que o suplicante garanta condições de sobreviver ao final de intensa jornada de serviços prestados à coroa.

(...) E porque lhe he indispensavel pagar ao serventuario as duas terças partes do Rendimento do dito Officio e a Real Fazenda outra terça parte e a meia anata das Certidoens do Real Erario em N° 5, e 6 de Lotação de Officio de Rio de Contas dita Comarca e Capitania, do qual foi devido e da nova

¹³ Idem, Ibidem.

¹⁴ Petição depositada na BIBLIOTECA NACIONAL Innocencio Soares de Aguiar Montalvão.

Villa de Caetaté da mercê do Supp.e, q. por ser criado de novo ainda não tem Lotação no Real Erario sendo certo, q. não tendo nem hum terço da quelle termo não pode render nesso meitade, epagando o donativo, emais Impostos, q. he aterça parte, eameia anata¹⁵ a Real Fazenda, eduas terças partes ao Serventuario, evidentemente semostrá, q. nada pode ficar ao Supp.e, enem chega para pagar ameia anata por se consumir o rendimento do Officio nas trez partes, alem da despeza, q. o Supp.e tem feito para oseu devido encartamento, emesmo para habilitar oServentuario, ficando assim infrutifera agrãça q. V. A. R. por tanto com a mas profunda humiliação torna aSupplicar aV. A. R., q. tomando em consideração os referidos serviços, eoteme rendimento do Officio prezentemente pelas razoes espendidas, pois quando para o futuro venha adar maior, não será na vida doSupp.e por se achar na idade de cinquenta, ehum annos, como consta da Certidão da dita em N° 7. fazerlhe Mercê Decretar-lhe por Graça a dispensar o Supp.e depagar junção alguma á Real Fazenda pelo tempo da Mercê, bem como os Proprietários, visto q. ainda alem dos serviços, q. tem prestado aV. A. R. não recebe soldo algum da Real Fazenda eplo posto, q. exerce, epois q. só fazendo-lhe aV. A. R. agrãça, q. humildemente Supplica, perceberá alguma utilidade.¹⁶

E arremata a secretaria lembrando ao príncipe regente que, estando em conformidade com as regras de concessão de mercês, dever-se-ia cumprir o rito que amparasse o suplicante ao tempo que legitimava a relação de mutualidade, base, como já foi afirmado, das relações institucionais e cultura política do Antigo Regime.

Pa V.A. R., se digne conseder-lhe por Graça aMercê, q. Supplica, visto q. dos docum.tos Juntos, edos q. nos Requerimentos das Mercês consta todo o referido¹⁷.

Em outubro de 1822, a câmara da Villa Nova do Principe registrava a provisão que reconhecia o coronel Innocencio como titular vitalício do ofício de tabelião daquela vila. Talvez, o advento do novo império tenha, finalmente, viabilizado sua requisição.

O terceiro e último caso aqui tratado é o de Caetano José Januário. Tendo servido em Lisboa como porteiro do gabinete do Conde da Barca, que era então ministro e secretário de Estado dos Negócios da Marinha e Domínios Ultramarinos, desde abril de 1813 até 1817, por ocasião do falecimento do Conde, conforme atesta

¹⁵ Hist. Imposto criado por Olivares por carta régia de 31 -V-1631alvará de 12-IX do mesmo ano. Este imposto incidiria sobre os provimentos que viessem a ser feitos, sendo exceptuados os de natureza eclesiástica.

¹⁶ Petição depositada na BIBLIOTECA NACIONAL Innocencio Soares de Aguiar Montalvão.

¹⁷ Idem, Ibidem.

documentos anexos à sua petição, veio ao Brasil, provavelmente, com a imensa população trasladada junto à corte real em 1808.

Tendo sido criado na casa do Tenente Coronel e Guarda Roupas Real Gonçalo Lourenço, viveu sempre próximo a casta de dignatários que serviam diretamente nos principais cargos e ofícios das instituições da estrutura polissinodal do império português. Por isso, considerava-se também digno de gozar os benefícios concedidos em mercê real. Assim, apresentara inúmeras petições, a exemplo da que transcrevo a seguir.

Diz Caetano Joze Januario, Creado de V. Mag.e no foro de Moço de Manutença, que o Sup.e tem a honra de acompanhar V. Mag.e da Corte de Lisboa para esta do Rio de Janeiro, com o dito Serviço de Criado, sem que até ao presente tenha tido Mercê alguma sem que de que se possa viver, e constando-lhe pela Certidão consta estar vago o Officio de Escrivão de Orfãos da Villa nova do Principe de Santa Anna do Caaitité, Roga a V. Mag.e seja servido conceder-lhe a Mercê da propriedade do dito Officio para assim melhor poder subsistir, e servir a V. Mag.e portanto.

Pa V. Mag.e seja Servido
Fazer a Graça que Suplica.¹⁸

Apresentando argumentos que o colocam na condição de humilde serviçal e merecedor do amparo real por sua fidelidade e serviços prestados, apela em súplica para receber a graça para o seu amparo pessoal. Sendo indeferidas várias de suas petições, segue peticionando os mais diversos cargos e ofícios, levantando aquelas vilas que deles não dispõe ocupantes, a exemplo do cargo de escrivão de órfãos da Vila Nova do Príncipe em Minas Novas.

Ao solicitar certidão que atestava os ofícios vagos na capitania da Bahia em novembro de 1816, recebe do responsável o seguinte relato:

CERTIDÃO

Do livro Segundo de Lembrança dos Officios desta Capitania que actualmente serve nesta Recebedoria dos Novos Direitos, e Outros assuntos Consta estar Vago de Proprietarios ou Serventuarios de Tabelaõ os Officios Seguintes = Escrivão de Orphaos lotado em quinhentos e cincoenta mil reis = E o de Tabelaõ Somente lotado em quatro Centos e Vinte mil reis, ambos da Villa Nova do Principe e Santa Anna do Caitete, assim como o Officio de

¹⁸ Requerimento ao Ministério do Império solicitando mercê da Ordem de Cristo, pagamentos atrasados, cargo de porteiro da comissão destinada ao tráfico de escravos e Escrivão de Órfãos da Vila de Caetité, depositado na BIBLIOTECA NACIONAL, sob o nº C – 0529, 006 de autoria de Caetano José Januário, consultado em junho de 2017.

Tabelião da Villa de Sam Francisco do Sergipe do Conde Lotado em Cento e Oitenta mil Reis, os que os Officios São os que se apresenta vacância por Certidão. E para Constar foi passada a presente digo com com isso passei a presente por mim Desta, assignada de mil oitto Centos e desesseis = No impedimento da actual = Jacinto Aves de Sá.

Na condição de não ver suas petições contempladas, Caetano José Januário continua suas recorrentes solicitações de mercês, alternando os casos conforme a disponibilidade dos ofícios ou mesmo arguindo sobre sua necessidade, mesmo quando o dito ofício já se encontrava preenchido. Assim, insistente em seus argumentos, peticiona,

(...) Zelozos no seu Real Serviço; por isso o Supp.e em atenção ao exposto e por não se ter verificado aquella Graça pelos motivos expostos e confiado na manificencia implora a Vossa Mag.e lhe faça a graça de lhe conceder o lugar de segundo Porteiro, Tendo de V. Mag.e Servido de Nomear no primeiro pio da Instiuição da Commissão Mista estabelecida nesta parte para dar acauza relativas ao Tráfico de Escravatura, hum Porteiro e Servo Conterrâneo para o expediente, mostrou a experiencia não bastar hum só Continneo; Dignou-se Vossa Mag.de se nomear ultimamente hum segundo, como porém consta ao supp.te ser mesmo preciso hum segundo Porteiro, por sêr o actual idozo e achacado, por tanto.
P. Supp.e a Vossa Magestade Haja por bem Nomealo para segundo Porteiro da mencionada Commissão Mista.

Consta que Caetano José Januário tenha obtido a mercê que requisitou, embora não tenhamos localizado tal certidão. A sua persistência em peticionar indica que para a sociedade do Antigo Regime Tardio, para a qual a integração dos indivíduos a algum ofício e, com ele, o acesso a uma rede de intrincadas conexões em grupos e corporações, a obtenção das tão ambicionadas mercês reais seria o recurso imprescindível.

Para consolidar sua nova condição de detentor de privilégio a ser reconhecido por seus pares e apresentar-se socialmente esta condição, finaliza requisitando o hábito da Ordem de Cristo. Somente assim, entendia que o tempo servido, segundo ele "sem remuneração alguma" seria devida e justamente pago, considerando que a distribuição da justiça e castigos conforme o merecimento de seus súditos era um dos fundamentos da autoridade régia. Assim, escreve o requerimento

Senhor,

Diz Caetano José Januário, Criado no foro de Reposteiro de (...) e Mosso da Imperial Manutença tendo o Supp.e servido bem aesta digna (?) pessoa commo (...) no lugar de Porteiro do Gabinete do Ex.mo Conde da Barca por mais de 3 anos sem que tivesse Remuneração alguma como na de manutença eTendo requerido o lugar de Segundo Porteiro da Comissão Mista foi V. Mge. Servido deferir o Supp.e commo mostraó na Certidão que a junta e como se lhe verificaó aesta Graça vem esta razao por que Implora a V. M. I. Seja Servido fazer lhe a Graça da Mercê do Habito da Ordem de Christo para com esta Graça o Supp.e se reconhecer bem remmunerado por tal Ato.

P. V. M. I. Seja Servido deferir o Supp.e que humildemnete pede.

E. R. M.

Para compreendermos melhor essa relação estabelecida no corpo social do Antigo Regime português, partimos do princípio de que, nas palavras de Antonio Manuel Hespanha,

(...) a ordem neste Antigo Regime católico e escolástico era sustentada por uma disciplina social onde a obediência era amorosa, portanto, consentida e voluntária. Este último fenômeno estava presente em todos os municípios, apesar das diferenças dos costumes locais, dando-lhes, na falta de uma expressão melhor, uma uniformidade social.

Em outras palavras, tal disciplina social difundida pelo catolicismo, através dos seus curas e das suas ordens religiosas, criava uma linguagem comum à monarquia pluricontinental. (...) Aquela disciplina possibilitava que a subordinação às autoridades e especialmente à sua majestade se confundisse com o amor a Deus. Com isto, ela possibilitava que o autogoverno dos municípios fosse a base da monarquia polissinodal e corporativa.

A isso se juntavam as relações pessoais entre o rei e seus vassallos (entendidos como famílias), ou seja, o sentimento de pertencimento dado pela economia do dom, na feliz expressão de Ângela Xavier e António Manuel Hespanha.¹⁹

Essas relações prevalentes, ainda que esmaecidas pela distância em relação à conjuntura que as concebeu, vigoravam com alguma força, mesmo após a transferência da corte imperial para a América portuguesa como resultado dos vendavais liberais que arrasaram as mais importantes monarquias europeias. A razão de sua continuidade poderia ser explicada pelo papel social que a monarquia portuguesa ocupava no que acreditamos ser o Antigo Regime tardio, cuja sobrevida

¹⁹ Citados em: FRAGOSO, João; GUEDES, Roberto e KRAUSE, Thiago. **A América portuguesa e os sistemas atlânticos na época moderna: monarquia pluricontinental e antigo regime**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2013. P 38-39

em terras americanas encontrava sentido, talvez, na persistência de uma sociedade escravocrata que teimava em manter instituições e privilégios que distanciavam uma improvisada nobreza e fidalguia mazomba das hordas de africanos que sustentavam a produção da riqueza social.

A coexistência entre o corpo jurídico-político do tomismo da segunda escolástica decadente com as correntes liberais e jusnaturalista em disputa, promoviam conflitos e embates no aparelho polissinodal característico da monarquia pluricontinental portuguesa, ao tempo em que erodiam os territórios desse império no jogo de disputas com as nações inglesa, francesa e holandesa. Somados a isso, observamos uma sensível dessacralização da coroa (rei + corte + séquito real) e esvaziamento das características majestáticas e elementos simbólicos de representação de seu poder.

Assim, mesmo em uma sociedade em franca desagregação das instituições políticas para o modelo que a concebeu, a aquisição de mercê real ainda vigorava como elemento que mantinha, através dos privilégios, certos grupos em coesão, cuja intrincada rede de relações garantia a coroa como fiel depositária dos instrumentos garantidores da ordem social vigente. Segundo AMARAL LUZ,²⁰ portanto,

compreender a administração colonial implica considerar o papel da distribuição de cargos e mercês àqueles que são reconhecidos como servos leais à coroa e que dela estão a serviço no interior de seu projeto imperial.

Referências

BICALHO, Maria Fernanda. "As Tramas da Política: Conselhos, secretários e juntas na administração da monarquia portuguesa e de seus domínios ultramarinos", in João Fragoso & Maria de Fátima Gouvêa. **A Trama das Redes. Política e negócios no império português. Séculos XVI-XVIII**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira: 2010, p. 343-371.

CARDIM, Pedro; Bicalho, Maria Fernanda; e Rodrigues, José Damião. "Representação política na monarquia pluricontinental portuguesa: Cortes, Juntas e procuradores", in **Locus: revista de história**, Juiz de Fora, v. 20, n. 1, p. 83-109, 2014.

FRAGOSO, João; GUEDES, Roberto; KRAUSE, Thiago. **A América portuguesa e os sistemas atlânticos na época moderna: monarquia pluricontinental e antigo regime**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2013.

²⁰ AMARAL LUZ, Guilherme. Produção da *concordia* na poética do poder na América portuguesa (sécs. XVI-XVIII). **Varia História**, Belo Horizonte, vol. 23, nº 38: p.543-560, Jul/Dez 2007

FRAGOSO, João L. Roberto e GOUVÊA, Maria de Fátima. **O Brasil Colonial, volume 3 (ca. 1720 – ca. 1821)**. 1ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014.

Loureiro, Marcello. **Iustitiam Dare. A Gestão da Monarquia Pluricontinental: Conselhos Superiores, pactos, articulações e o governo da monarquia pluricontinental portuguesa (1640-1668)**. Rio de Janeiro: PPGHIS-UFRJ; Paris: EHESS, 2014 (Tese de Doutorado)

VILLALTA, Luiz Carlos. **O Brasil e a crise do Antigo Regime português**. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2016.



LETHAM-UFBA

Laboratório de Estudos sobre a Transmissão e História Textual na Antiguidade e no Medievo



ISBN 978-85-8292-201-9